

UFRGS



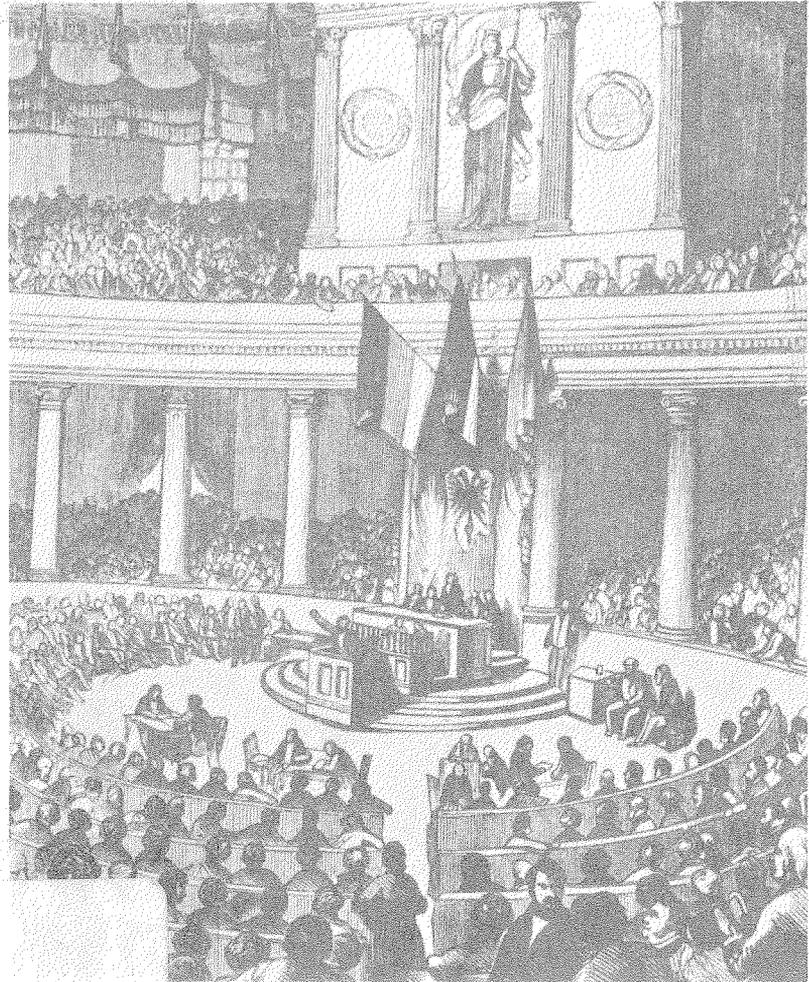
05061419



SABI

# 3

## Robert Michels Sociologia dos Partidos Políticos



329

Editora Universidade de Brasília

Apesar de ter sido publicado na véspera da I Grande Guerra, este livro de Robert Michels continua sendo considerado como um dos grandes clássicos da literatura política.

Para o autor, os partidos políticos, nascidos da instauração da democracia, e concebidos como os instrumentos privilegiados do seu desenvolvimento, transformam-se inexoravelmente, até mesmo os mais democráticos, em organizações oligárquicas.

Desta forma, a leitura de Michels contribui a nossos debates atuais: o que se recrimina as organizações políticas hoje em dia é justamente de confiscar a iniciativa popular em benefício do aparelho. Essa aspiração à espontaneidade, junto com o processo à burocracia, a preferência dada às assembleias ditas gerais e o interesse pela autogestão, são várias das conseqüências indiretas do monopólio das decisões por uma oligarquia.

Porém a pergunta fundamental que o livro tenta responder é: A democracia é mesmo viável?

---

# SOCIOLOGIA DOS PARTIDOS POLÍTICOS



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CONSELHO DIRETOR

Abílio Machado Filho  
Amadeu Cury  
Aristides Azevedo Pacheco Leão  
Isaac Kerstenetzky  
José Carlos de Almeida Azevedo  
José Carlos Vieira de Figueiredo  
José Ephim Mindlin  
José Vieira de Vasconcellos

*Reitor:* José Carlos de Almeida Azevedo  
*Vice-Reitor:* Luiz Octávio Moraes de Sousa Carmo

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CONSELHO EDITORIAL

Afonso Arinos de Melo Franco  
Arnaldo Machado Camargo Filho  
Cândido Mendes de Almeida  
Carlos Castelo Branco  
Geraldo Severo de Souza Ávila  
Heitor Aquino Ferreira  
Helio Jaguaribe  
Josaphat Marinho  
José Francisco Paes Landim  
José Honório Rodrigues  
Luiz Viana Filho  
Miguel Reale  
Octaciano Nogueira  
Tércio Sampaio Ferraz Júnior  
Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento  
Vicente de Paulo Barreto

*Presidente:* Carlos Henrique Cardim

# 53 *Robert Michels* Sociologia dos Partidos Políticos

Pensamento  
Político

*Tradução de Arthur Chaudon*

342.5:329  
M6235



Editora Universidade de Brasília

Com o apoio



FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

Este livro ou parte dele  
não pode ser reproduzido por qualquer meio  
sem autorização escrita do Editor.

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília  
Campus Universitário – Asa Norte  
70.910 – Brasília – Distrito Federal

Título original: *Zur Soziologie des Parteiwesens in der Modernen Demokratie* de Robert Michels

Copyright © 1914, By Robert Michels

Direitos exclusivos para esta edição:  
Editora Universidade de Brasília

*EQUIPE TÉCNICA*

*Editores:*

Lúcio Reiner, Manuel Montenegro da Cruz,  
Maria Rizza Baptista Dutra, Maria Rosa Magalhães.

*Supervisor Gráfico:*

Elmano Rodrigues Pinheiro.

*Supervisor de Revisão:*

José Reis.

*Controladores de Texto:*

Antônio Carlos Ayres Maranhão, Carla Patrícia Frade Nogueira Lopes,  
Clarice Santos, Lais Serra Bátor, Maria del Puy Diez de Uré Helinger,  
Maria Helena Miranda, Monica Fernandes Guimarães, Patrícia Maria Silva de Assis,  
Thelma Rosane Pereira de Souza, Wilma G. Rosas Saltarelli.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da  
Universidade de Brasília

Michels, Robert, 1876-1936.  
M623z Sociologia dos Partidos Políticos. Trad. de Arthur  
Chaudon. Brasília, Editora Universidade de Brasília, c1982.  
243p. (Coleção Pensamento Políticos, 53)

Título original: *Zur Soziologie des Parteiwesens in der  
Modernen Demokratie.*

329 321.7

t

série

UPRES  
FACULDADE DE DIREITO  
BIBLIOTECA

Nº

30490

DATA

23.02.88

## SUMÁRIO

PREFÁCIO	3
PREFÁCIO DO AUTOR	9
PRIMEIRA PARTE	
Os Chefes nas Organizações Democráticas	
A – Causas determinantes de ordem técnica e administrativa	
Capítulo I – Introdução. Necessidade da Organização	15
Capítulo II – Impossibilidade mecânica e técnica do governo direto das massas	17
Capítulo III – O Partido Democrático Moderno como Partido Militante. O “Militantismo”	27
B – Causas determinantes de ordem psicológica	
Capítulo I – O Direito Moral à delegação	31
Capítulo II – A necessidade de chefes entre as massas	33
Capítulo III – A gratidão política das massas	39
Capítulo IV – A necessidade de veneração entre as massas	41
Capítulo V – Características acessórias dos chefes	45
C – Fatores intelectuais	
Superioridade intelectual dos chefes profissionais, incompetência formal e real das massas	53
SEGUNDA PARTE	
O Caráter Dominador dos Chefes	
Capítulo I – A estabilidade dos chefes	61
Capítulo II – O poder financeiro dos chefes e do partido	69
Capítulo III – Os chefes e a imprensa	83

Capítulo	IV – A atitude dos chefes e em relação às massas	87
Capítulo	V – A luta pelo poder entre os chefes	95
Capítulo	VI – Burocratismo. Tendências centralizadoras e descentralizadoras	105

#### TERCEIRA PARTE

O Exercício do Poder e suas Reações Psicológicas sobre os Chefes		
Capítulo	I – A metamorfose psicológica dos chefes	117
Capítulo	II – A ideologia bonapartista	123
Capítulo	III – Identificação do partido e do chefe. “O Partido Sou Eu”	129

#### QUARTA PARTE

Análise Social dos Chefes		
Capítulo	I – Introdução: A luta de classes e sua ação desagregadora sobre a burguesia	135
Capítulo	II – Os chefes socialistas de origem burguesa	141
Capítulo	III – As transformações sociais produzidas pela organização	155
	1.º – A adesão dos pequeno – burgueses aos partidos proletários	155
	2.º – A organização operária como criadora de novas camadas pequeno-burguesas	156
	3.º – A “defesa patronal” como criadora de novas camadas pequeno-burguesas	162
Capítulo	IV – A necessidade de diferenciação na classe operária	167
Capítulo	V – Os chefes operários de origem proletária	173
Capítulo	VI – Os partidos operários e a questão dita dos intelectuais	185

#### QUINTA PARTE

Ensaíos sobre Limitação do Poder dos Chefes		
Capítulo	I – O <i>referendum</i>	197
Capítulo	II – O postulado da renúncia	201
Capítulo	III – A ação profilática do sindicalismo	205
Capítulo	IV – A ação profilática do anarquismo	213

#### SEXTA PARTE

Síntese: As Tendências Oligárquicas da Organização		
Capítulo	I – A base conservadora da organização	219
Capítulo	II – A democracia e a lei de bronze da oligarquia	225
Capítulo	III – Considerações finais	237

## PREFÁCIO

O livro de Robert Michels tem, há mais de meio século, a reputação de ser um grande livro, mesmo entre aqueles que o citam sem o terem lido. Com o de Ostrogorsky, alguns anos mais velho, é um clássico dos estudos políticos. Durante muito tempo não teve nenhum equivalente, na França ou no estrangeiro, mesmo nos Estados Unidos. Continuará quase o único de sua espécie até o surto de estudos sobre os partidos políticos, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, caracterizado na França pelo aparecimento, em 1951, do livro pioneiro de Maurice Duverger "Os Partidos Políticos".

Publicado antes da Primeira Guerra Mundial, a obra de Robert Michels foi um dos primeiros estudos sobre um fenômeno político que estava ainda na sua juventude. Foi também uma das primeiras tentativas de reflexão geral sobre o assunto. O livro impôs-se tanto pelas suas conclusões como pelas suas descrições. O subtítulo anuncia sem rodeios a tese que o autor acreditou poder inferir de uma análise do funcionamento dos partidos estudados. Nascidos com a instauração da democracia política, concebidos como instrumentos privilegiados do seu desenvolvimento, animados a princípio de uma inspiração nitidamente democrática, tornaram-se inelutavelmente organismos oligárquicos, mesmo os mais democráticos, isto é, os partidos socialistas. Esta seria a dura lição da experiência.

Robert Michels descreve as etapas e detalha os aspectos dessa evolução com uma insistência que, sem evitar repetições, provoca, por vezes, certa monotonia. Mostra, com profusão de exemplos, como a direção das grandes máquinas políticas é progressivamente dominada por uma classe profissional, que afasta os militantes: seu conhecimento dos problemas e sua experiência a tornam indispensável. A ciência dos mecanismos internos e sua habilidade em aplicar as regras preservam-na ao mudarem as maiorias. Adquire assim uma imobilidade quase absoluta; sua renovação só se opera pela ação do tempo e a renovação de gerações é por ela cuidadosamente limitada. A centralização administrativa evita ou abafa as iniciativas que poderiam partir das bases. Os dirigentes, por sua parte, esforçam-se em dissolver as oposições virtuais, quer absorvendo os seus líderes, quer livrando-se deles. Assim, qualquer possibilidade de rejuvenescimento global ou de mudança está de antemão condenada. A democracia, que é a participação de todos na direção, deixa, por conseguinte, de exercer-se no interior dos partidos. Esta degradação tem outra consequência que Michels registra: os partidos, que no

início se definem como revolucionários, se aburguesam em vez de continuarem os instrumentos de uma mudança global da sociedade; deixam-se absorver, aos poucos, pelo regime e tornam-se os órgãos de uma oposição constitucional.

Robert Michels não se limita a constatar o processo, pesquisa suas causas. Como se explica desse modo que todos os partidos democráticos se engajem numa via tão oposta à sua inspiração declarada. É necessário atribuir a responsabilidade desse fato à maldade da natureza humana ou à mediocridade dos dirigentes. Embora Robert Michels não se prive de emitir julgamentos de grande severidade sobre estes últimos, recusa-se a esse tipo de explicação. As verdadeiras causas de uma evolução tão geral só podem ser mecânicas e institucionais, dizem respeito à natureza das coisas, tal como modelada pela organização social. A explicação de Michels se organiza em função de dois eixos complementares.

A primeira parte da sociologia das organizações: a experiência dos Estados, do mesmo modo que a dos Exércitos, com a qual o autor estabelece, às vezes, ligações sugestivas (note-se que, curiosamente, ele não pensa em fazer essas comparações em relação à Igreja, às quais, hoje em dia, se impõem naturalmente à reflexão de qualquer um que se interesse pelos partidos) demonstram imediatamente que não há força que possa substituir uma organização estável, os partidos não mais que as outras e, em segundo lugar, que nenhuma organização pode dispensar os chefes. É uma necessidade estratégica, registrá-la indica apenas objetividade científica. Para um partido político, recusar-se a aceitar essas limitações equivaleria a renunciar ao mínimo de eficácia.

A segunda linha de explicação recorre à psicologia social. Ao lado das transformações inelutáveis que o próprio exercício de suas responsabilidades impõe aos chefes, entram em jogo, os fatores de psicologia coletiva: a necessidade religiosa das massas, que se reflete nos partidos, a rigidez dos grupos, a força dos hábitos e, finalmente, a relativa indiferença das massas pela prática efetiva da democracia. Não somente não estão preparadas a exercer o seu papel, como não o desejam, e entregar-se-iam facilmente a uma oligarquia, com o propósito de dar vida às instituições políticas.

No final dessa análise explicativa, Robert Michels hesita em formular a conclusão negativa que dela parece resultar: que a democracia nessas condições não passa de uma utopia. Entretanto, não desespera de seu futuro, põe sua confiança na luta, que deve renascer constantemente, contra o incessante reaparecimento da oligarquia no próprio seio de suas instituições. Desse modo a vida dos organismos partidários é dominada pelo antagonismo irreduzível e permanente entre essas duas grandes tendências; a propensão à concentração de poderes nas mãos de uma oligarquia irremovível e a aspiração de participação geral. Mesmo levando em conta essa abertura ao futuro, estamos longe do otimismo dos Sociais-Democratas, ao imaginarem que o problema será resolvido,

*ipso facto*, no dia em que o socialismo chegar ao poder: ele também traz em seu seio a semente da oligarquia.

Esta é, reduzida às suas linhas básicas, a arquitetura da tese formulada há mais de cinquenta anos e cuja tradução francesa, publicada em 1914, está esgotada há muitos anos. Como resistiu ela à prova do tempo? Ou, para colocar a questão em termos mais diretos, justifica-se uma nova edição? Não poderíamos considerar que a evolução dos partidos, de um lado, e o desenvolvimento recente dos estudos sobre esse fenômeno, de outro, retiraram do livro de Michels o interesse que despertara antes, quando era o único de sua espécie?

Realmente, o leitor de hoje descobre certos defeitos que passaram despercebidos aos contemporâneos. O surto de estudos de ciência política tornou-nos mais exigentes. Relevamos as faltas de composição, as reedições, muito numerosas para o nosso gosto; obras posteriores não estão isentas dos mesmos defeitos. Estamos mais incomodados com a mistura de tons: o cuidado com o rigor, que anima a descrição, não a isenta de apreciações subjetivas, usualmente críticas, sobre o comportamento e as motivações dos líderes; Michels, no nosso modo de ver, passa com freqüência da análise científica ao julgamento moral. Embora evite ligar os fatos observados a causas ligadas à psicologia individual, não se priva de fazer o processo dos indivíduos e sua severidade nem sempre parece fundamentada, por exemplo, sobre os líderes trabalhistas dos Estados Unidos. O leitor atual ficará desconcertado com a estreiteza da informação. Muito poucos dados estatísticos em apoio das análises da composição dos partidários, nada sobre o financiamento das organizações, nenhum estudo sobre os estatutos, pouca atenção dada ao funcionamento das instituições, ao desenvolvimento dos congressos, à aplicação das regras, ao jogo das forças no interior dos órgãos dirigentes.

Se o método padece da falta de rigor e de informação ampla, o campo de observação sofre de limitações que se devem à data da obra e à experiência do autor. Michels, praticamente, só leva em conta os grandes partidos, aqueles que envolvem verdadeiros batalhões. No espaço ideal, que define a topografia ideológica, Michels só se ocupa da esquerda e apenas dos partidos dos trabalhadores, em nome do postulado discutível, segundo o qual os partidos socialistas seriam a expressão mais acabada da democracia. Esta limitação política, que deixa de fora as formações liberais e até mesmo radicais, vêm-se acrescidas de uma limitação geográfica: todos os seus exemplos se aplicam apenas no interior de um espaço territorial exíguo, constituído pela Alemanha, Países Baixos, Grã-Bretanha e em parte, secundariamente, a Itália. Os demais países são mencionados de memória e de forma absolutamente ocasional. O silêncio sobre os partidos franceses explica-se, em parte, pelo atraso em que surgiram na França os grandes partidos organizados. Esta limitação territorial, que restringe singularmente as dimensões de um estudo com pretensões comparativas, tem um inconveniente grave: o espaço que abrange é demasiadamente homogêneo, com exceção da

Itália, só trata dos países nórdicos, de industrialização adiantada e religião protestante. Para dizer a verdade, a tese de Michels é uma extrapolação, a partir da Social-Democracia, da Alemanha dos Guilhermes. Ora, nada garante que os traços que nos são apresentados como conseqüência natural do funcionamento dos partidos modernos não sejam muito mais o produto de uma cultura nacional e a expressão dos hábitos da vida coletiva alemã.

Que a obra sofra a marca da época em que foi feita não poderia causar-nos admiração e, menos ainda, ser um motivo de crítica. Percebe-se isso pelos autores consultados: Ostrogorsky, Georges Sorel, E. Berth. discerne-se nela o eco das teorias elitistas da época, de Mosca e Pareto, o que também se nota na formulação das questões e nas referências às controvérsias: a disputa Bernstein-Kautsky é apresentada como pano de fundo. Mais amplamente, o confronto entre reformistas e revolucionários nos partidos socialistas da Segunda Internacional pesa no estudo.

Tantos foram os acontecimentos que depois de 1914 afetaram a história dos partidos e, singularmente, a história do socialismo que somos obrigados a interrogar-nos sobre a atualidade do livro de Robert Michels. Quantas mudanças ocorreram! O colapso da Segunda Internacional, a constituição da Terceira, o surto nos partidos comunistas de um novo tipo de organização, a aparição de partidos fascistas, a generalização de um modelo partidário mais organizado e mais disciplinado. Numa perspectiva a longo prazo, os anos anteriores à Primeira Guerra Mundial parecem constituir apenas o prólogo da história dos partidos. Essas mudanças, essas revoluções seriam meras conjecturas e o estudo de Michels teria um interesse apenas retrospectivo?

Contentar-se com essa conclusão negativa seria desconhecer o interesse durável da obra e mesmo sua atualidade, que surgem após uma leitura atenta. Os próprios fatos, que deveriam condená-lo, voltam-se em sua defesa. Ultrapassada certamente em alguns pontos a obra é profética em outros. Merece a reputação de ser um clássico. Esclarece acontecimentos posteriores: ao observar, por seu intermédio, o funcionamento da Social-Democracia, explica-se, por exemplo, que Rosa Luxemburgo tenha contra a rigidez do aparelho e combatido sem trégua a burocracia do Partido. Ajuda também a compreender de que modo esta mesma Social-Democracia foi incapaz de opor-se eficazmente à maré do Nacional-Socialismo, paralisada como estava pelo peso de sua própria organização, a concentração de responsabilidade, a perda de iniciativa

Fatos numerosos, mesmo fora do campo de sua observação, vieram dar-lhe razão. A permanência da França, com Guy Mollet, à testa do S.F.I.O., durante vinte e três anos, ilustra a imobilidade dos dirigentes. Com este exemplo, ficamos ainda no interior da família Social-Democrata, a qual lamentamos que Robert Michels tenha circunscrito o seu campo de estudo. Ora, sua tese encontrou uma

confirmação brilhante na curva da evolução de uma organização que só existia, no momento em que escreveu seu ensaio, no estado de um grupo pequeno minoritário insignificante: o Partido Comunista. Quantos argumentos ele não poderia ter aprofundado na afirmação do centralismo democrático, na instauração da ditadura do proletariado sobre as instâncias do partido, o desenvolvimento da burocracia e todos esses traços aberrantes ou correspondentes à natureza profunda do sistema que englobamos sob o nome de stalinismo. Longe de pôr em perigo a análise de Michels, o Partido Comunista e a Terceira Internacional abriram-lhe novas perspectivas e sua evolução, impossível de ser prevista em 1914, é, sem dúvida, a confirmação mais decisiva da justeza de suas intuições. O comunismo foi muito além da Social-Democracia na afirmação da tendência oligárquica e seria a ele que Robert Michels tomaria hoje em dia como modelo. Teríamos proveito e interesse em ler, paralelamente, o estudo recente, ao mesmo tempo penetrante e documentado, de Annie Kriegel sobre os comunistas franceses.

Ao contrário, a crise que sofreram indistintamente todos os partidos, a desafeição quase geral em que são tidos até hoje, reforçam a tese de Michels. Pois, o que a opinião condena confusamente nas organizações políticas é precisamente o confisco da iniciativa em benefício do aparelho. A aspiração à espontaneidade, o apelo às massas, o processo da burocracia, a preferência dada às assembleias ditas gerais, a paixão pela autogestão, são as várias conseqüências indiretas do domínio de uma oligarquia. A leitura de Michels traz uma contribuição inesperada ao debate dos nossos dias. Um espírito maldoso verá nela um indício do caráter anacrônico ou regressivo das nossas controvérsias políticas após a crise de 1968. Manifesta-se uma estranha consonância entre a reflexão do cientista em 1914 e as preocupações do militante ou do cidadão em 1971.

Sua demonstração da formação de uma aristocracia detentora do poder no interior dos partidos pretendidamente revolucionários, que sonham instaurar uma sociedade perfeitamente igualitária, antecipa a obra de Djilas "A Nova Classe", e a convergência de ambas leva a duvidar das possibilidades de vir a estabelecer-se uma sociedade da qual tenha desaparecido toda diferenciação de classes. Os trechos sobre a origem social dos membros de um partido, as considerações que a dominam sobre a possibilidade de recrutar, fora da classe operária, os elementos propriamente revolucionários – além de esclarecerem o cuidado permanente do partido comunista de manter uma percentagem mínima de operários em todos os escalões ressoam o eco da controvérsia que opôs Roger Garaudy e o Partido sobre o papel e o lugar do intelectual na formação de um bloco revolucionário histórico.

A concordância com as pesquisas dos especialistas não é menos notável: sinal de um pensamento vivo, carregado de virtualidades e de pressentimentos do futuro. A atenção dada aos dirigentes dos partidos e a sua imobilidade anuncia o ensaio de Burnham sobre a era dos gerentes (*managers*) e sugere que haveria

interesse em levar avante estudos comparativos sobre os partidos e as empresas. A vontade de examinar a organização interna das formações políticas, sem levar em conta sua orientação ideológica, prefigura em certos aspectos os trabalhos de Michel Crozier sobre a sociologia das organizações. A leitura do ensaio de Michels enriquece, enfim, a reflexão sobre algumas das noções que estão, presentemente, no núcleo do debate político, tais como: delegação, representação, participação e as relações entre as minorias ativas e a maioria silenciosa. Essas poucas referências falam bastante do caráter atual de uma obra, cuja problemática sofreu menos a usura do tempo do que o seu método.

Quanto à interrogação fundamental, subjacente a toda obra, ela é provavelmente mais atual do que jamais o foi: é a democracia viável? Se os partidos que se propõem, explicitamente, trabalhar pela sua instauração ou pelo seu aperfeiçoamento têm eles mesmos tantas dificuldades em respeitá-la na sua existência interna, não deveríamos inferir que ela não é realizável na escala da sociedade política global? Sobre esse ponto, já o dissemos, Robert Michels não se permite enunciar uma conclusão tão negativa, embora ela seja o resultado lógico de sua demonstração. Põe sua esperança na recusa de alguns em aceitarem essa corrupção da democracia. A tendência à oligarquia é, sem dúvida, incurável, ela ressurgue inevitavelmente das próprias tentativas de destruí-la, mas a tendência antagônica será menos incoercível? Essa mistura de pessimismo lúcido e de resistência ao desespero transporta-nos a um outro analista da democracia, sobre o qual Michels não chega a pronunciar-se, mas do qual está próximo por algumas de suas preocupações: Tocqueville. A questão continua aberta nos dias atuais. O fato de que se possa, meio século após Michels, propô-la em termos relativamente próximos aos seus, autoriza-nos a acreditar que a inclinação à oligarquia, que tão utilmente ele trouxe à baila, encontra na natureza das coisas uma tendência compensadora que a neutraliza parcialmente, de modo a assegurar à democracia política um equilíbrio relativo?

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS  
1971

## PREFÁCIO DO AUTOR

Nesta edição francesa do meu livro utilizo todas as críticas e observações que ele suscitou na edição alemã, surgida aproximadamente há dois anos. A acolhida que ele recebeu, então, no mundo científico ultrapassou verdadeiramente todas as minhas esperanças. Embora escrito em alemão, meu livro encontrou o primeiro eco na França, esta velha terra da democracia e das críticas à democracia. Em seguida foi discutido na Holanda, onde Leeuwenburg, entre outros consagrou-lhe uma série de artigos, nos quais minhas teorias se encontram corroboradas por argumentos tirados da história do Partido Socialista Holandês. Finalmente, ele foi acolhido com grande fervor na Alemanha, onde a democracia, virgem, e por assim dizer pouco conhecida tem, não obstante, ardentes e cegos admiradores. Em toda a parte minha obra teve a rara sorte de provocar exames notáveis, quer pela quantidade, quer pela qualidade, inspirados numa meditação séria das questões que abordo e escritos por personalidades, algumas das quais ocupam cargos eminentes no mundo científico e político.

Independente da escola política ou científica a que pertencessem, todos os meus críticos foram unânimes em alguns pontos que considero essenciais. Com efeito, todos foram unânimes em reconhecer que a leitura da minha obra era indispensável a todos que se dedicam à sociologia, sobretudo à sociologia dos partidos: que meu livro, escrito com grande serenidade de julgamento, com objetividade e imparcialidade absolutas, fora concebido e conduzido com sinceridade e até mesmo com certa audácia; que seu autor possui um conhecimento profundo da engrenagem da vida prática e que desse conhecimento nasce ao mesmo tempo que uma penetração analítica, um método sintético que oferece uma sólida base à discussão do problema escolhido pelo autor; que, enfim, é um livro muito pessoal e que foi escrito por “um espírito curioso e um observador perspicaz que não havia esquecido que uma obra só tem valor e só é durável sob a condição de descrever a vida”.

Muitos qualificaram meus estudos de “ciência pessimista”. Outros, viram nisso o mérito, considerando o otimismo em ciências sociais como mera mentira. Alguns até mesmo admitiram que o pessimismo decorre fatalmente da constatação dos fatos existentes no livro. Mas, com respeito a este ponto, dirigiram-me críticas sérias, embora às vezes um tanto ingênuas. Um socialista francês,

reconhecendo que as tendências oligárquicas sobre as quais eu insisto são “muito verdadeiras e muito chocantes”, no que concerne à democracia-social alemã, pretende que no socialismo francês a oligarquia é um fenômeno secundário, porque de alto a baixo, no partido e nos sindicatos, reina, sobretudo, a suspeita. Um ilustre economista americano, meu amigo Brooks, observou que minhas críticas poderiam aplicar-se muito bem à democracia européia, mas de nenhum modo à democracia norte-americana (a dos *boss* tão minuciosamente descrita por tantos escritores dignos de crédito). Não perderei meu tempo respondendo a uma afirmação dessa natureza. Ela tem sua explicação nesse fenômeno psicológico tão freqüente nos indivíduos e nas nações de “notarmos com mais facilidade a palha nos olhos dos outros do que nos nossos próprios”.

É evidente que um livro que sacode a tal ponto as bases do partido socialista teria que encontrar inúmeros opositores. Mas, a bem da verdade, devo reconhecer que, contrariamente às minhas previsões, foi muito bem acolhido pelos socialistas. É certo que o economista Konrad Schmidt, embora preste homenagem à abundância do material reunido por mim e ao caráter “interessante e atraente” da minha síntese, declara que os meios de controle de que o partido socialista dispõe hoje em dia na Alemanha são suficientes para manter os chefes submetidos à vontade da massa. Alguns outros, entre os quais o marxista Konrad Haenisch, declaram compreender perfeitamente a utilidade do meu livro, mesmo do ponto de vista especial do partido socialista e admitem explicitamente a existência da oligarquia no seio do partido. Mas censuram-me por ter tratado o problema da democracia de uma maneira muito abstrata, de não ter mostrado suficientemente que os defeitos e lacunas do sistema democrático na vida dos partidos socialistas contemporâneos explica-se, em última análise, pelas condições gerais do regime social moderno, regime fundado sobre a existência de diferentes classes e de condições diversas, à cuja influência os próprios socialistas não saberiam subtrair-se completamente. Creio ter respondido suficientemente em meu livro a esta censura que vê na oligarquia dos partidos uma realidade de ontem e de hoje, mas nega-lhe o caráter de lei.

Um outro socialista, o teórico reformista Paul Kampffmeyer, acreditou poder defender melhor a sua própria maneira de ver ignorando as principais idéias expostas no meu livro, principalmente dizendo que a minha concepção da oligarquia implica numa acusação de corrupção contra todos os chefes políticos de origens proletárias (embora eu tenha feito todos os esforços para abordar o menos possível o aspecto moral), acusando-me ao mesmo tempo de julgar a partir de um critério excessivamente elevado. A esta acusação responderei que medi a democracia com o seu próprio metro, tal como a concebem os socialistas modernizantes: sem deixar de admitir a incompetência das massas e a necessidade de uma direção forte e estável, estes últimos se obstinam em qualificar tal estado de coisas, separado da aristocracia apenas por uma nuance, com o nome pomposo de “democracia”. Questão de terminologia, naturalmente, em que a lógica está do

nosso lado, mas em que é impossível estabelecer regras válidas na prática. Na verdade, ninguém pode impedir o seu próximo de chamar, se assim lhe der prazer, de penumbra a um dia ensolarado de agosto, de gato a um cão ou de cão a um gato...

PRIMEIRA PARTE  
OS CHEFES NAS ORGANIZAÇÕES DEMOCRÁTICAS

A. CAUSAS DETERMINANTES DE ORDEM  
TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

## CAPÍTULO I

### INTRODUÇÃO. NECESSIDADE DA ORGANIZAÇÃO

Não se concebe a democracia sem organização. A demonstração dessa tese pode fazer-se em poucas palavras.

Uma classe que desfralda diante da sociedade a bandeira de reivindicações determinadas e aspira a realizar um conjunto de ideologias ou de ideais a partir das funções econômicas que exerce tem necessidade de uma organização. Quer se trate, na realidade, de reivindicações econômicas ou políticas, a organização se revela como o único meio de criar uma vontade coletiva. E, na medida em que ela repouse sobre o princípio do menor esforço, isto é, da maior economia de forças, a organização é, nas mãos dos fracos, uma arma de luta contra os fortes.

Uma luta só pode ter chances de êxito na medida em que ela se desenvolva no terreno da solidariedade entre indivíduos com interesses idênticos. Os socialistas, os mais fanáticos partidários da idéia da organização, enunciam, assim, um princípio que combina bem com os resultados dos estudos científicos sobre a natureza dos partidos, quando fazem objeções às teorias anarquistas e individualistas de que nada seria mais agradável aos patrões do que verem as forças operárias se dispersarem e se desagregarem.

Vivemos numa época em que a idéia da cooperação aprofundou nos espíritos raízes tão fundas, que mesmo os milionários percebem a necessidade de uma ação comum. Do mesmo modo concebe-se que a organização, cuja ausência torna todo êxito impossível, *a priori*, tenha se tornado o princípio vital da classe operária. O operário que se recusa a participar da vida coletiva de sua classe só pode atrair conseqüências funestas para ele próprio. Por seu grau de cultura, por suas condições econômicas, físicas e fisiológicas o proletariado é o elemento mais fraco da nossa sociedade. O operário isolado encontra-se, na realidade, submetido sem defesa à exploração dos que são economicamente mais fortes. Apenas aglomerando-se e dando à sua aglomeração uma estrutura é que os proletários adquirem a capacidade de resistência política, e ao mesmo tempo, uma dignidade social. A importância e a influência da classe trabalhadora estão em razão direta de seu tamanho. Ora, para ter uma dimensão é necessário organizar-se, coordenar-se. O

princípio da organização deve ser considerado a condição absoluta da luta política conduzida pelas massas.

Mas o princípio da organização, politicamente necessário, se permite evitar a dispersão de forças, propícia aos adversários, envolve alguns perigos. Só escapamos de Scyla para cair em Caarybde. É que a organização constitui precisamente a fonte que as correntes conservadoras lançam na planície da democracia, e ocasionalmente, as inundações que tornam esta planície irreconhecível.

## CAPÍTULO II

### IMPOSSIBILIDADE MECÂNICA E TÉCNICA DO GOVERNO DIRETO DAS MASSAS

O ideal prático da democracia consiste no autogoverno (*self-government*) das massas, conforme as decisões das assembleias populares. Mas, se é verdade que esse sistema limita a extensão do princípio da delegação, não oferece em troca qualquer garantia contra a formação de um estado-maior oligárquico. Sem dúvida, ele tira dos chefes naturais sua qualidade de funcionários, pois é a própria massa que preenche todas as funções. Mas, de um lado, a massa se deixa sugestionar facilmente pela eloquência de poderosos oradores populares; e, de outro, o governo direto do povo, que não admite discussões sérias, nem deliberações refletidas, facilita singularmente os golpes a que poderiam ser tentados homens excepcionalmente audaciosos, enérgicos e hábeis.

É mais fácil dominar a massa que um pequeno auditório. A adesão daquela é, de fato, tumultuada, sumária, incondicional. Uma vez sugestionada ela não admite facilmente as contradições, sobretudo de parte de indivíduos isolados. Uma grande multidão reunida num pequeno espaço é incontestavelmente mais acessível ao pânico cego ou ao entusiasmo irrefletido que um pequeno grupo, no qual os membros podem discutir tranqüilamente entre si.

É um fato da experiência diária que as gigantescas reuniões populares aprovam geralmente por aclamação, ou por votos em bloco, as resoluções às quais, essas mesmas assembleias, divididas em seções de cinquenta pessoas, por exemplo, evitariam dar a sua adesão. Assim agem os grandes partidos em seus congressos, onde estão reunidos, contudo, a elite de seus membros. Atos e palavras são menos pesados pela massa que por indivíduos ou por pequenos grupos que a compõem. Este é um fato incontestável. Ele é uma manifestação da patologia das massas. A multidão anula o indivíduo, e, desse modo, sua personalidade e seu sentimento de responsabilidade.

Mas, o mais formidável argumento contra a soberania das massas é tirado da impossibilidade mecânica e técnica de sua realização. Basta querer reunir regularmente assembleias deliberantes de milhares de membros para nos vermos

às voltas com as maiores dificuldades de tempo e de espaço. E a coisa se tornará, do ponto de vista topográfico, completamente impossível, se o número de membros atingir, por exemplo, dez mil. Mesmo imaginando-se meios de comunicação mais perfeitos do que aqueles de que dispomos, como seria possível reunir tamanhas multidões em um determinado local, em horas fixas e com a frequência que impõem as exigências da vida partidária. E não falamos da impossibilidade em que se encontraria o orador, mesmo o mais poderoso, de fazer-se ouvido por uma massa de dez mil pessoas.

Mas existem ainda outras razões, de ordem técnica e administrativa, que tornam o governo direto de vastos grupos irrealizável. Se Jacques é culpado de uma injustiça em relação a Pierre, é absolutamente impossível que nós, os demais cidadãos, participemos de uma enquete pessoal sobre o assunto, a fim de, sendo o caso, tomar partido em favor de Pierre contra Jacques. O que sucede, aliás, nos partidos democráticos modernos, onde a coletividade não tem condições de resolver diretamente as controvérsias que surgem no seu seio.

Assim impõe-se a necessidade de delegados, capazes de representar a massa e de garantir a realização de sua vontade. Mesmo nos grupos mais sinceramente democráticos, confia-se necessariamente a certos indivíduos os assuntos correntes, a preparação e a execução dos atos mais importantes.

Em sua origem, o chefe é apenas o servidor da massa. A organização funda-se na igualdade absoluta de todos os que dela participam. Trata-se, primitivamente, de uma igualdade genérica dos homens como tais. Em muitos países, por exemplo na Itália idealista (e, em algumas regiões da Alemanha, onde o movimento socialista está ainda no seu início) esta igualdade manifesta-se, entre outras, pelo hábito comum de todos os membros se chamarem pelo nome: o mais humilde trabalhador interpela, como a um igual, ao mais ilustre intelectual.

Mas, à concepção de igualdade genérica substitui-se pouco a pouco a de igualdade entre camaradas que pertencem à mesma organização. Todos os membros desta última gozam dos mesmos direitos. O princípio democrático pretende garantir a todos, na gestão dos interesses comuns, uma influência e uma participação iguais. O postulado fundamental da “Declaração dos Direitos do Homem” encontra aqui sua aplicação teórica. Todos os cargos emanam do sufrágio. Os funcionários, compreendidos como órgãos executivos da vontade geral, desempenham um papel subordinado, dependente constantemente da coletividade e são revogáveis e demissíveis *ad nutum*. Com respeito a seus condutores, a massa do partido detém um poder ilimitado.

Procura-se, primeiramente, fugir o menos possível da democracia pura, subordinando-se, completamente, os delegados à vontade da massa. Na origem do movimento dos trabalhadores agrícolas italianos, o chefe da Liga só podia ser

eleito mediante maioria de, pelo menos, quatro quintos dos votos. Em casos de divergências com os patrões, motivadas por questões de salários, o representante da organização devia, antes de começar as negociações, munir-se de uma procuração legal. Com esta procuração, cada membro da corporação autorizava, individualmente, as posições do seu representante, assinando o documento.

Ao mesmo tempo, a contabilidade estava sempre a disposição dos associados, a fim de que qualquer um, a qualquer instante, dela pudesse tomar conhecimento. Esta medida era ditada por duas razões: em primeiro lugar, não se desejava que a desconfiança, “este veneno que destrói pouco a pouco até mesmo o organismo mais forte”, se desenvolvesse na massa; em segundo lugar, este hábito permitia a cada um dos associados ficar ao corrente do estado dos livros e adquirir, conhecimentos sobre o funcionamento da corporação, susceptíveis de torná-lo apto a assumir a direção da Liga, quando fosse chegada a sua vez.

É evidente que medidas democráticas dessa natureza são aplicáveis apenas numa escala reduzida. Na Europa do movimento sindical inglês, os delegados de um grande número de *trade unions*, ou eram eleitos alternadamente pelos seus co-associados, ou escolhidos aleatoriamente (sorteados). Mas, pouco a pouco a tarefa dos delegados se complica: ela exige uma certa habilidade individual, o dom da oratória e um grande número de conhecimentos objetivos. Assim, não se podia confiar ao azar cego da sucessão alfabética ou da antigüidade a escolha de uma delegação, cujos membros, para se desincumbirem a contento de suas missões, deveriam possuir aptidões pessoais especiais.

Tais eram os métodos pelos quais se buscava, na origem do movimento trabalhista, fazer com que as massas participassem na administração do partido e dos sindicatos. Hoje em dia, esses métodos estão caindo em desuso. Nos partidos políticos modernos reclama-se para os chefes uma espécie de consagração oficial e insiste-se na necessidade de se formar uma classe de políticos profissionais, de técnicos da política, testados e experimentados.

Entre os socialistas, alguns preconizam a instituição sobre o controle do partido, exames regulares, tanto em relação aos candidatos às eleições, como aos secretários do partido. Outros vão ainda mais longe e pretendem que as grandes associações profissionais não poderiam se manter por muito tempo se persistissem em confiar a direção de seus assuntos a pessoas saídas de seus próprios quadros. Cita-se a este propósito o exemplo das uniões patronais que funcionam em grande parte com pessoal de origem universitária. E prevê-se que num futuro muito próximo as organizações proletárias serão obrigadas a renunciar, por sua vez, a exclusivismo proletário e a dar preferência a indivíduos dotados de instrução superior: econômica, jurídica, técnica e comercial.

Mesmo atualmente, os candidatos ao posto de secretário sindical são submetidos a um exame destinado a verificar seus conhecimentos jurídicos e sua

capacidade de redação. As organizações socialistas com tendências políticas se ocupam, igualmente, da formação direta de seus funcionários.

Vemos surgir em toda a parte espécies de “viveiros” destinados a fornecer às organizações, com rapidez, funcionários dotados de alguma cultura científica. Há, em Berlim, desde 1906, uma *Parteischule* onde existem cursos especiais destinados aos que desejam tornar-se empregados do partido ou dos sindicatos trabalhistas. O corpo docente da escola é pago pela caixa central do partido socialista, ao qual a escola deve sua criação. Quanto à manutenção dos alunos e aos outros gastos implicados no funcionamento de uma escola, eles são divididos entre o partido e as federações operárias interessadas. Ademais, as famílias dos alunos recebem, na medida do que precisam para se manter, uma subvenção pecuniária que lhes é entregue pelas organizações provinciais ou pelas uniões locais a que os alunos estão afiliados.

O terceiro curso desta escola, de 1.º de outubro de 1908 a 3 de abril de 1909, foi freqüentado por 26 alunos (contra 31 no primeiro e 33 no segundo). São admitidos de preferência os camaradas que já têm um emprego qualquer no partido ou numa associação profissional qualquer. Os alunos que no momento de sua admissão à escola não pertenciam ainda à burocracia proletária, propunham-se a vir a pertencer e acariciavam a esperança secreta de que freqüentando a escola poderiam realizar com mais facilidade sua intenção. Os que não conseguiram tiveram um certo ressentimento contra o partido, que, após lhes haver facilitado os estudos, enviou-os de volta aos trabalhos manuais. Os 141 estudantes do ano 1910-1911 se dividem em três categorias: antigos empregados pertencentes aos diversos ramos do movimento operário (52 pessoas); aqueles que, ao sair da escola, foram engajados no serviço do partido ou dos sindicatos (49 pessoas); aqueles que ainda não conseguiram um emprego intelectual (40 pessoas).

Na Itália, a sociedade filantrópica *l'humanitaria*, que está em mãos dos socialistas, fundou em Milão, em 1905, uma “Escola Prática de Legislação Social”. O objetivo desta escola é dar a um certo número de operários os conhecimentos que os tornem aptos a exercer as funções de inspetor do trabalho, e de dirigir as federações e as bolsas de trabalho, as sociedades de beneficência e as agências de mão-de-obra (emprego).

Os cursos têm a duração de dois anos e os alunos recebem, ao terminar, um diploma que lhes confere o título de “técnico em trabalho”. A escola foi freqüentada, em 1908, por 202 alunos, dos quais 37 eram empregados em organizações trabalhistas ou cooperativistas, 4, secretários em escritórios de alocação de mão-de-obra, 45, empregados pertencentes a profissões autônomas e 112 operários.

No princípio, a maioria dos alunos freqüentavam a escola por gosto pessoal ou com a intenção de obter mais tarde, com o diploma, empregos mais lucrativos.

Mas, mais recentemente, a direção decidiu suprimir o diploma e o título a que dava direito e instituir um curso complementar destinado exclusivamente aos que já possuíam empregos nas organizações operárias ou que se destinavam a tais empregos. Para os cursos especiais seriam criadas bolsas de estudos, de 200 francos cada, financiadas em parte pela *l'humanitaria*, e, em parte, pelas organizações que desejassem enviar alguns dos seus empregados.

Com o mesmo modelo e os mesmos fins foi fundada em Turim, em 1909, com o patrocínio da Bolsa do Trabalho desta cidade, uma escola análoga (Escola Prática de Cultura e de Legislação Social) que, aliás, teve uma existência efêmera.

Na Inglaterra, as associações profissionais e cooperativistas servem-se da instituição do *Ruskin College*, da Universidade de Oxford, para enviar seus partidários, escolhidos entre os mais capazes, que aspiram a funções de direção nos organismos trabalhistas.

Na Áustria, enfim, projeta-se a criação de uma escola do partido com base no modelo alemão.

Não obstante, é inegável que todas estas instituições educacionais, destinadas a fornecer funcionários ao partido e às organizações trabalhistas, contribuem, sobretudo, a criar artificialmente, uma elite operária, uma verdadeira casta de cadetes, de aspirantes ao comando das tropas proletárias. Sem o desejar, cavam ainda mais o fosso que separa os dirigentes das massas.

A especialização técnica, esta conseqüência inevitável de qualquer organização mais ou menos extensa, torna necessário o que chamamos direção dos negócios. Daí resulta que o poder de decisão, considerado como um dos atributos específicos da direção, é pouco a pouco retirado das massas e concentrado exclusivamente nas mãos dos chefes. E estes, que antes não eram senão os órgãos executivos da vontade coletiva, em breve se tornam independentes das massas, frustrando-se ao seu controle.

Quem fala em organização fala em tendência à oligarquia. Em cada organização, seja um partido ou uma união de profissões, etc., a inclinação aristocrática manifesta-se de uma maneira muito acentuada. O mecanismo da organização, ao mesmo tempo que lhe dá uma estrutura sólida, provoca na massa organizada graves modificações. Ela altera completamente as respectivas composições de chefes e massas. A organização tem o efeito de dividir todo partido ou sindicato profissional em uma minoria dirigente e uma maioria dirigida.

Qualquer organização solidamente constituída, quer se trate de um Estado democrático, de um partido político ou de uma liga de resistência proletária, oferece um terreno eminentemente favorável à diferenciação dos órgãos e funções.

Quanto mais o aparelho de uma organização se complica, isto é, quanto mais aumenta o número de seus membros, seus recursos financeiros e a imprensa que a serve, mais o governo direto da massa perde terreno para ser suplantado pelo poder crescente dos comitês.

Cada partido deixa insinuar-se no seu seio o sistema eleitoral indireto que na vida pública combate com a maior veemência. Contudo, esse sistema exerce uma influência mais nefasta no círculo estreito da vida de um partido do que na esfera infinitamente mais extensa do Estado. Mesmo nos Congressos que representam a quintessência do partido, passado através de sete crivos, vemos cada vez mais estabelecer-se o hábito de devolver as questões importantes a comissões que deliberam a portas fechadas.

O crescimento da organização tem por efeito tornar mais difícil e mais complicada a tarefa da administração: suas obrigações aumentam e se especializam a ponto de se tornar impossível percebê-las numa visão de conjunto. Num movimento que se encontra em rápido progresso não é apenas a quantidade crescente de novos partidários que favorece e apressa a diferenciação de funções: é também a sua qualidade. Nominalmente, e de acordo com a letra dos estatutos, todos os atos dos chefes são submetidos à vigilância incessante dos administrados. Teoricamente, o chefe é apenas um empregado, ligado pelas instruções que recebe da massa. Sua função consiste em receber e executar as ordens desta, da qual é um simples órgão de execução.

Mas, na realidade, à medida que a organização cresce, o direito de controle reconhecido à massa torna-se cada vez mais ilusório. Os partidários devem renunciar a dirigir ou mesmo a supervisionar todos os assuntos administrativos. Vêm-se obrigados a confiar esta tarefa a certas pessoas, especialmente nomeadas para tal fim, a funcionários pagos pela organização. A massa é reduzida a contentar-se com prestações de contas sumaríssimas ou a recorrer a comissões de controle.

Esta metamorfose não decorre nem de convenções especiais, nem de mudanças nos estatutos. É pela força das coisas que um simples empregado consegue elevar-se à condição de chefe e a adquirir uma liberdade de ação que ele não deveria possuir. O chefe habitua-se então a despachar a maioria dos assuntos importantes e a resolver um número cada vez maior de questões relacionadas à vida do partido; e isto por sua própria iniciativa, sem consultar nem pedir a colaboração das bases.

É assim que a esfera do controle democrático se estreita progressivamente, para reduzir-se, finalmente, a um mínimo insignificante. Em todos os partidos socialistas, o número de funções retiradas das assembléias eleitorais e transferidas aos conselhos diretivos aumenta incessantemente. Eleva-se, desse modo, um

imponente edifício, de estrutura complicada. O princípio da divisão do trabalho, impondo-se cada vez mais, as jurisdições se dividem e subdividem. Forma-se uma burocracia rigorosamente delimitada e hierarquizada. A observação rigorosa de regras hierárquicas torna-se o primeiro artigo do catecismo que delinea e define os deveres do partido. Esta hierarquia é o resultado das necessidades técnicas e a condição mais essencial do funcionamento regular da máquina do partido.

Os chefes existiram em todas as épocas, em todas as fases do desenvolvimento, em todos os ramos da atividade humana. É bem verdade que certos militantes, sobretudo entre os marxistas ortodoxos do socialismo alemão, procuram nos persuadir, atualmente, que o socialismo não tem chefes, no máximo empregados, porque é um partido democrático e que a existência de chefes é incompatível com a democracia. Mas uma tal asserção, contrária à verdade, nada pode contra uma lei sociológica. Ela tem, ao contrário, o efeito de fortificar o domínio dos chefes, escondendo das massas um perigo que realmente ameaça a democracia.

Uma organização forte exige, por razões, tanto de técnica administrativa como táticas, uma direção igualmente forte. Se uma organização é frouxa e vaga, torna-se impotente para dar nascimento a uma direção profissional. Os anarquistas, que têm horror a toda organização fixa, de qualquer natureza, não têm chefes com funções regulares.

No início do socialismo alemão, o homem de confiança, o *Vertrauensmann*, continuava a exercer sua profissão ordinária. Quando recebia uma retribuição, era ela das mais modestas e só lhe era dada a título temporário. Sua função não era, para ele, uma fonte de renda. O empregado da organização era então o simples companheiro de trabalho de seus co-associados, com os quais partilhava o mesmo tipo de vida e de condição social. Hoje em dia ele é substituído, com frequência, pelo político profissional, o *Berzirkleiter*, etc.

À medida que o partido moderno evolui para uma forma de organização mais sólida, vemos acusar-se muito mais a tendência a substituir os chefes ocasionais por chefes profissionais. Toda organização partidária, mesmo pouco complicada, exige certo número de pessoas que lhe dediquem toda a sua atividade. A massa delega, então, o contingente necessário, e os delegados, munidos de uma procuração formal, representam a massa de forma permanente e abandonam suas outras atividades.

Mas, a primeira eclosão de uma direção profissional marca para a democracia o começo do fim. Isto, particularmente devido a impossibilidade lógica do sistema representativo em si mesmo, quer se trate do parlamentarismo ou da delegação partidária.

Os teóricos da democracia não deixavam de repetir que se o povo, ao votar, faz um ato soberano, ao mesmo tempo renuncia a sua soberania. O pai do sufrágio

universal e igualitário, na França, o grande democrata Ledru-Rollin, veio, ele próprio, a exigir que se suprima o presidente e o parlamento e que se reconheça na votação popular o único órgão legislativo. Ele motivava sua proposição dizendo que o povo que perde todos os anos – tanto tempo em festas, férias e desocupação, poderia muito bem dar-lhe um emprego mais útil consagrando-o a “firmar sua independência, sua grandeza e sua prosperidade”.

Victor Considérant combateu radicalmente e com vigor a teoria da soberania popular que se pretende garantida pelo sistema representativo. Mesmo admitindo, dizia ele, na teoria e de uma forma abstrata, que o parlamentarismo encarna realmente o governo de massas, na prática ele não passa de uma fraude contínua exercida pelos homens que estão no poder. Só subsistiria, então, entre a democracia e a monarquia, ambas com suas raízes no sistema representativo, uma diferença das mais insignificantes; e essa diferença estaria não sobre a natureza dos dois regimes, mas unicamente, sobre o seu ritmo. Em vez de um só rei, o povo se outorgaria uma série de reizetes; e não tendo a liberdade e a independência necessárias para dirigir a vida do Estado, ele se deixaria despojar docilmente do seu direito fundamental. Ele só se reservaria o direito “climatérico e irrisório” de outorgar-se, de vez em quando, novos chefes.

Podemos completar esta crítica do sistema representativo com uma observação política de Proudhon: “Os representantes do povo, dizia ele, mal conquistam o poder e logo procuram consolidá-lo e reforçá-lo. Eles cercam incessantemente suas posições com novas trincheiras defensivas, até conseguirem se libertar por completo do controle popular. É um ciclo natural percorrido por todo representante: oriundo do povo ele acaba por cima do povo”.

Por volta de 1840, essas idéias eram muito propagadas e quase universalmente aceitas. Na França, particularmente, os que se ocupavam de ciências sociais e os políticos de idéias democráticas estavam profundamente convencidos da sua verdade. Os próprios clérigos juntavam sua voz àqueles que condenavam o sistema representativo. O católico Louis Veuillot dizia: “Quando eu voto, minha igualdade cai na urna junto com o meu voto; eles desaparecem juntos”.

Atualmente, essa teoria é professada por diversas escolas anarquistas que a defendem com muita força e eloquência. Os perigos decorrentes da representação, mesmo que esta seja obtida através do sufrágio universal, são, enfim, reconhecidos por Marx e Engels. O que não impede aos marxistas de se servirem amplamente do parlamentarismo, que representa, segundo suas teorias, uma arma no meio de muitas, mas que constitui, na realidade, seu único meio de ação. Convém notar, todavia, que ao mesmo tempo que assinalam os perigos da representação, os marxistas se apressam em acrescentar que o partido socialista não tem porque temê-los.

Atualmente, o fato da soberania popular está submetido a uma crítica aprofundada por um grupo de especialistas italianos de tendências conservadoras. Gaetano Mosca fala da "falsidade da legenda parlamentar". Ele diz que esta forma de conceber a representação do povo como uma transferência livre e espontânea da soberania dos eleitores (coletividade) a um certo número de eleitos (minorias) repousa sobre uma premissa absurda: de que a minoria está ligada à vontade da coletividade por laços indissolúveis. Nada poderia estar mais errado: terminadas as eleições, termina também o poder dos eleitores sobre os seus eleitos.

O delegado se considera o dono da situação. E, de fato, ele o é. Se ainda existem na massa indivíduos capazes de exercer alguma influência sobre o representante do povo, eles nunca são muito numerosos: são aqueles que chamamos de grandes eleitores, personagens importantes da circunscrição e da bancada local. Em outras palavras, são indivíduos que fazem parte da massa soberana mas que, devido à sua posição social, não sabem como entrar nos grupos oligárquicos que têm essa massa soberana em seu jugo.

Essa crítica do sistema representativo vale especialmente para a vida moderna que se reveste todos os dias de formas mais complexas. E à medida que essas formas se complicam, torna-se cada vez mais absurdo querer "representar" uma massa heterogênea, em todos os problemas criados pela crescente desigualdade da nossa vida política e econômica. Representar significa fazer aceitar, como sendo vontade da massa, o que não passa de vontade individual. É possível representar, em certos casos isolados, quando se trata, por exemplo, de questões de contornos nítidos e flexíveis, e quando, por superposição, a delegação é de curta duração. Mas uma representação permanente equivaleria sempre a uma hegemonia dos representantes sobre os representados.

## CAPÍTULO III

### O PARTIDO DEMOCRÁTICO MODERNO COMO PARTIDO MILITANTE. O “MILITANTISMO”

O partido moderno é uma organização de combate, no sentido político da palavra, e, como tal, deve adequar-se às leis da tática. Esta exige, antes de mais nada, facilidade de mobilização. Exatamente como reconheceu o grande Ferdinand Lassalle que fundou um partido operário de ação revolucionária. Ele sustentava, principalmente, que a ditadura imposta por ele à sociedade, deveria ser considerada como justificada na teoria e indispensável do ponto de vista prático. As milícias, dizia ele, devem seguir docilmente seu chefe, e toda a associação deve ser como um martelo nas mãos dele.

Essa maneira de ver refletia uma necessidade política, sobretudo se considerarmos que o movimento operário nessa época, estava apenas no início e era de uma inexperiência infantil. Uma disciplina rigorosa, representava então, para o partido operário, o único meio de ganhar a estima e a consideração dos partidos burgueses. A centralização garantia e ainda garante, a rapidez das resoluções. Uma organização vasta já é, por si só, um mecanismo pesado e difícil de colocar em funcionamento. E quando se trata de uma massa espalhada sobre uma superfície considerável, seria uma grande perda de tempo querer consultá-la sobre cada questão, chamá-la a emitir uma opinião que, devido às circunstâncias, não passaria de sumária e incerta.

Só um certo grau de cesarismo assegura a rápida transmissão e a precisa execução de ordens na luta do dia-a-dia. O socialista holandês Van Kol declara francamente que a instauração da verdadeira democracia só será possível quando a luta estiver terminada. Mas enquanto a luta persiste, uma direção, mesmo socialista, precisa de autoridade e força suficientes para se impor. Um despotismo provisório é, portanto, necessário. A própria liberdade deve ceder diante da necessidade de uma ação pronta ou imediata. A submissão das massas à vontade de alguns indivíduos seria, por conseguinte, uma das mais altas virtudes democráticas. “Àqueles que são chamados para nos conduzir, nós prometemos fidelidade e submissão. Nós lhes dizemos: homens enobrecidos pela escolha do povo mostrai-nos o caminho e nós vos seguiremos.” São reflexões desse tipo que

nos revelam a verdadeira natureza do partido moderno. Num partido, e particularmente, num partido político de combate, a democracia não se presta ao uso doméstico; ela é, sobretudo, um artigo de exportação. É que toda organização política precisa de um “equipamento leve, que não incomode inutilmente os movimentos”. A democracia é completamente incompatível com a prontidão estratégica, e suas forças não se prestam a uma ação rápida. Daí a hostilidade do partido político, mesmo democrático, com relação ao *referendum* e a todas as outras medidas de prevenção democrática: daí também a necessidade de uma constituição que, sem ser cesariana no sentido absoluto da palavra, não deixa de ser fortemente centralizada e oligárquica.

M. Lagardelle completa o quadro acrescentando-lhe os seguintes traços: “E eles reproduziram, para uso dos proletários, os meios de dominação dos capitalistas; eles constituíram um governo operário tão duro quanto o governo burguês, uma burocracia operária tão pesada quanto a burocracia burguesa, um poder central que diz aos operários o que eles podem e o que eles não podem fazer, que tira dos sindicatos e dos membros dos sindicatos toda a independência e toda a iniciativa, e, que às vezes, deve inspirar em suas vítimas o arrependimento pelas formas capitalistas de autoridade”.

A estreita semelhança que existe entre o partido democrático de combate e a organização militar encontra seu eco justamente na terminologia socialista que, na Alemanha sobretudo, é tirada em grande parte da ciência militar. Não há talvez nenhuma expressão de tática militar, de estratégia e de caserna, próprias do jargão militar, que não se encontrem nos artigos de fundo da imprensa socialista.

A ligação íntima que existe entre o partido e o exército é atestada pelo interesse passional com o qual alguns dos chefes mais notáveis do socialismo alemão se ocupam das questões militares.

Durante sua estadia na Inglaterra, o negociante alemão Frédéric Engels, que já tinha servido na tropa na qualidade de voluntário por um ano, se deleitava, nas horas de lazer, em ser ao mesmo tempo teórico do socialismo e da ciência militar. Devemos a Bebel, filho de suboficial prussiano, um grande número de projetos de reforma de ordem técnica e que nada têm de comum com o antimilitarismo teórico do socialismo. Bebel e Engels, este último sobretudo, podem até mesmo ser considerados escritores essencialmente militares. Essa inclinação pelo estudo de questões relativas ao exército está longe de ser acidental nos chefes socialistas. Resulta de um instinto de afinidade eletiva.

B. CAUSAS DETERMINANTES DE ORDEM  
PSICOLÓGICA

## CAPÍTULO I

### O DIREITO MORAL À DELEGAÇÃO

Da delegação de fato nasce o direito moral à delegação. Os delegados eleitos uma vez ficam no cargo sem interrupção, a não ser pela observância excepcionalmente escrupulosa de disposições estatutárias ou por acontecimentos completamente extraordinários. A eleição realizada para ter uma duração determinada torna-se um cargo para o resto da vida. O hábito se transforma em direito. O indivíduo regularmente delegado para um certo período acaba pretendendo que a delegação constitui sua propriedade. Se lhe negam a reeleição ele imediatamente ameaça com represálias, das quais a demissão ainda é a menos grave, que terão por efeito semear a confusão entre seus camaradas. E essa confusão terminará quase sempre (nós veremos daqui a pouco por que razões) com a sua vitória.

Mesmo nas organizações políticas maiores que um partido, os dirigentes usam, com frequência, esse estratagema com o qual eles desarmam os adversários mais fortes ou os supostamente mais fortes, e os obrigam a retribuir uma gentileza com uma gentileza maior. E é o que acontece nos casos em que o chefe que se utiliza desse meio é realmente indispensável ou apenas considerado como tal pela massa.

O fato de pedir sua demissão, quando não se trata de uma manifestação de hesitação ou de protesto (como seria, por exemplo, a renúncia à candidatura num colégio eleitoral que não oferecesse nenhuma chance de vitória), é quase sempre, para o delegado, um meio de conservar, de assegurar, de consolidar seu poder. Ao primeiro obstáculo que encontram, a maior parte dos chefes não deixa de pedir sua demissão, alegando seu grande desgaste, mas sempre valorizando seus méritos.

Quando Vahlteich propôs modificar os estatutos da Associação Geral dos Operários Alemães, no sentido de uma descentralização (1864), o Presidente Lassalle, com muita raiva, e orgulhosamente consciente do valor que tinha, propôs à associação a seguinte alternativa: ou vocês me garantem contra semelhantes afrontas, ou eu vou embora. Nada foi mais fácil para ele do que obter do episódio a exclusão imediata do partido desse crítico inoportuno.

O Lassalle holandês, Troelstra, conseguiu igualmente calar seus adversários e camaradas socialistas, ameaçando-os, pateticamente, de abandonar a vida pública; se não cessassem, diz ele, de atacá-lo com críticas inoportunas de seus atos, seu idealismo não resistiria às lutas internas quotidianas.

O mesmo fato se reproduziu mais de uma vez na história do partido socialista italiano. Muitas vezes a conduta dos deputados socialistas na Câmara, sobre uma questão mais ou menos importante (oportunidade de uma greve geral, por exemplo), está em desacordo com a maioria do partido, do mesmo modo como seus votos no Congresso podem estar em oposição com as idéias da seção local. O meio de restabelecer o acordo e de calar os adversários está logo indicado: os deputados ameaçam pedir demissão, ou a pedem efetivamente, a fim de provocar um novo plebiscito do corpo eleitoral ao qual eles recorrem como a única autoridade competente. A reeleição, nessas condições, é quase sempre assegurada, e eles acabam, com isso, investidos de uma imunidade verdadeira e incontestável.

No Congresso socialista italiano, realizado em Bolonha em 1904, alguns deputados, em oposição à maioria dos camaradas que representavam, votaram a favor da ordem do dia reformista. Chamados a justificar suas condutas, eles renunciaram aos seus mandatos parlamentares deixando-os nas mãos de seus eleitores; e estes, para evitar as despesas e os aborrecimentos de uma nova campanha eleitoral e não se arriscar a perder a circunscrição, apressaram-se em lhes conceder uma anistia retroativa.

Tratam-se de bonitos gestos democráticos, mas que dissimulam mal o espírito autoritário que os dita. Quem coloca uma questão de confiança parece submeter-se ao julgamento de seus partidários; mas, na realidade, está jogando na balança todo o peso da sua autoridade, verdadeira ou suposta, e acaba exercendo, na maioria das vezes, uma pressão a que os outros têm que se submeter.

Os chefes cuidam para não deixar transparecer que suas ameaças de demissão visam apenas a reforçar o poder deles sobre as massas. Eles declaram, ao contrário, que sua conduta é ditada pelo mais puro espírito democrático, que ela é uma prova flagrante de sua sensibilidade e de sua delicadeza, de seu sentimento de dignidade pessoal e de sua deferência para com as massas. Mas se examinarmos a fundo, perceberemos que a maneira deles agirem queiram eles ou não, é uma clara demonstração oligárquica; a manifestação de uma tendência a se livrar da vontade das massas. Sejam elas pedidas com segundas intenções ou apenas com o fim de impedir divergências de opiniões entre os chefes e a massa, e de manter entre ambos o contato necessário, as demissões têm sempre o efeito prático de impor à massa a autoridade dos chefes.

## CAPÍTULO II

### A NECESSIDADE DE CHEFES ENTRE AS MASSAS

Não é exagero afirmar que entre os cidadãos que gozam de direitos políticos, o número dos que realmente se interessam pelos assuntos públicos é insignificante. Entre a maioria, o significado das relações íntimas existentes entre o bem individual e o bem coletivo está muito pouco desenvolvido. A maior parte não tem a mínima idéia das influências e conseqüências que os assuntos desse órgão que chamamos de Estado podem exercer sobre seus interesses privados, sobre sua prosperidade e sobre sua vida.

Na vida dos partidos democráticos, podemos observar sinais de uma indiferença política análoga. Apenas uma minoria, e às vezes uma *minoria* irrisória, participa das decisões do partido. As resoluções mais importantes, tomadas em nome do partido rigorosamente mais democrático, isto é, do partido socialista, emanam, com muita freqüência, de um pequeno número de partidários.

É verdade que a renúncia ao exercício dos direitos democráticos é uma renúncia voluntária, salvo nos casos muito freqüentes, em que a massa organizada é impedida de participar ativamente da vida do partido, por condições geográficas ou topográficas. Em todo o caso, é certo que, de uma maneira geral, é a organização urbana que decide, sozinha. Quanto aos membros que habitam no campo ou nas cidades do interior distantes dos grandes centros, seu papel se limita ao cumprimento dos deveres sociais: pagamento das cotas e votação, durante as eleições, em favor dos candidatos designados pela organização da cidade grande.

Temos aqui, portanto, uma prova da influência que exercem, além das condições locais, as considerações de ordem tática. A preponderância das massas urbanas da organização sobre as massas rurais espalhadas, é um fenômeno que reflete a necessidade de prontidão na resolução, e de rapidez na execução; necessidade cuja alusão já fizemos no capítulo relativo à importância tática da organização.

Nas próprias cidades grandes, ocorre com freqüência, uma seleção espontânea, através da qual se desprende da massa organizada um certo número de indivíduos

que freqüentam, com maior assiduidade, as sessões da organização. Esse grupo está composto, aliás, como aqueles dos devotos que freqüentam as igrejas, de duas categorias bem diferentes: a categoria dos que são animados pelo nobre sentimento do dever e a categoria dos que só vão às sessões por hábito. Em todos os países, esse grupo só conta com um número restrito de indivíduos. A maioria dos organizados têm pela organização a mesma indiferença que a maioria dos eleitores têm pelo Parlamento.

Mesmo nos países, como a França, em que a educação política da coletividade é mais antiga, a maioria deixa de ocupar-se ativamente de questões de administração e de tática, e concorda de bom-grado, a esse respeito, com as decisões do pequeno grupo que costuma assistir às reuniões. As grandes lutas a que se submetem os chefes para fazer prevalecer esta ou aquela tática de sua preferência, isto é, para assegurar a supremacia dentro do partido, essas lutas em nome do marxismo, do reformismo ou do sindicalismo, não somente permanecem incompreendidas pela massa, como a deixam completamente indiferente.

Em quase todos os países podemos observar este fato, de que as reuniões onde se discutem as atualidades políticas, sensacionais ou sentimentais (impostos sobre o trigo, acusações contra ministros, Revolução Russa, etc.), até mesmo aquelas onde são tratados assuntos de interesse geral (exploração do Pólo Norte, higiene física, espiritismo), atraem muito mais gente, mesmo que sejam reservadas só aos membros do partido, do que as reuniões consagradas às questões de tática ou de teoria. Essas últimas questões são, entretanto, de uma importância vital para a doutrina ou a organização.

Nós mesmos, tivemos a oportunidade de fazer essa observação “de visu” em três grandes cidades típicas: Paris, Frankfurt e Milão. Podemos constatar que, apesar das diferenças políticas e étnicas, existe nesses três centros a mesma indiferença pelos assuntos do partido e a mesma falta de assiduidade às suas reuniões ordinárias.

As grandes massas só respondem ao apelo quando lhes prometem a intervenção de um orador de peso ou quando se tem o cuidado de lançar-lhes uma palavra de ordem particularmente violenta, como por exemplo, na França: “Abaixo a vida cara”, ou na Alemanha: “Abaixo o governo pessoal”. A massa se mostra também muito apressada quando é convocada para uma apresentação cinematográfica ou para uma conferência de divulgação científica, acompanhada de projeções ou de lanterna mágica. Enfim, ela tem uma fraqueza por tudo que impressiona aos olhos e pelos espetáculos em que os pedestres se juntam, boqui-abertos, em plena via pública.

O que agrava ainda mais a situação, é que não são sempre os proletários que formam, particularmente nos pequenos centros, o público habitual das reuniões e

comícios. À noite, terminado o trabalho, o proletário só deseja o repouso, e se deita cedo. O vazio que resulta da sua ausência às reuniões é preenchido por indivíduos de classe média, pequeno-burgueses, vendedores de jornais e de cartões-postais ilustrados, empregados, jovens intelectuais ainda sem posição, todas pessoas felizes por saberem que são rotuladas de autênticos proletários e glorificados como a classe do futuro.

A vida do partido é como a do Estado. Em ambas, o sistema contributivo está baseado na coerção, enquanto que o sistema eleitoral carece de qualquer sanção. Existe um direito, mas não um dever eleitoral. Como este não será substituído por aquele, é provável que só uma pequena minoria continuará fazendo uso de um direito que a maioria renuncia voluntariamente, e ditando leis para a massa indiferente e apática.

Apesar de queixar-se às vezes, a maioria, no fundo, está encantada por ter encontrado indivíduos dispostos a cuidar dos seus assuntos. A necessidade de serem dirigidas e guiadas é muito forte entre as massas, mesmo entre as massas organizadas do partido operário. E essa necessidade vem acompanhada de um verdadeiro culto aos chefes que são considerados como heróis. O misoneísmo, que sempre fez fracassar tantas reformas sérias está, atualmente, aumentando mais do que diminuindo. E isso se explica pela maior divisão do trabalho em nossas sociedades civilizadas modernas: não resulta, na verdade, muito mais difícil ter uma visão de conjunto de toda a organização política do Estado e seu mecanismo cada vez mais complicado? A esse misoneísmo se acrescentam, especialmente nos partidos populares, as profundas diferenças de cultura e de educação que existem entre seus membros e que imprimem à necessidade de direção existente entre as massas, uma crescente tendência dinâmica.

Essa tendência se manifesta nos partidos políticos de todos os países. Certamente a intensidade com que ela age, apresenta, de uma nação para outra, diferenças notáveis, determinadas por contingências históricas ou por razões de psicologia étnica. O povo alemão é quem sente mais intensamente a necessidade de ter alguém que lhe mostre o caminho e lhe transmita a palavra de ordem. Essa qualidade comum a todas as classes, inclusive ao proletariado, constitui um terreno psicológico dos mais favoráveis para a eclosão de uma poderosa hegemonia dirigente.

Encontramos, na verdade, reunidas, entre os alemães, todas as condições necessárias a esse respeito: predisposição física à subordinação, sentimento profundo de disciplina, enfim, toda a herança ainda não-liquidada do militarismo prussiano, com todas as suas qualidades e os seus defeitos; além disso, uma confiança nas autoridades que reflete a ausência de qualquer senso crítico. Só os nativos das províncias da Renânia, dotados de uma individualidade mais pronunciada, formam, até certo ponto, uma exceção a esse respeito.

O perigo que essa particularidade do caráter alemão representa para o espírito democrático já foi assinalado por Karl Marx. Embora ele também fosse, no sentido absoluto da palavra, um chefe de partido, e possuísse no mais alto grau, as qualidades que essa função exige, nem por isso ele deixou de acreditar que deveria alertar os operários alemães contra uma concepção muito rígida da organização. Numa carta que escreveu para Schweitzer, a esse respeito, ele dizia que antes de mais nada devíamos empenhar-nos para desenvolver no operário alemão o gosto pela independência. E ele justifica sua opinião pela simples razão de que o operário alemão submetido, por assim dizer, desde o seu nascimento, à tutela da burocracia, tem uma fé cega na autoridade e nos poderes constituídos.

A indiferença que a massa manifesta pela rotina da vida pública torna-se, em certos casos particularmente importantes, um obstáculo à ampliação do poder do partido. Acontece que a massa abandona seus chefes exatamente no momento em que eles se dispõem a passar para a ação. Esse fato ocorre mesmo quando se trata de organizar as chamadas manifestações de protesto.

Quando levantaram a questão, em 1895, de restringir na Saxônia o direito eleitoral, isto é, de lesar centenas de milhares de operários, foi em vão que os chefes socialistas tentaram suscitar um movimento em favor do sufrágio. Os esforços dos dirigentes chocaram-se contra a apatia das massas. A imprensa começou a usar uma linguagem inflamada. Milhões de manifestos foram espalhados entre o povo. Em apenas alguns dias, 150 reuniões de protesto foram realizadas. Tudo foi inútil. Foi impossível criar um verdadeiro movimento. As reuniões, sobretudo nos países pequenos, foram realizadas com bancadas pela metade. Os chefes, isto é, o Comitê Central e os agitadores enviados aos locais, ficaram indignados com a calma e a indiferença das massas que tornavam impossível qualquer ação séria.

Aliás, devemos atribuir aos próprios chefes, em grande parte, o fracasso do movimento. As massas não avaliaram a importância da perda que iriam sofrer, porque os chefes negligenciaram em lhes mostrar todas as conseqüências. Habitadas a serem dirigidas, as massas precisam de uma preparação preliminar para colocarem-se em movimento. Mas quando os chefes lhes fazem sinais que não entendem, porque não foram preparadas para isso, elas permanecem indiferentes.

A melhor prova da impotência orgânica da massa é fornecida pelo fato de que, a partir do momento que a luta a priva de seus chefes, ela abandona o campo de batalha numa fuga desordenada, como um formigueiro tomado pelo terror. Ela se revela, então, desprovida de qualquer instinto de reorganização, a não ser que novos capitães, capazes de substituir os chefes perdidos, surtissem em seu seio espontânea e imediatamente. Quantas greves mal-sucedidas e movimentos políticos fracassados porque os governos souberam colocar os chefes em segurança no momento oportuno!

Dessa constatação nasceu a opinião que atribui todos os movimentos populares às iniciativas artificiais de indivíduos isolados, chamados de agitadores, e segundo a qual bastaria suprimi-los para dar razão aos governos. Essa opinião é favorável, sobretudo, junto a certos conservadores de espírito limitado. Mas ela revela, da parte dos que a professam, uma incapacidade de compreender a natureza íntima da massa. Nos movimentos coletivos, com algumas raras exceções, tudo acontece naturalmente, e não “artificialmente”. É natural, antes de mais nada, o próprio movimento à frente do qual se encontra o chefe. E, na maioria das vezes, este entra na arena não por sua própria vontade, mas levado pelas circunstâncias. Não menos natural é o rápido esvaziamento da agitação quando o exército se encontra desprovido de seus chefes.

Mas a necessidade que a massa tem de ser dirigida e a sua incapacidade de agir de outro modo que não seja pela iniciativa vinda de fora e de cima, impõe aos chefes fardos extremamente pesados. Os chefes dos partidos políticos modernos certamente não levam uma vida tranqüila. Seus postos nada têm a ver com sinecuras. Eles têm de adquirir sua supremacia ao preço de um trabalho massacrante. A vida deles é um esforço incessante. O trabalho de agitação tenaz, perseverante, incansável do partido socialista, e particularmente do socialismo alemão, também suscitou, com justiça, a admiração de seus críticos e adversários burgueses.

A atividade desenvolvida pelo chefe do partido profissional nas organizações democráticas é extremamente fatigante, prejudicial à saúde, e, de uma forma geral, apesar da divisão do trabalho, de extrema complexidade.

Ele tem de pagar constantemente com sua pessoa, e quando motivos de saúde exigem sua licença temporária, ele não está livre de ter que negá-la a si próprio. As exigências que tem de cumprir não lhe dão o menor descanso. As massas têm a mania incurável dos oradores de peso, dos grandes nomes e, na falta deles, elas exigem, pelo menos, os “honoráveis”. Em ocasiões de festas e aniversários, pelas quais as multidões democráticas são tão gulosas, assim como em ocasiões de reuniões eleitorais e inaugurações, a direção é assediada por todas as partes com pedidos que terminam sempre pelo mesmo refrão: “Mandem-nos deputados”.

Na Itália, basta uma simples greve local para que se solicite, imediatamente, da direção do partido, o envio de um deputado socialista ao local. Já aconteceu até de uma organização rural do partido socialista italiano ter chamado um deputado para encarregá-lo de estudar as condições locais do trabalho agrícola, de encontrar meios de melhoramento, e de apresentar logo em seguida, um relatório aos proprietários; o que o mobilizou durante quatorze dias.

Os chefes são encarregados, além disso, de toda sorte de trabalhos literários, e, se são advogados, devem ainda se ocupar dos numerosos processos que

interessam ao partido. Quanto aos chefes superiores, eles são literalmente sufocados pelo peso das funções honorárias, pelas quais são gratificados.

O acúmulo de funções é, na verdade, uma das características dos partidos democráticos modernos. No partido socialista alemão, não é raro ver a mesma pessoa ocupar, ao mesmo tempo, um lugar no Conselho Comunitário da cidade, no *Landstag* e no *Reichstag*, e dirigir, na parte de cima do mercado, uma federação de sindicatos ou uma cooperativa. O mesmo acontece na Bélgica, na Holanda, na Itália. Tudo isso reveste o chefe de honras e glórias, poder e influência sobre a massa, para a qual sua presença torna-se cada vez mais necessária; mas isso também significa para ele excesso de trabalho e fadiga, de dúvidas e preocupações; e os que são dotados de uma constituição nervosa pouco sólida são, com frequência, surpreendidos por uma morte prematura.

## CAPÍTULO III

### A GRATIDÃO POLÍTICA DAS MASSAS

Além da indiferença política das massas e da necessidade de serem dirigidas e guiadas, um outro fator, de qualidade moral mais relevante, contribui para assegurar a supremacia dos chefes: é o reconhecimento das multidões pelas personalidades que falam e escrevem em seu nome. Essas personalidades fizeram a sua reputação de defensores e conselheiros do povo e suportaram, com freqüência, pela devoção à causa, perseguições, a prisão e o exílio, enquanto que a própria massa podia, com toda a tranqüilidade e sem ser aborrecida, dedicar-se ao trabalho quotidiano. “Os chefes, dizia Bebel, têm o privilégio de marchar na vanguarda do partido e de serem os primeiros a receberem os golpes que nossos adversários dirigem contra o partido”.

Esses homens, que adquiriram, com freqüência, uma espécie de auréola de santidade e de martírio, só pedem, em troca dos serviços prestados, uma única recompensa: o reconhecimento. Essa exigência chega, às vezes, até os anais oficiais do partido. A massa também demonstra sua gratidão com grande intensidade.

Não é verdade, assim como o afirmam com freqüência os chefes, que as massas sejam levadas à ingratidão. Enquanto a ingratidão da monarquia e da aristocracia é consciente e desejada, a da democracia nada mais é do que o efeito de um esquecimento involuntário, resultante da rápida sucessão de diferentes chefes no poder. É evidente que na vida interna de um partido, em que a sucessão de diferentes tendências no poder, é muito menos freqüente que na vida pública, a democracia se encontra bem menos exposta do que o Estado para dar provas de ingratidão.

Se a história apresenta, de lado a lado, exceções a essa regra, e nos aponta a massa como culpada, aparentemente, pela pior ingratidão em relação aos chefes que ela própria se deu, podemos estar certos de que existe por trás disso um drama de ciúmes. Trata-se de uma luta demagógica, áspera, insensível, obstinada entre vários chefes, na qual a massa tem que intervir, pois é intimada a pronunciar-se por um dos adversários em confronto. E, ao pronunciar-se, ela manifesta necessariamente ingratidão em relação a um dos competidores.

Mas, se abstrairmos esses casos excepcionais, podemos dizer que a massa paga

seus chefes com um reconhecimento sincero, o qual é considerado até mesmo como um dever sagrado. É assim, por exemplo, que as massas organizadas do partido socialista alemão, com muita nobreza e com grande espírito de sacrifício, manifestaram sua gratidão ao velho Liebknecht, confiando-lhe, quando suas faculdades intelectuais já estavam em declínio, a direção do *Vorwärts* e concedendo-lhe, não sem certa oposição, vencimentos de 7.200 marcos. E quando se soube, após sua morte, que sua família se encontrava, assim como seria de se esperar, numa situação material difícil, o partido ficou a cargo da educação dos seus filhos.

Na maioria das vezes esse sentimento de reconhecimento se traduz pela renovação indefinida do mandato aos chefes que se destacaram pelos serviços prestados ao partido. Quando correu a notícia, no Congresso de Dresde (1903), de que um certo número de elementos revolucionários tinha decidido não mais reeleger como membro da direção do partido o reformista Ignaz Auer, uma verdadeira indignação tomou conta da maioria dos delegados. É que os camaradas se sentiam ligados a Auer por um sentimento de eterna gratidão, pois ele fora um dos fundadores do partido, e personificava, para eles, uma das épocas mais interessantes da história da democracia socialista.

BRASIL  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
PERUÍBE

## CAPÍTULO IV

### A NECESSIDADE DE VENERAÇÃO ENTRE AS MASSAS

Os partidos socialistas identificam-se, freqüentemente, com seus chefes a ponto de adotarem seu nome, como se fossem coisas que lhes pertencessem. Temos então, como na Alemanha entre 1863 e 1875, os lassalianos e os marxistas ou, como na França socialista até uma época bem recente, os broussistas, os alemanistas, os guesdistas, os jauresistas.

O fato de que essas designações pessoais tendem a desaparecer em países tais como a Alemanha pode ser atribuído a dois tipos de causas: por um lado, o crescimento numérico e os progressos eleitorais do partido tornaram necessária uma organização adaptada a grandes massas; por outro lado, à ditadura de um só sucedeu, no seio do partido, uma oligarquia cujos chefes se invejam mutuamente.

A essas duas causas podemos acrescentar a ausência total de personalidades eminentes e possuidoras de uma autoridade absoluta e incontestável.

A adoração dos militantes pelos seus chefes permanece geralmente latente. Ela se revela através de sintomas apenas perceptíveis, tais como o tom de veneração com que se pronuncia o nome do chefe, a absoluta docilidade com que se obedece ao menor dos seus sinais, a indignação com que se acolhe toda crítica dirigida contra a sua pessoa. Mas, quando se trata de personalidades realmente excepcionais ou em momentos de excitação particularmente viva, o fervor latente se manifesta exteriormente com a violência de um paroxismo agudo.

Em 1864, os habitantes exaltados da região Renânia acolheram Lassalle como um Deus. As ruas estavam todas enfeitadas com guirlandas; damas de honra especialmente escolhidas para essa ocasião pelos comitês formados nas diferentes localidades, faziam cair sobre ele uma chuva de flores. Filas intermináveis de carruagens seguiam o coche do "Presidente". Um entusiasmo transbordante e irresistível, e aplausos frenéticos acolhiam as alocações as vezes extravagantes e orgulhosas, de um charlatanismo exagerado, pelas quais o triunfante mais parecia querer desafiar a crítica do que provocar aplausos.

Foi uma marcha verdadeiramente triunfal. Não faltou nada: nem os arcos de triunfo, nem os hinos de saudação, nem as recepções solenes de delegações vindas

de países vizinhos. Lassalle era um ambicioso de grande envergadura e, assim como Bismarck diria dele mais tarde, não estava longe de se perguntar se o futuro império alemão, que era objeto de suas preocupações, devia ser de uma dinastia Hohenzollern ou de uma dinastia Lassalle.

Não deve causar admiração se os acontecimentos que acabamos de descrever excitaram a imaginação de Lassalle a tal ponto que ele se julgou em condições de prometer a sua noiva que um dia, na qualidade de Presidente da República Alemã, ele faria sua entrada na capital sentado numa carruagem puxada por seis cavalos brancos.

Quando os Fasci, essas primeiras organizações dos trabalhadores agrícolas, se formaram na Itália (1892), homens e mulheres tinham pelos chefes do movimento uma fé quase sobrenatural. Confundindo, na sua ingenuidade, a questão social com os costumes religiosos, eles às vezes levavam nos seus cortejos o crucifixo ao lado da bandeira vermelha e cartazes inscritos com frases tiradas das obras de Marx. Camponesas e camponeses faziam a escolta dos chefes, a caminho das reuniões, com música, tochas e lampiões. Para saudá-los, muitos se postavam à sua frente, extasiados de adoração, do mesmo modo como se postavam antigamente à frente dos seus bispos.

Um jornalista burguês perguntou um dia a um velho camponês, membro de uma organização socialista, se os proletários não acreditavam que Giuseppe de Felice Giuffrida, Garibaldi Bosco e tantos outros jovens estudantes ou advogados que, embora sendo de origem burguesa, trabalhavam para os Fasci, só visavam, no fundo, a elegerem-se conselheiros comunitários e deputados. “De Felice e Bosco são anjos que desceram do céu!” Essa foi a resposta breve e eloqüente do camponês.

É verdade que nem todos os trabalhadores teriam dado a mesma resposta a essa pergunta, mas também é verdade que o povo siciliano sempre se distinguiu, particularmente, pelo seu culto aos heróis. É por isso que na Itália meridional e em parte, também, na Itália central, os chefes ainda são, mesmo atualmente, rodeados de mitos de caráter religioso.

Enrico Ferri foi, durante um certo tempo, adorado na Calábria como um santo protetor contra a corrupção governamental. Em Roma, onde a tradição das formas clássicas do paganismo ainda é conservada, o mesmo Ferri foi saudado no salão de uma grande cervejaria, em nome de todos os “populares”, como “o maior dos maiores”: e tudo isso por ter quebrado um vidro em sinal de protesto contra a pena de censura que lhe foi infligida pelo Presidente da Câmara (1901).

Na Holanda, o honorável Domela Nieuwenhuis, ao sair da prisão, recebeu do povo, segundo o que ele próprio conta, honras como nunca nenhum outro

soberano recebera antes; e os salões onde ele dava reuniões foram transformados em verdadeiras estufas floridas, tantos eram os buquês que lhe traziam (1886).

E tal atitude da massa não se observa somente nos países ditos “atrasados”; ela é um resquício herdado da psicologia primitiva. Como prova disso, basta ver a idolatria de que a pessoa do profeta marxista Jules Guesde é objeto no Norte, isto é, na região mais industrializada da França. Mesmo nos distritos operários da Inglaterra, ainda hoje acontece das massas proporcionarem aos seus chefes uma acolhida que lembra os tempos de Lassalle.

A veneração aos chefes persiste depois de suas mortes. Os maiores dentre eles são simplesmente santificados. Depois da morte de Lassalle, o *Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein*, do qual ele acabou tornando-se o rei absoluto, não demorou para dividir-se em dois grupos: a “facção da Condessa Hatzfeld” ou “linha feminina”, assim como a chamavam ironicamente os adversários marxistas, pelo nome da Condessa Hatzfeld que o dirigia, e a “linha masculina” tendo como chefe J. B. von Scheitzer. Embora combatendo-se asperamente, esses dois grupos tinham em comum não só o culto à memória de Lassalle, mas também a fidelidade até a última letra do seu programa: este é um fato dos mais conhecidos da história do movimento operário moderno. O próprio Karl Marx não escapou à essa espécie de canonização socialista, e o zelo fanático com que certos marxistas ainda o defendem hoje, se aproxima muito da idolatria da qual Lassalle foi objeto no passado.

Da mesma maneira como os cristãos de antigamente davam a seus recém-nascidos os nomes dos grandes fundadores da nova religião, São Pedro e São Paulo, os pais socialistas de hoje também dão aos seus nenéns, em algumas partes da Itália Central onde o partido conseguiu se implantar, os nomes de Lassalle e de Marxina. Este é, por assim dizer, um símbolo da nova fé. E muitas vezes esse símbolo só prevalece à custa de sofrimentos, brigas com parentes rancorosos ou com oficiais do registro civil teimosos; às vezes também à custa de graves danos materiais, como a perda de emprego, etc...

Esse hábito, se ele é às vezes uma manifestação desse esnobismo fanfarrão que infesta os meios operários, não deixa de ser, com freqüência, a expressão exterior de um idealismo profundo e sincero. Mas é, em todos os casos, uma prova da adoração das massas pelos chefes, adoração essa que ultrapassa os limites da simples devoção que deve se sentir em relação a pessoas que prestaram serviços inesquecíveis ao partido.

As massas sentem uma profunda necessidade de se curvar, não só diante dos grandes ideais, mas também diante dos indivíduos que, para eles, representam esses ideais. Seu idealismo leva-as a ajoelhem-se diante das divindades temporárias às quais elas se agarram com um amor tão cego a ponto de tornar a vida que levam

ainda mais dura. Há um pouco de verdade no paradoxo pelo qual Bernard Shaw opõe a democracia à aristocracia como um agregado de idólatras a um agregado de ídolos.

A necessidade de adoração é, às vezes, o único “rochedo de bronze” que sobrevive a todas as mudanças supervenientes na maneira de pensar das massas. Protestantes fervorosos, os operários industriais do Reino da Saxônia tornaram-se, ao longo desses últimos anos, socialistas ardentes. É possível que essa evolução tenha sido acompanhada, entre eles, por uma transformação completa de todos os valores. Mas é certo que se eles tiraram do melhor canto da sua mansarda a imagem tradicional de Lutero, foi apenas para substituí-la pela de Bebel.

Na Emília, onde os camponeses tiveram, uma evolução análoga, a oleografia da Santíssima Virgem simplesmente cedeu o lugar à do honorável M. Prampolini; e na Itália Meridional a fé no milagre anual da liquefação do sangue de São Januário desapareceu com a fé no milagre da força sobre-humana de M. Enrico Ferri, o “fiagellatore della Camorra” (o justiceiro da Camorra).

No meio das ruínas do velho mundo moral das massas, só continua intacta a coluna triunfal da necessidade religiosa. Muitas vezes as massas se comportam em relação aos seus chefes, como aquele escultor da Grécia antiga que, depois de modelar um Júpiter robusto, cai de joelhos, cheio de adoração diante da sua própria obra.

A adoração provoca facilmente a megalomania em quem é objeto dela. A presunção exagerada, apresentando com freqüência traços cômicos, que constatamos entre os condutores das massas modernas, resulta não apenas do fato de que a maior parte deles são *self-made men*, mas também dessa atmosfera de entusiasmo na qual eles vivem e respiram. Mas dessa presunção emana uma grande força de sugestão: ao mesmo tempo que reage sobre as massas, ela exalta ainda sua admiração pelos chefes e constitui assim, para a supremacia destes, um novo elemento de estabilidade.

## CAPÍTULO V

### CARACTERÍSTICAS ACESSÓRIAS DOS CHEFES

Foi principalmente, senão exclusivamente, pelo dom da oratória que os chefes conseguiram, no início do movimento operário, ganhar sua supremacia sobre as massas. Não há multidão que seja capaz de subtrair-se ao poder estético e emotivo da palavra. A beleza do discurso sugestiona a massa, e a sugestão a submete, sem resistência, à influência do orador.

Ora, o que caracteriza essencialmente a democracia, é precisamente a facilidade com que ela sucumbe à magia do verbo. No regime democrático, os chefes natos são oradores e jornalistas. Nós citaremos apenas Gambetta e Clemenceau na França; Gladstone, Lloyd George na Inglaterra; Crispi, Luezatti na Itália. Nos Estados democráticos reina a convicção de que só o dom da palavra pode tornar alguém apto a dirigir os assuntos públicos. Podemos dizer o mesmo, e de uma forma ainda mais absoluta, dos grandes partidos democráticos.

Sabemos a influência que exerce a palavra falada num país que conheceu como primeiro regime o democrático. É o que já tinha observado, desde 1826, um perspicaz autor italiano: "O povo inglês, tão sensato, tão avarento com o seu tempo, sente, ao escutar um homem que fala em público, o mesmo prazer que lhe proporcionam no teatro os autores mais célebres". Do mesmo modo Carlyle pôde dizer do seu povo: "Para tornar-se homem de Estado ou chefe dos trabalhadores um inglês deve provar, acima de tudo, que é um exímio orador".

Na França, M. Ernest Charles constatou, por ocasião de uma estatística profissional dos deputados, que, entre os representantes dos partidos, os mais jovens, os mais impetuosos, os mais ardentes, e os mais progressistas são ou jornalistas ou hábeis falantes.

Essa constatação se aplica tanto para os socialistas, quanto para os nacionalistas e os anti-semitas. A história moderna do movimento político operário confirma essa observação. Jaurès, Guesde, Lagardelle, Hervé, Bebel, Ferri, Turati, Labriola, Ramsay-MacDonald, Troelstra, Henriette Roland-Holst, Adler, Daszinski são, cada qual no seu gênero, oradores poderosos.

Podemos dizer também, por outro lado, que a ausência de talento oratório explica em grande parte porque, na Alemanha, uma personalidade como a de Edouard Bernstein permaneceu na obscuridade, apesar do valor de sua doutrina e sua grande influência intelectual; porque, na Holanda, um Domela Nieuwenhuis acabou perdendo sua posição preponderante; porque, na França, um homem da inteligência e da cultura de Paul Lafargue, apesar do seu próximo parentesco com Karl Marx preferiu na direção prática e teórica do partido um Guesde que, longe de ser um sábio, possui uma mentalidade sobretudo simplista mas é, em troca, um orador de grande valor.

Os que aspiram à capitania nas organizações operárias estão, aliás, longe de desconhecer a importância da arte da oratória. No mês de março de 1909, os estudantes socialistas do nome menos socialista "Ruskin College", da Universidade de Oxford, declararam-se descontentes com o fato de seus professores concederem ao estudo da sociologia e da lógica pura, um lugar mais importante do que aos exercícios de oratória. Políticos em potencial, os alunos percebiam muito bem o proveito que poderiam tirar da arte da oratória na carreira à qual estavam destinados. Por isso resolveram dar à sua reclamação uma sanção enérgica e se puseram em greve até que lhes fosse dada plena e inteira satisfação.

O prestígio que o orador adquire junto às massas é, por assim dizer, ilimitado. Mas o que a massa aprecia sobretudo no orador são os dons da oratória, tais como a beleza e a força da voz, a docilidade de espírito, a classe; enquanto que o conteúdo do discurso só tem para ela uma importância secundária. Um uivador que corre de um lado para outro como se tivesse sido picado por uma tarântula, para discursar na frente do povo, passa facilmente por um camarada zeloso e "ativo", por um verdadeiro militante; mas aquele que, sentado diante da sua mesa de trabalho, discursando pouco, trabalhando muito, realizando uma obra verdadeiramente útil para o partido, é considerado com desdém e tido por um socialista incompleto.

Numerosas e variadas são as qualidades pessoais, graças às quais certos indivíduos conseguem submeter as massas ao seu poder. Não é necessário, aliás, que essas qualidades, que podem ser consideradas como as qualidades específicas dos chefes, se encontrem todas reunidas na mesma pessoa. Entre essas qualidades, o primeiro lugar recai sobre a força da vontade que reduz sob sua dominação as vontades menos fortes. Vêm em seguida, a superioridade do saber que se impõe aos outros; uma firmeza catoniana de convicções; uma fé em suas idéias que enfatiza, com frequência, o fanatismo e que, pela sua intensidade, inspira o respeito nas massas. A todas essas qualidades acrescentem-se, enfim, em certos casos esporádicos, a bondade de alma e o desinteresse, qualidades que lembram às massas a figura de Jesus Cristo e despertam nelas os sentimentos religiosos adormecidos, mas não apagados.

Mas o que as massas suportam no mais alto grau é o prestígio da celebridade. Basta que o homem célebre levante um dedo para que no mesmo momento se crie

uma situação política. As massas, aliás, julgam uma honra confiar a uma celebridade a direção dos seus assuntos. As multidões se curvam sempre, e de bom-grado, ao jugo dos indivíduos célebres.

O homem que se apresenta a elas com uma coroa de louros envolta na cabeça é considerado, *a priori*, como um semideus. Se ele resolve comandá-las, ele pode contar com suas palmas e seu entusiasmo, pouco importa o campo onde ganhou seus lauréis. Só um poeta, filósofo e advogado da celebridade de Lassalle conseguiu despertar as massas trabalhadoras, adormecidas ou arrastadas ao reboque da democracia burguesa, para agrupá-las em torno de sua pessoa. O próprio Lassalle percebia tão bem o efeito que os grandes nomes produziam sobre a multidão, que ele sempre procurou, por todos os meios, ganhar para seu partido a adesão de homens ilustres.

Na Itália, o jovem Enrico Ferri que, além de já ser professor titular da Universidade, já gozava de uma notoriedade universal como fundador da nova escola italiana de criminologia – Enrico Ferri, dizíamos, só teve que se apresentar ao partido socialista (no Congresso de Reggio, Emilia, em 1893) para logo em seguida obter dele a direção que conservou durante quinze anos.

Da mesma maneira, o antropologista Lombroso e o escritor Edmondo de Amicis ainda não tinham confirmado sua adesão ao partido socialista quando foram elevados ao grau, o primeiro de conselheiro íntimo e o outro de Homero oficial do proletariado italiano militante. E por obter essas honras eles não precisaram inscrever-se a título de membros regulares: foram levados em consideração alguns telegramas de felicitação e alguns testemunhos epistolares de simpatia que eles enviaram em diferentes ocasiões.

Na França, Jean Jaurès, já conhecido como filósofo universitário e homem político radical, e Anatole France, célebre como romancista, conquistaram de saída, sem terem que se submeter a um aprendizado ou a uma quarentena qualquer, situações de primeira ordem no movimento operário.

Na Inglaterra, o poeta William Morris, que já tinha quarenta e oito anos, ganhou enorme popularidade assim que aderiu ao movimento operário. Este foi igualmente o caso, na Holanda, de Herman Gorter, o autor do elegante poema lírico “Mei” e da poetisa Henriette Roland-Holst.

Na Alemanha contemporânea, alguns grandes homens, no auge da glória, embora tenham se aproximado do partido, não se decidiram a ingressar nele. Mas podemos dar como certo que se Gerhard Hauptmann, depois do sucesso de seus “Tecelões”, e Werner Sombart, depois de suas primeiras obras tão consagradas tivessem aderido oficialmente ao partido, hoje em dia eles estariam entre os chefes mais festejados dos famosos três milhões de socialistas alemães.

Para o povo, o fato de ter um nome que já lhe seja familiar em certos domínios, constitui o melhor título para obter o grau de chefe. No lugar de seus chefes que, ao preço de longas e duras lutas, adquiriram um nome dentro do próprio partido, as massas sempre preferiram instintivamente os indivíduos que, já cobertos de honras e de glória, chegaram a elas com toda a sua bagagem de direitos à imortalidade.

Alguns fatos concomitantes, ligados ao fenômeno que ora descrevemos, merecem ser mencionados. A história nos ensina desse modo que, entre os chefes que conquistaram sua posição dentro do próprio partido e os que entraram no partido com o prestígio de uma glória adquirida lá fora, um conflito não demora em surgir e que esse conflito se reveste, com freqüência, na forma de uma luta regular pela hegemonia entre duas facções. Essa luta é provocada pela inveja e o ciúme em uns e pela presunção e ambição nos outros.

A esses fatores subjetivos acrescentam-se ainda razões objetivas e de tática. O grande homem que conquistou suas posições dentro do partido tem geralmente sobre o *outsider* a vantagem de possuir o senso do imediato, um conhecimento mais profundo da psicologia da multidão e da história do movimento operário e, em muitos casos, uma idéia mais precisa sobre o conteúdo dogmático do programa.

Nessa luta entre os dois grupos de chefes, podemos quase sempre discernir duas fases. Os grandes homens, recém-chegados, começam por arrancar as massas do poder dos velhos chefes para em seguida pregar o seu novo evangelho que as multidões aceitam com um entusiasmo delirante. Mas a luz que ilumina esse evangelho não mais emana do tesouro de idéias, cujo conjunto constitui o socialismo propriamente dito, mas da ciência ou da arte nas quais esses grandes homens adquiriram anteriormente sua glória e a admiração que eles suscitaram junto ao grande público amorfo.

Por sua vez, os velhos chefes, cheios de rancor, depois de terem se organizado na surdina, acabam por tomar abertamente a ofensiva. Eles têm, aliás, a seu favor, a vantagem natural da preponderância numérica. Acontece então, com muita freqüência, dos novos chefes perderem a cabeça, porque, na sua qualidade de grandes homens, eles alimentavam a ilusão de estarem completamente protegidos de qualquer surpresa dessa natureza: os velhos chefes não são, na verdade, indivíduos medíocres, que só ganharam a situação que ocupam senão depois de um longo e penoso aprendizado? Esse aprendizado que, na opinião deles, não exige grandes qualidades intelectuais, é considerado pelos novos grandes homens, do alto de suas superioridades, com uma mistura de desdenho e de pena.

Mas existem outras razões pelas quais os homens célebres quase sempre sucumbem à luta que ora descrevemos. Poetas, estetas ou sábios, eles recusam

submeter-se à disciplina comum do partido e atentam, assim, contra as formas externas da democracia. Este é, para eles, um motivo de inferioridade, pois a massa faz questão dessas formas, mesmo quando ela é dirigida por uma oligarquia. Por isso os adversários, que não são, talvez, mais democratas, mas são, em todo caso, mais hábeis, não deixam de tirar vantagem dessa fraqueza para desacreditar os grandes homens junto às massas.

Acrescentemos a tudo isso que os grandes homens não estão habituados a enfrentar uma oposição sistemática, mesmo porque seus nervos não poderiam resisti-la por muito tempo, e compreenderemos que, descontentes e desiludidos, eles acabam quase sempre por abandonar a luta ou decidem fazer um bando à parte e agir por conta própria. Os poucos vencidos que mesmo assim continuam no partido são inevitavelmente relegados ao segundo plano pelos velhos chefes.

Já o glorioso Lassalle encontrou um competidor perigoso na pessoa do humilde ex-operário Julius Vahlteich. Ele conseguiu, é verdade, livrar-se dele; mas se Lassalle tivesse vivido por mais tempo, ele teria que sustentar uma luta sem piedade contra Liebknecht e Bebel.

Depois de ter rompido com os velhos chefes do movimento profissional, William Morris se viu reduzido a comandar apenas sua pequena guarda intelectual de Hammersmith.

Enrico Ferri, depois de ter-se deparado, desde seu ingresso no partido, com a desconfiança tenaz dos velhos chefes, cometeu faltas teóricas e práticas que terminaram, de uma vez por todas, com o seu papel de chefe-oficial do partido socialista.

Gorther e Henriette Roland-Holst, depois de terem, durante alguns anos, suscitado em torno de si, o mais vibrante entusiasmo, terminaram sendo ultrapassados pelas velhas notoriedades do partido que os reduziram à impotência absoluta.

O prestígio que exerce sobre as massas a glória conquistada fora dos quadros oficiais do movimento é, pois, relativamente efêmero.

Quanto à idade dos chefes, ela não tem nenhuma importância. Os antigos gregos diziam que os cabelos brancos são a primeira coroa que deve cobrir a cabeça dos chefes. Mas nós vivemos numa época em que já não se precisa tanto da experiência acumulada de vida; em que a ciência coloca, ao alcance de todos, tantos meios de instrução que até o mais jovem pode tornar-se em pouco tempo um poço de ciência. Tudo se adquire rápido hoje em dia, inclusive a experiência que constituía a única e verdadeira superioridade dos velhos sobre os jovens.

Por isso (e isso não depende da democracia, mas do modelo técnico da civilização moderna) a velhice perdeu, atualmente, muito do seu valor de antanho e, por consequência, o respeito que ela inspirava e a influência que ela exercia.

O caso certamente é diferente no que concerne aos chefes que envelheceram ao serviço do próprio partido. A velhice, quando é atingida combatendo sob a bandeira do partido, constitui certamente um elemento de superioridade. Sem falar do reconhecimento que as massas demonstram aos velhos lutadores pelos serviços prestados à causa; o antigo é, além disso, superior ao novato, porque ele possui um conhecimento mais profundo das relações entre causas e efeitos que formam a trama da política e da psicologia populares. Daí resulta que seu comportamento prático será guiado por uma sutileza de percepção inacessível aos jovens.

## C. FATORES INTELECTUAIS

## SUPERIORIDADE INTELECTUAL DOS CHEFES PROFISSIONAIS, INCOMPETÊNCIA FORMAL E REAL DAS MASSAS

Na infância do partido socialista, quando a organização, ainda frágil e de quadros amplos, dedicava-se, sobretudo, a propagar os princípios elementares do socialismo, os dirigentes profissionais eram pouco numerosos. A direção do partido era, então, assegurada por pessoas que a viam apenas como uma ocupação acessória.

Mas os progressos da organização fazem surgir incessantemente, tanto dentro como fora do partido, necessidades sempre novas. E chega um momento em que nem o idealismo e o entusiasmo dos intelectuais, nem a boa vontade e o trabalho que os proletários dedicam espontaneamente nas horas livres de domingo são mais suficientes para satisfazer às exigências da situação. É aí, então, que o provisório dá lugar ao permanente, e o amadorismo ao trabalho profissional, à profissão.

Com o advento de uma direção profissional, acentua-se a diferença que existe entre os chefes e a massa do ponto de vista da instrução. Uma longa experiência nos ensina que entre os fatores que asseguram a dominação de minorias sobre maiorias, o dinheiro e seus equivalentes (superioridade econômica) e a tradição (superioridade histórica), o primeiro lugar recai sobre a instrução formal dos que aspiram à dominação, isto é, à superioridade intelectual. Ora, a observação mais superficial nos mostra que nos partidos do proletariado os chefes são, pela instrução superiores à massa.

Além disso, o mecanismo do partido socialista oferece aos operários, graças aos numerosos postos remunerados e honoríficos que dispõe, uma possibilidade de fazer carreira, o que exerce sobre eles uma força de atração considerável. Daí resulta que um certo número de operários, mais ou menos bem dotados do ponto de vista intelectual, se vêem transformados em empregados, levando uma vida de pequeno-burgueses, se achando na necessidade e tendo a oportunidade de adquirir, às custas da massa, uma instrução superior e uma visão mais nítida das relações sociais.

Enquanto que o trabalho profissional e as exigências da vida quotidiana tornam inacessíveis à massa um conhecimento aprofundado da engrenagem

social e, sobretudo, do movimento e do funcionamento da máquina política, o operário que tornou-se chefe está, ao contrário, graças à sua nova situação, em condições de se iniciar em todos os detalhes da vida pública e de aumentar, assim, sua superioridade sobre seus mandantes.

À medida que o trabalho político se complica e que as regras da legislação social se multiplicam é preciso, para orientar-se na política, possuir uma experiência cada vez maior e conhecimentos cada vez mais amplos. Por isso o fosso que separa os chefes do grosso do partido alarga-se cada vez mais, e chega um momento em que os primeiros perdem todo o sentimento de solidariedade para com a classe de onde saíram. Produz-se, então, uma verdadeira divisão em subclasses: a dos capitães ex-proletários, e a dos soldados proletários. Outorgando-se chefes, os operários criam, com suas próprias mãos novos líderes cuja principal arma de dominação consiste na sua maior instrução.

Esses líderes não fazem somente sentir sua influência na organização sindical, na administração e na imprensa do partido: ex-operários ou ex-burgueses, eles monopolizam igualmente a representação parlamentar do partido.

Todos os partidos perseguem atualmente um objetivo parlamentar. Sua atividade evolui sobre o terreno eleitoral e legalitário; seu fim imediato consiste na aquisição de uma influência parlamentar e seu fim último no que chamamos a "conquista dos poderes públicos".

É para realizar essa conquista que os representantes dos partidos revolucionários entram no corpo legislativo. Mas o trabalho parlamentar que eles ali realizam, inicialmente a contragosto, depois com uma satisfação e um zelo profissional crescentes, os afasta cada vez mais dos seus eleitores. As questões que se colocam à sua frente e que exigem, para serem compreendidas, uma preparação séria, têm o efeito de ampliar e de aprofundar sua competência técnica e de aumentar ainda mais a distância que os separa dos outros camaradas. É assim que os chefes chegam a possuir, se já não possuíam antes, uma "instrução" real. E instrução significa possibilidade de exercer sobre as massas um poder de sugestão.

Na medida em que se iniciam nos detalhes da vida política, se familiarizam com os diferentes aspectos das questões de impostos e de alfândegas e com os problemas da política externa, os chefes adquirem uma importância que os tornará indispensáveis enquanto os partidos praticarem a tática parlamentar e, talvez, até depois que eles a tenham abandonado.

Nada mais natural, aliás, pois esses chefes não podem ser substituídos imediatamente, uma vez que todos os demais membros do partido são estranhos ao mecanismo burocrático, absorvidos que são pelas suas ocupações cotidianas. Graças à competência que proporcionam em trabalhos pouco ou nada acessíveis à

massa, os conhecimentos técnicos dos chefes lhes asseguram virtualmente uma imobilidade que não deixa de atentar contra os princípios da democracia.

A competência técnica que, como já vimos, eleva definitivamente os chefes sobre as massas e as sujeita ao seu comando, se acha reforçada mais tarde por outros fatores, tais como a rotina, o *savoir-faire* social que os deputados adquirem na Câmara, e sua especialização no seio das comissões. Esses chefes procuram em seguida, naturalmente, aplicar na vida normal dos partidos as manobras aprendidas no meio parlamentar e graças às quais eles conseguem, com frequência, represar facilmente as correntes que lhe são contrárias.

Os parlamentares tornaram-se mestres na arte de dirigir as assembléias, de aplicar e de interpretar os regulamentos, de propor moções no momento oportuno, enfim, de usar toda sorte de artifícios para evitar a discussão de pontos controvertidos, para arrancar de uma maioria hostil um voto que lhes seja favorável, ou, pelo menos, e no caso mais desfavorável, para reduzir essa maioria ao silêncio. E para atingir esse fim não faltam meios: desde a maneira hábil e, às vezes, ambígua de colocar a questão no mesmo momento do voto, até a ação sugestiva que se exerce sobre a multidão através de insinuações que, embora não tenham nenhuma relação com a questão, não deixam de impressionar a audiência.

Na qualidade de relatores e de homens competentes, conhecendo os pormenores mais secretos dos assuntos a serem tratados, muitos deputados sabem, com a ajuda de digressões, de perifrases e de sutilezas terminológicas, fazer da questão mais simples e mais natural do mundo um mistério sagrado cuja chave só eles possuem. Com tudo isso, estejam de boa ou de má-fé, eles reduzem as grandes massas das quais eles deveriam ser os "intérpretes teóricos", à impossibilidade de segui-los, de compreendê-los e, por uma razão mais forte, de exercer sobre eles um controle técnico qualquer. Eles são os verdadeiros donos da situação, no sentido mais completo da palavra.

A intangibilidade dos deputados aumenta ainda mais e sua posição privilegiada se consolida graças à reputação que adquiriram, tanto perante os seus adversários políticos como perante a opinião pública de seus partidários, ao seu talento de orador ou de especialista, ou ao charme de sua personalidade intelectual e até física.

A destituição pelas massas organizadas de um líder universalmente estimado jogaria sobre o partido, até mesmo aos olhos do país, um profundo descrédito.

Se as massas que compõem o partido forçassem até o extremo da separação um desacordo com os chefes, isso resultaria para elas num enorme prejuízo político. De um lado, trataria-se de substituir imediatamente das suas funções os chefes

demissionários que não conseguiram se familiarizar com a matéria política senão depois de dezenas de anos de trabalho prático incessante; ora, qual é o partido que pode encontrar, de um dia para o outro, forças novas em número suficiente e de qualidade desejada para operar essa substituição? De outro lado, não é à influência pessoal de seus velhos chefes parlamentares que as massas devem uma boa parte de seu sucesso no domínio da legislação social e na luta pela conquista de lideranças gerais?

As massas democráticas sofrem, por conseguinte, e sobre isso não resta dúvida, uma restrição de sua vontade quando elas são obrigadas a revestir seus chefes de uma autoridade que, a longo prazo destrói o próprio princípio da democracia. É na sua indispensabilidade que reside o título mais eficaz dos chefes. Quem é indispensável submete a seu poder todos os poderosos e senhores da terra.

A história dos partidos operários nos oferece todos os dias casos em que os chefes entram em contradição flagrante com os princípios fundamentais do movimento e os militantes não resolvem tirar dessa situação todas as consequências que dela decorrem logicamente.

Numerosos são os oradores parlamentares e os dirigentes de organizações que se acham, tanto no seu comportamento prático como no seu pensamento teórico, em oposição às massas, o que não os impede de continuarem pensando e agindo tranquilamente em nome dessas massas. E estas assistem desconcertadas e descontentes, às ações de seus “grandes homens”, sem ousarem, geralmente, emancipar-se de sua autoridade e despedi-los.

A incompetência das massas verifica-se em todos os domínios da vida política e constitui o fundamento mais sólido do poder dos chefes. Ela fornece a estes uma justificação prática e, até um certo ponto, moral. A incapacidade das massas em gerir seus próprios interesses torna necessária a existência de homens de negócios que se ocupem destes por elas. Se examinarmos sob esse ponto de vista, não acharemos ruim que os chefes, às vezes, imponham às massas a sua direção. A eleição completamente livre dos chefes pelas massas pressupõe que estas possuem a competência necessária para estar em condições de reconhecer e apreciar a competência dos chefes. Em outras palavras, a designação das capacidades supõe a capacidade da designação.

A insuficiente maturidade política das massas e a impossibilidade de realizarem postulado da soberania popular em toda a sua amplitude foram reconhecidas por alguns dos partidários mais ardentes da democracia, desde Condorcet e os Jacobinos da época revolucionária, até Bernstein e Kautsky. E é da incompetência incontestável das massas que os chefes tiram a justificativa teórica de sua dominação efetiva.

Isso é particularmente verdadeiro para a Inglaterra onde Thomas Carlyle criou a teoria dita do *heroship*, isto é, a teoria dos grandes homens.

Na Alemanha, essa teoria foi repudiada pela opinião dos especialistas e substituída pela do materialismo histórico, teoria oficial do partido socialista que se infiltrou até na esfera do pensamento científico.

Os socialistas ingleses, seja qual for a ala que pertençam, ao contrário, sempre declararam abertamente que, por ser eficaz, a democracia deve necessariamente sofrer a pressão de uma espécie de despotismo benévolo: *He (the leader) has a scheme to which he works, and he has the power to make his will effective.*

Em todos os *affairs of management*, isto é, em todos os assuntos de administração e de tática, em que a decisão exige conhecimentos especiais e a execução uma certa autoridade, somos obrigados a admitir um certo grau de despotismo e, por conseqüência, um certo desvio dos princípios da democracia pura. Do ponto de vista democrático é talvez um mal, mas um mal necessário. Socialismo não significa: tudo pelo povo, mas sim, tudo para o povo.

O princípio da divisão do trabalho cria a especialidade. Não é, portanto, sem razão que quisemos comparar a necessidade da instituição dos chefes com a que provocou a especialização da profissão médica e de químico. Mas especialidade significa autoridade. Da mesma maneira como obedecemos o médico, porque os longos estudos que ele realizou o habilitam a conhecer o corpo humano melhor do que o próprio paciente, também o paciente político deve submeter seus assuntos ao chefe do partido, o qual possui a competência que ele não tem.

A democracia acabaria, desse modo, transformando-se numa forma de governo dos melhores, numa aristocracia. Os chefes seriam tanto do ponto de vista objetivo como do ponto de vista moral, os mais capazes e os mais maduros; por isso eles teriam não só o direito, mas o dever de colocarem-se à testa da massa, e isso não só como representantes de um partido, mas como indivíduos fielmente conscientes de seu próprio valor pessoal.

SEGUNDA PARTE  
O CARÁTER DOMINADOR DOS CHEFES

## CAPÍTULO I

### A ESTABILIDADE DOS CHEFES

Um dos fatos que mais surpreendem, quando se estuda a história do movimento operário socialista na Alemanha, é a estabilidade do pessoal dirigente do partido.

Em 1870-1871, logo após a constituição do império, vemos duas grandes personalidades, Wilhelm Liebknecht e August Bebel, se afastarem do pequeno grupo de fiéis da nova religião e se colocarem, graças a sua energia e a sua inteligência, à testa do movimento que se desenhava. E trinta anos depois, na passagem do século, ainda reencontramos Liebknecht e Bebel no mesmo lugar, investidos da mesma confiança e das mesmas funções.

Tanta estabilidade na direção de um partido impressiona profundamente o historiador, sobretudo quando ele a compara com o que ocorre nos outros partidos operários do resto da Europa; com exceção, talvez, do partido socialista italiano, onde causas em parte idênticas produziram um efeito análogo, dos membros da antiga Internacional apenas algumas personalidades secundárias chegaram até o novo século guardando intacta sua fé no socialismo. Podemos dizer que na Alemanha os chefes do socialismo vivem dentro do partido, envelhecem a seu serviço e morrem como viveram.

Os raros desertores que deram as costas ao partido foram socialistas de ocasião que acreditavam encontrar no socialismo algo além do que ele podia oferecer, ou que pretendiam utilizá-lo para realizar toda espécie de idéias barrocas, vaga e bizarramente humanitárias. Seu afastamento do socialismo não foi uma perda muito grave para o partido.

Bem mais graves foram as perdas que o partido socialista alemão teve que sofrer durante o primeiro período agitado do regime de exceção, e sobretudo durante a era bismarquiana.

O partido foi então literalmente decapitado por uma emigração temporária forçada. O número dos que nessa época foram privados de seus meios de

subsistência e se viram obrigados a procurar asilo e trabalho no estrangeiro, compreendia, afirma Bebel, muitas centenas de pessoas. Só do grupo dos que, antes do desencadeamento da tempestade anti-socialista, militavam ativamente no partido, mais de oitenta abandonaram a Alemanha durante os primeiros anos da famosa lei contra os socialistas, e a maior parte nunca mais voltou. "Foi um grande sacrifício de forças."

Nos anos mais agitados, o êxodo foi particularmente intenso. Foi assim que em 1881, um pouco antes das eleições que demonstraram a vitalidade indomável do partido socialista na Alemanha, atravessaram o oceano Friedrich Wilhelm Fritzch (morto em 1905) e o crítico de Lassalle, Julius Vahlteich, este último ainda vivo, ambos antigos chefes do movimento lassaliano e deputados socialistas no *Reichstag*.

Mas apesar da tempestade que castigou durante mais de dez anos o partido socialista, o número daqueles cuja atividade socialista sobreviveu a essa época de terror foi prodigiosamente grande. Subentende-se daí nas épocas de relativa calma política, a estabilidade dos chefes deve ser maior ainda.

O autor deste livro se impôs a tarefa de revelar baseado nas listas de presença dos Congressos realizados em 1893 por três partidos socialistas internacionais ("Democracia-Social" alemã, "Partido operário" guesdistas na França, "Partido Socialista italiano" na Itália), os nomes daqueles que, em 1910, ainda se encontravam nas primeiras fileiras dos combatentes. Desse modo ele chegou ao seguinte resultado que, na medida em que está baseado unicamente no conhecimento direto das pessoas, não pode certamente pretender uma precisão absoluta mas, nem por isso, deixa de se aproximar sensivelmente da verdade: dos 200 delegados no Congresso de Colônia, 60 ainda estavam lutando em 1910; dos 93 delegados no Congresso de Paris, 12; e dos 311 delegados no Congresso de Reggio, Emilia, 102. O que constitui, sobretudo para os partidos operários da Alemanha e da Itália, uma proporção muito elevada.

Na realidade, uma aplicação perseverante e lógica dos princípios democráticos deveria abstrair qualquer consideração pessoal e qualquer apego à tradição. E a exemplo dos Estados constitucionais, onde o ministério é tirado do seio do partido que possui a maioria parlamentar, os altos cargos que dispõe o partido socialista também deveriam ser sempre ocupados pelos partidários das alas que prevaleceram nos congressos (é o que acaba de decidir o partido socialista holandês). Por isso os velhos dignitários do partido deveriam sempre ceder o lugar às forças jovens, àqueles que conquistaram no partido a última preponderância numérica, cujo mínimo corresponde à metade mais um. Deveria existir, além disso, a tendência natural de não deixar muito tempo os cargos de direção nas mãos dos mesmos camaradas, a fim de impedir seus titulares de se perpetuarem neles e de virem a se considerar como os únicos "eleitos de Deus".

Nada disso existe, contudo, nos partidos socialistas que têm uma sólida organização; o sentimento da tradição, ligado à necessidade instintiva de um estado de coisas estável, faz, ao contrário, que a direção superior represente sempre mais o passado do que o presente. Essa direção é mantida indefinidamente, não porque ela é a expressão tangível das relações de forças existentes no partido num determinado momento, mas simplesmente porque ela já está constituída. É por preguiça gregária ou, para servir-nos de um eufemismo, em virtude da lei de inércia que os camaradas renovam indefinidamente o mandato dos mesmos chefes.

Essas tendências, que constituem o próprio coração da organização, são particularmente manifestadas no partido socialista alemão, onde as autoridades superiores gozam de uma real imobilidade.

O hábito de renovar totalmente a cada dois anos a direção do partido teria adquirido, há muito tempo, sua cidadela no partido socialista, protótipo dos partidos democráticos. E, contudo, não somente os socialistas alemães desconhecem esse costume, como qualquer tentativa de introduzi-lo provocaria entre os camaradas um vivo descontentamento.

O estatuto fundamental do partido, votado no Congresso de Mogúncia, em 1900, estipula claramente que a cada um dos seus congressos anuais, o partido deve "renovar", pelo voto secreto e pela maioria absoluta, todo o comitê de direção composto de sete pessoas (2 presidentes, 2 vice-presidentes, 2 secretários e 1 tesoureiro). Mas essa resolução, que se inspira na mais pura doutrina democrática, é observada geralmente de tal maneira que a cada congresso se distribui aos delegados cédulas impressas com os nomes dos membros da direção anterior.

Isso prova que além de se contar com a reeleição desses membros, também se exerce uma pressão para consegui-lo. É verdade que, em princípio, cada eleitor é livre de riscar os nomes impressos e substituí-los por outros, escritos à mão: tarefa muito mais fácil por ser o voto secreto. Mas a cédula impressa não deixa de ser sempre um expediente que, por analogia com a expressão francesa "corrigir o destino", pode-se qualificar de meio destinado a corrigir a democracia.

Uma possível modificação da lista, que constitui o exercício de um direito eleitoral reconhecido pelo estatuto, é considerada, contudo, pela maioria dos próprios delegados, como uma inconveniência e, quando ela ocorre, como um ato merecedor de censura pública. Nós citaremos a esse respeito o caso característico, que, aliás, já citamos, de Ignaz Auer: quando se espalhou a notícia no Congresso de Dresde (1903), que os socialistas revolucionários de Berlim tinham a intenção (eles, aliás, se defenderam energicamente mais tarde) de riscar o nome de Auer da lista dos candidatos à direção, por causa de suas tendências revisionistas, a indigna-

ção contra esse eventual sacrilégio foi enorme e suficiente para fracassar com o plano.

É assim que os chefes supremos de um partido eminentemente democrático, nomeados pelo sufrágio indireto, prolongam até o fim de suas existências os poderes dos quais foram investidos uma vez. Sua recondução, exigida pelos estatutos, torna-se uma simples formalidade, uma coisa que se subentende. A missão temporária se transforma num cargo, e o cargo num posto fixo. Os chefes democráticos tornam-se irremovíveis e invioláveis como nunca antes na história o foram os chefes de um corpo aristocrático. A duração de suas funções ultrapassa em muito a duração média das funções de ministro nos Estados monárquicos.

Calculamos que no Império Alemão os ministros ficam na função durante uma média de quatro anos e quatro meses. Na direção do partido socialista, assim como no ministério, vemos as mesmas pessoas ocuparem as mesmas funções durante quatro anos consecutivos. "Fala-se muito do caráter caprichoso e móvel da benevolência das massas. Mas um chefe que exerce conscientemente seus deveres está mais seguro de sua situação no movimento operário do que um ministro na sua monarquia prussiana fundada sobre a graça de Deus" (Bernstein).

Observamos o mesmo fenômeno, embora menos pronunciado, nas organizações operárias de outros países além da Alemanha.

Podemos citar, a esse respeito, o regulamento elaborado pela Confederação Geral do Trabalho Italiano (3 de fevereiro de 1910) em vista da proclamação de greves gerais.

O regulamento começa por prescrever, de perfeita conformidade com os princípios democráticos, que o início de uma greve geral deve sempre ser precedido de um *referendum* entre as seções particulares. Ao questionário desse *referendum* deverá ser juntado o processo verbal da sessão durante à qual a Confederação se pronunciou sobre a questão. Mas o regulamento acrescenta imediatamente que em caso de desacordo entre o Conselho de Direção da Confederação e o resultado do *referendum*, o primeiro tendo, por exemplo, repellido a greve geral, e o último sendo, ao contrário, favorável, o *referendum* não deve implicar num voto de censura sobre os dirigentes.

Vemos, por esse exemplo, que nos assuntos da organização operária italiana a responsabilidade ministerial é menor do que no Estado italiano, onde o ministério se acha na obrigação de pedir demissão quando a maioria da Câmara vota contra um projeto de sua autoria.

No que diz respeito à Inglaterra, os esposos Webb nos ensinam que a estabilidade dos funcionários nas organizações operárias é igualmente superior à

dos funcionários empregados nos serviços civis ingleses. Na *Amalgamated Association of Operative Cotton Spinners*, existe até mesmo uma disposição estatutária segundo a qual os *officials* devem ficar no serviço indefinidamente se os membros da organização não têm nenhuma queixa contra eles.

Para compreender melhor esse fenômeno, devemos sem dúvida invocar a grande força da tradição que penetrou no sangue das massas revolucionárias assimilando-as, sob esse aspecto, às massas conservadoras.

O que também contribui para isso é o nobre sentimento humano da gratidão, do qual nós já falamos: a não-reeleição de um camarada que assistiu, por assim dizer, ao nascimento do partido, que sofreu mil adversidades e prestou mil serviços, seria considerado como uma crueldade e uma má ação. Não é tanto o camarada merecedor, mais sim o camarada vivido e experiente que a coletividade aprecia acima de tudo, e sobre a colaboração do qual ela não quer nem pode renunciar. Certos indivíduos, pelo simples fato de serem investidos de funções específicas, tornam-se para esse partido insubstituíveis ou, melhor ainda, dificilmente substituíveis.

Todo organismo burocrático repousa, pela sua natureza, sobre uma divisão do trabalho. Mas em toda a parte onde reina a divisão do trabalho existem funções específicas, especializações. Isso é particularmente verdadeiro num Estado como a Alemanha, onde reina o espírito prussiano, onde, para dirigir com segurança o navio do partido entre os escolhos das humilhações policiais, administrativas e judiciárias, é preciso que os comandantes possuam uma experiência empírica muito grande e onde, por conseqüência, só se pode assegurar uma certa continuidade para o desenvolvimento do partido mantendo invejosamente os mesmos chefes nas mesmas funções.

As relações existentes entre diversas organizações exigem, tanto em tempo de paz como em tempo de guerra, uma certa continuidade desde a tática até a composição do pessoal dirigente, continuidade sem a qual a autoridade política da organização seria diminuída. Isso vale não somente para os Estados, mas também para os partidos políticos.

Na política internacional européia a Inglaterra sempre passou por uma péssima aliada, porque sua história mostra que nunca um país pôde confiar nos acordos realizados com ela. E a razão deve ser buscada no fato de que a política externa do Reino Unido depende, em larga escala, dos partidos que se encontram no poder, partidos esses que se sucedem freqüentemente.

Da mesma maneira, um partido que muda com muita freqüência seus chefes corre o risco de não poder, no momento oportuno, contrair alianças úteis. Os dois mais graves defeitos da democracia, sua falta de estabilidade, o *perpetuum mobile*

*democraticum*, e sua dificuldade de mobilização, resultam do direito reconhecido às massas soberanas de imiscuir-se na gestão de seus assuntos.

Nos partidos democráticos modernos existe ainda o hábito, mais ou menos propagado de acordo com o grau de desenvolvimento do partido, de enviar aos congressos pessoas munidas de mandatos imperativos e encarregadas de impedir os delegados de votar, sobre uma questão decisiva, num sentido contrário à opinião da maioria dos mandantes.

Essa precaução, embora ela desenvolva nos indivíduos a tendência à demagogia, pode ser eficaz em certos casos, quando se trata de questões simples e claras. Mas excluindo a liberdade de decisão, ela faz com que o delegado, reduzido ao papel de fantoche, não possa mais sofrer durante o congresso a influência de novos argumentos nem de novas circunstâncias que emergem dos debates.

Daí resulta que não somente toda discussão se torna supérflua de antemão, como também o próprio voto se encontra muitas vezes falsificado, pois ele não responde à opinião real dos delegados.

Já faz algum tempo que o mandato imperativo recebe uma aplicação cada vez mais rara: constatou-se, na verdade, que ele prejudica a coesão, de vital necessidade para um partido, e que ele provoca perturbações e incerteza na sua direção.

À medida que os chefes se afastam das massas, eles se mostram cada vez mais dispostos a ocupar os vazios que se produzem em seus quadros, não pela via da eleição popular, mas pela cooptação; a aumentar seus efetivos criando, por sua própria iniciativa, sempre que isso for possível, novos postos. Os chefes tendem, por assim dizer, a isolar-se, a formar uma espécie de *cartell*, a rodear-se de um muro que só pode ser transposto por aqueles que os agradam.

É o que se verifica atualmente em todas as organizações operárias solidamente constituídas.

Num relatório apresentado no VII Congresso das Organizações Operárias Italianas (Modena, 1908), encontra-se formulada a afirmação de que os chefes deveriam conhecer os homens capazes, escolhê-los eles próprios e ocupar de uma forma geral as funções do governo.

Na Inglaterra, esses desideratos já receberam uma aplicação prática, no sentido de que os novos empregados que a organização precisa são escolhidos diretamente pelos velhos funcionários.

O mesmo acontece na Alemanha, onde cerca de um quinto dos empregados sindicais são escolhidos pelo poder central. E como os congressos sindicalistas se

compõem, eles também, quase que exclusivamente de empregados, o único meio que as organizações ainda dispõem para fazer valer sua opinião individual consiste na colaboração dos jornais socialistas e sindicalistas.

No movimento operário francês, que se vangloria por ser o mais revolucionário de todos, o secretário da Federação de Bolsas de Trabalho possui, contudo, o direito de proposta quando se trata de escolher novos representantes no conselho de direção da *Confédération*. E ele exerce esse direito fazendo chegar às bolsas de trabalho que não estão representadas, a lista dos camaradas que ele considera como aptos a ocupar essas funções e dos quais ele recomenda a eleição.

No partido socialista alemão, o que chamam de *Landesvorstande*, ou direções provinciais, e a direção central pretendem exercer o direito de "veto" sobre a apresentação de candidatos nos colégios eleitorais: privilégio essencialmente oligárquico, que faz dessas direções um verdadeiro governo e atenta contra um dos direitos fundamentais de toda democracia: o direito de dispor dela mesma.

Na Holanda, as candidaturas socialistas ao Parlamento devem, na verdade, ser aprovadas pela direção do partido, a qual é, por sua vez, tão irremovível quanto a direção do partido alemão. É raro que um membro, cujas funções terminaram e deseja continuar em serviço, seja substituído por um membro eleito. É igualmente na Holanda que vemos um pequeno número de pessoas acumularem todos os cargos do partido.

Na apresentação dos candidatos políticos se manifesta ainda um outro fenômeno oligárquico grave: o nepotismo. A escolha de candidatos depende quase sempre de uma pequena coligação formada por chefes e subchefes locais que impõe à maioria dos camaradas seus próprios candidatos. Em muitos casos, o colégio eleitoral é considerado simplesmente uma prioridade de família.

Na Itália, onde os princípios democráticos são muito respeitados, não é raro, ver, contudo, um colégio eleitoral passar, sem discussão, na falta do pai ou do irmão mais velho morto ou impedido de se apresentar para o filho ou para o irmão mais novo, etc. Enfim, ele não sai das mãos da família.

Aqueles que amam os paradoxos poderiam ficar tentados de aclamar nesse processo o primeiro sintoma que marca a passagem da democracia, do sistema do bonapartismo plebiscitário ao da monarquia hereditária.

## CAPÍTULO II

### O PODER FINANCEIRO DOS CHEFES E DO PARTIDO

As deserções e as traições dos chefes são raras no partido socialista alemão. Elas são, ao contrário, muito freqüentes no partido socialista francês, sobretudo na sua facção parlamentar. As eleições de 20 de agosto de 1893 trouxeram ao Palácio Bourbon seis deputados socialistas: Paulin Méry, Alphonse Humbert, Abel Hovelacque, Alexandre Millrand, Pierre Richard e Ernest Roche. Desses seis deputados socialistas, apenas o lingüista e antropólogo muito conhecido, Abel Hovelacque, permaneceu até a sua morte fiel ao socialismo; quanto aos outros, eles figuram hoje em dia, vinte anos depois, entre os adversários declarados do partido socialista.

O partido socialista alemão divide com o partido socialista belga e o partido italiano a sorte de ter chefes constantes e fiéis. Na Alemanha, por exemplo, o grupo dos chefes socialistas sempre recebeu dos outros partidos de esquerda um forte e precioso contingente de desertores políticos, mas por sua parte nunca viu uma personalidade de relativa importância trair-lo para passar para o lado burguês.

Não se pode, certamente, considerar como uma traição, no verdadeiro sentido da palavra, a simples passagem do partido socialista propriamente dito para uma outra forma de socialismo militante; esse foi notadamente o caso de socialistas tão fervorosos e convictos como Johann Most, o célebre ex-encadernador de Augsbourg, e do químico Wilhelm Hasselmann, que, depois de 1890, romperam abertamente com o partido para aliar-se primeiramente ao socialismo antiparlamentar e em seguida ao anarquismo.

Mas, mesmo contando entre o número dos desertores os neófitos da anarquia, somos obrigados a reconhecer que, entre os apóstatas do partido socialista alemão, cujos nomes ficarão na história, não figura uma só personalidade que tenha ocupado um posto importante na direção suprema das forças socialistas.

Contrariamente ao que ocorre na França e na Inglaterra, onde as traições, como as de Briand ou de John Burns, trouxeram aos quadros dos militantes a mais

profunda desmoralização, o proletariado alemão ainda não teve o desgosto de ver seus representantes chegarem a se sentar nas cadeiras do governo, ao lado de seus inimigos mais ferozes. Essa é a principal, senão a única razão da confiança ilimitada, por vezes cega, que os membros do partido socialista alemão testemunham, assim como pode ser constatado por qualquer observador imparcial, a seus chefes "fiéis" e "devotados".

Podemos dizer o mesmo dos partidos socialistas de muitos outros países tais como a Bélgica, a Itália, etc., onde os chefes socialistas ainda não foram contaminados pelo vírus governamental.

Mas na Alemanha, em particular, a autoridade que essa circunstância confere aos dirigentes do partido encontra-se reforçada pelo espírito de organização, pela profunda necessidade de ser guiado que caracteriza o proletariado alemão e pelo fato também de que o partido é, em geral, pobre em intelectuais e em indivíduos possuidores de uma independência econômica. Todas essas circunstâncias protegem os chefes da influência desagregadora das divergências táticas e os poupam dos conflitos violentos com a massa do partido, a exemplo daqueles que se produziram na Itália e na Holanda onde a estabilidade dos chefes não é, contudo, menor.

Podemos dizer dos chefes socialistas alemães que eles nunca perdem contato com as massas.

Com algumas raras exceções, a comunhão de idéias entre chefes e soldados ainda não foi iniciada; e a direção do partido assim como, num grau menor talvez, sua facção parlamentar, encarnam ainda de forma satisfatória a opinião média da massa dos camaradas. A confiança que os trabalhadores alemães organizados depositam naqueles que os representam no complexo jogo da política está fundado na segurança que os chefes oferecem, tanto do ponto de vista moral como do ponto de vista político.

Procurou-se explicar essa segurança de várias maneiras, pretendendo, entre outras, que toda a virtude dos chefes operários alemães deve-se a que eles nunca se expuseram a tentações sérias; sua virtude, portanto, só teria permanecido intacta porque ela se parece com a de uma senhorita que não seria nunca cortejada. Esta tentativa de explicação repousa sobre um certo fundo de verdade, na medida em que se trata de uma virtude política especial que consiste em defender fielmente a bandeira do seu partido.

Num Estado onde não existe governo parlamentar nem, por conseqüência, uma via direta que conduza os representantes do povo às chancelarias ministeriais (os ministros sendo escolhidos pelo soberano entre os altos funcionários da administração e sem levar em conta a maioria parlamentar), a possibilidade de

uma corrupção intelectual, isto é, de uma mudança repentina de opinião por parte dos chefes socialistas, encontra-se excluída *ipso facto*; da mesma maneira como se encontra excluída uma adesão dos representantes do socialismo revolucionário ao reformismo social burguês.

Mas, por outro lado, Arturo Labriola, que acompanhou o movimento alemão com muito interesse e viva simpatia, está completamente certo quando prediz, ironicamente, que o dia em que o governo alemão quiser se dar ao luxo de um simples ministério liberalizante (os socialistas sendo, na verdade, fáceis de agradar), a “infecção reformista” tomará na Alemanha uma vasta extensão. E os germes dessa infecção, acrescenta ele, existem desde já em grande abundância.

Mas, embora admitindo que a estrutura feudal do império alemão, que ainda se reflete no direito público e na mentalidade coletiva, opõe, limites, por assim dizer autóctones, às eventuais ambições dos chefes operários, devemos reconhecer que só a falta de tentações não é suficiente para explicar o fato em questão. Essa explicação mostra-se tão insuficiente quanto as tentações, no sentido vulgar e material da palavra, que não faltaram na Alemanha mais que em alhures.

Nenhum governo, por mais autoritário que seja, nunca negligenciou a oportunidade de atenuar a virtude muito austera dos chefes suspeitos de um movimento desfavorável, fazendo-os distribuir uma parte desses fundos secretos que os próprios representantes do povo aprovaram com seus votos. E, apesar disso, podemos afirmar que os chefes do movimento operário alemão, sem possuir, talvez, essa moral evangélica da qual nós encontramos tantos exemplos durante o primeiro período do movimento operário italiano, sempre souberam resistir vitoriosamente ao atrativo do dinheiro.

Às vezes acontece que homens de confiança do partido, até mesmo simples membros, que não ocupam nenhuma função, aceitam o dinheiro com o qual a polícia tenta corrompê-los. Mas eles o fazem com a intenção maligna de passá-lo imediatamente para o *Vorwärts* ou para outros jornais socialistas; e estes publicam em seguida um aviso convidando o proprietário desse dinheiro para vir retirá-lo pessoalmente, num prazo determinado, passado o qual a soma será entregue ao tesouro de guerra do partido.

A constante fidelidade dos chefes socialistas alemães à causa que representam repousa sobre razões poderosas, das quais algumas têm um caráter idealista. O amor característico do alemão pela vocação que escolheu, a devoção ao dever, os anos de proscricção e de perseguições vividas, e, ao mesmo tempo, o isolamento com relação ao mundo burguês, no qual ainda vivem atualmente a classe operária e seus representantes, a convicção inabalável de que só um partido que tenha uma estrutura compacta e sólida será capaz de traduzir em atos os altos ideais do socialismo, a aversão, enfim, que eles têm por qualquer luta socialista conduzida

por franco-atiradores, fora da ambiência do partido propriamente dito: estas são algumas das numerosas causas que concorreram para fazer nascer entre os membros do partido socialista alemão o amor pela organização como tal, amor capaz de resistir às mais violentas tempestades.

Essa afeição ao partido, que se manifesta com freqüência por gestos bons e comoventes, representa certamente um dos fundamentos mais sólidos sobre os quais repousa o edifício do socialismo alemão. Ajuda-nos a compreender a orientação seguida por chefes socialistas durante e depois de numerosas crises que, segundo os profanos, não poderiam ter outra solução lógica senão o abandono ruidoso da organização por parte de uma ou de várias personalidades dirigentes.

O amor pelo partido com o qual a grande maioria dos camaradas se sentem identificados contribui bastante para que homens do valor de Edouard Bernstein, de Kurt Eisner e outros, não hesitassem, nem por um só instante, em permanecer nele, mesmo quando ásperos conflitos quase os reduziram ao mais baixo grau do partido. Mas é justo acrescentar que ao longo desses conflitos, eles souberam conservar intacta essa dignidade sem a qual um homem honesto não pode permanecer entre seus companheiros de luta.

Essas razões idealistas são reforçadas por razões, não menos importantes, de ordem material. O hábito de remunerar, de uma maneira suficiente pelo menos, os serviços prestados ao partido pelos seus servidores, cria um laço que numerosos companheiros evitam romper, e isso por mil razões. O princípio da remuneração pecuniária dos serviços prestados ao partido, em vigor na democracia socialista alemã, imuniza seus servidores contra tentações mais grosseiras.

Enquanto na França, na Inglaterra, na Holanda, na Itália e em outros países, a propaganda socialista, escrita e oral, é feita sobretudo de contribuições voluntárias, o partido socialista alemão não admite o princípio de uma propaganda gratuita. Nos outros países que não a Alemanha, a ação socialista tem como fundamento o empenho individual, o espírito de sacrifício individual, a iniciativa e o entusiasmo individuais; na Alemanha, ela se apóia sobre a fidelidade, sobre a disciplina e sobre o sentimento do dever encorajados pela retribuição pecuniária.

Na história dos partidos socialistas não-alemães nós encontramos, por exemplo, jornais muito importantes, tais como a *Avanguardia Socialista* de Milão e o *Nieuwe Tijd* de Amsterdã, fundados pela iniciativa individual e mantidos pelo idealismo político de algumas personalidades. Estas perseguem sua obra apesar das despesas consideráveis que ultrapassam, com freqüência, o produto da venda, e só têm como único troco uma colaboração gratuita, ou quase isso.

Na Alemanha, ao contrário, os jornais tais como *Vorwärts*, de Berlim, *Leipziger Volkszeitung*, *Neue Zeit*, foram fundados e são sustentados, pelo partido com todo um estado-maior de redatores e de colaboradores remunerados.

Nos enganaríamos, todavia, ao acreditar que a remuneração dos propagandistas e dos funcionários socialistas é suficientemente elevada para permiti-los levar, com tão pequenos ganhos, essa existência de ociosos que a imprensa esclarecida e as pessoas que freqüentam os salões da boa sociedade gostam de lhes atribuir, com uma ignorância que chega à imprudência.

A vida de um redator socialista não passa de dispendiosa e desregrada. Sua jornada está longe de ser agradável e ociosa, e a recompensa que o partido lhe concede por um trabalho feito de abnegação e sacrifício, esgotante para seu sistema nervoso, é dos mais modestos se levarmos em conta a gravidade e a dificuldade da tarefa.

É o que nos dirão todos aqueles que conhecem, mesmo de longe, as condições de trabalho e de remuneração da imprensa socialista e o tipo de vida que levam os empregados do partido. Homens que possuem a cultura de um Karl Kautsky, de um Marx Quarck e cem outros poderiam dispor, se não tivessem colocado suas faculdades a serviço da causa operária, de meios e poder materiais bem superiores àqueles que conseguiram na condição de humildes servidores do partido socialista.

Esse sistema, que consiste em remunerar todo serviço prestado ao partido, desde a pequena notícia de jornal até o mais longo discurso pronunciado em público, permite ao partido não contar muito com o heroísmo e a devoção dos camaradas e lhe confere, ao mesmo tempo que uma coesão extremamente forte, uma autoridade sobre o pessoal que, embora diminuindo a iniciativa deste, não deixa de constituir uma das condições mais importantes e mais indispensáveis da organização.

Diz-se que: *Staatserhaltend sind nur jene, Die von Staate viel erhalten*<sup>1</sup>.

Esses versos exprimem, com certo exagero, uma verdade incontestável. E nada seria mudado se nós substituíssemos a palavra "Estado" pela palavra "Partido". O princípio de remunerar todos os serviços prestados é um fator que contribui consideravelmente para reforçar a burocracia do partido e favorece fortemente o centralismo. A dependência financeira face ao partido, isto é, face aos chefes que representam a minoria, encerra a organização como um círculo de ferro. Os

1. Jogo de palavras intraduzível. A tradução literária seria: "São conservadores (do Estado) só aqueles que recebem muito do Estado". A palavra alemã *erhalten* tem dois sentidos: o de conservar e o de receber.

conservadores mais tenazes de um partido são na verdade aqueles que dele mais dependem.

Quando a dependência atinge um certo grau, ela exerce igualmente uma ação decisiva sobre a psicologia. Observamos que nos países onde a gratificação parlamentar não existe, mas onde as próprias organizações pagam seus deputados, estes têm um sentimento muito vivo da sua dependência face aos seus mandantes. Nos países, ao contrário, onde existe uma gratificação parlamentar mais ou menos elevada, os deputados, mesmo que eles devam sua eleição unicamente ao partido socialista, se sentem antes de tudo parlamentares.

Sabemos que os êxitos numéricos dos sindicatos devem ser atribuídos em boa parte ao princípio da mutualidade, isto é, às vantagens econômicas que os sindicatos oferecem a seus partidários. Ora, esses êxitos sugeriram à democracia socialista alemã, por sua vez a idéia de assegurar à totalidade de seus membros as vantagens cuja burocracia do partido era a única a se beneficiar até aqui.

Otto Gerisch, tesoureiro do partido e membro do comitê de direção, fez alusão a essa eventualidade no discurso que pronunciou no Congresso de Dresde, em 1904, sobre o problema da organização. Após ter citado fatos que provam a superioridade da organização dos sindicatos sobre a do partido, ele declarou que, na sua opinião, a razão profunda dessa superioridade deve ser buscada na “acumulação dos benefícios” que as organizações econômicas proporcionam aos seus membros. E ele acrescentou que os operários só se tornaram fiéis aos seus sindicatos, os quais por sua vez sofreram um rápido crescimento, no dia em que as Instituições de Assistência Mútua ligadas aos mesmos começaram a tomar grande impulso.

E mantendo-se na mesma ordem de idéias, ele continuou: “É completamente característico, por exemplo, que os camaradas de Königsberg, os quais dada a posição avançada que ocupam no movimento socialista alemão, possuem certamente, no que concerne à organização e à propaganda, uma rica colheita de experiências – é característico, dizia, que eles concedam aos membros do partido subsídios para despesas funerárias. Eles sabem muito bem porque introduziram este costume. Eles entenderam que nós estávamos numa situação de inferioridade com relação às organizações profissionais precisamente porque não assegurávamos aos nossos membros nenhuma vantagem direta. Mas isso não poderá continuar assim”.

É evidente que uma evolução desse gênero não tardaria em trazer à democracia socialista centenas de milhares de novos membros, o que aumentaria consideravelmente sua força exterior. Seu aparelho burocrático sofreria igualmente um grande impulso. Quanto a saber se essa evolução teria igualmente por efeito um crescimento da força interior do partido face ao Estado, assim como do

seu entusiasmo, da sua unidade interior e da sua coerência tática, esta é outra questão que nós não podemos tratar aqui. Contentamo-nos em indicar os efeitos que, do ponto de vista da manutenção e do reforço da organização, derivam para o partido do costume de remunerar o trabalho e os serviços prestados.

Nos regimes aristocráticos, que sempre têm um caráter plutocrático pronunciado, o funcionário, mesmo eleito, não é quase nunca remunerado. Suas funções são puramente honoríficas, mesmo que absorvam toda sua capacidade de trabalho. A partir do momento que ele pertence à classe dominante, supõe-se que ele é rico e que ele deve ter a honra de gastar pelo bem público, e de ocupar, mesmo às suas custas, uma situação eminente no Estado.

Encontramos, com freqüência, uma concepção análoga nas democracias modernas. O prefeito de Londres e seus colegas das outras grandes cidades da Inglaterra, assim como os membros dos sindicatos italianos, não são remunerados. E como as verbas de representação contidas nos orçamentos geralmente são insuficientes, é preciso, para ocupar esses cargos, possuir uma fortuna considerável, o que só pode ser o caso de novos-ricos ou de aristocratas ricos de nascimento.

Na Itália, o governo se opõe à gratificação parlamentar, justificando que não seria conveniente que os eleitos da nação recebessem, em troca de sua atividade, um vil salário em moeda soante; daí resulta que, visto à pobreza do partido socialista italiano, os operários se encontram excluídos, *a priori*, do parlamento. Dos trinta e seis deputados socialistas da Câmara italiana (1909), só encontramos, na verdade, dois velhos operários (chefes de organizações sindicais). Na França, entretanto, onde os deputados recebem uma gratificação suficientemente elevada, pudemos constatar, segundo M. Fournière, que os colegas mais pobres são representados por deputados ricos.

Nas organizações operárias que dispõem de recursos financeiros insuficientes, os encargos sociais são, com freqüência, conferidos a título puramente honorífico. Não é raro ver, nesse caso, nascer no seio do partido uma forma especial de poder financeiro, poder que camaradas mais afortunados retiram dos serviços pecuniários que eles prestam ao partido. Nós encontramos um caso típico desse gênero na França, onde o jornal *L'Humanité* foi sustentado durante algum tempo por um consórcio de capitalistas judeus.

Mesmo confiando mandatos para os congressos do partido, dá-se quase sempre preferência aos candidatos que se declaram preparados para arcar eles mesmos com as despesas da viagem e cujos camaradas sabem que eles estão em condições de fazê-lo. E é assim que os congressos, que constituem o "tribunal supremo" do partido se encontram, com freqüência, compostos, assim como os grupos parlamentares socialistas em certos países, de indivíduos ricos na sua maioria.

Na Alemanha, todavia, semelhante fato tornou-se mais difícil, por um lado, pela própria composição do partido socialista, que compreende muito poucas pessoas ricas e, por outro lado, pela grande riqueza coletiva que dispõem suas caixas.

A superioridade financeira do camarada rico sobre o camarada pobre é, com freqüência, substituída aqui pela superioridade da seção rica sobre a seção pobre. Naturalmente, é muito difícil para as organizações com insuficiência de dinheiro enviar seu próprio delegado ao congresso do partido, sobretudo quando esse congresso se realiza numa localidade muito distante. Às vezes resulta que, quando elas não podem confiar o mandato a um camarada rico que dispõe de tempo, meios e desejo de enfrentar, com seu próprio dinheiro, as despesas, com freqüência consideráveis, da viagem, elas são obrigadas a renunciar de serem representadas no Congresso.

Mas nós devemos acrescentar que a opinião pública condena, com freqüência, esse costume de conferir mandatos sem subvencionar as despesas de viagem do delegado, e estigmatiza os mandatos desse gênero, qualificando-os de “mandatos de complacência”. O fato de conferir e de aceitar esses mandatos é considerado pela maioria dos camaradas como uma traição contra o partido e como uma tentativa de corrupção. No Congresso de Brême, em 1904, esse fato foi até mesmo denunciado como um verdadeiro crime (caso Fehndrich). Essas acusações são às vezes injustas, pois é preciso, com freqüência, mais devoção e espírito de sacrifício para ir a um congresso às próprias custas, do que para ir passar uma semana de férias às custas dos camaradas da seção local.

Sabe-se, portanto, que no que concerne à representação do partido, as pequenas seções se encontram em relação às grandes num estado de grave inferioridade.

Várias proposições foram feitas com o fito de remediar esse estado de coisas.

Foi assim que para realizar o postulado democrático da igualdade de todos os colegas, quanto ao direito de se fazerem representar nos congressos, a seção de Marbourg tinha emitido o voto, em 1903 e em 1904, para que as despesas de todas as delegações fossem cobertas pela caixa central do partido.

Essa iniciativa não teve continuação. Foi preciso, portanto, procurar um outro remédio para o mal, e o que se encontrou, embora insuficiente, consistia em reunir várias organizações locais em federações provinciais. É assim que os estatutos da federação provincial de Hessen-Nassau contêm a disposição seguinte: “Aquelas dentre as seções locais que fazem parte da federação, e são muito pobres para subvencionar as despesas de uma delegação, participarão todos os anos de uma escolha tirada na sorte, que designará quais delas terão o direito de enviar ao

congresso um delegado às custas da federação”. E notemos, de passagem, que cinco “colégios”, dos dez que compõem a federação, figuram nesse caso.

Um partido que dispõe de uma caixa bem provida pode não somente renunciar ao apoio material dos seus membros mais afortunados e eliminar assim sua preponderância nos assuntos internos, mas também formar um corpo de funcionários fiéis e devotados, pois estes tiram do partido seus únicos meios de existência.

Antes do Estado ter concedido a gratificação parlamentar (1906), o partido socialista alemão gratificava ele próprio seus deputados no Parlamento. Essa medida permitia a seus chefes, geralmente pouco afortunados, tomar parte nos trabalhos parlamentares, embora os impedisse de emancipar-se do partido ou de separar-se, sob o nome de “socialistas independentes”, ou “autônomos”, da maioria do grupo socialista parlamentar, assim como aconteceu na França.

O próprio partido socialista francês foi obrigado a reconhecer o perigo que implica a existência de chefes que não estão ligados ao partido por laços de dependência econômica.

Sabemos, na verdade, que os deputados franceses recebem uma gratificação muito elevada (15.000F). O partido socialista francês também teve a idéia de diminuir a supremacia financeira de seus representantes no Palácio Bourbon e de ganhar, ao mesmo tempo, uma fácil oportunidade de se enriquecer a si próprio; ele decidiu, portanto, que todo deputado que quisesse ter o apoio moral do partido deve depositar todos os anos na caixa central deste a soma de 3.000 F, descontada sobre os vencimentos. Muitos deputados, para fugir dessa obrigação, simplesmente pediram sua demissão do partido. E entre as causas que provocaram, em 1905, a formação de um novo grupo parlamentar socialista, dito independente, o desejo de escapar do pesado imposto e de conservar intacta a bela soma redonda concedida pelo Estado, certamente foi a causa principal.

Quanto aos deputados que, para conservar sua cadeira, aceitaram esse imposto em princípio, a maior parte deles sempre se mostrou pouco apressada em pagá-lo. Os congressos do partido socialista francês também carregaram nas costas, durante longos anos, o pesado fardo da discussão interminável sobre os meios de obrigar os parlamentares teimosos a depositar suas cotas na caixa central.

Mas (e esta é uma amarga ironia da história), não tardou para se perceber que o fato de despojar os deputados de uma parte de seus vencimentos em favor do partido não constituía o meio mais eficaz de impedir a formação de uma oligarquia plutocrática. Consta, na verdade, do relatório elaborado pela direção do partido socialista francês no Congresso de Nîmes (1910), que dos 128.000 F de receita que dispõe o partido, 67.250 F, isto é, mais da metade, são formados pelos pagamentos

dos parlamentares socialistas. Semelhante estado de coisas é feito para favorecer a predominância de deputados que se tornam, assim, as colunas financeiras do partido-administração e, por conseqüência, personagens importantes que as massas filiadas devem tratar com todas as reverências possíveis.

É certo que os operários, quando se tornam empregadores, não são patrões agradáveis e complacentes. Chegados à desconfiança, eles são muito exigentes com aqueles que empregam. Com relação a todo dirigente remunerado cada membro da organização se considera como um capitalista e conseqüentemente se comporta como tal. Além disso, falta aos operários, com freqüência, um critério para apreciar o trabalho intelectual.

Em Roma, numerosas cooperativas de produção têm por princípio pagar a seus diretores comerciais e técnicos vencimentos que não sejam superiores aos de seus operários.

Foi assim também durante muito tempo na Alemanha.

Na assembléia de mineiros cristãos, realizada em Gelsenkirchen em 1898, o voto emitido foi de que o chefe dos mineiros, Brust, continuaria com a rude profissão de mineiro, sob pena de perder a estima de seus camaradas. No Congresso da Democracia Socialista, realizado em Berlim em 1892, discutiu-se durante horas uma proposição segundo a qual os vencimentos anuais máximos de todo empregado do partido não deviam ultrapassar a soma de 2.500 marcos. E no Congresso de Frankfurt (1894), a proposição de aumentar para 300 marcos os vencimentos mensais dos dois secretários do partido teve de ser retirada, tendo permanecido incerto o resultado do voto, apesar do grande número de votantes.

No partido socialista alemão, por muito tempo prevaleceu o mau hábito de considerar tanto os vencimentos concedidos aos empregados, como as compensações pagas aos propagandistas pelas suas despesas de viagem, como um tipo de gorjeta ou, se preferimos, como uma gratificação. Nos jornais o redator era, com freqüência, menos remunerado do que o gerente e até do que o contador.

As coisas mudaram de lá para cá, mas ainda existe uma corrente operária que procura fixar os vencimentos dos funcionários do partido de forma que não ultrapassem o salário pago nas fábricas.

Há alguns anos, um sindicato operário votou até mesmo uma moção segundo a qual o empregado deveria ser remunerado por hora e pela tarifa em vigor no ramo de indústria à qual ele pertencesse como membro do sindicato.

Muitos camaradas adotam ainda, para a fixação dos vencimentos dos seus empregados, esse princípio de que o montante da remuneração deve ser inferior àquele que seus respectivos colegas recebem dos empregadores burgueses.

Devemos dizer, todavia, que, de uma maneira geral, a classe operária alemã está habituada, hoje em dia, a pagar bem seus empregados. Isso se explica em parte pela riqueza crescente dos sindicatos e do partido socialista. Mas além dessa existe ainda outra causa: os próprios empregados conseguiram deixar a questão dos vencimentos longe da publicidade dos congressos, fazendo-a discutir a portas fechadas nas comissões da imprensa.

Na França, ao contrário, a tendência dos operários de manter seus empregados na porção conveniente reconquistou terreno, desde o voto da gratificação parlamentar de 15.000 F.

A indignação contra os “quinze mil” foi tanta, que os operários não quiseram mais conceder aos funcionários de suas organizações vencimentos que ultrapassassem a décima parte da gratificação parlamentar: eles lhes pagavam, conseqüentemente, os modestos ordenados de 1.500 F por ano. Em 1900-1901, os três empregados da Confederação Geral do Trabalho (secretário, tesoureiro e “permanente”) só receberam, todos eles juntos, 3.173 F. Os dois servidores superiores da Federação do Livro recebem cada um, 300 F e o tesoureiro 100 F mensais. Os metalúrgicos acreditavam estar dando prova de uma generosidade extraordinária ao contratar três empregados com o ordenado mensal de 234 F cada um e (em 1905) sete “secretários regionais” com o ordenado mensal de 180 F cada um.

Na Itália, não pôde formar-se, até hoje, um numeroso estado-maior de servidores renumerados pelo partido e pelas organizações.

Isso se explica, acima de tudo, pela falta de fundos. Durante vários anos foi preciso improvisar no dia-a-dia administradores, secretários e tesoureiros de sindicatos e de seções locais, apelando para a boa vontade e devoção dos camaradas. Antes de 1905, a Federação dos Tipógrafos era a única que tinha um pessoal especializado para a guarda dos livros e para a administração do patrimônio federal. E mesmo hoje em dia, a vida das organizações ainda é rudimentar e exposta às maiores vicissitudes.

Certamente, o número de empregados fixos ligados às federações e às bolsas de trabalho tem estado, ao longo desses últimos anos, em crescimento contínuo, mas as remunerações ainda são insignificantes. A gratificação foi elevada, segundo Rigola, de 100 para 200 liras, e “nenhuma organização que se preze oferece menos hoje em dia”. Mas tal elevação ainda não é considerada como um remédio para o mal. Não basta, na verdade, o engodo das 200 liras para que o operário inteligente e instruído abandone sua profissão e abrace a carreira de chefe de sindicato. Mas, apesar disso, e dos sindicalistas acreditarem, certos dirigentes de sindicatos já manifestam, mesmo na Itália, essa tendência pela obesidade e pela preguiça que foi por vezes censurada nos chefes das ricas organizações similares da Inglaterra.

A insignificância dos ordenados pagos a seus empregados, tanto pelo partido socialista como pelas organizações sindicais, não se explica somente pela

arrogância patronal e pelo arbítrio do qual a classe operária não está isenta nas suas relações com seus subordinados. E, no que concerne às organizações jovens, ela tampouco se explica somente pela penúria dos meios financeiros.

Mantendo os ordenados em uma taxa baixa buscava-se um objetivo prático: desejava-se, notadamente, que os empregados servissem a causa por amor a ela, e não pelas vantagens materiais que pudessem lhes proporcionar suas funções. Reconhecia-se nessa medida um meio de cultivar e conservar sempre vivo, entre os chefes, uma espécie de idealismo, e, de impedi-los de ultrapassar o nível médio de seus camaradas proletários.

Durante o primeiro período do movimento operário, tanto econômico como político, que foi seu período revolucionário, tentativas dessa natureza foram realizadas em todos os países do mundo. Acontece que não se contentavam em tirar proveito das remunerações concedidas aos empregados pelo partido ou pelo sindicato: também os proibiam de aceitar o dinheiro que o Estado lhes concedia a título de gratificação parlamentar. Entre as razões que, em 1885, levaram os socialistas de Berlim a não participarem nas eleições do *Landstag* prussiano figuravam em primeiro lugar a preocupação da gratificação jornalística de 15 marcos que deviam receber os eleitos; via-se nessa gratificação um perigo de aburguesamento.

Finalmente, percebeu-se que a remuneração mesquinha dos chefes constituía uma válvula de segurança tão injusta quanto pouco eficaz.

Injusta porque, segundo a própria moral socialista, em troca de um trabalho executado deve-se proporcionar um salário. Um trabalho que não é pago em virtude do seu valor social, chama-se, na terminologia marxista, exploração.

E a medida é ineficaz porque a insuficiente remuneração pode tornar-se facilmente uma fonte de corrupção e de desmoralização. Ela impede, além disso, a renovação freqüente do pessoal dirigente e favorece, assim, indiretamente, a formação de uma oligarquia. Na França, onde a baixa remuneração dos chefes socialistas ainda é a regra pode-se constatar que falta uma nova geração de dirigentes pronta para tomar o lugar da antiga; por isso os sindicatos estão sempre representados nos congressos pelos mesmos delegados.

Entretanto, é incontestável que a prosperidade econômica do partido, que por si só, permite remunerar bem os chefes, contribui em grande parte para alimentar os apetites ditatoriais daqueles que, colocados à frente da organização, estão encarregados de administrar o patrimônio coletivo e de dispensar os empregados.

Na Alemanha, tal estado de coisas pode ter conseqüências mais graves que em qualquer outro país. A concentração do poder no partido que prega as doutrinas

marxistas é mais evidente que a concentração marxista dos capitais na vida econômica. De alguns anos para cá, os dirigentes do partido socialista alemão recorreram a várias medidas de repressão como, por exemplo, a ameaça de não dar nenhum homem, assim como nenhum centavo, para propaganda eleitoral em favor de candidato que não os agrade, mesmo que os camaradas concedam a esse candidato toda a sua confiança. Inútil dizer que tal procedimento não se ajusta bem com os princípios da "liberdade" e da "fraternidade". É assim que nascem relações estreitas de dependência, de superioridade e de inferioridade hierárquicas, relações provocadas pela força do deus invisível "Dinheiro", e isso no seio de um partido de trabalhadores que se louva de não ter "nem Deus nem Mestre".

## CAPÍTULO III

### OS CHEFES E A IMPRENSA

A imprensa constitui um forte fator de conquista, de conservação e de consolidação do poder dos chefes sobre as massas.

A forma com que os chefes utilizam a imprensa com vistas a exercer seu domínio varia naturalmente de um país para o outro, segundo os costumes nacionais. Onde a organização e a força do partido ainda são fracas, a influência dos chefes é direta e pessoal. Acontece, por exemplo, que em países como a França, a Inglaterra e a Itália, onde o caráter popular ainda apresenta uma marca fortemente individualista, o chefe democrático se considera o autor, pessoalmente responsável, pelo seu artigo de fundo, que ele assina com o seu nome e sobrenome. O artigo que aparece no *Le Socialiste*, de Paris, chama a atenção, não por si só, mas porque traz, em letras grandes, a assinatura de Jules Guesde. O chefe faz pesar sua influência sobre as massas de uma forma direta, manifestando sua opinião abertamente, e atribuindo-lhe, com freqüência, a forma de um decreto, no lugar de maior destaque do jornal.

Esta é aliás, do ponto de vista estético e moral, a melhor forma de jornalismo, pois o leitor tem o direito de saber de onde vem a mercadoria que lhe oferecem; sem falar que a todo ato público deveria ser aplicado o princípio fundamental da moral de que cada um é responsável, perante todos, por sua conduta.

Para os chefes-aspirantes, o hábito de assinar os artigos tem ainda a vantagem incontestável de fazer com que seus nomes se tornem conhecidos junto às massas, e de ajudá-los a subir pouco a pouco, seguindo a carreira dos cargos representativos, até as maiores glórias.

Em outros países, como na Alemanha, por exemplo, a fé das massas na autoridade é tão inabalável, que não precisa ser conservada pelo prestígio de algumas individualidades superiores; por isso os jornalistas são dispensados de assinar seus artigos que quase sempre aparecem anônimos. O redator desaparece por trás da redação. O jornalista não tem a possibilidade de fazer com que seu nome se torne conhecido a distância, e, com muita freqüência, o assinante que lê o jornal ignora

até mesmo a sua existência. Isso explica a pouca importância do papel pessoal que desempenha o jornalista alemão, e, a pouca consideração social que parece gozar.

Mas, apesar do anonimato, a imprensa constitui, para os chefes, tanto na Alemanha como alhures, um poderoso meio de dominação. Como o jornalista alemão se identifica com toda a redação e até mesmo com o partido inteiro, resulta que sua voz chega ao público reforçada por toda essa autoridade coletiva. As idéias pessoais adquirem assim um destaque e, por consequência, uma força de repercussão que não teriam de nenhum outro modo.

O que o redator individual perde, pelo fato do anonimato, em influência direta sobre as massas, é adquirido pelos jornalistas-chefes, como grupo. O "nós" pronunciado em nome de um partido gigantesco pesa infinitamente mais do que o nome mais ilustre. O "partido", isto é, o grupo dos chefes, adquire uma auréola especial, porque a multidão esquece que por trás do artigo, que se apresenta sob um aspecto coletivo, se esconde 80 vezes em 100, o trabalho de um só. Pode-se constatar que na Alemanha as polêmicas e os artigos anônimos do órgão central, o *Vorwärts* são considerados, pelas massas do partido, sobretudo nas províncias prussianas, como uma espécie de evangelho periódico, como uma bíblia repartida em fatias.

É sobretudo pela publicação de ataques odiosos ou violentos que a imprensa anônima oferece uma oportunidade cômoda e quase tentadora garantindo ao seu autor a impunidade tanto moral como legal; ela se transforma muitas vezes num abrigo onde os fracos e os covardes se escondem para lançar suas flechas envenenadas sobre seus adversários pessoais ou políticos.

A vítima da agressão encontra-se então, por assim dizer, num quádruplo estado de inferioridade.

A grande massa considera a censura que foi infligida como tendo sido praticada em nome de um princípio ou de uma classe, como emanante, em suma, de uma esfera superior e impessoal; essa censura aparece, por esse motivo, mais grave e quase indelével.

Por outro lado, toda a redação se sente responsável pela publicação que, enquanto anônima, foi feita com o consentimento unânime da coletividade; ela se solidariza, portanto, com o agressor, o que torna quase impossível a reparação eventual do dano que poderia ter sido cometido.

Quanto à vítima, ela ignora quem é seu agressor; ao passo que se soubesse o seu nome, poderia adivinhar as razões que inspiraram o ataque, em vez de ficar reduzida a se defender contra sombras ilusórias e fugitivas. E se por acaso acontece

mais tarde dela descobrir seu agressor, não lhe é permitido, sob pena de perder seu cargo de jornalista, defender-se individualmente; e essa proibição tira da defesa um de seus elementos mais preciosos e mais eficazes.

O desaparecimento da personalidade dentro do jornalismo alemão favoreceu, na imprensa socialista desse país, a instituição de “escritórios de correspondência”.

Esses escritórios, dirigidos por alguns escritores do partido, enviam todos os dias à imprensa socialista informações relacionadas a um ramo especial, tais como: política exterior, questões de cooperação, problemas legislativos, etc.

Essas instituições devem sua existência principalmente ao excessivo espírito de economia que reina na imprensa do partido. Elas conferem a essa imprensa uma grande uniformidade de dúzias de jornais que recebem sua inspiração da mesma fonte. Elas asseguram a supremacia de um pequeno grupo fechado de jornalistas oficiais sobre os escritores livres, supremacia que se manifesta sobretudo, é verdade, no domínio econômico, pois os titulares dos “escritórios de correspondência” não desempenham no partido nenhum papel político notável.

A imprensa fica sempre nas mãos dos chefes, nunca nas das massas.

Intercala-se com freqüência, entre uns e outros, uma categoria intermediária de comissários da imprensa eleitos pelos membros que freqüentam as reuniões. Esses comissários são encarregados de supervisionar as redações. Mas, no caso mais favorável, esses funcionários não ambicionam mais do que uma pequena parcela do poder, um tipo de governo *ad latere* inoportuno e antitécnico.

Em suma, é aos chefes remunerados que incumbe, sobretudo, a missão de resolver as questões políticas que se relacionem com a imprensa.

## CAPÍTULO IV

### A ATITUDE DOS CHEFES EM RELAÇÃO ÀS MASSAS

Nas organizações políticas do proletariado internacional o grupo superior formado pelos chefes está composto na sua grande maioria por parlamentares. Bebel, Jaurès, Guesde, Adler, Vandervelde, Toelstra, Ferri, Turati, Keir Hardie, MacDonald, Pablo Iglesias, são todos célebres em seus respectivos Paramentos.

Este fato é um indício do caráter essencialmente parlamentar dos partidos socialistas modernos. É aos membros que mais se distinguem por sua competência e sua capacidade que cada partido confia os cargos mais eminentes, os cargos que permitem, na sua opinião, o trabalho mais útil e o mais eficaz.

Mas, além dessa superioridade, reconhecida e consagrada pelo próprio partido, existem duas outras razões que contribuem para aumentar a autoridade dos parlamentares. Em primeiro lugar, estes escapam até um certo ponto, à vigilância das massas do partido e até mesmo ao controle de seu comitê de direção. E eles devem essa independência relativa ao fato do deputado ocupar um cargo de duração muito longa que, enquanto for conferido pelos seus eleitores, não poderá ser retirado dele por ninguém. Em segundo lugar, mesmo na época das eleições, ele depende do partido apenas indiretamente, pois é das massas eleitorais, isto é, em última análise, de um corpo não-organizado, que ele obtém seu mandato.

É verdade que em certos países e em certas regiões, segundo o grau de organização e coesão do partido, o poder e a independência dos deputados se encontram presos dentro de limites mais ou menos estreitos. Mas mesmo assim, a consideração e o poder que gozam os parlamentares não se encontram de nenhum modo diminuídos, visto que são eles que, na Alemanha sobretudo, ocupam no partido as funções mais importantes, aquelas notadamente de membros do comitê de direção.

Aonde as disposições estatutárias proibem o acúmulo das funções de deputado e membro do comitê de direção, no caso da Itália por exemplo, onde só um deputado designado pela facção parlamentar pode ocupar funções no comitê de direção, existe entre os dois grupos de chefes desentendimentos e conflitos que

prejudicam, com freqüência, a autoridade de uns e outros. Mas é a facção parlamentar que, pelas razões expostas, o conquista quase sempre.

A força do parlamentarismo é particularmente grande na democracia socialista alemã. É o que mostra a atitude geral que os parlamentares socialistas observam em relação ao partido. Não existe no mundo outro partido socialista cuja conduta dos parlamentares seja tão pouco discutida e criticada. Os deputados socialistas pronunciam no *Reichstag* dúzias de discursos que, embora sendo de natureza a provocar as mais vivas recriminações, não são, entretanto, nem criticados nem desaprovados, seja pela imprensa, seja pelos congressos.

A imprensa socialista não manifestou o menor movimento de revolta quando, durante as discussões parlamentares sobre a greve dos mineiros do Ruhr (1905), o deputado Hué qualificou de utopia o programa principal.

Rompendo pela primeira vez com o princípio irredutível de oposição a qualquer despesa militar, os socialistas alemães contentaram-se em se abster no voto das primeiras verbas de 1.500.000 marcos para a guerra contra os Herreros. Esse fato muito grave e absolutamente novo não provocou entre os socialistas alemães senão que alguns raros e tímidos protestos. E quando esses mesmos deputados abstencionistas tiveram que justificar sua conduta no Congresso de Brême em 1904, só havia, para desaprová-los, algumas vozes isoladas.

Ainda assim, é surpreendente ver até que ponto a posição do grupo parlamentar se firma à medida que a importância do partido aumenta no país.

Atualmente, as massas socialistas alemãs estão tão convencidas de que as batalhas decisivas de sua causa se travam no parlamento, que elas evitam, cuidadosamente, de interferir no trabalho que realizam os seus estrategistas.

Resulta daí que a conduta seguida pela facção parlamentar adquire em muitos casos o valor de *suprema lex*.

Qualquer crítica um pouco viva, ainda que fosse feita em nome dos princípios fundamentais do socialismo, é rigorosamente repudiada pelas massas, a partir do momento que ponha em risco o grupo parlamentar, no sentido de enfraquecê-lo. E os que, apesar de tudo, ousam fazer uma crítica dessa natureza, são imediatamente reduzidos ao silêncio e severamente estigmatizados pelos chefes.

Foi assim que Bebel não hesitou em desmentir em pleno Parlamento um artigo da socialista *Leipziger Volkszeitung* (1904) sobre a política aduaneira dos partidos burgueses, porque esse artigo foi concebido em termos excessivamente grosseiros.

Foi assim também que no Congresso de Brême, em 1904, o honorável Georg von Vollmar pôde, com a aprovação da maioria dos delegados e sem provocar o

menor protesto por parte dos outros, condenar as primeiras tentativas de antimilitarismo feitas na Alemanha por certos membros do partido. Entretanto, é difícil negar que o antimilitarismo não seja uma consequência lógica do socialismo e que a propaganda das idéias antimilitaristas não seja de uma importância capital para o partido. Mas Vollmar explicou sua atitude fazendo observar que se o partido decidisse aprovar e encorajar essa propaganda, o ministro da guerra teria um bom pretexto para rejeitar todos os protestos e queixas contra os tratamentos excessivamente rigorosos que pudessem ser infligidos aos soldados suspeitos de professar opiniões socialistas.

Sabemos os esforços feitos pelas facções parlamentares do socialismo de todos os países para conquistar para seus membros como tais, o direito de voto nos congressos do partido. Na Alemanha, esse direito lhes foi reconhecido em 1890 pelo Congresso de Berlim, com esta restrição insignificante de que em todas as questões relativas à conduta no *Reichstag*, os deputados só teriam uma participação puramente consultiva. Essas disposições foram confirmadas, apesar de algumas tentativas de oposição, por ocasião da redação do novo estatuto no Congresso de Viena em 1905.

Em outros países, como por exemplo, na França e na Holanda, os deputados não podem tomar parte nos congressos e não possuem o direito de voto, a não ser que estejam munidos de um mandato regular e especial. Na Itália, os membros da direção do partido e os da facção parlamentar não são permitidos de fazer uso da palavra nos congressos, a não ser que sejam encarregados pela própria direção de apresentar um relatório qualquer. Quanto ao direito de voto, eles só o possuem, como na França e na Holanda, quando estão munidos de um mandato regular.

Por outro lado, em razão da maior competência que eles possuem em diversas questões, os deputados socialistas se consideram superiores aos próprios congressos, às supremas cortes de seu partido. Por isso eles procuram restringir, tanto quanto possível, a esfera das questões que devem ser submetidas às decisões dos congressos e tornar-se os únicos árbitros dos destinos do partido.

Na Alemanha, um grande número de deputados socialistas manifestaram em 1903, a pretensão de resolver eles próprios, fora dos congressos, a importante questão de saber se o grupo parlamentar devia ou não aceitar, sendo o caso, a vice-presidência do *Reichstag* e conformar-se ao uso obrigatório, inerente a essas funções, de comparecer à corte.

Na Itália, o grupo socialista parlamentar e o grupo republicano conseguiram conquistar sua autonomia completa em relação à direção de seus respectivos partidos. O grupo socialista já esteve, várias vezes, a ponto de receber em seu seio deputados que, sob o pretexto de que seus eleitores veriam com maus olhos sua adesão oficial à organização socialista local, não estavam nem mesmo inscritos no partido.

No movimento operário profissional, o autoritarismo dos chefes e sua tendência para administrar as organizações democráticas segundo princípios oligárquicos, se manifestam de uma maneira ainda mais pronunciada que no partido político propriamente dito.

Inúmeros fatos, tirados da história das organizações sindicais, mostram até que ponto uma burocracia centralizada pode desviar da democracia um movimento operário essencialmente democrático na sua origem. A todo instante, vemos os empregados dos sindicatos profissionais usar e abusar de procedimentos contrários à vontade daqueles que eles representam. Nós apenas citaremos, a título de exemplo, as duas famosas deliberações tomadas no congresso dos operários sindicalizados, realizado em Colônia em 1905; através de uma dessas deliberações, os chefes se declararam contrários (em desacordo nesse ponto com a maioria dos sindicalizados), à manutenção da festa do Primeiro de Maio, enquanto que através da outra eles condenaram a greve geral, a ponto de proibir os camaradas de colocá-la em discussão.

Há muitos anos que os comitês centrais das federações sindicais procuram arrogar-se, às custas das massas sindicalizadas, o direito exclusivo de determinar o ritmo da luta pelos salários e, conseqüentemente, de decidir se uma greve é ou não "legítima". E como os dirigentes das federações dispõem de caixa, muitas vezes respeitável, a controvérsia se reduz na prática à questão de se saber sobre quem recai o direito de decidir se uma greve deve ou não ser subvencionada.

Ao pretender que só eles têm a faculdade de se pronunciar sobre uma eventualidade tão importante, e com mais forte razão se eles já possuem em grande parte esse privilégio, os chefes cometem um atentado dos mais graves contra o mais fundamental dos princípios democráticos. Eles se constituem abertamente numa oligarquia e só reconhecem às massas, que fornecem os fundos, o dever de curvarem-se diante de suas decisões.

Esses abusos de poder a rigor podem ser justificados por motivos de competência e de tática. "Se nós nos arrogamos o direito de julgar e de decidir a questão, dizem os chefes, é porque nós conhecemos melhor do que os operários as condições do mercado de trabalho no país inteiro e sozinhos, conseqüentemente, estamos em melhores condições de apreciar as chances de vitória da luta à qual desejamos nos lançar".

E os dirigentes das federações acrescentam ainda o argumento de que a cessação do trabalho numa determinada cidade acarretando necessariamente um prejuízo aos meios financeiros e sendo por vezes de natureza a perturbar as condições de trabalho de toda uma categoria de operários organizados, é a eles, dirigentes, e não aos próprios operários da cidade em questão, que pertence o direito de decidir se a greve planejada deve ser proclamada ou não. Sua conduta se

justificaria, por conseguinte, pela preocupação democrática de salvaguardar os interesses da maioria contra as iniciativas da minoria.

Mas não é a etiologia do estado oligárquico dos sindicatos que nos interessa aqui. Constataremos apenas quão pouco as facções das oligarquias proletárias diferem das facções de outras oligarquias. Isso feito, daremos uma rápida olhada nas relações existentes entre os chefes e as massas numa terceira forma do movimento operário na organização cooperativa. Consideraremos particularmente a cooperativa de produção que, por sua natureza, parece se prestar menos ao estabelecimento de um poder oligárquico.

No que toca às cooperativas de consumo, compreende-se facilmente que elas não poderiam ser administradas diretamente pela massa dos associados. Trata-se aí, assim como já o mostrou Kautsky, de uma empresa essencialmente comercial e que, como tal, ultrapassa a competência da massa. É por isso que as sociedades cooperativas de consumo são dirigidas, de uma maneira geral, segundo o princípio monárquico.

Vejam, por exemplo, o que um crítico, com boas intenções, pôde escrever sobre o *Vooruit*, de Gand, uma cooperativa de consumo de tendências nitidamente socialistas, encabeçada pelo socialista Édouard Anseele: “Esta prosperidade e esta boa administração não acontecem sem alguns prejuízos à sacrossanta liberdade operária. O *Vooruit* inteiro traz a marca da forte personalidade que o criou...” “Uma vontade poderosa, pronta para reivindicar as responsabilidades, diante das quais outros recuam incessantemente, acaba quase sempre por se entusiasmar por ela mesma. M. Anseele, grande industrial de fato, tem voluntariamente as maneiras impetuosas, imperiosas e bruscas dos capitães de indústria mais burgueses, e o *Vooruit* nada mais é do que uma república anárquica. Ele repousa, principalmente, sobre o princípio da autoridade”.

As cooperativas de produção, as de pequena importância em particular, são um caso completamente diferente. Elas congregam elementos homogêneos pertencentes à mesma categoria operária, exercendo a mesma profissão e acostumados ao mesmo tipo de vida.

Na medida em que uma cooperativa de produção precisa de uma direção, esta pode ser exercida por todos os associados, pois todos possuem a mesma competência profissional.

Todo membro de um partido político não pode fazer política de alto nível; e é por isso que existe, no seio do partido político, uma distância tão grande entre os chefes e as tropas. Mas numa cooperativa de produção, numa cooperativa de sapateiros por exemplo, todos os membros possuem a mesma competência, relacionada com a confecção de sapatos, o emprego das ferramentas e a qualidade

dos couros. Não obstante, apesar dessas condições eminentemente favoráveis à constituição de um organismo puramente democrático, a cooperativa de produção não pode ser, em regra geral, citada como um modelo de auto-administração democrática.

A história das cooperativas de produção nos oferece, na verdade, as duas alternativas seguintes: ou elas sucumbem rapidamente na discórdia e na impotência, por causa do grande número de indivíduos que têm o direito de ingerir-se na sua administração, ou elas acabam se submetendo à vontade de uma só ou de várias pessoas e perdem, por conseguinte, sua verdadeira característica de cooperação. Em todo caso, elas sempre nascem graças à iniciativa de um só ou de alguns. São por vezes verdadeiras monarquias em miniatura, submetidas à ditadura de um diretor que as representa nas relações externas e internas e, sob cuja vontade elas estão a tal ponto ligadas, que quando ele morre ou pede demissão, elas correm o risco de desaparecer.

Além disso, as cooperativas de produção são associações de indivíduos cujas vantagens diminuem à medida que o número dos associados aumenta. Por isso obedecem elas, na sua evolução, às mesmas leis psicológicas, por assim dizer imutáveis, que determinaram a evolução das corporações da Idade Média.

À medida que sua prosperidade aumenta, elas se tornam mais exclusivas e tendem a monopolizar em benefício de alguns, as vantagens que conseguem. As cooperativas se opõem, por exemplo, indiretamente à entrada de novos membros elevando consideravelmente a taxa de admissão. Às vezes elas recusam, pura e simplesmente, as novas adesões ou fixam o número de membros a um máximo que não deve ser ultrapassado. Quando essas cooperativas precisam de braços, elas contratam empregados ou operários, a título de simples salários. E não é raro ver uma cooperativa de produção operária transformar-se pouco a pouco numa sociedade por ações. Acontece também que uma cooperativa pode tornar-se a empresa privada do diretor.

É assim que o fator pessoal desempenha no movimento democrático um papel considerável. Nas pequenas associações ele supera muitas vezes os elementos de fato. Mas, mesmo nas grandes, a sua influência se manifesta de uma forma notável.

Na Inglaterra, por exemplo, três ou quatro homens, MacDonald, Keir Hardie, Henderson e Clynes, gozam de uma confiança tão ilimitada das massas que, segundo a expressão de um observador atento, é impossível agir sobre essas a não ser através deles.

Na Itália, o chefe supremo das organizações operárias profissionais pôde afirmar que só as organizações com a chance de ter à sua frente um bom

organizador são capazes de se constituir e de se manter. “Categorias de profissões, as mais diversas, disseminadas nos meios mais variados, não se organizaram e não puderam superar as crises senão na medida em que encontraram homens de valor e de confiança dispostos a trabalhar por elas. Aquelas, ao contrário, que tiveram maus chefes não conseguiram se organizar ou só conseguiram uma organização defeituosa”. (R. Rigola).

Na Alemanha, a autoridade que possuía e ainda possui Bebel manifesta-se através de mil sintomas, desde a felicidade com que é acolhido aonde quer que se apresente, até os esforços periódicos que fazem nos congressos os representantes de diferentes tendências a fim de ganhá-lo para suas causas. E os chefes operários se dão perfeitamente conta da ascendência que exercem sobre as massas. Eles não confessam isso sempre, por oportunismo político, mas, na maioria das vezes, eles tiram dessa ascendência um grande orgulho e não deixam de louvar-se por isso.

Na Itália e em outros países, os chefes socialistas sempre pretenderam que a burguesia e o governo lhes devem reconhecimento por terem tido as massas nas rédeas e desempenhado junto às multidões impulsivas o ofício de moderadores. O que significa dizer que os chefes socialistas se atribuem o mérito e, conseqüentemente, o poder de impedir a revolução social que, segundo eles, teria estourado há muito tempo, sem sua intervenção.

Em geral, os chefes não fazem questão da alta estima das massas. Tendo tido a oportunidade de vê-las de perto e de apreciá-las durante o exercício de suas funções, os chefes não temem em afirmar que as massas são incapazes de gerir seus próprios assuntos. Seria, dizem eles, contrário aos interesses do partido que uma minoria de camaradas, que seguem e estudam atentamente as questões, se deixassem dissuadir pela maioria daqueles que não têm nenhuma opinião pessoal sobre aquilo que se passa em volta deles. É por isso que os chefes se pronunciam, senão contra o *referendum* em geral, pelo menos contra sua introdução na vida do partido.

Os próprios chefes operários confessam às vezes, com uma sinceridade que chega ao cinismo, sua real superioridade sobre as milícias confiadas ao seu comando, e seu firme propósito de não admitir que estas lhes imponham uma linha de conduta. Eles acrescentam até mesmo que se reservam o direito de revolta, se for o caso, contra as ordens recebidas. Vejam, por exemplo, o que disse a esse respeito, num congresso operário realizado em Roma, em 1908, um homem tão inteligente e instruído como Fillipo Turati, o chefe mais influente do partido socialista italiano: “O grupo socialista parlamentar está sempre à disposição do proletariado, mas com a condição de que não o obrigue a fazer coisas grotescas”. E, ele deixa subentendido que, são os próprios deputados que devem julgar, em cada caso particular, se as coisas que lhes querem obrigar a fazer são ou não grotescas.

O acúmulo de poder nas mãos de algumas pessoas relativamente pouco numerosas, tal como existe no movimento operário, conduz fatalmente a numero-

os abusos. O “representante”, orgulhoso de se saber indispensável, transforma-se facilmente de servidor em patrão do povo.

Os chefes que começaram sendo os obrigados de seus subordinados acabam, com o tempo, tornando-se seus senhores; é uma antiga verdade já enunciada por Goethe, quando ele fez dizer a Mephistopheles que o homem se deixa sempre dominar por sua própria criatura (espécie).

Esse mesmo partido que se insurge contra as usurpações da autoridade constituída do Estado, sofre, como uma necessidade natural, as usurpações cometidas por suas próprias autoridades constituídas. As massas são muito mais submissas aos seus chefes do que aos seus governos. Elas suportam da parte daqueles, prejuízos que elas não suportariam da parte destes.

Às pressões vindas de cima, as camadas populares reagem, às vezes, como foi o caso das *Jacqueries* na França, das guerras dos camponeses na Alemanha e das revoltas dos *Fasci* sicilianos em 1893, com represálias sangrentas, ao passo que só não percebem a tirania dos chefes que elas próprias se deram.

Se as massas terminam um dia abrindo os olhos para as violências que os dirigentes de seu partido cometem contra o ideal da democracia, seu espanto e seu estupor não conhecerão limites. Mas se lhes ocorre de se revoltarem, elas mostram, pelo sentido e pelo caráter de suas críticas, quão pouco elas se dão conta da verdadeira natureza do problema. Elas avaliam, na verdade, que o melhor meio de combater as más oligarquias nas quais elas sofrem, consiste em reforçar a centralização do poder do partido, centralização essa que é precisamente a fonte desses males.

## CAPÍTULO V

### A LUTA PELO PODER ENTRE OS CHEFES

A tese da força ilimitada dos chefes nos partidos democráticos provoca, entretanto, uma restrição.

Teoricamente, o chefe está vinculado à vontade da massa. Basta um sinal desta para que ele seja obrigado a retirar-se. Ele é, a qualquer momento, removível e substituível. Nós vimos, entretanto, que na prática, numerosos fatores concorrem para assegurar aos chefes uma independência muito grande. Se o partido democrático não pode dispensar os chefes autocráticos, ele pode pelo menos trocá-los. Daí resulta que o defeito mais grave de um chefe consiste em confiar excessivamente nas massas.

Estas reservam menos surpresas ao chefe aristocrático do que ao chefe democrático.

O que caracteriza, na verdade, essencialmente uma democracia é que sob seu reino cada um traz consigo um bastão de marechal.

É verdade que a massa ainda é incapaz de se governar por si mesma; mas é igualmente verdade que cada um de seus membros, por menos que reúna as qualidades, boas ou más, que lhe permitam destacar-se da multidão, pode conquistar o grau de chefe e assumir a direção da mesma.

Ora, essa ascensão de novos chefes sempre acarreta, para aqueles que já estão providos e garantidos, o perigo de ceder seus lugares aos recém-chegados. Por isso, o velho chefe deve manter-se em contato permanente com as opiniões e os sentimentos da massa, a quem ele deve o seu cargo, confessar-se seu instrumento e submeter-se aparentemente, pelo menos, a seu bel-prazer.

O resultado é que a massa parece realmente dominar os chefes. Mas todas as vezes que o poder destes encontra-se seriamente ameaçado, trata-se na realidade, na maioria das vezes, de um novo chefe ou de um novo grupo de chefes ocupados em apoderar-se das massas e em lhes inculcar suas próprias idéias, contrárias àquelas dos velhos dirigentes do partido.

Parece então que estes últimos, se não desejam submeter-se à vontade das massas e se retirarem, devem consentir em dividir seu poder com os recém-chegados. Mas, vendo isso de perto, constata-se sem qualquer constrangimento que sua submissão não passa, geralmente, de uma medida de previsão, destinada a neutralizar a influência dos jovens concorrentes.

A obediência, pelo menos externa, que os chefes demonstram à massa em certas ocasiões, toma, nos mais fracos e nos mais astutos, a forma da demagogia.

Os demagogos são os cortesãos da vontade popular. Em vez de elevar a massa até eles, eles se abaixam até elas. Sob a falsa e enganosa afirmativa, acompanhada com freqüência de gestos tragicômicos, de que sua suprema ambição é a de curvar-se, como humildes escravos, aos pés do povo, os demagogos só visam, na realidade, submeter esse povo ao seu jugo e reinar em seu nome. Para os mais honestos, o segredo do sucesso consiste em "Saber colocar a impulsividade cega das multidões a serviço de seus próprios planos, maduramente concebidos". (Kochanowsky.)

Afirmou-se que as revoluções populares terminam, em geral, por destruir seus chefes. E citou-se a esse respeito os nomes de Cola di Rienzi, de Masaniello, de Michele di Lando pela Itália, os de Danton e de Robespierre pela França.

Generalização à parte, essa afirmação repousa sobre uma observação exata. Mas é um erro acusar as massas de insurgirem-se contra seus chefes e de torná-las responsáveis pela ruína deles. Não foram as massas que devoraram os chefes: foram os próprios chefes que, ajudados pelas massas, se entredevoraram. Exemplo típico: Robespierre derruba Danton e ele próprio é derrubado pelos dantonistas que sobreviveram.

A luta entre os chefes e sua inveja recíproca os força a desenvolver uma atividade cada vez mais intensa e, com freqüência, algo artificial. Os deputados democráticos procuram desarmar os adversários que têm no partido e adquirir, ao mesmo tempo, um novo prestígio junto às massas, dando prova no Parlamento de uma formidável atividade a serviço da causa comum. É o que eles consideram ao mesmo tempo um dever democrático e uma medida de precaução pessoal.

Como a maior parte de seus eleitores e camaradas, não sabendo nada de preciso sobre sua função, são sempre levados a acusá-lo de indolente, o deputado se vê obrigado a fazer alguma coisa para ser lembrado de vez em quando. É essa necessidade que provoca tantos discursos, desses discursos que os alemães chamam "Dauerreden" (discursos intermináveis), e mais de uma cena tumultuada nos Parlamentos austríaco, francês, inglês e italiano.

Considera-se, na verdade, que o meio mais eficaz de conservar a atenção das massas e de torná-las fiéis a seus chefes consiste em provocar incidentes pessoais

que são muito mais interessantes e mais acessíveis à inteligência do grande público do que um relatório sobre a utilização da força hidráulica ou sobre um tratado de comércio com a República da Argentina.

A isso acrescenta-se ainda, em muitos países e particularmente na Itália, o fato da imprensa burguesa registrar as cenas desse tipo com a maior complacência, sem omitir o menor detalhe, sobretudo quando seus autores são os deputados socialistas. Segue-se daí que, mesmo nas circunstâncias normais, a atividade oratória dos deputados democráticos é notável.

Na Itália, os deputados orgulham-se de ter feito uso da palavra 212 vezes do 25 de março ao 10 de julho de 1909. Esta cifra representa 20,4% de todos os discursos que foram pronunciados na Câmara nesse espaço de tempo, embora os socialistas não representem senão 8% do total dos deputados.

Essa loquacidade não serve apenas para manter o prestígio do partido aos olhos dos adversários, mas também responde ao interesse de cada deputado, que vê nele um meio de assegurar sua reeleição tanto contra os inimigos externos como contra os concorrentes invejosos que conta no próprio seio do partido.

As divergências que provocam as lutas entre os chefes podem ter as origens mais diversas.

Pode-se, de um maneira geral, enquadrá-las em duas categorias: divergências de ordem pessoal, divergências de princípio ou de ordem intelectual. Mas essa divisão é puramente teórica, pois na maioria das vezes as divergências de princípio não demoram para transformar-se em divergências pessoais e estas, por sua vez, envergonhadas de se mostrarem em toda sua nudez, procuram aparentar um desacordo relacionado com as questões de princípio ou de tática.

A oligarquia oriunda da democracia está ameaçada na sua existência por dois graves riscos: a revolta das massas e a ditadura de um chefe audacioso que coloca o descontentamento geral a serviço de sua ambição pessoal. Rebelião de um lado, usurpação do poder de outro. Resulta daí, nos partidos populares modernos, uma ausência completa de verdadeira fraternidade, isto é, de confiança recíproca, sincera e cordial. Eles vivem num estado contínuo de luta latente, de irritação, estado esse provocado pela desconfiança recíproca dos chefes.

Toda oligarquia é suspeita em relação aos seus próprios aspirantes, nos quais ela busca não apenas seus herdeiros eventuais, mas também sucessores prontos a suplantá-la sem esperar sua morte natural. É, para servir-nos de uma expressão *yankee*, uma luta entre os *ins* e os *outs*, entre os que estão dentro e os que esperam do lado de fora, entre os capitães e os aspirantes ao capitánato.

Estes declaram a guerra àqueles, em nome de pretensos princípios imortais, mas na realidade por motivos muito menos desinteressados. Por isso se fazem passar nas reuniões por adversários teóricos, fiéis e irredutíveis, falando alto, *talking big things*, enchendo a boca, e isso com o único fim de intimidar os dirigentes do partido e levá-los a ceder aos camaradas turbulentos e impacientes uma parte do quinhão. Mas, com freqüência, os velhos chefes resistem, ficam firmes; nesse caso os oponentes mudam de tática, abandonam a atitude de combate e agarram-se ao carro de triunfo dos homens que estão no poder, na esperança de atraírem seus favores e de realizarem assim, por uma via indireta, seus projetos ambiciosos.

A luta entre os velhos chefes e os aspirantes suspende uma ameaça perpétua sobre a liberdade da palavra e do pensamento. Essa ameaça existe em toda organização democrática bem organizada e solidamente constituída.

Os chefes que detêm o poder do partido não dissimulam sua intenção de restringir, tanto quanto possível, a liberdade da palavra dos seus colegas que não estão de acordo com eles. É por isso que os detentores do poder são sempre os partidários mais zelosos da disciplina e da subordinação, que eles consideram como as condições essenciais da existência do partido. Eles chegam a aplicar a censura aos colegas suspeitos de intenções de rebelião; eles os obrigam a renunciar às revistas independentes que dirigem e a publicar seus artigos apenas nos jornais oficiais do partido.

É assim ainda que o partido socialista alemão proíbe seus partidários de colaborar nos grandes jornais burgueses e, de uma maneira geral, em toda publicação que, embora sendo socialista, foge, por uma razão ou por outra, ao controle dos dirigentes do partido.

Em sua luta contra os jovens, o velho chefe pode contar em primeiro lugar com o apoio das próprias massas.

As massas de todos os partidos operários desconfiam naturalmente de qualquer recém-chegado que não tenha ingressado no partido com a recomendação oficial dos antigos. Essa desconfiança torna-se particularmente pronunciada quando o recém-chegado é desertor de uma outra classe social. Por isso o novo recruta deve submeter-se a uma longa quarentena, antes de adquirir o direito de exprimir uma opinião pessoal. Essa quarentena é particularmente longa no partido socialista alemão e se explica pela existência mais longa desse partido e pelo prestígio que recai sobre seus chefes atuais. Muitos destes podem, na verdade, considerar-se seus fundadores e muitos sofreram perseguições governamentais e rigores da lei contra os socialistas.

Um socialista que leva no bolso há oito ou dez anos sua carteira de membro do partido passa muitas vezes, na sua própria seção, por um camarada "jovem". E o

que vem reforçar ainda esse fenômeno, é o respeito pela idade, pela hierarquia, tão enraizados no povo alemão e cuja democracia socialista não conseguiu se libertar completamente. Acrescentemos enfim que, como toda burocracia fortemente constituída, a do partido operário alemão é exclusivista por instinto.

Todos esses fatos explicam em grande parte a falta de elementos jovens e capazes que, segundo o próprio testemunho de numerosos socialistas, sofre a democracia socialista alemã. Chegou-se até a qualificar de "Congresso de funcionários" os congressos anuais realizados pelo partido. E não sem razão, pois os funcionários do partido (e dos sindicatos) representam, entre os delegados dos congressos, uma proporção verdadeiramente exorbitante.

Mas é na composição dos órgãos superiores da organização que as tendências, das quais nos ocupamos aqui, se mostram particularmente ativas.

A direção do partido socialista na Alemanha não é confiada a jovens, como é com freqüência o caso na Itália, ou a jornalistas livres, como na França, mas sim a velhos, a "anciãos", a funcionários do partido. E a psicologia conservadora das próprias massas vem favorecer as aspirações dos velhos chefes, pois jamais lhes virá à cabeça a idéia de confiar o cuidado de seus interesses a pessoas oriundas de sua própria esfera, isto é, não ocupando nem cargos nem ofícios, não tendo realizado uma carreira burocrática regular.

Para combater os novos chefes, que ainda são minoria, os velhos recorrem ainda, com um instinto seguro, a uma série de procedimentos mais ou menos honestos que, se não lhes asseguram sempre a vitória, pelo menos retardam um pouco o momento de sua derrota. Fazer os opositoristas passarem por incompetentes, profanos, fofoqueiros, corruptores, demagogos e mistificadores é um meio ao alcance de todos, e os velhos chefes não deixam de empregá-lo.

Mas muitas vezes também eles procuram justificar sua conduta em relação aos jovens por motivos de ordem mais elevada. Eles invocam notadamente a necessidade de manter a integridade do partido, a unidade da sua doutrina e da sua tática, integridade e unidade essas que poderiam ser gravemente comprometidas pela invasão de jovens que não se submeteram a um estágio suficiente e que não possuem a experiência e a competência necessárias.

Os velhos chefes declaram que é seu dever cuidar para que as massas não lhes imponham, como colegas, pessoas indesejáveis. E é por essa razão que eles exigem que os colegas não enviem ao *Reichstag* candidatos que não se submeteram à investidura da direção do partido.

Os velhos chefes procuram ainda atrair e conquistar para seu partido as novas subcategorias que, recém-abertas à vida política, ainda não têm chefes reconheci-

dos e poderosos. Procedendo dessa maneira, eles pretendem impedir o nascimento de novas correntes intelectuais e a concorrência que elas poderiam ocasionar.

Na Alemanha, os chefes da democracia socialista e da organização sindicalista viram, inicialmente, com um olhar invejoso e desconfiado o nascimento do movimento jovem-socialista. Mas quando ambos perceberam que esse movimento não poderia mais ser evitado, eles se colocaram à sua frente e assumiram sua direção.

E para guiar esse jovem movimento, criou-se um "Comitê Central da Juventude Operária Alemã", composto de quatro representantes para cada uma das três seções: direção do partido socialista, comissão geral dos sindicatos e juventude socialista. Esse "Comitê Central" compreendia, portanto, oito "velhos" contra quatro "jovens". Para justificar essa tutela imposta aos jovens, os velhos chefes alegaram, com mais oportunismo do que lógica, a incapacidade dos jovens, e dos jovens somente, de escolher judiciosamente seus chefes e de exercer sobre eles um controle eficaz.

Estamos longe de ter enumerado todas as armas que os velhos chefes, instalados no poder, dispõem para reduzir à impotência os novos concorrentes.

Por isso o caminho que conduz ao poder é para eles excessivamente penoso. Ele está semeado de armadilhas e obstáculos de toda espécie, e só a benevolência da massa é capaz de facilitá-lo.

Todavia, é raro que a luta entre os velhos chefes e os jovens termine com a vitória completa dos primeiros. Na maioria das vezes ela termina mais numa fusão do que numa circulação das elites ou, em outras palavras, num amálgama dos dois elementos. Esperando sua hora, e desde que não percam de vista seus interesses, as minorias rebeldes sabem aceitar as circunstâncias, simular uma obediência exterior à vontade da maioria, aceitar sem o menor escrúpulo ordens do dia que impliquem sua própria condenação.

É preciso que a incompatibilidade de humor e de idéias entre a maioria e a minoria torne-se absoluta para que se produza uma cisão, um fracionamento da massa em vários partidos distintos, onde cada qual não demore a simular, por sua vez, uma organização oligárquica.

Nas lutas que os diferentes chefes travam pela hegemonia, o princípio democrático torna-se um simples engodo destinado a atrair e a seduzir as massas.

Todos os meios são bons para conquistar e conservar o poder. É fácil de perceber isso lendo as discussões provocadas pela importante questão relativa ao sistema a ser adotado para a nomeação dos membros da direção do partido. As

diferentes tendências que se manifestam a esse respeito visam todas ao mesmo objetivo, a saber, a manutenção da hegemonia de um grupo determinado.

É assim que na França os “guesdistas”, que contam com muitos partidários, gostariam de ver adotado o princípio da representação proporcional; ao passo que os “jauresistas”, que dispõem de mais seções do que membros, assim como os “herveistas”, pedem a conservação do sistema da representação local ou por delegações.

No Parlamento americano, cada partido possui um Comitê especial encarregado de velar para que seus membros sejam assíduos nas sessões e não faltem à convocação nos casos de decisões e votos particularmente importantes.

Quando um projeto de lei de certo interesse está a ponto de ser votado, esse Comitê convoca imediatamente um *caucus*, isto é, uma reunião do grupo parlamentar que estabelece, em sessão privada, a orientação segundo a qual os deputados deverão votar. A decisão de tal *caucus* é obrigatória para todos os que pertencem ao partido.

As insubordinações assinaladas não podem naturalmente ser punidas enquanto durar a legislatura; mas, nas eleições que a seguem imediatamente, o deputado muito independente está certo de perder seu mandato, pois os *managers* do partido que residem em Washington não demoram em levar ao conhecimento dos *bosses* o ato de indisciplina cometido por este ou aquele deputado.

O *caucus* mais importante é aquele que precede a eleição do presidente do Congresso. As idéias e as simpatias do *speaker* têm uma influência decisiva sobre a forma como serão compostas as comissões e, conseqüentemente, sobre todo o andamento da legislatura, donde se conclui que sua eleição é da maior importância. Por isso ela é precedida de intrigas e da caça aos votos que duram semanas.

Certamente, quando se trata de leis de importância secundária, cada membro do Congresso é livre de votar como melhor lhe parece. Mas nos períodos agitados exige-se dos membros do partido, além da obediência nas decisões do *caucus*, uma submissão pessoal à autoridade dos chefes reconhecidos do partido (*party leaders*). Essa medida aplica-se particularmente na Câmara dos Deputados, por serem os membros do Senado geralmente muito invejosos de sua igualdade absoluta. Por outro lado, o *caucus* apresenta uma importância bem maior no Senado, onde funciona melhor, pois raramente conta com mais de 50 pessoas, enquanto que o da Câmara está composto por mais de 200 membros.

O grupo parlamentar da democracia socialista alemã é, ele também, rigorosamente dominado, na sua estrutura interna, pelo princípio da subordina-

ção. É a maioria quem decide sobre a atitude da fração (é o que se chama de *Fraktions Zwang*) nas diversas questões submetidas ao *Reichstag* ou aos *Lands-tags*. O voto da maioria determina obrigatoriamente a conduta política de todos os deputados. Nenhum deles tem o direito de se opor a ela.

Por isso o grupo vota no Parlamento como um homem só, e isso não apenas nas questões relativas ao socialismo, mas também naquelas que não estão relacionadas a ele senão que indiretamente e nas quais cada um deveria poder decidir-se segundo suas idéias pessoais.

Mas há casos em que todas essas medidas preventivas se mostram ineficazes. Um deputado que possui, fora do Parlamento, o apoio compacto dos subchefes de determinadas seções, pode revoltar-se contra todos os seus colegas com a certeza da vitória. Os eleitores, socialistas ou não, seguem com grande docilidade as oscilações e as evoluções de seus eleitos.

Os ministros Briand, Viviani, Millerand foram excluídos do partido socialista francês, mas as organizações socialistas de suas circunscrições eleitorais continuaram fiéis a eles e preferiram demissionar do partido em massa do que abandonar os homens que tinham sua confiança.

Esse foi o caso de John Burns na Inglaterra (Battersea) e de Enrico Ferri na Itália (Mantoue). Bastou que Enrico Ferri, num determinado momento, revelasse uma verdade nova para produzir imediatamente uma mudança coletiva nas opiniões políticas de uma região inteira: depois de ter sido, com Ferri, revolucionária e intransigente, essa região se converteu, de um dia para o outro, ainda com Ferri, ao princípio da colaboração de classes e ao ministerialismo exagerado.

Na Alemanha, foi preciso que os órgãos supremos do partido usassem de toda sua autoridade para separar, no último minuto, os camaradas de Chemnitz de seu deputado Max Schippel e os de Mittweida de seu deputado Otto Göhre, tendo estes dois deputados manifestado intenções de heterodoxia.

Nos partidos operários modernos, os deputados pertencentes às minorias reformistas procuram, por todos os meios, opor à autoridade das massas organizadas do partido à das massas não organizadas e mais ou menos indiferentes a seus eleitores. É a estas, afirmam eles, que devem acima de tudo prestar contas de seu comportamento político.

É correto reconhecer que agindo assim, eles são, com freqüência, guiados por um puro sentimento democrático.

Foi assim que depois do Congresso de Londres (1893), quatro deputados socialistas franceses recusaram, contrariamente às regras de admissão no Congres-

so, a fazer uso dos mandatos que lhes foram conferidos por grupos políticos ou corporativos. Após discussões extremamente violentas, eles não deixaram de ser admitidos na sua simples condição de deputados, depois de terem levantado a seguinte questão de princípio: um corpo eleitoral importante, capaz de enviar à Câmara um deputado socialista, não deve ter pelo menos os mesmos direitos que são reconhecidos a um círculo socialista ou a um sindicato operário local, sobretudo se levamos em consideração que esse círculo ou esse sindicato está composto na maioria das vezes por um pequeno grupo de membros?

O que caracteriza a história do movimento operário internacional é que, apesar da sua relativa juventude, as figuras dos chefes aparecem em cena com atitudes mais orgulhosas e imperiosas que na história de qualquer outra classe social moderna.

Certamente, o movimento operário nos oferece, ele também, exemplos de chefes destronados, abandonados por seus partidários. Mas esses exemplos, raros aliás, significam apenas que, nos casos em que ocorrem, um novo chefe, em conflito com o velho, terminou por derrubá-lo graças ao apoio das massas, cuja benevolência e confiança ele conseguiu conquistar. Mas, na maioria das vezes, a democracia, como tal, não retira de tal substituição qualquer vantagem.

A exemplo dos católicos que, todas as vezes que estão em minoria, se tornam partidários ardentes da liberdade, os chefes socialistas, que estão à frente da minoria oposicionista de seu partido, se dizem inimigos ferozes de qualquer tirania. Eles protestam com veemência contra o espírito rigoroso e policial dos chefes no poder e simulam uma atitude irrepreensivelmente democrática.

Mas, assim que os novos chefes alcançam os seus fins, assim que eles conseguem derrubar, em nome dos direitos violados da massa anônima, a odiosa tirania de seus predecessores e conquistar, por sua vez, o poder, imediatamente vemos operar-se neles uma transformação que termina por torná-los exatamente semelhantes, sob todos os aspectos, aos tiranos destronados.

Na vida dos Estados monárquicos, uma oposição liderada por príncipes herdeiros raramente implica graves ameaças à Coroa, enquanto instituição. Da mesma maneira, a oposição que os chefes aspirantes do partido formam, seja contra a pessoa, seja contra o sistema dos velhos chefes, raramente é perigosa. O fato é que os revolucionários de hoje são os reacionários de amanhã.

## CAPÍTULO VI

### BUROCRATISMO. TENDÊNCIAS CENTRALIZADORAS E DESCENTRALIZADORAS

Na época do que chamavam “o socialismo dos emigrantes”, os socialistas tinham todo o tempo para dedicar-se a uma política elevada de princípios, inspirada pelo internacionalismo clássico. O tipo de vida que levaram esses primeiros socialistas, as longas e ardentes trocas de idéias, durante os intermináveis lazes, em volta da chaleira russa assubiante, o contato contínuo com homens de diversas origens, a impossibilidade de desdobrar a menor atividade “prática”, — todas essas condições lhes impunham a concepção de um socialismo eminentemente idealista e internacionalista.

Mas quanto mais se entreabriam para eles as portas de seus países, primeiro para uma propaganda pura e simples, em seguida para um trabalho positivo e construtivo, mais as exigências efêmeras da vida cotidiana do partido tiravam dos cérebros socialistas vantagens sobre os princípios imortais. O que seu ângulo visual ganhava em precisão, ele perdia em amplitude e tamanho.

Atualmente, o secretário de cada sindicato procura alistar em sua organização o maior número possível de partidários, aprofundar as sutilidades casuísticas dos seguros contra acidentes e invalidez, familiarizar-se com as questões específicas da inspeção do trabalho nas fábricas e da jurisdição das juntas de conciliação, com o sistema de cartões de ponto utilizado nos armazéns cooperativos e com o controle do consumo do gás na administração municipal.

Mas, à medida que os dirigentes dos sindicatos se especializam nessas questões práticas, eles deixam de ter uma visão de conjunto sobre o movimento operário, senão na sua totalidade, pelo menos nas suas manifestações puramente sindicais. Quanto mais eles se dedicam ao estudo de questões técnicas, menos tempo, desejo e interesse lhes sobra para o estudo dos grandes problemas de filosofia da história, e, ao mesmo tempo, seu modo de julgar as questões internacionais torna-se cada vez mais errado.

Paralelamente a essa evolução, vemos desenvolver-se entre eles a tendência de ver um “incompetente”, um “intruso”, *einen Unberufenen*, em quem quer que procure examinar as coisas de um ponto de vista que não seja puramente técnico. Eles se mostram cada vez mais inclinados a censurar, submetendo-se a uma atividade irracional, até mesmo anti-socialista, todos aqueles que lutam fora do restrito meio do socialismo especializado. Essa tendência à especialização exclusiva e absorvente, que torna impossível qualquer visão mais ampla e mais profunda das coisas, é um fenômeno característico da vida moderna em geral, tanto nas suas manifestações práticas como nas suas manifestações teóricas e científicas.

A alguns desses suboficiais que ocupam os graus inferiores e médios da burocracia do partido, poderia-se aplicar o que Alfred Weber disse da burocracia em geral, durante o Congresso da Sociedade de Política Social, realizado em Viena em 1909. O burocratismo é o inimigo declarado da liberdade individual, de toda iniciativa corajosa em matéria de política interna. Sua dependência em relação às autoridades superiores sufoca a personalidade entre a média dos empregados e contribui para imprimir à sociedade inteira um rótulo extremamente pequenoburguês e grosseiro. O espírito burocrático rebaixa o caráter e provoca a indignação moral.

Em toda burocracia, observa-se a caça aos empregos, a mania das promoções, uma servilidade obsequiosa frente aos superiores e uma atitude condescendente em relação aos inferiores.

Wolfgang Heine, que é, no partido socialista alemão, um dos defensores mais corajosos da liberdade pessoal e intelectual dos camaradas, sempre lutando para denunciar “a tendência à burocratização e à supressão da personalidade”, chega até mesmo, na sua luta contra a tirania burocrática, a evocar, a título de exemplo impressionante, o espectro do Estado prussiano.

É verdade, diz ele, que a Prússia é governada segundo princípios homogêneos, por uma burocracia que pode ser considerada como o modelo do gênero; mas é igualmente verdade que, pelo fato dessa burocracia, e apesar de seus sucessos exteriores, a Prússia está regredindo do ponto de vista interno. Se esse Estado ainda é capaz de produzir algumas individualidades de destaque, ele não pode de nenhum modo tolerá-las no seu seio; de modo que sua política se degenere cada vez mais para uma rotina mecânica onde o espírito está ausente. Ele é hostil a qualquer progresso verdadeiro.

Podemos até mesmo dizer que quanto mais uma burocracia se distingue pelo seu zelo, pelo seu sentimento do dever e pela dedicação à causa que representa, mais ela se mostra pequena, restrita, rígida e iliberal.

Como todo sistema centralizador, a burocracia encontra, entretanto, sua justificação nesta velha observação de que, por serem expedidos de uma forma rápida e precisa, a maior parte dos assuntos exigem uma certa unidade administrativa. Com o sistema do federalismo o exercício de um grande número de funções como, por exemplo, a execução de trabalhos estatísticos tão importantes, não poderia nunca ser feito de maneira satisfatória.

Na Alemanha, a autoridade dos chefes manifestava-se inicialmente, conforme o caráter do povo e a insuficiente educação política das massas, sob uma forma monárquica: era a ditadura ilimitada de um só.

A primeira organização operária, nascida sob o solo alemão, foi *L'Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein* de Ferdinand Lassalle.

Fundada em 1863, essa organização existiu até 1875, época em que se uniu à fração internacionalista e marxista do socialismo alemão, chamada "fração d'Eisenach".

Criação pessoal de um homem extraordinário, ela continha até nos seus menores detalhes a marca de sua personalidade.

Afirmaram que essa associação lassaliana tinha sido constituída segundo o modelo do *Nationalverein*, liga nacional alemã muito poderosa nessa época. Isso talvez seja verdade quanto à sua base, mas certamente não o é quanto ao seu ápice. A organização do *L'Arbeiterverein* representava, a exemplo do *Nationalverein*, uma sociedade unitária cujos membros estavam dispersados em toda a Alemanha, sem estarem constituídos em seções locais propriamente ditas. A adesão a uma ou a outra dessas ligas tinha um caráter nacional e os filiados dependiam diretamente do órgão central.

Mas esse órgão não estava composto no *L'Arbeiterverein*, como era o caso do *Nationalverein*, de vários membros: ele estava representado por um só indivíduo. Ferdinand Lassalle, como mais tarde seu sucessor Johann Baptist von Schweitzer, tinha, com o título de Presidente do partido dos trabalhadores alemães, poderes comparáveis aos do Doge da República de Veneza, com a única diferença de que sua autoridade não era limitada, como a dos doges, por instituições de controle oligárquicas. O presidente governava como um verdadeiro monarca absoluto. Livre de qualquer fiscalização, ele nomeava *motu proprio* seus substitutos, seus plenipotenciários e até mesmo seu próprio sucessor. Ele comandava: os outros não tinham senão que obedecer.

Essa estrutura da associação refletia não somente as qualidades pessoais de Lassalle, sua indomável ambição pelo poder e o caráter egocêntrico que fazia dele, indivíduo de talento, um péssimo conhecedor de homens, mas também sua

concepção teórica do dever que compete a toda organização de partido. Em seu famoso discurso de Ronsdorf, ele disse: “Em todos os lugares que fui, eu ouvi da boca dos operários discursos que podem ser resumidos na frase seguinte: Nós devemos, de todas nossas vontades dispersas, forjar um martelo e colocá-lo nas mãos de um homem cuja inteligência, caráter e dedicação nos sejam uma garantia de que com o martelo ele baterá forte!”

E ele acrescentou: “Os dois termos opostos que nossos homens de Estado têm considerado até aqui como inconciliáveis, cuja fusão lhes parece até mesmo uma verdadeira pedra filosofal, isto é, a liberdade e a autoridade, esses dois extremos estão unidos da forma mais íntima em nossa associação que representa, por conseguinte, o modelo em miniatura da nossa próxima forma social!”

A ditadura não era pois, aos olhos do presidente, uma simples necessidade momentânea que se impõe a uma organização em estado de luta, mas sim o próprio objetivo final do movimento operário.

Mas, desde a morte de Lassalle, essa concepção ditatorial de organização do partido socialista alemão diminuiu consideravelmente. A formação de um socialismo meridional, menos rígido que o da Prússia e da Saxônia, e mais invejoso pela autonomia, contribuiu bastante para essa atenuação. Mas houve apenas uma diminuição e não um desaparecimento completo.

Enquanto se formava na Alemanha a organização massiva de lassalianos, os chefes da Associação Internacional adotavam uma forma de organização diferente. A inveja recíproca que animava os representantes das diferentes nacionalidades já era em si um obstáculo à constituição no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores, de uma ditadura pessoal.

Assim nasceu em Londres o Conselho Geral, autoridade suprema, composto de um pequeno número de membros pertencentes aos diferentes países representados na Internacional. Os poderes desse governo eram, em muitos assuntos, praticamente tão ilimitados quanto os do presidente da associação lassaliana na Alemanha.

O Conselho Geral proibia às associações que dependiam dele de se outorgarem um presidente, pois ele via nisso uma medida contrária ao princípio democrático. Mas, no que diz respeito a si mesmo, ele declarava com orgulho, pela boca do mais competente dentre seus membros, que a classe operária encontrou nele uma “direção comum”.

Ele escolhia em seu próprio seio os funcionários encarregados da direção dos assuntos, tais como o tesoureiro, o secretário-geral e os secretários correspondentes para os diferentes países, e não hesitava, no momento oportuno, em confiar

vários cargos a uma única pessoa. O alemão Engels esteve encarregado, durante algum tempo, de quatro secretarias: da Espanha, Itália, Portugal e Dinamarca.

Além disso o secretariado admitia prerrogativas muito importantes, tais como, por exemplo, o reconhecimento das seções recém-constituídas, a concessão ou a recusa de subsídios pecuniários e a solução de controvérsias surgidas entre camaradas.

É incontestável que a Internacional tenha se submetido durante alguns anos, em todas as suas manifestações práticas e teóricas mais significativas, à dominação da vontade de ferro exclusiva de Karl Marx. O conflito que existia no seio do Conselho entre a oligarquia de direito e a monarquia de fato foi a causa íntima da rápida decadência da Internacional.

A conduta do Conselho Geral e a de Marx em particular foram denunciadas como sendo contrárias ao socialismo, porque, na sua funesta avidez pelo poder, esses homens, dizia-se, introduziam na política dos operários os princípios do autoritarismo. Essas acusações partiram a primeira vez de fora, isto é, de grupos que não estavam representados no Conselho Geral.

Os acusadores foram Bakounine, os italianos, os jauresianos. Mas o Conselho Geral saiu facilmente vencedor. No Congresso de Haia, em 1872, os “autoritários”, usando meios escusos (recolhendo mandatos, convocando o Congresso para uma cidade pouco acessível para alguns opositoristas, e totalmente inacessível para outros), obtiveram sobre os “anti-autoritários” uma vitória total.

Mas pouco a pouco vozes elevaram-se no seio do Conselho inclusive para conter a ambição desmesurada de Marx. Em breve ele foi abandonado pela maioria dos seus velhos amigos. Os blanquistas franceses separaram-se dele com ostentação, depois dele ter transferido arbitrariamente a sede do Conselho Geral para Nova Iorque. Os dois chefes influentes das uniões operárias inglesas, Odger e Lucraft, afastaram-se de Marx, porque, como membros do Conselho Geral, eles não foram consultados por ele a propósito do manifesto em favor da comunidade de Paris que continha, entretanto, suas assinaturas. E os emigrantes alemães residentes na Inglaterra, Jung e Eccarius, declararam não poder colaborar com pessoas tão autoritárias como Marx e Engels. E os oligarcas fizeram, assim, desaparecer a monarquia incipiente que tinha se formado no seio do Conselho.

Quando se fundou o que chamaram de Nova Internacional e quando os partidos socialistas, que foram constituídos nesse ínterim em diferentes países, adotaram o costume de tomar deliberações em comum nos congressos “nacionais”, o “conceito de internacionalidade”, para servir-nos de uma expressão de Jaekh, transformou-se bastante.

A fim de poder “colocar em ação sem demora, onde quer que estourasse a luta econômica de classes, as forças reunidas e organizadas de toda a classe operária”, a Velha Internacional impôs ao proletariado internacional a concentração mais rígida. A Nova Internacional toma, ao contrário, a forma de um sistema muito fraco, composto de elementos estranhos uns aos outros, onde cada qual possui uma organização interior muito rígida, mas que não ultrapassa em extensão os limites de um Estado. Em outras palavras, a Nova Internacional é uma confederação de organismos políticos perfeitamente autônomos.

A Velha Internacional era uma ditadura individual que se dissimulava sob formas oligárquicas. A Nova pode ser comparada aos antigos Estados Gerais dos Países Baixos: ela é uma república federativa formada de várias oligarquias independentes. O Conselho Geral de Londres era o todo-poderoso. O “Secretariado socialista internacional”, atualmente com sede em Bruxelas, não passa de um escritório de correspondência sem qualquer espécie de autoridade.

Cada partido se mantém atualmente em contínua guarda, a fim de impedir os outros de estenderem indevidamente suas esferas de influência.

Por isso o alcance internacional das resoluções votadas nos congressos internacionais é quase insignificante. No Congresso Socialista Internacional de Amsterdã, em 1904, o belga Anseele deixou bem claro que não se consideraria vinculado por um voto internacional que impedisse aos socialistas de fazer parte de um ministério burguês. Da mesma maneira, no Congresso Internacional de Stuttgart (1907), Vollmar repeliu com a aprovação dos alemães a ingerência dos franceses na política militar da democracia socialista alemã. Ele protestou de antemão contra qualquer resolução internacional que regulasse a conduta dos socialistas de todos os países em caso de guerra.

As oligarquias nacionais não estão dispostas a reconhecer a autoridade das resoluções internacionais senão quando quiserem livrar-se de uma facção incômoda de seu partido. Ora os chefes da minoria fazem autenticar através de um comunicado internacional a pureza de seus sentimentos em relação a maioria, que eles acusam de heresia, ora são, ao contrário, os chefes da maioria que procuram triunfar no campo internacional sobre chefes da minoria que não conseguem ter razão no seu próprio país.

Exemplo do primeiro caso: no Congresso de Amsterdã (1904), a minoria guesdista procura desacreditar, perante a opinião internacional, as idéias do grande primo Jaurès sobre a política interna; a manobra se mostrou eficaz, uma vez que os guesdistas conseguiram segurar Jaurès no seu partido e mantê-lo preso nas rígidas fileiras do partido unificado.

Exemplo do segundo caso: os partidos socialistas alemão e italiano apóiam-se nas decisões dos congressos internacionais (Paris 1889, Zurique 1893, Londres

1895) para livrar-se definitivamente de suas facções antiparlamentares e anarquistas.

Mas, no próprio seio dos partidos nacionais, a centralização está longe de ser absoluta. Observa-se aí também tendências à descentralização. Essa descentralização é obra das minorias compactas de chefes que, antes de submeterem-se à direção central do partido, preferem continuar na sua esfera de ação local (municípios, comunidades, etc.).

Os chefes que fazem parte da minoria não demonstram nenhuma simpatia por uma organização nacional fortemente centralizada. Júlio César preferia ser primeiro em Gália que segundo em Roma. Um Vollmar que possui sobre seus bávaros uma autoridade tão grande a ponto de ter sido apelidado "o rei não coroado da Bavária", não pode prestar-se ao papel de segundo violino no concerto do socialismo alemão. Antes primeiro em Munique que segundo em Berlim!

A palavra de ordem das maiorias é: centralização; a das minorias: autonomia.

A luta destas contra aquelas reveste-se, assim, com as formas de uma verdadeira luta pela liberdade; e quando os chefes das minorias se sentem muito fortes, eles chegam até a invocar a supressão pura e simples de todo órgão central do partido.

No Congresso realizado em Imola em 1902, o chefe dos reformistas italianos, Filippo Turati, fez em comum acordo com seus amigos, a proposta de suprimir a direção do partido: seria preciso, dizia ele, substituir esta instituição velha, autoritária e decrépita pela autonomia completa de organizações locais ou, pelo menos, substituí-la por um órgão puramente administrativo e executivo, composto de três empregados técnicos. É própria do jacobinismo, acrescentava ele, a vontade de governar de cima o partido inteiro.

Mas os adversários dessa concepção democrática lhe opõem uma objeção que não é de todo sem valor: se supirmos a direção, diziam eles, os deputados ficarão os donos únicos e incontroláveis do partido. Daí resultará que todas as vezes que for preciso adotar uma certa solução de urgência, será o grupo parlamentar, representando não o partido, mas as massas eleitorais, que decidirá qual a linha de conduta a ser seguida.

As lutas que a questão da centralização ou da descentralização suscitam no seio dos partidos democráticos modernos apresentam, sob vários aspectos, uma importância científica muito grande.

Se os dois partidos adversários lançam ao debate um grande número de razões teóricas e argumentos de ordem moral, é bom insistir mais uma vez sobre

o fato de que a oposição centralizada, internacional ou nacional, não tem nada a ver, junto aos seus campeões, com o desejo de conquistar uma maior liberdade individual.

Essa oposição explica-se na maioria das vezes por razões de ordem prática, e especialmente pelas diferenças econômicas, sociais e outras, que separam as classes operárias de diferentes regiões. As tendências à autonomia local, municipal ou regional nascem, na verdade, na maior parte dos casos, dessas diferenças reais e inelutáveis de meio.

Visto a ambiência social na qual vivem, os socialistas da Alemanha do Sul sentem-se separados, como por um oceano, de seus camaradas do norte.

Se eles reclamam para si o direito à autonomia e à tática ministerial, é porque habitam em países onde o parlamentarismo já tem uma história gloriosa, que remonta há mais de um século, enquanto a Prússia ainda está imbuída de espírito autoritário e feudal; é ainda porque vivem sob um regime agrário onde domina a pequena propriedade, enquanto que as províncias centrais e orientais estão sobretudo submetidas ao regime da grande propriedade fundiária, da propriedade "latifundiária". Do mesmo modo, as diferenças de classes e de mentalidades são menos evidentes no sul do que no norte, e o partido não se encontra na presença dos mesmos adversários aqui e lá.

Nas lutas sempre vivas, com freqüência, violentas, que travam os dirigentes do socialismo do norte com os do socialismo do sul, reencontramos dos dois lados a mesma acusação: vocês pertencem, dizem eles, uns aos outros, a um país de civilização pouco avançada e representam idéias e teorias ultrapassadas. Os "nortistas" afirmam que os "sulistas" ainda vivem num meio pequeno-burguês, pacífico, rural, enquanto eles, com sua grande indústria, representam o progresso; ao que os "sulistas" respondem, não sem orgulho, que já vivem em condições de centro que seus camaradas do norte ainda devem conquistar, destruindo a grande propriedade e suprimindo a classe privilegiada dos *junkers*.

Diferenças de meio análogas separam os socialistas italianos.

Na Itália, os socialistas do sul se voltam igualmente contra os do norte e pretendem que o socialismo do sul não comporta a mesma base teórica que o do norte. No antigo reino de Nápoles, dizem eles, as condições reais, os sistemas locais de produção e de distribuição não estabelecem uma delimitação nítida e profunda entre as duas classes que, segundo o socialismo clássico, se encontram em luta, em conflito de interesses. Por isso a propaganda socialista revolucionária, ou marxista, caso fosse introduzida nessa parte da Itália, atingiria não apenas os grandes e médios proprietários, mas também os pequenos.

Enquanto os socialistas do Vale do Pó são adversários ferozes dos direitos sobre o trigo, pois esses direitos fazem encarecer a vida das massas operárias

aglomeradas nos grandes centros, os socialistas do sul em diversas oportunidades pronunciaram-se com vigor a favor do protecionismo, porque sua supressão numa região onde proprietários e patrões vivem da agricultura, levaria a uma verdadeira crise da produção.

Outro exemplo: os socialistas do norte, onde domina o sistema industrial, desaprovam a expedição a Trípoli, enquanto os do sul, onde domina o regime agrícola, são expansionistas entusiastas.

A essas razões, por assim dizer intrínsecas, porque resultam diretamente das diferenças objetivas que separam as duas regiões, acrescenta-se ainda, para confrontar os socialistas do sul com os do norte, uma razão extraída da atitude do governo central.

Essa atitude foi qualificada de política de duas faces: liberal no norte, ela tem se mostrado na maioria das vezes iliberal no sul, onde o governo se acha muito ligado aos grupos locais, únicos juizes eleitorais numa região cuja população com direito a voto é pouco numerosa.

Em 1902, sob o Ministério Giolitti, essa dupla atitude do governo provocou uma séria dissidência no seio do partido: enquanto os socialistas do norte não dissimulam seu ardente ministerialismo, os do sul, por serem muito mais reformistas, sobrecarregam o governo com as mais graves condenações.

Do que foi dito conclui-se que as diversas tendências à descentralização, por serem de natureza a impedir a formação de uma oligarquia gigantesca, não afetam o princípio oligárquico como tal: elas apenas têm como efeito a criação de um grande número de oligarquias de menor extensão, mas onde cada uma não é menos poderosa na sua limitada esfera de ação.

TERCEIRA PARTE

O EXERCÍCIO DO PODER E SUAS REAÇÕES PSICOLÓGICAS  
SOBRE OS CHEFES

## CAPÍTULO I

### A METAMORFOSE PSICOLÓGICA DOS CHEFES

A apatia das massas e a necessidade de serem guiadas corresponde, para os chefes, uma sede ilimitada de poder. E é assim que o desenvolvimento da oligarquia democrática encontra-se favorecida, acelerada pelas propriedades gerais da natureza humana.

Na maior parte dos casos, e sobretudo no começo de sua carreira, o chefe está sinceramente convencido da excelência de princípios que representa. “O guia, diz com muita razão M. Gustave Le Bon, tem sido sobretudo, na maioria das vezes, o guiado. Ele próprio foi hipnotizado pela idéia de que se tornou um apóstolo.”

Em muitos casos o chefe separou-se da massa, onde em princípio não passava de uma molécula, inconscientemente, sem perguntar-se onde esse ato instintivo o conduziria, e sem perseguir qualquer vantagem. Ele foi impulsionado por uma visão mais nítida, um sentimento mais profundo e um desejo mais ardente do objetivo geral, por uma impulsividade mais forte, pela flexibilidade e seriedade de seu caráter, pela ardente simpatia por seus semelhantes.

Isso é particularmente verdadeiro no caso em que o chefe, longe de fazer parte de um partido sólido capaz de oferecer empregos remunerados, deve começar por fundar, por criar seu partido. Mas mesmo nos partidos fortemente constituídos, o chefe nem sempre age visando a seus interesses pessoais.

Todos os que se tornaram dirigentes de massas não começaram com tal aspiração. Todos os que “chegaram” não são necessariamente “carreiristas”.

Mas aquele que chegou não volta de bom grado à situação obscura que ocupava anteriormente. “Aquele que foi eleito uma vez fará todo o possível para ser reeleito”, disse um dos mais honestos deputados da Câmara italiana, o professor de direito penal Pio Viazzi, membro do grupo republicano.

O abandono de uma situação pública, obtida ao preço de grandes esforços e de vários anos de trabalho, é um luxo que só pode ser permitido a um grande senhor

ou a um homem cujo espírito de sacrifício atinja um grau excepcional. Mas tal abnegação está muito aquém das forças do homem médio.

A consciência do poder acarreta sempre, para quem o possui, a vaidade de crer-se um grande homem. O desejo de dominar, para o bem ou para o mal, repousa no fundo de toda alma humana. Esses são ensinamentos elementares da psicologia. A consciência do seu próprio valor pessoal e da necessidade que têm os homens de serem guiados e dirigidos tem por efeito inspirar ao chefe o sentimento da sua superioridade e a convicção de que é indispensável. Quem conseguiu conquistar o poder procurará geralmente consolidá-lo e iluminá-lo, e multiplicar as muralhas em volta da sua posição, de maneira a torná-la inatacável e afastá-la do controle da massa.

Michel Bakounine, o fundador do socialismo anarquista, afirmava que a posse do poder transformava em tirano até o amigo mais dedicado da liberdade.

É verdade que o exercício do poder imprime a seu detentor a marca de uma mudança profunda e indelével, e é profundamente verdadeira esta característica do homem político traçada por Alphonse Daudet: "Nossas qualidades pioram mais rápido quando se trata de uma política de terror: o entusiasmo torna-se hipocrisia; a eloquência, fácil e ardilosa; o ceticismo leve, vigarice; o amor do que brilha, fúria de lucro e de luxo a qualquer preço; a sociabilidade, a necessidade de agradar, transformam-se em covardia, fraqueza e palinódia".

Quando os chefes não possuem nem fortuna pessoal nem outras fontes suficientes de renda, eles se agarram com tenacidade, por razões econômicas, ao seu emprego, o qual terminam por considerá-lo como sua posse, como seu bem inalienável.

Isso é particularmente verdadeiro para os antigos operários que se tornaram líderes e que perderam o hábito do trabalho manual. A perda do cargo seria para eles um verdadeiro desastre financeiro. Na sua qualidade de chefes, eles desfrutaram de vantagens e privilégios inerentes à sua condição de dominadores locais; por isso não se encontrariam mais satisfeitos no seu antigo meio. Eles estão doravante inaptos para qualquer outro trabalho fora da propaganda. Suas mãos perderam os calos e nem ao menos sofrem de câimbra dos escritores.

Por outro lado, os desertores da burguesia, depois de terem combatido durante alguns anos no partido socialista, estão totalmente esgotados. Jovens, vivos e entusiastas, eles entraram para os quadros dos operários organizados, e não demoraram para tornar-se seus chefes. Mas a vida que eles levaram nessa condição, apesar das grandes vantagens, era feita de fadigas e excessos, perniciosos para seu sistema nervoso. Por isso os envelheceu antes da idade.

O que lhes resta fazer? Eles se sentem estranhos às suas ocupações primitivas, muito mais estranhos quando suas ocupações apresentam menor relação com o trabalho político.

Um advogado poderá ainda continuar o exercício da sua profissão, mesmo dedicando-se a ela inteiramente, sem ser obrigado a deixar o partido. A luta política e a vida judiciária têm mais de um ponto em comum, considerando que a luta política não passa de uma defesa contínua. Por isso o advogado que participa ativamente da vida pública encontra largamente onde satisfazer seu amor pelo discurso e pela dialética e, em mais de uma ocasião, de exercer a força de seus pulmões e de entregar-se à arte dos grandes gestos.

É completamente diferente dos especialistas por exemplo. Os especialistas que tiveram uma participação ativa na vida do partido, seja na qualidade de jornalistas e propagandistas, seja como deputados, viram suas aptidões científicas sofrer uma queda lenta, mas progressiva. Eles estão mortos para sua especialidade, porque absorvidos pelo trabalho político quotidiano, eles não mais tiveram tempo de aprofundar os problemas, aperfeiçoar sua cultura e desenvolver suas faculdades intelectuais.

Mas a transformação psíquica que os chefes sofrem ao longo dos anos deve-se ainda a outras causas.

No que diz respeito aos chefes operários de origem burguesa, pode-se dizer que eles ingressaram no proletariado seja por um sentimento moral, seja por entusiasmo, seja, enfim, por convicção científica. Eles atravessaram o Rubicon quando ainda eram jovens estudantes, apenas saídos da infância, isto é, na idade do ímpeto juvenil e do otimismo. Colocando-se do outro lado da barricada, à frente dos inimigos de sua classe de origem, eles combateram e trabalharam, apagando as derrotas, alcançando as vitórias.

Depois a juventude passou; nos combates a serviço do partido e do ideal, eles desperdiçaram seus melhores anos. Os primeiros acordes do longo prelúdio anunciando a velhice começaram a ressoar para eles. Mas com a juventude eles igualmente perderam seu ideal que não resistiu às amarguras e às decepções da luta de todos os dias, nem aos novos conhecimentos adquiridos que estão, com freqüência, em contradição flagrante com sua antiga fé.

Por isso numerosos chefes socialistas se tornam com a idade estranhos ao que o socialismo contém de mais essencial, uns se debatendo com dificuldade contra seu ceticismo, outros voltando, conscientemente ou não, ao ideal da sua época pré-socialista.

Mas para esses desencantados a volta completa para trás é impossível. Seu passado os prende. Eles têm uma família a sustentar. Por outro lado, seu renome

político exige que eles persistam sempre com a mesma visão. Por isso eles continuam externamente fiéis à causa que um dia sacrificaram dando o melhor de si. Mas renunciando ao idealismo, eles tornaram-se oportunistas; esses antigos crentes, esses altruístas de outrora, cujo coração fervoroso só aspirava a entregar-se, transformaram-se em céticos, em egoístas cujas ações não são mais guiadas senão pela frieza do seu cálculo.

É certo que à medida que um indivíduo conquista no seu partido situações cada vez mais elevadas, seu mundo psíquico e mental sofre, com freqüência, uma evolução que alcança uma transformação completa. E quando essa transformação acontece, o chefe não vê na sua própria mudança senão um reflexo da mudança superveniente, pretende ele, no mundo que o circunda. As novas circunstâncias, diz ele, exigem uma nova teoria e impõem uma tática. É da necessidade psicológica de encontrar uma explicação e uma desculpa para a metamorfose dos chefes que nasce, em grande parte, a teoria reformista e revisionista do socialismo internacional.

O que exerce uma ação particularmente forte sobre a mentalidade dos chefes e sobre sua composição, é a passagem brusca da oposição para a participação no poder.

É evidente que num período de condenações e perseguições por parte da sociedade e do Estado, a moral dos chefes do partido se mantém num nível muito mais elevado do que num período de triunfo e paz: esse fato deve-se em grande parte porque os caracteres egoístas e extremamente ambiciosos se mantêm então afastados do partido, não se importando absolutamente em fazer papel de mártires.

Enquanto a luta para os oprimidos só traz para os que nela estiveram engajados uma coroa de espinhos, os burgueses ingressados no socialismo têm que desempenhar no partido, funções que exigem bastante desinteresse pessoal. Esses mesmos burgueses não se tornam perigosos para o socialismo senão a partir do dia em que o movimento operário, voluntariamente esquecido de seus princípios, se engaja nos atalhos escorregadios de uma política de comprometimentos.

Na Itália, durante o período de perseguições, todos aqueles que observaram e estudaram imparcialmente o movimento socialista não pouparam elogios sobre o valor moral de seus chefes.

Mas o partido socialista italiano mal acabara seus entendimentos para estreitar laços com o governo, por volta de 1900, quando vozes se elevaram de todas as partes para deplorar suas perdas e para denunciar a entrada no partido de numerosos elementos que só viam nele a oportunidade de conseguir as vantagens da administração pública.

Onde quer que os socialistas sejam chefes de municipalidades, de bancos populares, de cooperativas de consumo, onde quer que eles disponham de empregos remunerados, parece evidente que seu nível moral cai consideravelmente e que os ignorantes e os egoístas representam a maioria nas suas fileiras.

## CAPÍTULO II

### A IDEOLOGIA BONAPARTISTA

Enquanto foi chefe de Estado, Napoleão I fazia questão de passar pelo eleito do povo. Nos seus atos públicos, o imperador vangloriava-se por só ter que dar satisfação do seu poder ao povo francês. Depois da Batalha das Pirâmides, quando sua glória começava a atingir o auge, o general exigiu imperiosamente que lhe fosse conferido o título de “primeiro representante do povo”, que, até então, era reservado apenas aos membros dos corpos legislativos. Quando, através do plebiscito, o próprio povo o elevou mais tarde ao trono da França, ele declarou que considerava seu poder como apoiado exclusivamente sobre a massa.

Uma ditadura pessoal conferida pelo povo, segundo as normas constitucionais: tal era a interpretação bonapartista da soberania do povo.

O cesarismo de Napoleão III fundava-se no princípio da soberania popular numa medida ainda maior. Na sua carta de 24 de maio de 1848, endereçada de Londres à Assembléia Nacional, o pretendente à Coroa reconhecia a República francesa, resultante da Revolução de fevereiro e fundada sobre o sufrágio universal. E ele reivindicava ao mesmo tempo, em seu favor e contra o rei exilado Luís Filipe, um direito póstumo à insurreição e ao trono.

Esse reconhecimento e essa reivindicação eram conseqüências lógicas de um mesmo princípio. “Na presença de um rei eleito por duzentos deputados, dizia ele nessa carta, eu podia me lembrar de ser o herdeiro de um império fundado com a aprovação de quatro milhões de franceses; na presença da soberania nacional (resultante do sufrágio universal), eu só posso e só vou reivindicar meus direitos de cidadão francês.”

Não contente em reconhecer na soberania do povo a fonte de seu poder, Napoleão III ainda fez dela a base teórica de toda sua ação prática.

Ele tornou-se popular na França dizendo que se considerava simples órgão executivo da vontade coletiva, tal como ela se manifesta nas eleições, e que, como tal, ele estava à inteira disposição dessa vontade, para tudo que ela pudesse decidir.

Com muita habilidade, ele repetia continuamente que não era senão um instrumento, uma criação das massas.

Quando ainda era presidente, ele declarou num discurso que estava pronto, caso fosse preciso, seja para a abnegação, seja para a perseverança, em outras palavras: seja para ir, seja para ficar.

Era o mais puro espírito bonapartista que se exprimia pela boca do Ministro da Justiça, Ollivier, quando proclamou na Câmara, durante uma das sessões tumultuadas do verão de 1870: "Nós lhe pertencemos, você nos representará quando quiser; nós estaremos sempre aqui para receber suas reprovações e seus anátemas".

O bonapartismo reconhece a vontade do povo sem reservas inclusive o direito ao suicídio: a soberania popular pode até suprimir-se a si mesma. Mas, vista sob seu aspecto puramente humano, a soberania popular é inalienável e, se levarmos em conta a sucessão das gerações, ela se mostra, além disso, ilógica e injusta, uma vez que os pais não podem reivindicar para si o direito moral de vincular, através da renúncia, os seus filhos. Partindo dessa idéia, os democratas da época napoleônica exigiam com muita energia a limitação do poder inerente à soberania, recusando a esta o direito à sua própria supressão espontânea.

O bonapartismo é a teoria da dominação individual que tem sua origem na vontade coletiva, mas que tende a emancipar-se dela e tornar-se soberana por sua vez. Ele encontra em seu passado democrático um refúgio contra os perigos que possam ameaçá-lo em seu presente antidemocrático.

No bonapartismo, o governo de César, tal como o observara um espírito sagaz dos últimos anos do império, torna-se um órgão regulador da soberania popular. "Ele é a democracia personificada, a nação feita homem." (E. Laboulaye). Ele é a síntese de dois conceitos antagônicos: democracia e autocracia.

A partir do momento que seu nome sai da urna eleitoral, o eleito não sofre mais nenhuma oposição.

Tendo em vista que ele personifica a maioria do povo, qualquer oposição contra ele é antidemocrática.

O chefe de tal democracia é irrevogável, pois a nação que falou não saberia se contradizer.

Ele é, além disso, infalível: enquanto for "o eleito de seis milhões de sufrágios ele executa a vontade do povo, ele não a trai".

Em nome da soberania do povo é razoável e necessário que os adversários do governo sejam exterminados, podendo o eleito considerar-se de pleno direito

como representando a coletividade que nele depositou sua confiança por um ato de decisão espontânea. São, dizem, os próprios eleitores que exigem do eleito para que use medidas de repressão severas, para que recorra à força, para que concentre em suas mãos toda a autoridade.

Uma das conseqüências dessa teoria da vontade popular resumida ao órgão supremo, é de que os elementos incluídos entre uma e a outra, a saber os corpos dos funcionários públicos, devem ser mantidos na dependência mais estrita em relação à autoridade central, a qual, por sua vez, depende do povo. A menor manifestação de liberdade por parte da burocracia equivaleria a uma rebelião contra a soberania dos cidadãos.

O que há de mais característico nessa concepção, é que o poder do chefe do Estado apóia-se exclusivamente sobre a vontade direta da nação. O bonapartismo não reconhece alas intermediárias. O golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851 foi apresentado por ele como uma emancipação do povo à sujeição do Parlamento, emancipação essa que teve por corolário um apelo plebiscitário às massas.

Vitor Hugo comparava as relações entre o Parlamento e o Ministério, tais como estavam em vigor sob Napoleão III, às relações entre um patrão e seus servidores; aquele nomeado pelo imperador, este pelo povo.

Essa afirmação, incontestável de fato, era teoricamente inexata. Na teoria, cada ato executado pelo bonapartismo era perfeitamente legítimo, mesmo que fosse acompanhado de uma transfusão de sangue. O plebiscito era como um banho purificador que legitimava todas as ilegalidades.

Quando recebeu o comunicado oficial de seu triunfo plebiscitário, Napoleão III declarou que, se tinha cometido com seu golpe de estado uma infração às leis foi apenas para reafirmar o direito. "Eu não saí da legalidade senão para voltar ao direito." E sete milhões de votos o absolveram.

A sanção plebiscitária, três vezes renovada pelo povo francês ao governo ilegal do terceiro Bonaparte e confirmada por inúmeras e gritantes demonstrações de simpatia, ofereceu ao desejo de conciliação dos republicanos condescendentes um fácil pretexto para passar da oposição para a monarquia. O cesarismo plebiscitário não se apoiava, na verdade, sobre a mesma base da república que eles sonhavam? Émile Ollivier dividia as formas de governo em duas grandes categorias: governo pessoal e governo nacional, sendo que o chefe deste último não era senão um delegado da nação para o exercício dos direitos sociais. Dessa forma sua consciência republicana podia ficar tranqüila e sua conversão ao bonapartismo parecer lógica e de conformidade com os seus princípios.

A história dos partidos e dos sindicatos modernos, democráticos e revolucionários, apresenta fenômenos análogos aos que acabamos de analisar.

É fácil de compreender as razões. O bonapartismo encontra um terreno eminentemente favorável junto às multidões democráticas às quais ele dá a ilusão de serem os patrões de seus patrões; e introduzindo o procedimento da delegação, ele dá a essa ilusão uma coloração jurídica que satisfaz as massas que lutam pelos seus "direitos".

A delegação e a abdicação ao exercício direto do poder pelo povo cumprem-se na verdade, segundo todas as regras, por um ato da vontade consciente do povo, fora dessa metafísica intervenção divina onde se apóia a tão detestada monarquia hereditária e legítima. O chefe eleito aparece, assim, como investido de suas funções pela vontade espontânea e até mesmo arbitrária das massas, da qual ele é a sua criação. Essa forma de ver as relações entre a massa e os chefes satisfaz o amor próprio de cada cidadão que diz para si: "Sem mim, ele não seria o que é, fui eu que o elegi, ele me pertence".

É por uma outra razão, psicológica e histórica, que a massa aceita sem protestar um certo grau de tirania da parte dos chefes eleitos: é que a massa suporta mais facilmente a dominação quando cada um de seus membros tem a possibilidade de aproximar-se do poder e até mesmo de conquistar uma parcela dele. Os burgueses e os camponeses franceses da metade do século XIX, imbuídos de idéias democráticas, detestavam a monarquia legitimista, mas davam voluntariamente seus votos ao terceiro Napoleão, pois lembravam-se com que facilidade seus pais se tornaram grandes dignitários na época do seu glorioso tio. Da mesma maneira, quando se trata de partidos, raramente sente-se o peso de uma oligarquia na qual os direitos da massa estão codificados e na qual cada um pode participar em princípio.

Em virtude do procedimento democrático da sua eleição, o chefe eleito de uma organização democrática está mais autorizado que o chefe nascido da aristocracia a considerar-se como emanção da vontade coletiva e a exigir desse fato obediência e submissão à sua vontade pessoal. "A direção do partido, lia-se num jornal socialista, constitui a autoridade que o partido inteiro se outorgou e na qual se encarna a autoridade do próprio partido. Respeitá-la é, portanto, a regra mais elementar da disciplina democrática." A obediência absoluta que a massa organizada deve a seus chefes decorre das relações democráticas existentes entre aquela e estes. Ela nada mais é do que a submissão coletiva à vontade coletiva representada por esses últimos.

Os próprios chefes, todas as vezes que são reprovados por uma atitude antidemocrática, invocam a vontade da massa, da qual são oriundos, isto é, sua condição de eleitos. Pois, dizem eles, as massas nos elegeram e reelegeram para chefes, nós somos a expressão legítima da sua vontade e nós nos confundimos com elas.

A antiga aristocracia acreditava que a desobediência às ordens do monarca era um pecado contra Deus. Na democracia moderna acredita-se, ao contrário, que

não é permitido a ninguém desobedecer às ordens dos oligarcas, pois isso representaria ser culpado perante si mesmo, perante a própria vontade espontaneamente transferida aos representantes; a desobediência constituiria nesse caso um atentado ao princípio democrático.

Nas democracias os chefes fundam seu direito de comando sobre a grande força democrática das massas. Todo funcionário do partido deve suas funções a seus camaradas e depende inteiramente de seu bel-prazer. Podemos até mesmo dizer que na democracia cada um se dá a si mesmo, embora indiretamente, às ordens que recebe de cima.

O raciocínio, com a ajuda do qual se defende a pretensão dos chefes à obediência das massas, é, em teoria, absolutamente irrefutável. Mas na prática, a eleição dos chefes, e sobretudo sua reeleição, se faz segundo métodos, sugestões e outras influências coercitivas tão fortes que a liberdade de decisão das massas acaba consideravelmente diminuída. É incontestável que na história dos partidos o sistema democrático se reduz, em última análise, ao direito que possuem as massas de elegerem, para períodos determinados, chefes aos quais elas devem obediência absoluta.

Essas condições provocam, tanto nos chefes do partido como nos dos sindicatos, uma mentalidade especial: tanto uns como os outros exigem das massas, não somente que elas lhes prestem obediência, mas ainda que elas aceitem, executando sem discutir as ordens que eles, chefes, emitem com toda ciência e consciência.

Profundamente persuadidos pelas críticas de seus camaradas e, conseqüentemente, de seu próprio partido, eles acham completamente inconcebível que se possa censurar com mais ou menos severidade os atos da autoridade suprema. Engels, que possuía um senso muito apurado da essência da democracia, achava deplorável que os chefes do partido socialista não pudessem se habituar com a idéia de que só o fato de estarem investidos de funções e cargos não lhes confere o direito de serem tratados com mais atenções que qualquer outro camarada.

Mas o que é particularmente exasperante para os chefes, é ver os camaradas não só criticarem suas proposições, mas também agirem contrariamente aos seus conselhos. Ao falar de suas discordâncias com aqueles que eles consideram inferiores pela cultura ou pela inteligência, eles não podem evitar de manifestar sua idéia de que só o fato de estarem investidos de funções e cargos não lhes confere o direito de serem tratados com mais atenções que qualquer outro camarada.

Durante a conferência dos comitês sindicais realizada de 19 a 23 de fevereiro de 1906, e que representa um marco na história do movimento operário alemão, o camarada Paul Müller, empregado de um sindicato, lamentava-se amargamente

de que seus camaradas revolucionários do partido socialista “procuram afastar os membros dos sindicatos de seus chefes, os quais foram, entretanto, eleitos por eles mesmos. Chegou-se até a querer colocar esses camaradas contra seus dirigentes. Eles foram abertamente forçados a infringir a disciplina. Pois é exatamente a isso que se visa, quando se diz nas reuniões que os camaradas devem resistir a seus chefes”.

Tão logo uma nova corrente de oposição se forma no partido, os chefes imediatamente procuram desacreditá-la, tratando-a de demagogia. E quando os camaradas, descontentes com os dirigentes, se dirigem diretamente às massas, tal apelo, seja qual for a posição dos órgãos, é repudiado como uma inconveniência e até mesmo estigmatizado como uma maldosa tentativa de romper a coesão do partido. Os autores dessa tentativa são simplesmente tratados como vulgares bajuladores. E cabe notar, a esse respeito, que os chefes, quando dispõem dos instrumentos do poder e, conseqüentemente, do próprio poder, têm sempre a vantagem de aparecer com uma auréola de legalidade, enquanto que as massas ou os subchefes rebeldes têm sempre contra eles as aparências da ilegalidade.

A palavra mágica, com a ajuda da qual os chefes conseguiram o tempo todo abafar os germes de uma oposição incômoda, chama-se: interesse coletivo. Recorreu-se com uma particular predileção aos argumentos de ordem militar. Sustenta-se notadamente que, se não fosse apenas por razões de ordem tática e a fim de manter a coesão necessária em face do inimigo, os membros do partido não deveriam em nenhum caso recusar sua confiança aos chefes que eles livremente se outorgaram.

É na Alemanha que o espírito autoritário está particularmente desenvolvido nos dirigentes das organizações operárias e mesmo nos chefes do partido socialista por isso tanto uns como os outros não hesitam em atribuir aos adversários e aos oponentes a “intenção criminosa” de não visar com seus ataques senão que a “dissolução da disciplina sindical”. O que, traduzido da linguagem oficial dos funcionários dos sindicatos para a dos funcionários do governo, significa: “Incitação à revolta contra os poderes constituídos”.

Toda crítica, venha do lado que vier, é condenada de antemão. “Que não se tire do povo sua religião! É em nome desse princípio que toda crítica dos defeitos objetivos do governo é estigmatizada como um atentado contra esse governo e que os elementos de oposição são banidos do partido como seus demolidores e seus inimigos!” (R. Luxemburg.)

Nós poderíamos multiplicar as citações e os exemplos suscetíveis de mostrar os numerosos pontos de contato que existem entre a atividade dos chefes dos partidos democráticos modernos e o sistema bonapartista da “graça do povo”, erguido pela “graça de Deus”. É um direito de soberania que, nascido do plebiscito, não tardou a se impor como um poder inatingível, inviolável e inamovível.

## CAPÍTULO III

### IDENTIFICAÇÃO DO PARTIDO E DO CHEFE. “ O PARTIDO SOU EU”

Nós acabamos de mostrar que em suas lutas contra os inimigos internos, os chefes do movimento operário seguem uma tática e mantêm uma atitude que não difere muito da tática e da atitude do governo “burguês” na sua luta contra os elementos “subversivos”.

A terminologia que os poderes constituídos empregam nessa luta contra os “miseráveis” é *reservatis reservandis*, a mesma nos dois casos. As acusações lançadas contra os rebeldes são as mesmas, assim como os argumentos usados para defender a ordem das coisas estabelecidas: num caso, invoca-se a conservação do Estado; no outro, a do partido. Nos dois casos ainda, faz-se a mesma confusão de conceitos, quando se trata de estabelecer as relações entre coisa e pessoa, entre indivíduo e coletividade.

O autoritarismo dos representantes oficiais do partido socialista alemão, autoritarismo esse que é uma das condições necessárias de toda organização fortemente constituída, apresenta mais de uma analogia evidente com o autoritarismo dos representantes oficiais do Império alemão.

De um lado, é Guilherme II quem aconselha aos “descontentes”, isto é, àqueles entre seus súditos que não acham que tudo vai bem no melhor dos impérios, de sacudir a poeira de suas solas e ir embora. De outro lado, é Bebel que, denuncia que já é tempo de acabar de uma vez por todas com os eternos descontentes e os eternos criadores de caso no partido e quem declara que a oposição, se ela não aprova a forma de agir da direção, deve ser eliminada do partido.

Existe alguma diferença entre essas duas atitudes além daquela que separa uma organização voluntária (partido), à qual se está livre de ingressar ou não, de uma organização coercitiva (Estado) à qual não se pode fugir, porque a ela se pertence pelo fato do nascimento?

Não existe talvez nenhum chefe de partido que não pense e não aja, e, se

possui um temperamento vivo e um caráter leal, que não fale como falava digamos, o Rei-Sol: “O Estado sou eu”. O burocrata identifica-se completamente com a organização e confunde seus interesses com os interesses desta. Ele considera como uma ofensa pessoal toda censura objetiva dirigida ao partido por quem quer que seja. Daí a incapacidade de todo chefe de partido de apreciar de uma forma serena e justa as críticas dos adversários. E, inversamente, ele não deixa, todas as vezes que é atacado pessoalmente, de relacionar esses ataques com o partido inteiro. Nos dois casos, ele visa a tirar proveito deslocando o terreno da luta.

Mas se alguns chefes agem assim por cálculo, é justo reconhecer que em outros essa identificação da sua própria pessoa com o partido decorre ou de um fanatismo cego, ou de uma profunda e sincera convicção.

Segundo o revolucionário russo Netchaïeff, o revolucionário tem o direito de explorar, de enganar, de roubar, de arruinar todos aqueles que não aceitam totalmente os meios e os fins que ele propõe, todos aqueles que não consentem em ser “o corpo da conspiração”. Seu único objetivo deve ser o de assegurar o triunfo de suas idéias essencialmente pessoais e individuais, sem ter que prestar contas a quem quer que seja: a Revolução, sou eu! Bakounine caracterizou muito bem essa maneira de raciocinar dizendo que ela tinha sua fonte em Netchaïeff, numa ambição tão inconsciente quanto assustadora.

O despotismo dos chefes não decorre apenas de um amor vulgar pelo poder e de um egoísmo imoderado, mas também da consciência do seu próprio valor e dos serviços que eles prestaram à causa comum. A burocracia mais fiel a seus deveres e mais competente será também a mais autoritária.

Vejam o que diz, por exemplo, Wolfgang Heine a propósito da correlação que existe entre esses dois fatos: “Que não se negue que a incorruptibilidade e as capacidades de nossos funcionários e nosso amor pela grande causa comum opõem uma barreira suficiente à formação de um poder autocrático no seio do partido. Muito mais: funcionários que conhecem seu trabalho e que se aplicam para servir com desinteresse ao bem geral, como os que temos a felicidade de possuir, terão uma tendência a querer impor como normas invioláveis o que eles próprios consideram como justo e conveniente; e isso numa escala tão grande que eles terão mais consciência do seu valor. Por outro lado, eles não hesitarão em deixar cair no ostracismo, no pretense interesse do partido e como sendo um obstáculo para sua evolução, qualquer tendência que se afastar das suas idéias”.

A mesma identificação megalomânica da coisa e da pessoa encontra-se em qualquer boa e incorruptível burocracia de Estado, como por exemplo na do Império alemão. Aqui ainda, esse fenômeno decorre da consciência tranqüila e do grande amor pelo trabalho que anima os funcionários alemães.

Entre os indivíduos que compõem tal burocracia, não existe, talvez, nenhum que não esteja pronto a considerar como um delito contra o Estado a menor alfinetada dirigida contra sua pessoa. É ainda pela mesma causa que podemos explicar a forte solidariedade que os torna todos unidos como os dedos da mão. Cada um acredita encarnar uma parte desse Todo que se chama Estado, e essa parte sofre necessariamente um prejuízo quando outra parte qualquer encontra-se lesada.

Além disso o burocrata acredita fácil e sinceramente que conhece muito bem as necessidades que nem a própria massa conhece, opinião essa que não está, talvez, completamente errada em certos casos, mas que constitui na maioria das vezes uma mistura de tola pretensão e presunçosa exageração.

Todavia, o funcionário de um partido está menos exposto que o do Estado a transformar-se em fóssil, porque, na maior parte dos casos, ele realiza missões que o mantém, numa certa medida, em contato com as massas: ele faz notadamente turnês de propaganda, assiste reuniões públicas, onde faz com freqüência, uso da palavra, etc. É verdade, seja dito de passagem, que a freqüência dos aplausos que ele recebe nessas ocasiões não pode senão estimular sua vaidade pessoal.

Durante o conflito que surgiu entre os chefes e os membros dos sindicatos alemães sobre a questão de saber a quem pertencia o direito de decidir a greve, os chefes sustentaram, em mais de uma oportunidade, a tese de que, moralmente e juridicamente, esse direito não pertencia senão a eles, pois são eles que fornecem os meios financeiros aos operários em greve. "Diria-se, observa um crítico dessa argumentação, que são esses pobres funcionários das federações que subvencionam os custos das greves, com o dinheiro do seu bolso." Este é, em todo caso, o corolário externo, a consequência última de uma ideologia oligárquica que deve conduzir fatalmente ao esquecimento completo dos verdadeiros princípios democráticos.

QUARTA PARTE  
ANÁLISE SOCIAL DOS CHEFES

## CAPÍTULO I

### INTRODUÇÃO: A LUTA DE CLASSES E SUA AÇÃO DESAGREGADORA SOBRE A BURGUESIA

A massa não possui uma sensibilidade muito apurada. Acontecimentos se produzem sob suas vistas, revoluções se realizam na vida econômica, sem que sua alma sofra modificações notáveis. Só com o tempo é que ela acorda sob a influência de condições novas.

O povo suporta passivamente, durante dezenas e centenas de anos, regimes políticos atrasados que entravam no mais alto grau seu progresso jurídico e moral. Países suficientemente avançados, do ponto de vista econômico, continuam muitas vezes sofrendo durante longos períodos um regime político e constitucional que repousa sobre uma fase econômica anterior. Melhor do que em qualquer outro lugar nós podemos observar hoje esse fato na Alemanha, onde uma forma aristocrática e feudal, provocada por condições econômicas já ultrapassadas, não pôde ainda adaptar-se a um conteúdo marcado pelo industrialismo capitalista mais avançado.

Esses fenômenos históricos, paradoxais em aparência, são produzidos por dois tipos de causa.

Ocorre em primeiro lugar que classes e subclasses sociais, representando uma forma econômica que não existe mais, sobrevivem, por assim dizer, a essa forma; elas conseguiram salvar do naufrágio suficiente prestígio moral e força política efetiva para poder mais tarde, numa fase econômica mais avançada, manter sua dominação, mesmo contra a vontade explícita da maioria do povo.

Mas na maioria das vezes as classes que representam uma economia ultrapassada não conservam sua hegemonia social senão porque as classes que representam a economia atual ou a economia futura não estão ainda conscientes nem da sua força, nem da sua importância política e econômica, nem do prejuízo e do abandono de que são vítimas na sociedade. Por isso estas últimas aceitam com uma resignação fatalista a ordem de coisas existentes.

Ora, se uma classe oprimida não conseguiu sacudir esse fatalismo, se ela não se tornou plenamente consciente da injustiça social que a oprime, ela é incapaz de aspirar à emancipação.

Não é a simples existência de condições opressivas, é a percepção delas por parte dos oprimidos que constitui a causa íntima das lutas de classes ao longo da história. É por isso que só a existência do proletariado moderno não é ainda suficiente para fazer nascer uma “questão social”. Para que a luta de classes não permaneça no estado de vaga nebulosidade, de eterna latência, é preciso o substrato, por assim dizer, a consciência. Esta é a condição indispensável daquela.

Fato paradoxal: é a burguesia que, sem querer, zela para que o proletariado tome consciência da sua situação de classe oprimida. É uma arma que ela aponta para si mesma. Mas a história está cheia dessas ironias.

À burguesia coube o trágico destino de ser a educadora do seu mortal inimigo econômico e social. Assim como Karl Marx já o explicara no seu *Manifesto Comunista*, a principal razão desse fato reside na “luta incessante” que a burguesia é obrigada a sustentar “contra a aristocracia e contra essas facções da sua própria classe cujos interesses estão em oposição com o progresso da indústria e contra a burguesia de todos os países estrangeiros”.

Impotente para conduzir essa luta pelos seus próprios meios, ela é constantemente obrigada a “recorrer ao proletariado, a pedir sua ajuda e a lançá-lo assim na confusão política”; desse modo, a burguesia transfere ao proletariado “os elementos da sua própria cultura”, ou seja, ela coloca nas suas mãos “uma arma que ele usará contra a própria burguesia”.

Mas, sob outro aspecto ainda, a burguesia aparece como a educadora, como o professor de esgrima da classe operária.

Seu contato contínuo com o proletariado tem por efeito separar do grosso de suas forças um pequeno grupo de homens que colocam seus conhecimentos e seus nervos a serviço das massas trabalhadoras. Eles se estabelecem com a missão de encorajar estas na luta contra a ordem de coisas existentes, de fazê-las sentir e compreender a falta de equilíbrio do regime econômico e social em vigor.

Esses elementos que deixam o bloco burguês para aderir ao proletariado nunca são, é verdade, muito numerosos. Mas são os melhores. Os indivíduos que chegam a dar esse passo podem ser considerados, até certo ponto, como super-homens. Sua conversão é, na verdade, ditada na maioria das vezes por razões desinteressadas. Eles são guiados seja pelo amor ao próximo, seja pela piedade, seja pela aptidão moral de se indignarem contra as iniquidades sociais, seja por um profundo conhecimento teórico das forças que agem na história, seja, enfim, pelo fato de que sabem traduzir em atos seus princípios com mais energia e mais

coerência lógica. Ora, são esses burgueses que, desertando da sua classe de origem, dão uma direção consciente aos instintos ainda adormecidos do proletariado, incitando, assim, sua emancipação.

A doutrina socialista nasceu de reflexões de filósofos, economistas, sociólogos e historiadores. Não há, nos programas socialistas dos diversos países, uma só palavra que não represente a síntese do trabalho de vários especialistas. Com algumas exceções, os pais do socialismo moderno foram em primeiro lugar técnicos, e só em segundo lugar, políticos, no sentido estrito da palavra.

Certamente, antes mesmo do nascimento do socialismo, existiram movimentos proletários espontâneos, nascidos de uma aspiração instintiva a uma vida econômica e intelectual mais elevada. Mas estes eram muito mais reflexos do que movimentos conscientes, desejados. Foi só a partir do dia em que a ciência se pôs a serviço da classe operária que o movimento proletário se tornou um movimento socialista e a revolta instintiva, inconsciente, sem objetivo e sem direção, uma aspiração consciente, relativamente clara e rigorosamente dirigida para um objetivo determinado.

Os grandes precursores do socialismo econômico e os grandes representantes do socialismo filosófico, Saint-Simon, Fourier, Owen, os fundadores do socialismo político, Louis Blanc, Blanqui, Lassalle, os pais do socialismo científico, Marx, Engels, Rodbertus, eram todos intelectuais burgueses.

Como aparecem pouco importantes, ao lado deles, a figura do alfaiate aprendiz Wilhelm Weitling e a do filósofo autodidata Pierre Leroux! Sozinho, o tipógrafo Proudhon elevou-se, como um carvalho solitário, a uma altura magnífica.

Mesmo entre os grandes oradores que a causa operária suscitou, ao longo desses últimos anos, os ex-burgueses formam a enorme maioria, enquanto os homens que pertencem à classe operária não passam de exceção.

Preencheríamos longas páginas se quiséssemos fazer uma lista de todos os grandes homens políticos do socialismo provenientes da classe burguesa; fizemos, por outro lado, uma rápida lista dos chefes políticos socialistas de origem proletária, são eles: Benoît Malon e August Bebel, aos quais podemos, no máximo, acrescentar Edouard Anseele. E a estes ainda, embora conhecedores profundos do movimento operário e organizadores de valor, falta, como teóricos, o gênio criador.

A presença de elementos burgueses no seio do proletariado, organizado em partido, é um fato que se observa em todos os países onde a classe operária é arrastada para o movimento político. Por isso estamos no direito de perguntar-nos (e a pergunta foi feita, na verdade) se essa presença maciça de desertores burgueses nas fileiras do proletariado não é de natureza a enfraquecer a teoria da luta de classes.

Em outras palavras, trata-se de saber se o Estado do futuro, esse Estado onde todas as distinções de classes serão abolidas e onde sonham, definindo mais ou menos os seus contornos, socialistas e constitucionalistas, anarquistas e moralistas, neocristãos e neocriminalistas, — se esse Estado, dizíamos nós, não poderia realizar-se depois de uma progressiva transformação psíquica da própria burguesia, que tornou-se plenamente consciente da injustiça de seus privilégios econômicos e sociais. E, por via de consequência, podemos perguntar igualmente se a cisão aguda que existe no terreno político, entre partidos de classe representando interesses de classe, não é um jogo inútil e condenável.

Em resumo, os burgueses que assumem a direção do movimento proletário são simples desertores ou, ao contrário, “precursores” que terminarão por arrastar toda sua classe para o campo inimigo? Se esta última teoria fosse verdadeira, os operários não teriam senão que armar-se de paciência e esperar tranqüilamente que a burguesia tenha consumido seu suicídio social e político.

Henri Heine e Edmondo de Amicis sustentaram a tese de que a burguesia está em via de se desmoralizar, de perder, com a fé na causa, a coragem moral de suas idéias e a coragem física diante do perigo, e de que ela está começando a ficar cansada do estado de guerra incessante contra a classe proletária.

Cada vez mais persuadida de que essa guerra não pode terminar a não ser com sua própria derrota, ela recua com horror diante da visão das ruínas que ela terminará acumulando. Ela sente a necessidade de repouso, de renovação, de idealismo; e quando essa necessidade tiver atingido seu parônimo, o que é quase fatal, ela passará com armas e bagagens para o campo inimigo. O triunfo do proletariado será, então, alcançado sem transfusão de sangue, sem violência de nenhuma espécie, unicamente porque a classe operária terá sabido se impor pela sua superioridade moral, pelas promessas de um futuro fecundo, feito de bondade e de justiça, que ela proporciona ao mundo.

É certo que para defender seus privilégios com tenacidade e perseverança, a classe privilegiada deve possuir, entre outras qualidades, uma energia indomável que se concilie facilmente com a crueldade e a ausência de escrúpulos, mas que se mostre particularmente eficaz quando decorre da firme convicção de que se tem a razão do seu lado. Ora, as idéias humanitárias levam precisamente a burguesia a duvidar da boa intenção do seu direito moral e têm por efeito desencorajá-la e torná-la, assim como o observa muito bem Pareto, inapta para defender suas posições.

A propaganda tem por objetivo abalar a confiança do adversário em si mesmo. Trata-se notadamente de convencê-lo da superioridade dos argumentos que lhe são opostos.

Mais do que qualquer outro movimento, o socialismo conhece a grande

eficácia do discurso, a força irresistível da persuasão. É precisamente a esses meios que ele deve os sucessos grandiosos da sua propaganda.

Mas a força de persuasão tem um limite natural que lhe é traçado pelas próprias relações sociais. Lá onde a persuasão quer agir sobre as massas populares ou sobre as classes sociais que têm tudo a ganhar com sua adesão ao movimento, a propaganda pode, em condições normais, chegar facilmente a resultados positivos. Mas ela fracassa lamentavelmente (e a história das lutas sociais fornece mais de uma prova ao apoio desta asserção) quando se dirige às classes privilegiadas, a fim de incitá-las a abandonar, para sua desvantagem, as posições eminentes que ocupam na sociedade.

É verdade que a doutrina socialista ganhou a seu favor bastantes “filhos de família” burgueses e apoderou-se de suas almas a ponto de fazê-los abandonar o resto: pai, mãe, amigos, parentes e posição social. Sem arrependimento e sem hesitação, eles consagraram sua vida à obra da emancipação humana, tal como a concebe o socialismo.

Mas trata-se aí apenas de desertores isolados, e não de grupos compactos representando toda uma classe econômica. A classe a qual eles pertencem não se encontra de nenhum modo enfraquecida pelo fato da sua deserção.

Uma classe, considerada no seu todo, nunca cede espontaneamente a posição vantajada que desfruta. Ela não reconhece nenhuma razão de ordem moral suficientemente forte para obrigá-la a abdicar em favor de seus “irmãos infelizes”.

Na falta de outras razões ela é sustentada pelo egoísmo de classe, pelo mesmo egoísmo que o proletariado possui como classe social com a diferença que nele esse egoísmo particular de classe confunde-se, na teoria pelo menos, com o ideal de uma humanidade sem distinção de classes.

O egoísmo de classe não está igualmente desenvolvido nas diferentes categorias e subdivisões da classe dominante e possuidora.

Certos representantes do capitalismo fundiário, e especialmente os *junkers* prussianos, declaram ainda hoje, sem rodeios, que deve-se mandar para as galeras ou para as casas de loucos quem quer que pense em exigir direitos políticos, econômicos ou sociais, ameaçando seus privilégios.

Mas existem outras categorias que, menos rebeldes às reformas e menos fundiariamente egoístas que os *junkers*, não são entretanto, elas também, acessíveis às considerações de justiça social senão na medida em que essas considerações não lesem sensivelmente seu instintivo interesse de classe.

Portanto, é perfeitamente lógico que o proletariado, constituído em partido de classe, considere a luta contra as categorias da burguesia como o único meio de

estabelecer uma ordem social onde a ciência, a saúde e a propriedade não sejam, como hoje, monopólio de uma minoria.

Entre a necessidade do proletariado combater a burguesia no terreno da luta de classes e a necessidade de insistir com particular força na sua missão propriamente humana, não existe nenhuma contradição.

Certamente, quando trata-se de conquistar o poder, a persuasão é um meio excelente, pois, assim como já o dissemos, a classe que mesmo a contragosto se deixou convencer de que o ideal do adversário apóia-se em razões melhores e possui um conteúdo moral mais profundo, não terá, sem dúvida, mais força para continuar a luta: ela terá perdido precisamente essa fé na sua causa que por si confere à resistência uma justificação moral.

Mas só a persuasão não basta, pois uma classe, seja como estiver convencida da superioridade da classe adversária, não deixará, hipnotizada pelo seu próprio egoísmo coletivo, de continuar a batalha e na maioria das vezes não cederá senão por força dos fatos.

Por meio dessas considerações nós acreditamos ter mostrado que o ingresso de elementos burgueses nas fileiras dos operários organizados em partido de classe é determinado principalmente por razões psicológicas e apresenta-se como um processo de seleção espontânea. Se esse êxodo parcial da burguesia deve ser considerado como uma conseqüência lógica dos acontecimentos que atravessamos, não pode, devido às razões especiais que o provocam, ser interpretado como o sinal precursor da desagregação da burguesia no seu todo. Por isso diremos, para terminar, que o fim da luta, entre as duas grandes classes representando interesses opostos, não pode de nenhuma forma depender da passagem, de uma para a outra, de moléculas individuais isoladas.

RECEBIDO  
BIBLIOTECA  
MUSEU  
NACIONAL  
BRASIL

## CAPÍTULO II

### OS CHEFES SOCIALISTAS DE ORIGEM BURGUESA

Do ponto de vista de sua origem social, os chefes socialistas podem ser divididos em duas categorias: os que pertencem ao proletariado e os que pertencem à burguesia ou, mais exatamente, à camada intelectual desta. A camada média, pequena burguesia, pequenos agricultores, artesãos, comerciantes independentes, não fornece senão um contingente insignificante de líderes socialistas. Nas condições mais favoráveis, os representantes dessa camada seguem o movimento operário seja como espectadores simpáticos, seja a título de simples partidários. Mas eles nunca ficam, por assim dizer, com a direção e o comando da mesma.

Dessas duas categorias de chefes, os de origem burguesa, embora o socialismo seja um movimento contrário aos seus interesses de classe, são animados, em geral, por um idealismo mais fervoroso que os chefes de origem proletária.

Essa diferença se explica facilmente por uma razão de ordem psicológica. É que, na maioria das vezes, o proletário não precisa evoluir gradualmente para o socialismo, violentando seus instintos, rompendo seus laços tradicionais: ele nasce, por assim dizer, socialista e até membro do partido.

Nos países onde o capitalismo já existe de longa data, formou-se em certos meios operários e até em categorias inteiras de operários, uma verdadeira tradição socialista. O filho herda o espírito de classe do pai, que por sua vez o tem, sem dúvida, do avô. Eles têm, por assim dizer, o socialismo “no sangue”.

A isso acrescenta-se ainda que as relações econômicas atuais, juntamente com a luta de classes da qual é inseparável e da qual o indivíduo, mesmo o mais refratário à teoria do socialismo, não pode subtrair-se, obrigam o proletário a aderir ao partido do trabalho. Longe de estar em oposição com seu sentimento de classe, o socialismo é, ao contrário, a expressão mais nítida e mais evidente do mesmo.

O proletário, o trabalhador assalariado, o membro do partido, é socialista, porque esse é o seu interesse mais imediato. O fato de pertencer ao socialismo

pode causar-lhe grandes prejuízos materiais, tais como a perda do seu emprego e até mesmo a impossibilidade de ganhar seu pão. Mas seu socialismo não deixa de ser por isso o efeito espontâneo de seu egoísmo de classe, e ele suporta os sofrimentos aos quais pode submeter-se muito mais alegremente se tiver a consciência de sofrer pela causa comum. O reconhecimento e a gratidão mais ou menos explícitas de seus camaradas são, no caso, um reconforto suficiente.

O fato é que a ação do proletariado socialista é uma ação de classe que em muitos casos, em vez de prejudicá-lo, favorece fortemente seus interesses, mesmo os mais imediatos.

Isso é completamente diferente com os socialistas de origem burguesa. Entre estes, são muito poucos os que nasceram num meio socialista. Todos descendem, ao contrário, de famílias cuja tradição é nitidamente hostil aos operários ou pelo menos cheias de desprezo pelas aspirações do socialismo moderno. Aqui o filho herda igualmente o espírito do pai, mas um espírito oposto ao que recebe como herança o operário: é o espírito de classe da burguesia. Não é o socialismo que ele “tem no sangue”, mas a mentalidade capitalista numa das suas múltiplas variedades e, em excesso, um intelectualismo fiel de sua pretensa superioridade.

É por isso que as condições econômicas nas quais nasce o burguês o predispõe, da mesma maneira como a instrução que recebe na escola, a não sentir senão aversão pelas lutas de uma classe operária de aspirações socialistas. Sua ambiência econômica o faz tremer pelas suas riquezas, com o pensamento do choque que sua classe terá que sofrer um dia com o avanço das massas organizadas do “quarto Estado”. Essa idéia não faz senão tornar seu egoísmo de classe mais agudo, até transformá-lo num ódio implacável.

Sua educação, apoiada sobre a ciência oficial, contribui para afirmar e fortalecer seus gostos de “jovem líder”. A influência que a escola e o meio exercem sobre o jovem descendente é tão profunda que, mesmo quando ele descende de parentes simpatizantes do socialismo e do movimento operário, seu instinto burguês termina na maioria das vezes por despontar dentro dele, e tirar vantagem sobre as simpatias e até sobre as tradições socialistas da sua família.

É, na verdade, extremamente raro ver os filhos e as filhas de socialistas intelectuais seguir o caminho do seu pai. Cita-se como casos excepcionais os filhos de Marx, Longuet, Liebknecht, Molkenbühr.

É certo que a raridade desses casos deve-se a métodos pedagógicos usados em mais de uma família socialista, e que não têm, na maioria das vezes, nada de socialistas.

Mas mesmo que essa última circunstância não se oponha ao desenvolvimento da consciência socialista das crianças, o rapaz de origem burguesa ressentir-se

fortemente da ação do seu meio social nativo. Mesmo depois de ter aderido ao partido socialista, ele guarda uma certa solidariedade com a classe que acaba de desertar e, por exemplo, nas relações com seus empregados domésticos ele conserva sempre uma atitude de empregador, de “explorador”, senão no sentido vulgar, pelo menos no sentido sociológico da palavra.

Para o pequeno-burguês, a evolução em direção ao socialismo pode ainda ser realizada de um maneira pacífica. Por suas condições intelectuais e sociais, eles se aproximam muito do proletariado, sobretudo das suas categorias mais bem remuneradas, do qual ele não está, com freqüência, separado senão que por uma barreira imaginária, feita de todas as espécies de preconceitos de casta.

Mas quanto mais rica for a família à qual pertence o burguês, mais ela está ligada às suas tradições de casta; quanto mais elevada for a posição que ela ocupa, mais difícil e dolorosa é a ruptura: banido da sua própria classe, sofrendo com esse fato um grave prejuízo social e material, o desertor vê ao mesmo tempo seus novos amigos desconfiarem dele e não admiti-lo nas suas fileiras senão com precaução e contra a vontade.

Para o filho do grande burguês, do alto funcionário, do patricio e do nobre feudal, a adesão ao partido socialista provoca, às vezes, até mesmo uma catástrofe.

É permitido a ele entregar-se a vagas e inocentes fantasias humanitárias e até mesmo qualificar-se de socialista na conversação privada. Mas assim que ele manifesta a intenção de exercer, como militante filiado ao partido, uma atividade pública e de acompanhar, a título afetivo, o exército dos “rebeldes” na sua marcha à frente, o desertor burguês imediatamente adquire na sua própria classe a reputação de um louco ou de um mal sujeito. Sua consideração social cai para abaixo de zero, e a hostilidade que se desencadeia contra ele na sua classe de origem chega até a obrigá-lo a romper todos os laços com sua própria família. Os laços de consangüinidade mais delicados e mais íntimos encontram-se assim bruscamente destruídos. Parentes e irmãos lhe viram as costas, e com freqüência, de uma forma irrevogável. Ele cortou todas as pontes que o ligavam ao seu passado.

Quais são as razões que o levam a agir assim? Sob esse aspecto, os desertores burgueses podem ser divididos em duas categorias fundamentais.

Em primeiro lugar existe o homem de ciência. Este não persegue senão fins objetivos que, à primeira vista, aparecem comumente como desprovidos de qualquer utilidade prática, senão estranhos e extravagantes. Capaz de sacrificar pela ciência e pelos seus resultados qualquer outro bem, o cientista é arrastado para o socialismo pelo amor desinteressado daquilo que ele considera como a verdade. Todavia, mesmo agindo assim, ele não faz senão que obedecer à sua natureza, que sente antes de tudo a necessidade da coesão, da coerência científica.

Todos os psicólogos são, na verdade, unânimes em reconhecer que o livre exercício das suas aptidões proporciona ao homem um sentimento de prazer. Os sacrifícios que o cientista socialista se impõe pelo partido aumentam a fundo a soma de suas satisfações pessoais. Se o cientista burguês que adere ao socialismo se expõe a prejuízos externos, materiais, etc., ele se proporciona, em contrapartida, uma profunda felicidade moral e se coloca em paz com sua consciência. E o sentimento que ele sente pode até, em certos casos, tornar-se uma ambição: a ambição de prestar à causa os mais distinguidos serviços.

Depois do cientista vem o homem que leva uma vida sentimental íntima, que queima por assim dizer um fogo sagrado. Ele torna-se na maioria das vezes socialista na sua juventude, isto é, num período da sua vida onde o contrapeso das preocupações e das precauções materiais ainda não opõem um obstáculo à pressão do sangue em ebulição e ao entusiasmo transbordante. Ele é inspirado pelo ardor do neófito e pela necessidade de dedicar-se aos seus semelhantes. Ele sente, ao lutar contra a injustiça e ao sacrificar-se pelos humildes e oprimidos, uma felicidade que torna corajosos e combativos até mesmo os caracteres mais tímidos e mais tranqüilos. Essa coragem é sustentada por uma boa dose de otimismo na apreciação da natureza do movimento socialista e da sua força moral, por uma fé excessiva na eficácia da sua própria abnegação, por uma falsa concepção do ritmo da evolução e por uma profunda ilusão sobre a proximidade e a facilidade da vitória final.

Em muitos casos, a fé socialista alimenta-se também nas fontes de uma certa sensibilidade estética, poética: as pessoas dotadas de uma imaginação viva e de um temperamento vibrante captam, mais rapidamente e representam de uma forma mais concreta, toda a grandeza e profundidade dos sofrimentos humanos. E quanto mais se inflama a sua imaginação maior é a distância social que os separa do objeto imaginado. É isso que explica o fato de um número tão grande de indivíduos, de nascença e educação burguesa, terem passado para o lado do socialismo. É isso que explica também a presença nas fileiras socialistas de tantos poetas, homens de temperamento ardente, passional, fogoso.

É difícil dizer se os que aderem ao socialismo por sentimento são mais numerosos dos que a ele aderem por convicção arrazoada. É provável que os sentimentais sejam mais numerosos entre os que ingressam no socialismo desde sua juventude, enquanto que os que o abraçam na maturidade decidem-se por ele, na maioria das vezes, por convicção científica. Mas é geralmente o tipo misto que domina. Numerosos são na verdade os burgueses que, tendo sempre aprovado o socialismo do ponto de vista moral, isto é, estimado que ele é a única solução para a questão social conforme os postulados da justiça, não concedem sua adesão efetiva à doutrina senão quando adquiriram a convicção (o que lhes acontece às vezes sem dar-se conta) de que as aspirações do seu coração não somente são justas e belas, mas também realizáveis. Em resumo, seu socialismo é feito ao mesmo tempo de sentimento e de ciência.

Uma pesquisa sobre o socialismo foi feita em 1894 junto aos cientistas e artistas mais ilustres da Itália. Foi-lhes perguntado, entre outras coisas, se a sua simpatia, sua indiferença ou sua hostilidade em relação aos objetivos perseguidos pelo socialismo resultam de uma investigação concreta dos problemas que o compõem ou são de origem puramente sentimental.

Ora, a maior parte das pessoas interrogadas respondeu que sua atitude em relação ao socialismo resulta de uma predisposição psíquica reforçada por convicções objetivas.

Apesar do seu soberbo desprezo por tudo que seja ideologia e compaixão e a despeito do seu materialismo de fachada, os marxistas poderiam dar muito bem uma resposta análoga. Enquanto eles não são absorvidos pela vida de partido, ou melhor, enquanto eles não sucumbiram a ela, eles dão, na verdade, prova de uma rigidez de princípios essencialmente idealista.

Certamente, todos os que são simpáticos ao socialismo ou convencidos da força teórica dos seus princípios não se alistam por causa disso nas fileiras do partido.

Muitas pessoas não o fazem porque sentem uma bizarra repugnância pela idéia de ter que manipular materiais humanos que não conhecem ou um desgosto estético pela perspectiva de estar em contato com gente suja ou cheirando mal.

Muito mais numerosas são as que têm preguiça ou amor exagerado pela tranqüilidade, ou ainda medo, mais ou menos justificado, das conseqüências que tal passo pode ter para seu futuro.

As últimas hesitações caem às vezes diante de um fato exterior que, insignificante por si mesmo, não deixa de levar a resoluções extremas: ora trata-se de uma injustiça social gritante que levanta os ânimos da emoção coletiva, ora é um dano pessoal onde são vítimas aqueles que ainda hesitam sobre o caminho a seguir. Uma explosão súbita de egoísmo vem então completar a obra lenta das tendências altruístas.

Em outros casos, um indivíduo que ainda não era socialista senão no seu foro íntimo, sem ousar confessar suas simpatias, de repente se vê obrigado a tirar a máscara, porque um inimigo desleal ou um amigo desajeitado achou que devia denunciá-lo publicamente, não lhe deixando, assim, senão que duas saídas: ou uma retirada honesta, ao preço de uma retratação não menos honesta, ou a confissão pública das idéias que ele tinha professado até então no fundo secreto da sua consciência.

O nihilista russo Netchaïeff criou como método de agitação revolucionária este meio que consiste em desmascarar os subversivos tímidos, denunciando-os

publicamente como tais. Ele achava que o revolucionário tinha o direito de comprometer todos aqueles que embora compartilhassem da maior parte das suas idéias, ainda não as compartilhavam todas, a fim de romper, assim, os últimos laços que os prendiam ao inimigo e conquistá-los definitivamente para a “causa sagrada”.

Declarou-se, com freqüência, que todas as profissões liberais não são igualmente acessíveis às idéias socialistas. As ciências especulativas, no sentido estrito da palavra, tais como a filosofia, a história, a economia política, a teologia, a jurisprudência, estariam tão imbuídas do espírito do passado que seus representantes se mostram, *a priori*, absolutamente refratários a qualquer idéia subversiva. A profissão jurídica, em particular, implicaria um certo amor à ordem, um apego àquilo que existe, um respeito sagrado pelas formas, uma lentidão de procedimento e, se quisermos, uma certa estreiteza de horizonte: tantos corretivos naturais para os defeitos inerentes à democracia.

De uma maneira geral, as ciências dedutivas e morais seriam animadas pelo espírito autoritário e autocrático e seus representantes teriam uma forte inclinação pelo doutrinário. Os cientistas, ao contrário, que se ocupam de ciências experimentais e indutivas seriam suficientemente fáceis de conquistar para a causa do progresso, e o método de observação que eles seguem conduzindo-os progressivamente a generalizações cada vez mais vastas. O médico, em particular, cuja profissão consiste numa luta contínua contra as misérias, levaria no seu cérebro e no seu coração o germe da concepção socialista.

A análise das profissões que exercem os intelectuais pertencentes aos diferentes partidos socialistas não confirma essa construção teórica.

Somente na França e na Itália é que nós encontramos, dentre os representantes do socialismo, um número suficientemente elevado de médicos; e, mesmo nesses dois países, esse número é inferior ao dos cientistas puros e dos advogados.

Na Alemanha, as relações existentes entre os operários socialistas e essa categoria de médicos cuja situação é a mais penosa, isto é, os médicos de casos de doença, não passam de cordiais.

Em resumo, podemos dizer que, de uma maneira geral, o médico vê o socialismo com mais frieza e mais cautela que o filósofo abstrato ou o jurisconsulto livre. É preciso talvez ver aí um efeito da interpretação materialista e conservadora do mundo, tirada da doutrina darwiniana e haeckeliana, e que esteve em vigor entre os médicos ao longo desses últimos quarenta anos.

Em alguns países protestantes, na Holanda, na Suíça, na América (mas não na Alemanha, onde o Estado é vigilante e poderoso e a Igreja rígida e intolerante),

encontra-se entre os socialistas bastantes padres. Eles aderem ao socialismo, digamos, em virtude do seu sentimento elevado do dever para com o próximo, mas talvez também pressionados pela necessidade, tão forte no pregador como no orador popular, de serem ouvidos, seguidos, admirados pelas multidões, crentes ou não, pouco importa.

E aqui nós devemos assinalar um fenómeno muito interessante, a saber, a presença particularmente numerosa de judeus entre os chefes socialistas e revolucionários.

As qualidades específicas da raça hebraica fazem do israelita o homem nascido para ser líder de massas, propagandista e organizador. Em nome dessas qualidades figura em primeiro plano: seu fanatismo sectário que, tal como um contágio, comunica-se às massas com uma facilidade espantosa; a inabalável confiança sugestiva em si mesmo, daí a razão do profetismo; uma grande habilidade oratória e dialética, uma ambição maior ainda, uma necessidade irresistível de se colocar sempre à frente e, *last but not least*, uma faculdade de adaptação quase ilimitada.

Não existe nenhuma corrente política ou social nova nesses últimos setenta e cinco anos, na qual os judeus não tenham desempenhado um papel predominante. Podemos até mesmo dizer que mais de um movimento foi criado, provocado por eles. São os judeus que organizam a revolução, e são ainda os judeus que organizam a resistência do Estado e da sociedade contra as forças subversivas. O socialismo e o conservadorismo foram forjados por mãos hebraicas e estão impregnados de espírito hebraico.

Na Alemanha, por exemplo, nós vemos, de um lado, Marx e Lassalle atizar o fogo da revolução e, do outro, o judeu Julius Stahl fazer-se o teórico genial da reação feudal depois de 1848.

Na Inglaterra, é o judeu Disraeli, fundador da *Primrose League*, quem reconstitui o partido conservador.

Vemos ainda os israelitas à frente de movimentos formados por nacionalidades animadas de um ódio mortal recíproco. Em Veneza, é Daniel Manin quem levanta o estandarte da luta pela liberdade contra os austríacos. Durante a guerra franco-alemã, é Gambetta que organiza a defesa nacional.

É ainda Disraeli que, na Inglaterra, inventa a grande divisa *Integrity of the British Empire*, e na Alemanha os judeus, Edouard Simson, Bamberger, Lasker, se fazem os campeões desse liberalismo pintado de nacionalismo que contribui tão fortemente para a constituição do império.

Na Áustria, os judeus formam a vanguarda de quase todos os partidos

chauvinistas nacionalistas. Entre os tchecos, os pangermanistas, os irredentistas italianos, os nacionalistas poloneses e particularmente entre os *magyars*, os judeus constituem os elementos mais exaltados e mais inclinados a exagerar suas idéias e sentimentos.

Aliás, podemos dizer que não existe movimento que os judeus não sejam capazes de organizar. Encontramos descendentes de Israel até entre os chefes do anti-semitismo.

A participação dos judeus no movimento operário alemão é particularmente grande. Nós já falamos de Ferdinand Lassalle e de Karl Marx que foram os dois grandes fundadores desse movimento; a esses dois nomes podemos ainda acrescentar o do judeu Moses Hess que foi seu contemporâneo. Também era judeu Johann Jacoby, o primeiro homem político eminente, liberal de velha marca, que aderiu à democracia socialista. É ainda um judeu que fundou a primeira revista socialista alemã, o idealista Karl Hochberg, filho de um rico negociante de Francfor-sur-le-Main (1885). O presidente habitual dos congressos socialistas, Paul Singer, era judeu.

Entre os oitenta e um deputados eleitos para o *Reichstag* nas penúltimas eleições, havia nove judeus (cifra muito elevada em relação ao todo da população judaica na Alemanha, assim como ao número total dos operários judeus ou dos membros do partido de origem judaica). Desses nove deputados, quatro professavam a religião mosaica (Stadthagen, Singer, Wurm, Haase).

Como teóricos (E. Bernstein, Adolf Braun, Jacob Stern, Simon Katzenstein, Bruno Schönlink), como jornalistas (Gradnauer, Eisner, Joseph Bloch, este último diretor da *Sozialistische Monatshefte*), como organizadores nos diferentes ramos da atividade socialista (Hugo Heimann, o iniciador da política de comunidade, Leo Arons, especialista em matéria eleitoral, Ludwig Frank, organizador da "juventude socialista"), os judeus prestaram ao partido serviços inestimáveis. Encontramos ainda judeus à frente de quase todas as seções locais.

No movimento socialista austríaco, o papel dos judeus é completamente preponderante. Citaremos apenas os nomes de Victor Adler, Ellenbogen, Fritz Austerlitz, Max Adler, F. Hertz, Therese Schlesinger, Eckstein, Dr. Diamand, A. Braun.

O mesmo acontece na América (Morris Hillquit, A. M. Simons, M. Untermann) e, embora num grau talvez menor, na Holanda (Henri Polak, chefe dos lapidadores de diamante, D. J. Wijnkoop, marxista independente, o deputado M. Mendels) e na Itália (Elia Musatti, Claudio Treves, G. E. Modigliano, Arvedo Norlenghi, Ricardo e Adolfo Momigliano, R. L. Foá e o cientista Cesare Lombroso).

No que diz respeito à França, o papel dos judeus nesse movimento socialista é muito restrito (Edgar Milhaud e os acionistas do *L'Humanité* em 1901). Mas nesse país os judeus tiveram uma participação importante na própria fundação do partido. Foi assim que o primeiro congresso constitutivo do partido operário (1879) não pôde ser realizado senão graças à generosidade financeira do judeu Isaac-Adolphe Crémieux, governador da Argélia na época de Gambetta.

Em muitos países, como na Romênia, na Rússia e na Polônia, mas sobretudo nesses dois últimos, a direção dos partidos operários encontra-se (abstração feita aos revolucionários russos) quase sem exceção nas mãos dos judeus. É um fato que impressiona todos aqueles que freqüentam os congressos socialistas internacionais.

Além disso, a Rússia fornece aos partidos socialistas de outros países bastantes chefes de origem judaica: Rosa Luxemburg e o Dr. Israel Helphand (Parvus), que combatem na Alemanha; C. Rappoport, na França; Anna Kuliscioff e Angelica Balabanoff na Itália; os irmãos Reichesberg na Suíça; M. Beer e T. Roithstein na Inglaterra.

É preciso ainda notar a circunstância de que numerosos chefes socialistas não-judeus casaram-se com intelectuais judias: são, entre outros, Plechanoff, Kropotkin, Otto Lang, de Brouckère, o Dr. Brupbacher, Turati. E, para terminar esta longa enumeração, lembraremos ainda que a maior parte dos chefes mais conhecidos do anarquismo alemão são igualmente judeus (Gustav Landauer, Siegfried Nacht, Pierre Ramus, Senna Hoj, pseudônimo de Johannes Holzmann).

A facilidade de adaptação e a vivacidade intelectual dos judeus, da qual nós já falamos acima, não bastam todavia para explicar a presença e sobretudo a força quantitativa e qualitativa que eles possuem no partido operário.

Não se trata aqui daquilo que seríamos tentados a chamar da "judaização" do partido socialista, isto é, de um açambarcamento do partido por camaradas judeus, porque eles dispõem de maiores meios financeiros.

No que concerne à Alemanha e os países da Europa Ocidental, esse fenômeno explica-se pela posição especial que os judeus ocupavam ontem e ainda ocupam hoje.

Nesses países, sua emancipação legal ainda não veio a completar sua emancipação social e moral. O povo alemão, considerado no seu todo, ainda não conseguiu libertar-se do ódio do judeu ou pelo menos de um vago sentimento de desprezo a seu respeito. O israelita se vê entravado na sua carreira, excluído das funções administrativas e judiciárias, do grau de oficial no exército. Por isso a raça hebraica continua alimentando um velho e legítimo sentimento de revolta contra as

injustiças que se perpetuam em seu prejuízo. E, visto o fundo de idealismo que persiste nessa raça dominada pelas paixões mais extremas, esse sentimento traduz-se, com mais facilidade do que na raça germânica, por um horror desinteressado por toda injustiça e transforma-se numa aspiração revolucionária para um grande melhoramento universal.

Mesmo ricos, os judeus formam, pelo menos na Europa Oriental, uma categoria de pessoas excluídas de vantagens que o sistema político, econômico e ideológico em vigor assegura à parte correspondente da população cristã. A sociedade, no sentido estrito da palavra, desconfia deles e a opinião pública lhes é desfavorável. Ao ressentimento que faz nascer uma desigualdade tão iníqua de tratamento acrescenta-se, com freqüência, para jogá-los nos braços do partido operário, a tendência cosmopolita que seus destinos históricos desenvolveram nos judeus, em tão alto grau. Essa tendência lhes permite transpor com um salto, embora guardando suas características nacionais, a barreira que a acusação burguesa de “sem pátria” procura opor à maré cada vez mais alta da revolução.

Por todas essas razões, o caminho que conduz os judeus ao socialismo é quase sempre mais curto do que aquele que deve percorrer o intelectual “ariano”. Mas esse fato não diminui em nada o reconhecimento que o partido socialista deve aos intelectuais de raça judaica. E aos intelectuais somente, pois a grande burguesia do comércio e da indústria e a pequena burguesia, embora votando, com freqüência, nas eleições pelos socialistas, recusam-se de uma maneira absoluta a aderir ao partido.

Para os burgueses, o interesse de classe transpõe o interesse de raça. Totalmente diferente é o caso dos judeus intelectuais: se fizéssemos uma estatística, descobriríamos certamente que eles fazem parte do socialismo numa proporção de 2 a 3%. E, se esse partido pôde resistir até agora vitoriosamente e sem a menor hesitação a todas as tentativas do anti-semitismo que poderia ter se infiltrado nos seus quadros, ele não o deve somente à sua aversão teórica por qualquer pretensão “nacional” e qualquer preconceito de raça; ele agiu assim porque sempre teve plena consciência dos seus deveres de reconhecimento em relação aos judeus intelectuais.

O “socialismo anti-semita” fez sua aparição por volta de 1870. Foi Eugen Dühring, então livre-docente na Universidade de Berlim, que inaugurou uma cruzada em favor de um socialismo “alemão”. Ele opunha este ao socialismo “judeu” de Marx e dos seus colaboradores, socialismo esse cuja realização deveria acarretar, na sua opinião, a sujeição completa do povo ao Estado, em benefício dos dirigentes judeus e dos seus cúmplices.

Por volta de 1875, Dühring reuniu em torno de si um pequeno grupo de socialistas berlinenses dos quais faziam parte Johann Most e o israelita Edouard

Bernstein. Mas a influência desse grupo não resistiu à grande experiência da polêmica que seu chefe teve que sustentar contra Friedrich Engels, irmão espiritual do "judeu Marx". A ascendência de Dühring sobre as massas socialistas diminuía na mesma medida em que se acentuava seu anti-semitismo. Por volta de 1878, ele estava completamente morto para a democracia socialista.

Uma outra tentativa de arrastar o socialismo na corrente anti-semita foi feita em 1894 por Richard Calwer, um socialista de fortes tendências nacionalistas, que era então redator do *Braunschweiger Volksfreund*. "Para cada bom escritor judeu, dizia, ele, existe uma boa meia-dúzia que não tem nenhum valor, mas um aprumo extraordinário, uma fecundidade inesgotável, uma caneta impertinente e impaciente, e nenhuma compreensão do socialismo".

Mas a campanha de Calwer não obteve mais sucesso que a de Dühring, tendo o partido socialista, no Congresso de Colônia (outubro de 1893), condenado de uma vez por todas as veleidades de nacionalismo e de anti-semitismo que existiam no seu seio.

Acrescentemos ainda algumas observações sobre o fenômeno, aparentemente bizarro, das freqüentes adesões ao partido de certos representantes da plutocracia.

São pessoas boas e caridosas que, providas em abundância de tudo o que precisam, sentem por vezes a necessidade de submeter-se a uma propaganda em relação à sua situação especial. Elas desejam, por exemplo, fazer participar seu próximo do bem-estar que elas próprias desfrutam. São os ricos filantrópicos. Na maioria das vezes, sua conduta decorre de uma espécie de sensibilidade ou de sentimentalismo: elas não podem suportar os sofrimentos do outro, não tanto porque sentem uma verdadeira piedade pelos que sofrem, mas porque a visão de dores faz sofrer seus próprios nervos e choca seu sentimento estético.

Nas cabeças doentes de algumas pessoas, cuja riqueza só é igualada pelo seu amor ao paradoxo, nasceu essa crença fantástica de que, visto a eminência da revolução, elas não poderão preservar sua fortuna a não ser aderindo previamente ao partido operário e conquistando, assim, a poderosa e útil amizade dos seus chefes.

Outros ainda, entre os ricos, acreditam ter que inscrever-se no partido socialista porque o consideram um refúgio contra a exasperação dos pobres.

Com muita freqüência ainda, o homem rico é levado a aproximar-se do socialismo, porque sente a maior dificuldade, assim como o mostrou muito bem Bernard Shaw, em arranjar doravante novos prazeres. Ele começa então a sentir pelo mundo burguês um desgosto que pode terminar por abafar nele toda consciência de classe ou, pelo menos, por suprimir nele o instinto que o tinha forçado até agora a combater o proletariado em nome da sua própria conservação.

Isto posto, podemos afirmar, sem receio de erro, que a maior parte dos jovens burgueses que ingressam no socialismo o fazem, para servir-nos de uma expressão de Momigliano, com toda sinceridade e com todo ardor de boa vontade. Eles não procuram nem a aprovação do povo, nem a riqueza, nem as condecorações, nem os empregos gordamente remunerados. Eles pensam somente que o homem deve ficar em paz com sua consciência e afirmar sua fé através de atos.

Esses homens podem ser reapresentados, por sua vez, em dois tipos: o apóstolo da alma caridosa que compreende tudo e gostaria, com um aperto ideal, de abraçar a humanidade inteira, e o "crente" fogaoso, rígido, intransigente.

Mas existe, entre os socialistas de origem burguesa, outros elementos menos simpáticos.

Existe antes de tudo a falange daqueles que são descontentes "por princípio": os neurastênicos, os "que não dormem bem".

Mais numerosos ainda são aqueles cujo descontentamento deve-se a razões pessoais: os charlatões e os ambiciosos.

Muitos detestam, conscientemente ou não, a autoridade do Estado, porque ela lhes é inacessível. É a velha história da raposa e das uvas muito verdes. O que os empurra é a inveja, a sede insaciável do poder: o ódio e o ciúme dos caçulas pobres das grandes famílias pelos seus irmãos mais ricos e mais afortunados.

Existe ainda outros tipos que aproximam-se com esses que nós já enumeramos.

Os excêntricos em primeiro lugar: estes acham natural que os que estão por baixo queiram atingir os mais altos graus. Mas existem pessoas que estão por cima e sentem uma necessidade irresistível de descer, pessoas que encontram-se muito apertadas nas suas posições e acham que jogaram por terra uma liberdade muito maior e horizontes mais vastos. Eles procuram a "sinceridade", o "povo", do qual eles fizeram uma imagem ideal. São idealistas que se aproximam da loucura.

A todas essas categorias acrescenta-se ainda a dos desiludidos e a dos desencantados que não conseguiram atrair a atenção da burguesia e a impor-se pela sua pretensa superioridade intelectual. Eles se atiram ruidosamente no pescoço do proletariado, na maioria das vezes com a vaga e instintiva esperança de conseguir mais facilmente, visto a pouca cultura das classes operárias, ficar em evidência e desempenhar um papel: visionários, gênios incompreendidos, desclassificados de toda espécie, boêmios literários, inventores desconhecidos de panacéias sociais, frustrados, jovens pintores, comediantes, vendedores de poções milagrosas, farsantes que pensam muito mais em cultivar seu próprio eu do que em educar as massas.

O partido socialista exerce uma atração tão grande que ele se torna mais forte, mais vasto e desempenha junto às massas populares uma autoridade maior.

Nos países onde o espírito gregário está muito desenvolvido, como na Alemanha, os pequenos partidos são condenados a uma existência precária. Muitos burgueses acreditam “encontrar no grande partido socialista o que não encontram nos partidos burgueses”; um vasto campo de atividade política (Bebel). Neste último caso, e sobretudo quando o partido passa da oposição para a colaboração com o governo, vemos aumentar o número dos que não vêm no partido senão um meio de saciar seus baixos instintos e sua vaidade; dos que não vêm no sucesso do partido senão um meio de fazer valer sua própria personalidade.

Como o diz muito bem Arcoleo, teme-se o triunfo dessas pessoas como um desencadeamento de bestas famélicas; mas, ao vê-las de perto, percebe-se estar na presença de um amontoado de moluscos ávidos de presas, mas inofensivos no fundo.

Isso se aplica tanto para as pequenas como para as grandes circunstâncias. Todas as vezes que o partido operário funda uma cooperativa ou um banco popular que oferece aos intelectuais o pão assegurado e uma situação influente, vemos precipitar-se uma multidão de indivíduos desprovidos de qualquer sentimento socialista que não procuram senão um bom negócio. Como sempre e como em toda parte, o sucesso significa na democracia a morte do idealismo.

## CAPÍTULO III

### AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS PRODUZIDAS PELA ORGANIZAÇÃO

As novas camadas sociais que a organização joga em sua órbita imprimem ao movimento operário modificações que reunimos sob a designação bem compreensível de “aburguesamento dos partidos operários”. Esse aburguesamento é a resultante de três tipos de fenômenos completamente diferentes.

1.º – A adesão dos pequeno-burgueses aos partidos proletários – por razões de maior parte eleitorais, o partido procura o apoio da pequena burguesia. Daí resulta uma série de conseqüências que imprimem ao partido modificações mais ou menos profundas. E em primeiro lugar, o partido dos operários torna-se o partido do “povo”. Seus apelos não se dirigem mais apenas aos “irmãos operários de uniforme”, mas a “todo o povo que produz”, a “todo o povo que trabalha”, expressões essas que se aplicam a todas as camadas da sociedade, salvo os ociosos que vivem das suas rendas.

Amigos e inimigos do partido socialista insistiram em vários pronunciamentos neste fato de que as facções pequeno-burguesas tendem cada vez mais a deixar em segundo plano a facção operária propriamente dita. Durante as lutas que o partido socialista travou contra os “jovens”, no começo de 1890, a afirmação de que um deslocamento completo das forças socialistas produzira-se no partido, ao longo destes últimos anos, provocou uma verdadeira tempestade.

Essa afirmação era a expressão da verdade ou, assim como o pretendiam alguns, uma indigna “calúnia”? A questão é muito complicada para que possamos resolvê-la com algumas frases de efeito.

Por toda parte onde foi possível analisar a composição do partido socialista, quanto às classes e às profissões de seus membros, encontramos, em geral, que os elementos burgueses e pequeno-burgueses estão nele representados numa proporção que, embora sendo considerável, está longe de ser preponderante.

A estatística oficial do partido socialista italiano dá as cifras seguintes: operários da indústria 42,27%, operários agrícolas 14,99%, camponeses 6,1%,

artesãos 14,92%, empregados 3,3%, proprietários, rendatários, e diversos 4,89%, estudantes e representantes de profissões liberais 3,8%.

No que diz respeito à democracia socialista alemã, nós já mostramos, aliás, que em todas as suas seções, sem exceção, a proporção dos proletários ainda é mais elevada e oscila entre 77,4% e 74,7%. Podemos até dizer, com Biank, que se existe um partido onde predomina o elemento proletário, então é o partido socialista alemão, e isso se aplica à massa dos seus inscritos numa proporção bem maior que à sua massa eleitoral.

É, aliás, sua relativa homogeneidade social que o torna tão forte, do ponto de vista eleitoral, e lhe dá uma coesão que os outros partidos, sobretudo os de esquerda, não conhecem.

O liberalismo alemão sempre foi, pelo menos na época da unificação do império, uma mistura policromática de classes, reunidas mais por ideologias comuns do que por exigências econômicas comuns.

O socialismo, ao contrário, guarda seus materiais humanos na única classe que satisfaz as condições econômicas, sociais e numéricas, necessárias para dar à luta contra o velho mundo o maior vigor possível. Muito ingênuo é aquele que queima as pestanas para saber se é realmente o proletário, a classe dos operários assalariados, que constitui a fonte na qual se alimenta o partido socialista alemão. E essa fonte está longe de se esgotar.

É preciso, portanto, aceitar *cum grano salis* a afirmação daqueles que, como os socialistas anarquistas e os radicais burgueses, denunciam o “aburguesamento” do partido, porque constata-se nele a presença de um certo número de pequenos industriais e de pequenos comerciantes.

O aburguesamento do partido deve-se a várias causas e a principal delas consiste na metamorfose que sofrem os chefes de origem operária e, com eles, toda a atmosfera na qual se desenvolve a atividade política do partido.

2.º – A organização operária como criadora de novas camadas pequeno-burguesas – a luta de classes provoca, pela ação dos órgãos com a ajuda dos quais ela se realiza, modificações e metamorfoses sociais no próprio partido que é chamado a organizá-la e dirigi-la. Graças a ela, certos grupos de indivíduos, numericamente insignificantes, mas de uma importância qualitativa muito grande, são arrancados das profundezas da classe proletária e elevados à dignidade de burgueses.

Lá onde, como na Itália, o partido do trabalho compreende numerosos burgueses, a maior parte dos postos que esse partido poderia oferecer aos operários são ocupados por intelectuais.

Isso é diferente nos países como a Inglaterra e sobretudo como a Alemanha, onde a demanda de funcionários socialistas corresponde a uma oferta considerável por parte dos próprios operários. Nesses países, a direção do partido encontra-se principalmente nas mãos dos operários. Por isso o ingresso na sua hierarquia torna-se o objeto da ambição do proletário.

Os chefes proletários do partido e dos sindicatos são um produto indireto da grande indústria.

No auge da era capitalista, certos operários, mais inteligentes e mais ambiciosos que os outros, conseguiram, graças a um trabalho feroz e aproveitando circunstâncias favoráveis, elevar-se à situação de empresários. Mas atualmente, visto a acumulação de empresas e de riquezas e o custo elevado da produção, tal transformação não se observa mais senão em certos partidos das duas Américas (é o que explica, aliás, a extensão tão insignificante do movimento socialista nesses países).

Na Europa, onde não existem mais domínios virgens a explorar, o *self-made man* tornou-se uma figura pré-histórica. Por isso é natural que operários astutos aspirem encontrar uma compensação para o paraíso perdido dos seus sonhos. Numerosos são hoje os operários cujas forças e aptidões não encontram aplicação no estreito círculo de suas ocupações profissionais, com freqüência desprovidas de qualquer interesse e não exigindo senão um trabalho puramente mecânico. Ora, na maioria das vezes é no movimento operário moderno que os indivíduos em questão procuram e encontram a oportunidade, que a indústria lhes recusa, de melhorar sua situação.

Um partido tão gigantesco e tão magnificamente organizado como o partido socialista alemão precisa, para seu funcionamento e sua conservação, de um pessoal igualmente gigantesco: redatores, secretários, contadores, bibliotecários e uma série de outros empregos de todo gênero. Ora, para prover todos esses cargos, o partido socialista alemão não dispõe, como nós já vimos e pelas razões já indicadas, senão de um número muito restrito de desertores burgueses. Isso explica porque a maior parte dos cargos são ocupados por homens pertencentes à classe operária que, com zelo e estudo, souberam ganhar a confiança de seus camaradas.

Podemos dizer, portanto, que existe uma elite operária que, depois de uma seleção natural operada no seio do partido socialista, chega a exercer funções diametralmente opostas às suas funções ou ocupações habituais. Para servir-nos de uma expressão que, apesar da falta de precisão científica, não é menos fácil de ser compreendida na sua grosseira evidência, diremos que os indivíduos que compõem essa elite abandonam o trabalho natural pelo trabalho intelectual.

Essa mudança implica, para os indivíduos que a sofreram, vantagens consideráveis, mesmo se fizermos abstração da que, de importância incontestável, o próprio trabalho intelectual apresenta.

O operário que se tornou funcionário do partido socialista não é mais mão-de-obra assalariada, colocado numa dependência pessoal, rigorosa e puramente mercenária em relação ao empresário ou ao seu representante na fábrica; ele é um homem livre, encarregado de um trabalho intelectual por conta de uma empresa impessoal.

Mais do que isso: ele está ligado a essa empresa, não somente pelos seus interesses materiais mais fortes, mas também pelos sólidos laços de solidariedade na luta. E, não obstante algumas exceções suscetíveis de induzir o leigo ao erro, ele é tratado de uma forma mais humana do que por qualquer outro empresário particular.

Em relação ao partido, o empregado não é um simples assalariado, mas sobretudo um associado participante nos benefícios; e aqui é preciso deixar bem claro que não se trata de benefícios materiais, mas sim de vantagens de natureza (*sic venia verbo!*) puramente ideais.

O tipo de vida reservada aos funcionários do partido está longe de ser tão agradável quanto poderíamos imaginar. A esse propósito, não podemos repetir aqui senão o que já dissemos anteriormente: em troca do pão de cada dia que o partido assegura aos seus empregados e que não ultrapassa senão muito raramente a medida certa, estes têm que fornecer uma soma de trabalho enorme que arruína prematuramente sua saúde.

Mas, seja como for, o antigo operário tem meios suficientes para viver com dignidade e num conforto relativo. Como empregado de salário fixo, ele leva uma vida que, apesar de lhe impor muita agitação exterior, lhe assegura mais tranquilidade interior do que a vida do operário assalariado. Se ele for preso, o partido provê suas necessidades e a dos seus; e, quanto mais ele é perseguido, mais chances ele tem de conseguir uma rápida ascensão na sua carreira de funcionário socialista, com todas as vantagens que tem direito.

O número dos chefes remunerados aumenta rapidamente tanto nos sindicatos como nos diferentes partidos socialistas.

Os empregados nomeados em 1840 pelo sindicato dos metalúrgicos ingleses foram os primeiros chefes do movimento operário europeu que tiveram uma situação estável e um ordenado mensal. Atualmente as organizações sindicais do Reino Unido contam com mais de mil empregados.

Na Alemanha, os funcionários dos sindicatos operários eram em 1898 em número de 104; em 1904 eles já eram 677, dos quais 100 metalúrgicos e 70 maçons.

Esse rápido crescimento não está relacionado apenas com a extensão dos sindicatos; ele se deve sobretudo aos progressos realizados na organização das instituições de assistência. Não houve, por assim dizer, nenhuma assembleia geral realizada pelos conselhos centrais das diferentes federações onde não se tenha discutido e deliberado a questão do engajamento de novos funcionários, medida essa que se tornou necessária pela diferenciação cada vez maior das funções sindicais.

A mesma tendência manifesta-se também, de alguns anos para cá, na democracia socialista alemã. Segundo o relatório da direção do partido para o ano de 1909, todas as organizações de distrito, salvo algumas de pouca importância, empregam hoje em dia secretários remunerados. O número de secretários de distrito é de 43, o dos secretários de colégio aumentou de 41 para 62 no espaço de um ano. Na sociedade de seguro mútuo fundada pelos funcionários do partido socialista e dos sindicatos, o número dos membros está em contínuo crescimento: era de 433 em 1902, de 1.095 em 1905, de 1.871 em 1907 e de 2.474 em 1909. Isso também se aplica para os funcionários que não fazem parte dessa sociedade.

Ao abandonar o trabalho manual pelo trabalho intelectual, o operário sofre ainda uma outra transformação que afeta toda sua existência. Ele sai pouco a pouco do proletariado para elevar-se à condição de pequeno-burguês.

No começo, nós já vimos, não se trata senão de uma mudança de sua situação profissional e econômica: os ordenados pagos pelo partido, por modestos que sejam, não deixam de ser sensivelmente superiores ao salário médio que o operário ganhava antes de ingressar na democracia-socialista e suficientes para proporcionar uma vida de pequeno-burguês. Durante o congresso socialista alemão, Wilhelm Liebknecht lançou à multidão comandada pelos outros chefes, seus camaradas de partido, a apóstrofe seguinte: "Vocês que estão reunidos aqui, são, do ponto de vista financeiro, aristocratas entre os operários. O que vocês ganham representa os ganhos de Creso para a população operária de L'Erzgebirge ou para os tecelões da Silésia".

Sem fazer dele um capitalista propriamente falando, a carreira de funcionário eleva o operário acima da sua classe de origem, de onde vem na Alemanha a designação sociologicamente exata de *gehobene arbeitenexistenz* (existência operária de nível elevado). O próprio Karl Marx não hesitou em dividir os operários em *hoherklassige* (operários de uma classe superior, "operários intelectuais") e *arbeiter* (operários propriamente ditos, operários autênticos).

Assim, como ainda mostraremos mais tarde com detalhes, o operário de antanho torna-se um ex-operário e, conforme o caso, um pequeno-burguês ou mesmo um burguês.

Mas além dessa metamorfose, ele sofre ainda, apesar do seu contato freqüente com as grandes massas operárias, uma profunda transformação psicológica. O operário, que ocupa doravante um nível social mais elevado, não terá sempre forças para resistir às seduções do novo meio no qual ele se encontra transplantado e sua educação política e social não bastará sempre para subtraí-lo das influências desse novo meio.

Não foi outro senão o próprio August Bebel que chamou em diversos pronunciamentos a atenção do partido sobre os perigos que os chefes fazem correr à unidade de seu pensamento e à sua pureza de classe. “Os empregados proletários do partido, dizia ele, são pessoas que chegaram ao ponto de ver sua situação pessoal estabelecida de uma forma praticamente definitiva.”

Examinada de mais perto, essa circunstância adquire uma importância social à qual ainda não demos, *ni intra ni extra muros*, toda a atenção que ela merece. O movimento operário tem para a classe operária alemã uma importância análoga à da igreja católica para certas frações da pequena-burguesia e da população rural. Tanto um como a outra servem aos elementos mais inteligentes dessas respectivas classes de alavanca para sua ascensão social.

Na igreja o filho de camponês consegue, com freqüência, subir alguns degraus da escala social cujos equivalentes em todas as outras profissões liberais são monopólio de pessoas com títulos ou pelo menos da rica aristocracia. Não se encontra filhos de agricultores entre os comandantes de corpos de exército ou entre os prefeitos, mas encontra-se muitos entre os bispos. A própria sede pontifícia está atualmente ocupada por um filho de camponeses. Ora, o que a igreja oferece aos camponeses e aos pequeno-burgueses, isto é, um meio relativamente fácil de ascensão social, o partido socialista também oferece aos operários inteligentes.

Como fonte de transformações sociais, o partido socialista apresenta afinidades com uma outra instituição ainda, à qual pode ser comparada sob muitos aspectos: com a organização militar prussiana. O filho de família burguesa, que entra no exército permanente, torna-se, ele também, estranho à sua classe de origem. Se ele consegue chegar a um grau superior, seu imperador lhe concede até mesmo um título nobre. De qualquer forma, ele se “aburguesa”, por assim dizer, e adota os costumes e as opiniões do seu novo meio feudal.

Certamente, os oficiais não fazem senão seguir a tendência da “fidalguia” que arrasta toda a burguesia, mas neles esse processo se realiza com rapidez e com plena consciência das conseqüências que dele decorrem. Todos os anos são vistas

de  
ou  
  
nte  
O  
as  
ua  
se

várias centenas de filhos da grande e mesmo da média burguesia abraçar a carreira de oficial, com o único desejo de elevar sua situação e adquirir mais reconhecimento social. No partido socialista, a metamorfose social do indivíduo se realiza, com freqüência, por necessidade sem que a vontade do próprio indivíduo participe dela. Mas o efeito é o mesmo.

É assim que o partido socialista age sobre certas camadas da classe operária na forma de uma máquina elevatória. E quanto mais ele se expande e complica seu mecanismo burocrático, mais numerosos são os que ele eleva de sua situação social primitiva.

is  
r  
s  
a

Ao partido socialista coube a tarefa involuntária de afastar do proletariado alguns de seus elementos mais capazes e mais perspicazes. Ora, segundo o conceito materialista da história, a metamorfose social e econômica arrasta pouco a pouco a uma metamorfose ideológica. Por isso em muitos ex-operários o “aburguesamento” opera-se muito rapidamente.

Certamente, numerosos são ainda os operários que, apesar de terem atingido uma situação econômica e social mais elevada, não permanecem durante toda sua vida profundamente ligados à causa socialista. Mas nesse caso o operário é, a exemplo do burguês, um “ideólogo”, pois sua mentalidade não se ajusta com o lugar que ele ocupa na sociedade.

Em outros casos, a metamorfose psicológica da qual falamos tornou-se simplesmente impossível, porque estava-se diante de uma mentalidade socialista tenaz e vigorosa, transmitida hereditariamente: depois do pai, vemos seus filhos e os filhos dos seus filhos, continuarem lutando *toto corde* nas fileiras do partido operário, apesar da situação elevada que ocupam no partido. Mas a lógica e a experiência nos ensinam que esses são fatos sobretudo raros. O que se vê na maioria das vezes é que o único laço que ligava o pai à classe operária, a saber a fé no dogma político-social do socialismo, se relaxa no filho até ceder o lugar à indiferença absoluta, e por vezes à franca hostilidade.

É por isso que o proletariado tem seus desertores, como a burguesia tem os seus. As famílias operárias, que o proletariado extrai do seu seio e às quais ele assegura uma situação superior, na esperança de tornar assim mais eficaz a luta contra a burguesia, terminam se unindo a esta última, na maioria das vezes a partir da segunda geração.

Produz-se, desse modo, uma mudança social entre a classe que representa o capital e a que representa o trabalho.

Mas é preciso dizer apenas que essas mudanças, parecidas com as ondas que não afetam senão a superfície de um espelho d'água, não são de natureza a

atenuar, e menos ainda eliminar os antagonismos profundos que existem entre a burguesia e o proletariado. De um lado como de outro, essas mudanças não atingem senão minorias ínfimas. É verdade, entretanto, e é nisso que reside a importância sociológica do processo que analisamos, de que essas minorias são as mais influentes, pois estão compostas de *self-made leaders*.

3.º – A “defesa patronal” como criadora de novas camadas pequeno-burguesas – o “aburguesamento” de certas categorias de operários não é somente favorecido pelo aparelho burocrático do partido, das organizações sindicais e das cooperativas de consumo. Ainda tem como causa o que se convencionou chamar de a “defesa patronal”.

Nas épocas de crise, quando as organizações ainda estão fracas e perseguidas, como foi o caso da Alemanha no tempo da lei contra os socialistas, numerosos proletários encontram-se jogados na rua, seja por causa da sua fidelidade passiva para com o partido ou para com o sindicato, seja por causa da sua atitude francamente socialista e “subversiva”.

Levados pela necessidade de ganhar o pão, essas vítimas de represálias patronais não têm outro recurso senão tornarem-se independentes; renunciando ao seu antigo trabalho, eles levantam uma barraca onde vendem uma mercadoria qualquer – legumes, papel, especiarias, tabaco –, se transformam em vendedores ambulantes, se tornam hospedeiros, donos de café, etc.

Na maioria das vezes, seus antigos irmãos de classe os sustentam com uma solidariedade admirável. Eles se comprometem a não deixar seus antigos camaradas de luta em aperto e os ajudam a viver concedendo-lhes sua clientela. Por isso acontece que muitos desses novos pequeno-burgueses conseguem se aproximar definitivamente das classes médias da sociedade e se infiltrar no seu meio.

Além dessas vítimas da defesa patronal, isto é, da luta pela emancipação proletária, existem bastantes operários que se afastam de sua classe, não tanto por necessidade mas por amor ao negócio e pelo desejo de mudar ou de melhorar sua situação.

Como *summa summarum* desse estado de coisas, formou-se um verdadeiro exército de ex-proletários, hoje pequeno-burgueses e pequenos comerciantes, que pretendem, em nome de um direito moral superior, que os camaradas devem sustentá-los com suas compras. O tipo de vida desses pequenos comerciantes se reduz, com freqüência, apesar da sua boa vontade e a despeito de seus esforços, a uma espécie de parasitismo social, sendo que a insignificância dos capitais que dispõem os obrigam a oferecer aos consumidores, isto é, aos operários organizados, mercadorias tão ruins quanto caras.

Mais importante ainda é o papel que desempenham no socialismo alemão aqueles que são chamados de *parteibudiger*, isto é, os camaradas hospedeiros. Na época das leis contra os socialistas, eles tinham que desempenhar uma missão política de uma importância incontestável. Em muitas pequenas cidades, os hospedeiros filiados ao partido exercem ainda hoje funções múltiplas e praticamente indispensáveis: é nos seus estabelecimentos que se reúne o comitê executivo local, é lá que os operários se reencontram para conversar, para ler seus jornais, etc. Podemos dizer, em suma, que eles são os instrumentos necessários da luta socialista local.

Mas nos centros mais importantes, eles se tornam, com seus estabelecimentos anti-higiênicos, uma verdadeira ferida para o partido. Além disso acrescenta-se ainda que a luta brutal pela existência leva esses elementos pequeno-burgueses a exercer sobre a organização socialista a pressão mais indelicada possível. E como eles desfrutam junto aos camaradas de uma influência que está longe de ser desprezível, o partido é obrigado a contar com essa pressão. Na maior parte dos casos, esta se manifesta sob uma forma nitidamente prejudicial aos interesses do proletariado.

As tentativas feitas na Alemanha, sobretudo depois de 1890, para encorajar os operários a fugir das tocas insalubres dos velhos albergues e freqüentar as grandes cervejarias novas, de salas arejadas, provocaram, e não poderia ser de outra maneira, por parte dos taberneiros socialistas uma "oposição enorme". Os vendedores de álcool, membros do partido, opuseram-se, durante muitos anos, com bastante energia à fundação de casas do povo: apesar da simpatia teórica que eles pudessem ter por essas instituições, eles temiam a concorrência prejudicial a seus interesses particulares que elas poderiam lhe causar.

Na maioria dos casos, essa oposição teria permanecido sem efeito. Mas nós conhecemos ainda hoje cidades de 20.000 a 30.000 habitantes onde a existência de um *parteikneipe*, que apesar do seu nome, constitui a propriedade privada de um membro do partido, é a única causa que impediu até agora a organização operária local de fundar uma "casa do povo".

Mas as cervejarias ditas socialistas aparecem, por uma outra razão ainda, como uma verdadeira calamidade para o partido: elas opõem, notadamente, um obstáculo dos mais poderosos ao movimento antialcoólico que tanto se expandiu durante esses últimos anos manifestando-se pela constituição de sociedades de sobriedade.

Não é segredo para ninguém, nas esferas socialistas, que muito tempo antes do Congresso de Iéna (1907) o partido teria se pronunciado abertamente contra o alcoolismo e teria, em seguida, aplicado com mais rigor as decisões desse Congresso, se seus dirigentes não tivessem sido detidos pelo temor de lesar, pelas

medidas recomendadas e até mesmo pela simples propaganda antialcoólica, os interesses de uma categoria influente de pequenos comerciantes filiados ao partido.

Naturalmente é impossível determinar, a não ser aproximadamente, o número de indivíduos que, depois das lutas travadas pela classe operária e das represálias políticas usadas pelos patrões, se tornaram “pequeno-burgueses” independentes. São particularmente os vendedores de cigarros, os merceeiros, etc., que escapam a todo recenseamento estatístico. Os únicos dados mais ou menos certos que nós possuímos dizem respeito aos hospedeiros.

É por isso que em 1892 eles figuravam, na facção socialista parlamentar, em número de 4 (entre 35 membros = 11,4%), em 1903 em número de 5 (entre 58 membros = 8,6%) e em 1906 em número de 6 (entre 84 membros = 7,4%).

O número de hospedeiros é igualmente elevado nas seções socialistas locais de diferentes cidades.

Em Leipzig, contávamos, em 1887, uma trintena de *parteikneipen*. Em 1900, as seções socialistas do interior de Leipzig possuíam 84 proprietários de restaurantes e cervejarias (entre 4.855 partidários = 1,7%) e as do centro de Leipzig 47. Em 1905, encontramos no centro de Leipzig 63 hospedeiros e donos de restaurantes (entre 1.681 inscritos = 3,4%), em Offenbach 76, dos quais 2 vendedores de cerveja em garrafa (entre 1.668 membros = 4,6%).

Em 1906, Munique possuía, além dos vendedores de vinho que figuram junto com os vendedores de leite, cigarros, queijos, etc., de marca especial, 369 donos de restaurantes e albergues, dos quais 4 donos de cafés (entre 6.704 partidários = 5,5%); em Francfort-sur-le-Main, em mais de 12 vendedores de cerveja em garrafa 25 são donos de restaurante e hospedeiros (entre 2.620 membros = 1%); em Marbourg 2 (entre 114 = 1,8%); em Reinickendorf-Ost, perto de Berlim, 18 (entre 303 membros = 5,9%).

Essas cifras mostram que, em certas cidades, existe um albergue para cada 20 camaradas. E, como o albergue socialista só conta praticamente com a clientela desses últimos, resulta que são esses 20 camaradas que devem fornecer à empresa todos os seus recursos financeiros.

A melhor prova da força numérica e da importância dessa categoria de membros do partido reside no fato deles terem fundado em Berlim uma associação muito forte, a “Liga berlinense dos hospedeiros e hoteleiros socialistas”.

Certamente, não se pode esquecer que essa associação deve em grande parte sua origem ao fato de que os hoteleiros socialistas, ao contrário de seus colegas

“burgueses”, têm outras tarefas a cumprir. É igualmente certo que os membros dessa associação formam uma categoria de socialistas selecionados, de uma fidelidade comprovada, tendo prestado ao partido importantes serviços nas suas campanhas e agitações políticas. Mas é inevitável que tal organização, que representa interesses de ordem econômica, crie muitas vezes embaraços, não somente aos seus concorrentes burgueses mas aos próprios socialistas, e tenda a formar um partido dentro do partido.

Para concluir, diremos que a pequena-burguesia de origem proletária, embora suas condições de existência não sejam notadamente superiores àquelas das camadas de onde ela saiu, forma sob mais de um aspecto, em virtude dos interesses particulares que representa, um grave obstáculo à marcha das falanges operárias. E novamente não colocamos em exame a marca profundamente pequeno-burguesa (conseqüência do novo lugar que ela ocupa no processo econômico) que ela imprime ao partido do ponto de vista mental.

## CAPÍTULO IV

### A NECESSIDADE DE DIFERENCIAÇÃO NA CLASSE OPERÁRIA

Todo membro da classe operária aspira elevar-se a uma classe superior que lhe garanta uma existência melhor e mais longa. Elevar-se até a pequena-burguesia: esse é o ideal individual do operário. Não mais do que a burguesia, as multidões operárias que compõem o partido socialista não representam uma massa cinza, uniforme, compacta. Essa constatação, aliás, nada acrescenta ao fato de que, vivendo apenas de seu trabalho e imbuídos dos princípios de organização socialista, os trabalhadores sentem-se, teoricamente pelo menos, unidos em face dos possuidores dos instrumentos de produção e da força que esses possuidores dispõem no Estado.

Existe junto às massas operárias uma necessidade de diferenciação que escapa facilmente às pessoas que não se encontram em contato permanente com elas. O tipo de trabalho, o nível dos salários, as diferenças de raça e de clima produzem numerosas nuances, tanto na forma de viver como nas vontades dos operários. A partir de 1860, pode-se dizer: “Entre operários, há categorias e uma classificação aristocrata: os impressores tomam a frente, os trapeiros, os que retiram os excrementos das fossas, os encarregados da limpeza dos esgotos completam a marcha” (E. About). Entre o tipógrafo e o jornalista do mesmo país existe, do ponto de vista da cultura, da situação social e econômica, diferenças mais pronunciadas do que entre o tipógrafo de um país e, por exemplo, o pequeno industrial de outro.

A separação entre as diferentes categorias operárias se manifesta nitidamente até no movimento sindical.

Nós sabemos, na verdade, que a política seguida, por exemplo, pelas federações tipográficas da Alemanha, da França e da Itália difere daquela seguida pelas outras federações e mesmo daquela do partido socialista: ela desvia notadamente para a direita, no sentido de que ela é mais oportunista e mais transigente.

Na Alemanha, a federação tipográfica tem como presidente um *rexhäuser*; na

França, um *keufer*. Os lapidadores de diamante da Bélgica e da Holanda apresentam as mesmas tendências associalistas, aproletárias, particularistas.

Os elementos aristocráticos da classe operária, aqueles que, sendo mais bem pagos, se aproximam mais da burguesia, querem seguir uma tática própria. A história operária, inclusive, está cheia de exemplos que mostram certas categorias ou facções proletárias afastando-se, em certas ocasiões e sob o impulso de seus interesses particulares, do grosso do exército e unindo-se à burguesia.

É por isso que os operários dos arsenais não são afetuosos, em geral, com seus camaradas antimilitaristas.

No Congresso do *Independant Labour Party*, realizado em Londres em 1910, o representante dos operários do importantíssimo arsenal de Woolwich insurgiu-se com violência contra os delegados operários que queriam votar uma resolução a favor da diminuição dos armamentos e da arbitragem internacional obrigatória, e o insucesso que obteve em Veneza a greve geral de protesto contra a guerra da Tripolitânia deve-se, também, à atitude hostil de uma parte dos operários dos arsenais.

O próprio fato da folga de trabalho no dia 1.º de maio ser apenas parcial, permite dividir os operários em duas categorias: aqueles que, graças às melhores condições de vida e às outras circunstâncias favoráveis, podem "dar-se ao luxo" de festejar o 1.º de maio, e aqueles que a miséria e o infortúnio obrigam a trabalhar.

Essa necessidade de diferenciação manifesta-se ainda mais nitidamente quando se considera grupos operários mais amplos.

Certamente, a diferença entre *skilled* e *unskilled* é, no início, de natureza puramente econômica e se exprime na diversidade das condições de trabalho. Mas, com o tempo, essa distinção econômica transforma-se numa verdadeira distinção de classe.

Os operários instruídos e mais bem-remunerados se mantêm à distância, mesmo do ponto de vista social, dos operários sem instrução e mal pagos. Aqueles estão organizados em sindicatos, estes são operários isolados. E as violentas lutas econômicas e sociais que travam uns contra os outros representam um dos fenômenos mais interessantes da história social moderna.

Os organizados exigem dos não-organizados a mais estrita solidariedade e lhes recusam, todas as vezes que estão em conflito com os empregados, o direito ao trabalho. Quando sua pretensão não recebe satisfação imediata, eles os insultam, colocando-lhes apelidos que doravante passam a receber o direito à cidadania na ciência. Na França, do tempo de Louis-Philippe, eles eram chamados de

*bourmont e ragusa*; atualmente, são chamados: na Alemanha, os “furadores de greve”; na Itália, *kroumirs*; na Inglaterra, *blacklegs* (pernas pretas); na América, *scabs*; no município industrial da Bélgica, “pernas de chefe”; na França, “amarelos”, “raposas”, “beduínos”; na Holanda, *onder-ruipers*, etc.

Não há dúvida de que as queixas que os organizados fazem contra os não-organizados são em grande parte justificadas. Mas é absolutamente certo que esses, socialistas e patrões, que querem explicar com razões de ordem moral a luta que travam essas duas categorias de operários, passam ao lado da questão.

Trata-se aí, simplesmente, de uma luta entre operários bem pagos e as camadas mais pobres do proletariado que ainda não estão suficientemente maduras economicamente para nivelar-se com os patrões e reivindicar um aumento de salário. Ouve-se, até mesmo com freqüência, os operários mais miseráveis, conscientes de sua inferioridade, declarar que os salários já são suficientemente elevados, enquanto seus companheiros mais bem pagos qualificam os próprios salários de salários de fome.

Uma das mulheres mais incansáveis entre as socialistas francesas diz com razão: “Ficamos quase tentados a desculpar as traições desses suplantadores, quando vimos, com os próprios olhos, todo o lado trágico do problema dos desempregados na Inglaterra. Nos grandes portos do sul e do oeste são vistos enfileirados, ao longo do muro de um cais, milhares e milhares de esfomeados de aparência pálida, tiritantes, que esperam para conseguir uma vaga como descarregadores. Só algumas dezenas conseguem. Quando as portas se abrem, é uma correria terrível, uma verdadeira batalha. Recentemente, um desses homens, prensado pelos lados, morreu esmagado na confusão” (Mne. Sourgue).

Os organizados, por seu lado, não se acham de nenhum modo obrigados a ser solidários com os não-organizados, mesmo no caso de miséria comum, de desemprego. As bolsas de trabalho alemãs exigem muitas vezes que os subsídios que lhes são concedidos, dos cofres públicos, por algumas cidades grandes para a luta contra o desemprego (sistema dito de Strasbourg), sejam distribuídos exclusivamente aos operários organizados, sendo que os outros não são dignos, segundo eles, de nenhum auxílio.

Mas os operários mais afortunados não se contentam em perseguir, por todos os meios possíveis, seus camaradas menos afortunados e cujas modestas pretensões ameaçam suas vantagens econômicas. Eles vão mais longe ainda e tendem a se afastar completamente dos mesmos. A marca federal constitui, com freqüência, um símbolo de nobreza que distingue seu possuidor da plebe.

Isso acontece com freqüência, mesmo quando os não-organizados pedem para se unir aos organizados.

Em quase todas as grandes uniões anglo-saxônicas, constata-se essa tendência ao corporativismo, à formação de aristocracias operárias acentuadas. Os sindicatos, que se tornaram grandes e ricos, não procuram mais ampliar seus quadros pelo recrutamento de novos membros. Eles tornam, ao contrário, as condições de admissão cada vez mais difíceis, estabelecendo, por exemplo, uma taxa de ingresso muito elevada, exigindo a apresentação de um certificado de aprendizagem profissional regular, etc.

Com essas medidas, que também representam obstáculos à sua própria expansão, eles pretendem isolar-se, tanto quanto possível, do resto da massa operária e obter privilégios dos quais só eles se beneficiem.

Esse mesmo egoísmo profissional provoca, sobretudo entre os operários americanos e australianos, a xenofobia que se exprime pela pretensão de eliminar a mão-de-obra estrangeira através de medidas legais tais como a restrição da imigração, etc. Os sindicatos operários seguem então uma política francamente “nacionalista” e, para afastar os “não desejáveis”, eles não hesitam em recorrer ao “Estado da classe”: eles exercem sobre o governo de seu país uma pressão que pode colocá-lo a dois dedos de uma guerra com o país estrangeiro importador de mão-de-obra.

Observa-se igualmente na Europa, embora num grau menor, a formação, no seio do movimento operário, de pequenos grupos fechados e “panelinhas” (e é nisso que consiste a tendência à oligarquia) em oposição direta com os princípios teóricos do socialismo.

É por isso que os operários do arsenal de Nápoles, exigindo do governo que “um terço dos operários a substituir fosse tirado entre os filhos dos atuais operários que aprenderam o trabalho paterno”, não são nem tão estranhos ao nosso mundo nem tão atrasados quanto pensávamos à primeira vista.

Como diz, com muita razão, M. de La Grasserie, “a luta de classes tem por objetivo elevar a classe inferior ao nível da superior, e é por isso que as revoluções vencem com freqüência, não para democratizar os eugênicos, mas para eugenisar os democratas”.

A própria política das reformas sociais, que encontra na legislação operária sua mais clara expressão, não traz as mesmas vantagens a todas as facções da classe operária.

A mesma lei, essa que eleva, por exemplo, a idade mínima para a admissão dos menores nas fábricas, terá efeitos variáveis de uma facção para a outra, segundo a força que dispõem as organizações, segundo o nível dos salários, segundo as condições do mercado de trabalho nos diferentes ramos da indústria e da agricultura.

Por isso esses efeitos traduzir-se-ão, para certas categorias, por uma depressão passageira, para outras, por uma elevação permanente. Resultará daí uma maior acentuação da estrutura em escala que o proletariado já apresenta pelo fato da diferenciação nacional, local e técnica.

É assim que se desenha, no seio da classe operária moderna, uma segmentação nova. Nos flancos do quarto Estado se inquieta já o quinto. E daí decorre para o socialismo um perigo dos mais graves: a formação de uma aristocracia operária, relativamente pouco numerosa, que se tornará pouco a pouco estranha a esta ardente aspiração revolucionária, nascida de privações e de sofrimentos, num sistema social totalmente diferente do sistema atual.

Sem se despojar desse sentimento essencialmente humano que é a instabilidade e do qual os próprios milionários não chegam a se desfazer, essa aristocracia operária não deixará de se declarar pessoalmente contente e satisfeita pelo seu destino. E a classe operária encontrar-se-á, por esse fato, cortada em duas partes desiguais, sujeitas a flutuações incessantes.

## CAPÍTULO V

### OS CHEFES OPERÁRIOS DE ORIGEM PROLETÁRIA

Como e por quem devem ser guiadas as massas operárias que lutam pela sua emancipação econômica e social?

Essa pergunta, que pessoas refletidas não cessaram de se fazer desde o início do movimento proletário moderno, recebeu soluções tão numerosas quanto variadas. De todas essas soluções, nós só nos ocuparemos aqui daquela que visa de confiar a direção do movimento unicamente a operários, excluindo os intelectuais. Ela se apóia em alguns conceitos socialistas de ordem geral, subentendidos ou mutilados, ou interpretados de uma forma rígida, como, por exemplo, o princípio enunciado no primeiro Congresso da Internacional em Genebra, em 1866, de que a emancipação dos operários deve ser obra dos próprios operários.

Os chefes oriundos da massa, os partidários dessa solução, estão mais próximos dela pela forma de sentir e pensar, estão mais aptos para compreendê-la, pois sentem as mesmas necessidades, e estão animados pelos mesmos desejos que ela. Existe, certamente, muito de verdadeiro nessa última afirmação, mas seria tirar uma conclusão muito absoluta pretender que, uma vez chefe, o operário guardará intacta a mentalidade que tinha quando combatia nas fileiras como simples soldado.

O ponto central da teoria sindicalista consiste na ação direta do sindicato operário, libertado da tutela de chefes socialistas de origem burguesa, responsável por si mesmo e auto-suficiente. Ação direta significa: ação do proletariado, sem a participação de uma representação (indireta) no Parlamento. Ela é exaltada como a apoteose da autonomia proletária. Ela repousa sobre a energia, a iniciativa, a coragem individual dos trabalhadores. Um exército de franco-atiradores, livre do impotente Estado-maior de burocratas socialistas, moles e rotineiros, um exército dono de seus movimentos, autônomo e soberano: assim deve ser, segundo a concepção sindicalista, o proletariado organizado.

Mas se passamos do lirismo para a prosa, percebemos que, abstração feita à diferença de tática, é principalmente por causa de suas idéias relativas à natureza e

à origem do pessoal dirigente que o sindicalismo difere da democracia socialista. A organização sindicalista é dirigida por indivíduos que são operários.

E os sindicalistas pretendem, não sem temeridade, que o movimento operário deve tirar as maiores vantagens, pois um chefe operário não pode agir de outro modo senão em plena conformidade com os interesses, os desejos e as aspirações dos seus camaradas. Os operários que dirigem os negócios seriam, tanto do ponto de vista intelectual como do ponto de vista moral, somente operários selecionados. O chefe operário de origem proletária aparece, nessa concepção, como o Messias salvador, destinado a curar a organização proletária de todos os males que ela sofre; ele é considerado, finalmente, como o melhor dos possíveis chefes.

É preciso dizer apenas, que seria alimentar uma ilusão acreditar que, confiando a homens da sua própria classe, o proletariado dirigirá seus interesses mais diretamente do que confiando-os a advogados ou a médicos. Tanto num caso como no outro, ele os dirige através de pessoas interpostas.

No movimento operário, como vimos, o chefe encontra-se na impossibilidade absoluta de permanecer fiel ao seu antigo trabalho manual. No mesmo momento em que um sindicato encarrega um camarada da fábrica para administrar regularmente e mediante uma remuneração determinada os interesses da coletividade, ele o tira, sem perceber, da sua classe, para colocá-lo numa classe nova: a dos empregados. O chefe operário do proletariado cessa imediatamente de ser operário, e isso, não somente no sentido técnico, profissional da palavra, mas também na sua acepção psicológica e econômica: ele se torna um intermediário, na mesma condição que seu colega, o advogado ou o médico.

Em outras palavras: na sua condição de delegado ou de representante, o chefe de origem proletária está sujeito às mesmas tendências oligárquicas encontradas no desertor burguês, que se tornou *leader* operário. O operário de antigamente é doravante um "desclassificado".

Pretendia-se que o fato de servir de tampão entre os patrões e os operários desenvolveu entre os chefes de sindicato qualidades excelentes e preciosas: habilidade e escrupulosidade, paciência e energia, firmeza de caráter e probidade pessoal.

Chegou-se até a exaltar sua castidade e a atribuir-lhes essa ausência de necessidades sexuais que, conforme acreditava Guglielmo Ferrero, caracterizaria todos aqueles que têm uma noção rígida de seus deveres. Cria-se uma oposição desejada entre os chefes sindicais e esses Rabagas indiscretos do revolucionarismo verbal que são encontrados entre os chefes socialistas, e atribui-se aos primeiros o sentido político que se recusa aos últimos, a saber a aptidão de dar um jeito na imensa complexidade da vida econômica e social, e a exata visão do que é, em cada caso determinado, politicamente realizável.

Existe um exagero patente em todas essas afirmações. Os meios burgueses estão muito contentes em ver os organizadores operários se submeterem à ação exclusivamente prática através da qual esperam a derrota do socialismo revolucionário. Tudo o que podemos dizer é que os chefes das associações profissionais, abstração feita aos de tendência sindicalista, representam um tipo que, sob vários aspectos, se diferencia notavelmente do chefe socialista.

Mas o próprio tipo de chefe sindical varia muito, dependendo da fase em que se encontra o movimento profissional. É por isso que para dirigir uma organização pobre, servindo principalmente de instrumento de propaganda e de greve, é preciso outras qualidades do que para dirigir um sindicato ricamente provido de instituições de assistência, perseguindo principalmente resultados práticos.

No primeiro caso, é preciso sobretudo entusiasmo e talento de pregador. O trabalho do organizador se confunde com a vocação rebelde e de apóstolo. E, segundo alguns, todas essas qualidades se conciliam muito bem, sobretudo no início do movimento proletário, com a mais completa ignorância. Durante esse período, a propaganda toma, sobretudo, um caráter romântico e sentimental, sendo seu objetivo mais de ordem moral do que material.

Mas isso é diferente num período mais avançado. A grande complexidade das tarefas que são incumbidas agora aos sindicatos e a grande importância que adquirem na sua vida as questões financeira, técnica e administrativa, exigem que o agricultor ceda o lugar ao empregado que tenha conhecimentos especiais. O caixeiro viajante da luta de classes é substituído, assim, pelo burocrata rígido e prosaico, o ardente idealista pelo frio materialista, o democrata de convicções inabaláveis (em teoria pelo menos) pelo autocrata consciente. A atividade oratória recua, por sua vez, diante da atividade administrativa que passa a adquirir uma importância de primeira ordem.

Por isso a forma como os chefes dirigem o movimento é, nesse novo período, menos brilhante e barulhenta, mas em compensação mais sólida, porque fundada sobre uma competência prática mais segura.

A partir desse momento os chefes se diferenciam da massa, não somente por suas qualidades de pessoas que possuem nas questões profissionais o golpe de vista e a rotina: eles estão ainda separados dela pela barreira dos estatutos que os governam e através dos quais eles governam a massa. Os estatutos da Federação Metalúrgica alemã contêm 47 páginas impressas divididas em 39 capítulos dos quais cada um se compõe, por sua vez, de 10 a 12 títulos. Qual é o operário que não se perderia num labirinto semelhante?

O funcionário sindical moderno, sobretudo se ele se encontra à frente de uma federação, deve possuir noções precisas sobre um ramo determinado da indústria

e saber pesar, a todo instante, as forças respectivas da sua própria organização e da do adversário. Ele deve estar ao par tanto da parte técnica como da parte econômica da indústria: custo de fabricação das mercadorias produzidas no ramo em questão, proveniência e preço das matérias-primas, situação geral do mercado, nível dos salários e condições de vida da classe operária conforme as regiões. Exige-se, além disso, que ele tenha ao mesmo tempo um gênio estrategista e um gênio diplomático.

Mas as boas qualidades profissionais do chefe operário nem sempre são compatíveis com o regime democrático. Elas chegam a estar, com frequência, em oposição com as condições desse regime.

É geralmente no ex-operário que a ambição do poder adquire maior intensidade. Apenas libertado das correntes que faziam dele um operário assalariado e um servo do capital, ele está menos disposto que qualquer um a se impor novas correntes, tornando-se subordinado da massa. Ele procura, ao contrário, aproveitar bastante a sua liberdade. E às vezes ele abusa dela.

A experiência nos mostra que em quase todos os países o chefe operário de origem proletária é caprichoso e despótico. Ele suporta contra sua vontade as contradições de seus camaradas. Isso se deve, sem dúvida, também ao seu caráter de novo-rico. Sabemos, na verdade, que o novo-rico zela invejosamente pela manutenção da sua recentíssima autoridade e vê em toda crítica que lhe é dirigida uma tentativa de humilhá-lo e de diminuí-lo, uma alusão intencionalmente maligna ao seu passado. Da mesma maneira como o judeu convertido não gosta que lhe lembrem a sua raça de origem, o chefe operário oriundo do proletariado não gosta que se faça alusão ao seu estado de dependência e à sua qualidade de empregado.

É preciso não esquecer, além disso, que, como todos os *self-made men*, o chefe de sindicato é de uma vaidade extraordinária. Incapaz de compreender, ele não deixa de se admirar pela sua obra e pela de seus colegas. E esse sério conhecimento técnico da vida operária, dos quais os chefes de sindicatos tiram tanta vaidade, é, entretanto, pelo menos entre a maioria deles, exclusivo de qualquer cultura geral, de qualquer concepção filosófica. Esses conhecimentos também não os impedem de ser acessíveis aos avanços mais ou menos desinteressados dos burgueses ou de outras pessoas bem colocadas.

Eis, por exemplo, o que F. Engels escreveu da Inglaterra numa das suas cartas a Sorge: "O que existe aqui de mais revoltante, é que a *respectability* penetrou no sangue dos próprios operários. A divisão da sociedade em várias camadas hierárquicas, tendo cada uma seu próprio orgulho e um respeito inato pelos *bettors* ou *superiors*, tem raízes tão antigas e profundas que os burgueses ainda conseguem atualmente seduzir, com suas bajulações e seus elogios, os que

estão embaixo deles. Eu não sei ao certo, por exemplo, se John Burns está mais orgulhoso por contar com a benevolência do Cardeal Manning, do prefeito da cidade e da burguesia em geral ou por desfrutar de popularidade junto à sua própria classe. O próprio Tom Mann, que eu considero como o melhor de todos os chefes de origem operária, sente prazer em contar que foi convidado para uma colação na casa do prefeito da cidade”.

Na Alemanha, um dos raros operários socialistas que se aproximou de Guilherme II, não ousou exprimir suas convicções diante do Trono e acabou por contradizer os princípios fundamentais do seu partido. A história vale a pena ser contada.

Foi em 1900. Os representantes do Instituto Imperial de Seguros foram convidados ao pátio, após a inauguração do novo grande palácio desse instituto. Da delegação que devia comparecer a esse convite, fazia parte, entre outros, o estucador Buchholz, muito conhecido nos meios sindicais. Como ele estava, na sua qualidade de mais antigo combatente, condecorado com a Cruz de Ferro, Guilherme II dignou-se em lhe dirigir a palavra: “É verdade que todos os socialistas são adversários da monarquia?” perguntou o Kaiser a Buchholz, cujas opiniões políticas ele não devia ignorar. “Nem todos, sua majestade”, respondeu prontamente o interpelado.

Já existe, aliás, no seio do proletariado, uma categoria de diretores de cooperativas, de secretários de sindicatos, de homens de confiança das organizações, cuja psicologia é toda ela modelada segundo a das classes burguesas com as quais eles estão em contato.

O novo meio exerce sobre o antigo operário uma forte influência. Suas maneiras se desembruteçam, se refinam. Nas suas relações jornalísticas com pessoas de classe superior, o antigo proletário aprende a conhecer as maneiras da boa sociedade e procura assimilá-las.

Não é raro ver deputados que procuram disfarçar a mudança que se operou neles.

Os chefes socialistas, democratas cristãos, sindicais, etc., oriundos da classe operária, adoram se classificar de operários quando se dirigem às massas. É um meio de se fazer bem visto por elas e de ganhar seu afeto e sua confiança.

Na França, durante as eleições de 1848, a moda queria que todos os candidatos se proclamassem operários. Isso representava para eles não só um título de glória, mas também um título de sucesso. Vinte e um deles conseguiram se eleger graças a esse subterfúgio.

O que esse título significa, na realidade, nós podemos ver pelas listas de candidatos apresentadas pelos socialistas de hoje na França, na Itália e alhures:

vemos notadamente figurar nessas listas patrões que trabalham com ferro branco, lojistas, portanto pequeno-burgueses que escondem cuidadosamente sua condição de patrões. Já vimos até mesmo casos em que as mesmas pessoas se passam por operários nos seus apelos eleitorais dirigidos à classe operária e se classificam de patrões nos seus apelos à burguesia.

Os autênticos operários levam freqüentemente com ostentação um signo destinado a revelar seu passado. No Parlamento inglês, onde é costume usar cartola, alguns chefes operários continuam aparecendo de boina, camisa e gravata vermelha.

Mas não é sublinhando externamente sua origem proletária que eles conseguem suprimir esse fenômeno geral sobre o qual M. Jaurès dizia, antes de ter aderido ao socialismo: “Os deputados operários que chegam ao parlamento se “aburguesam” rapidamente, no mau sentido da palavra: eles perdem sua seiva e sua energia inicial, e não lhes resta mais do que uma espécie de sentimento de tribuna”.

Com uma satisfação banal por si mesmo, um sentimento de sociedade se apodera facilmente do antigo operário. E sua satisfação se estende, inclusive, ao meio que o rodeia. Qualquer aspiração progressiva no sentido democrático o encontra muitas vezes indiferente e até hostil. Ele se acomoda à ordem de coisas existentes com a qual, por resignação, ele acaba até mesmo se reconciliando. Que interesse pode ter para ele, doravante, o dogma da revolução social? Sua revolução social é feita para ele. No fundo, todas as idéias desses chefes se concentram agora num só desejo: que exista ainda durante muito tempo um proletariado que os represente e que os faça viver.

Por isso eles afirmam que trata-se acima de tudo de organizar, organizar sem parar, pois a causa operária só sairá vitoriosa no dia em que o último operário tiver sido englobado na organização.

Como todos os *beati possidentes*, eles não são batalhadores. Eles se inclinam, como na Inglaterra, para uma concepção segundo a qual operários e capitalistas seriam ligados entre si por uma espécie de pacto de aliança e dividiriam, embora de uma forma ainda desigual, o produto líquido do *business* feito em comum.

Essa concepção, que resulta da teoria dita do salário em escala, estende um véu sobre todos os antagonismos de classe existentes e imprime à finalidade própria da organização um caráter puramente mercantil e técnico.

Se uma luta se torna inevitável, o chefe tira dela um pretexto para empreender longas negociações com o adversário; quanto mais essas negociações se prolon-

gam, mais o seu nome é repetido no público e nos jornais. Se ao fazer isso, acontece dele exprimir opiniões “razoáveis”, ele pode estar certo tanto dos elogios dos adversários como da admiração reconhecida das multidões.

O egoísmo pessoal, a falta de coragem, a baixeza se conciliam em muitos dentre eles com uma grande dose de senso e de *savoir-faire*. Os “cabeças quentes” são prudentes e moderados. Com toda consciência, os proletários que se tornaram chefes não acham que devem praticar uma política agressiva que, longe de proporcionar resultados novos, só poderia comprometer os resultados já adquiridos.

Na maioria das vezes, as razões egoístas se reencontram com as razões objetivas para aconselhar uma política de temporização e de moderação. Foi sem querer que um empregado de sindicato alemão caracterizou os chefes operários dizendo: “Eu não quero censurar ninguém, mas estou certo de que estaríamos muito mais interessados numa mudança tão pronta quanto possível da ordem social, se tivéssemos ficado na fábrica e se tivéssemos nos contentado com salários inferiores aos que ganhamos atualmente”.

A substituição de chefes proletários por chefes burgueses na direção do movimento operário não oferece, portanto, nenhuma garantia, nem teórica nem prática, contra a infidelidade política ou moral dos chefes.

Os historiadores nos ensinam que entre onze representantes do povo, pertencentes à classe operária, que ingressaram na Câmara francesa através das eleições decretadas pelo Governo Provisório, dez abandonaram o programa operário com o qual foram eleitos.

A história dos chefes da seção italiana da Internacional (1868-1879) nos oferece sob esse aspecto um exemplo mais característico ainda: enquanto os chefes de origem burguesa ou nobre, que estavam em maioria, davam todos prova das mais belas virtudes humanas, foram encontrados, entre os chefes de origem operária, indivíduos que ficaram conhecidos por terem uma conduta culposa: Stefano Caporusso, que se classificava ele próprio de operário modelo, se apoderou da caixa do círculo socialista de Nápoles, e Carlo Terzaghi, que dirigia a seção de Turim, foi desmascarado como sendo do serviço da polícia e expulso do partido.

De uma forma geral, a história do movimento operário nos ensina que quanto mais o caráter proletário de um partido é acusado, mais ele está exposto às influências da ambiência política.

O primeiro deputado que o partido socialista italiano, que não admitia, então, nas suas fileiras, senão operários manuais, enviou ao Parlamento (1882), ou seja, o

fundidor de letras de imprensa Antonio Maffi, apressou-se em aderir a uma facção burguesa de esquerda, declarando que a eleição de um operário não poderia ter um caráter de oposição para as outras classes da sociedade.

Os chefes dos proudhonianos franceses na época do segundo império, o cinzelador Henri-Louis Tolain e o tipógrafo Fribourg, se voltaram, em 1871, contra a Comunidade e se juntaram a Thiers. Isso lhes valeu a exclusão da Internacional, dessa mesma Internacional em cujo primeiro Congresso (Genebra 1866) eles exigiram com a maior energia o voto de um artigo suplementar dos estatutos excluindo da Internacional todos os elementos intelectuais e de origem burguesa. Acrescentemos que Tolain terminou sua carreira de senador na época da república conservadora.

O chefe operário inglês Odger, que foi membro do conselho geral da Internacional, abandonou-a depois da insurreição de Paris. É verdade que ele o fez em parte por causa da atitude autoritária de Marx. Mas este não estava completamente enganado, quando dizia que Odger só queria se servir da Internacional para ganhar a confiança das massas, livre para dar-lhes as costas quando vira que o socialismo era um obstáculo para sua carreira política. O exemplo de Odger foi seguido por um outro chefe operário inglês membro como ele do conselho geral, Lucraft, que se fez nomear pelo governo diretor escolar.

Enfim, todas as vezes que as mãos calejadas de um operário tiveram a oportunidade de segurar o bastão do comando, as falanges operárias foram tomadas pelo assalto da burguesia, com menos viveza do que quando a direção se encontrava nas mãos de homens oriundos de outras classes sociais.

Falando da conduta política dos chefes operários do proletariado, um jornalista francês disse que são intelectualmente e moralmente inferiores aos chefes de origem burguesa, porque não possuem nem a sua educação nem a sua cultura.

Segundo a mesma crítica, a conduta de um grande número de chefes operários de estirpe proletária só pode contribuir para a cultura intensiva das tendências antiparlamentares. “Depois do reino do feudalismo, nós tivemos o reino da burguesia. Depois da burguesia, teremos o contramestre? Nosso inimigo, é nosso mestre, diz La Fontaine. Mas o mestre mais temível é aquele que sai das nossas fileiras e que, através de mentiras e de ardis, soube elevar-se até o poder.” (Flax)

Os chefes dos partidos democráticos não apresentam nos diferentes países um tipo uniforme. O caráter nacional, a tradição histórica, etc., fazem com que esse tipo varie de um país para o outro.

Os Estados Unidos da América são essencialmente o país do dólar. Em nenhum outro país do mundo a vida pública é tão dominada pela sede do ouro.

Certamente, o poder ilimitado do capital implica necessariamente na corrupção. Mas na América, a corrupção não só atingiu uma extensão gigantesca: ela foi elevada à altura de uma instituição. Enquanto na Europa ela provoca a censura e a indignação, na América ela só suscita sorrisos irônicos. Lecky estima que se quiséssemos julgar os americanos unicamente pela forma como eles se comportam na vida pública, estaríamos arriscados a formular os julgamentos mais desfavoráveis e injustos.

A América do Norte é o país onde as tendências aristocráticas dos chefes operários, favorecidos por um meio presunçoso, assim como acabamos de dizer, por um materialismo grosseiro e inestético, se desenvolveram em plena liberdade e na mais ampla escala. Os chefes do proletariado não fizeram outra coisa senão se conformarem, sob esse aspecto, com os costumes criados pelo capitalismo, tão poderoso no seu país. Por isso esse tipo de vida traz uma marca nitidamente plutocrática.

Depois de novas taxas de salários e outras vantagens análogas, os *officials* dos sindicatos se reúnem em *evening dress* (traje social) com os patrões, em suntuosos banquetes. Nos congressos, é costume oferecer aos delegados estrangeiros, e mesmo às suas esposas, presentes valiosos (jóias, etc.). Os méritos especiais dos chefes são recompensados por aumentos de salários que atingem, às vezes, cifras enormes.

É de notoriedade pública que os chefes operários, e particularmente os dirigentes de sindicatos profissionais, só vêm nas suas funções um degrau para sua elevação pessoal.

Segundo os testemunhos de pessoas bem ao par da situação, a classe operária americana não produziu até hoje nenhum chefe do qual ela tenha se orgulhado. A maior parte dos chefes exploram sem constrangimento, em benefício próprio, os cargos que detêm, graças à confiança de seus camaradas de classe e de trabalho.

No todo, os chefes operários americanos são descritos como *cupid and stupid*, Gaylord Wilshire, socialista ele próprio, traçou do chefe socialista americano este retrato pouco lisonjeador: "É na maioria das vezes um homem que, depois de ter cometido algum mal, começa a recriminar a sociedade, como se fosse vítima da sua má organização. Ele é muito mais capaz de fazer barulho do que trabalhar. Falta-lhe geralmente instrução, e suas idéias e pretensões, na maioria das vezes, se baseiam apenas na ignorância".

Os operários inteligentes e honestos são colocados por muitos chefes à margem da organização. Os capitalistas têm essas pessoas completamente nas mãos. Na sua qualidade de novos-ricos sem instrução, os chefes operários são particularmente sensíveis à bajulação. Mas esse ainda é o menor dos seus defeitos.

Na maioria das vezes, eles desempenham simplesmente o papel de criados do capital. A *Union Officer* torna-se, então, um *boss* (satélite) do adversário daqueles que ele administra, um *scab*, ou, para empregar um termo mais significativo ainda, um *labor lieutenant of the capitalist class*.

São os próprios socialistas que nos ensinam coisas inacreditáveis a respeito de certas categorias de operários americanos que adquiriram uma situação privilegiada, mas que são totalmente desprovidos de senso moral.

Entre os sindicatos mais organizados, existem uns que assinam acordos, em regra, com capitalistas que representam um certo ramo de indústria, visando a exploração do consumidor e a divisão fraternal do lucro.

Em outros casos, os dirigentes de uma federação de sindicatos organizam, em favor e com o dinheiro da casa A, greves na casa B. E, inversamente, muitas greves que seriam oportunas e vantajosas para os operários são interrompidas bruscamente, porque o patrão concedeu ao chefe da agitação uma renda vitalícia.

A ausência de tendências socialistas entre os operários americanos suscitou a admiração de um grande número de escritores notáveis e de grandes industriais que exaltam a inteligência desses operários e os usam como exemplo para os trabalhadores degenerados e preguiçosos da Europa. Mas sua pretensa inteligência não impede os operários americanos de se submeterem à direção dos chefes que os exploram e de serem os únicos a não perceber os males que são realizados em torno deles. Eles, inclusive, favorecem esses males ao colocar na rua os camaradas que, mais perspicazes que a massa, atraíram a inimizade dos chefes, descobrindo suas fraudes e desmascarando suas manobras.

Os chefes operários ingleses não se mostraram muito superiores a seus colegas americanos. Durante o Congresso de Amsterdã (1906), Bebel contou numa conversa particular o que Marx e Engels lhe disseram certa vez em Londres: "O socialismo inglês estaria certamente muito mais adiantado do que está hoje, se os capitalistas não tivessem a habilidade de entravar o movimento operário corrompendo os chefes".

Hyndmann, o grande chefe do socialismo marxista inglês, que pertence, pelas suas origens, à alta burguesia e que sacrificou pela causa socialista um magnífico futuro de diplomata, conta nas suas *Memórias* que numerosos chefes operários, entre os mais enérgicos e os mais dotados, depois de terem adquirido, graças aos socialistas de origem burguesa, uma verdadeira cultura política, não demoraram em vender à burguesia essa nova aquisição.

E os operários não se queixam, porque, cheios de admiração pelo que eles chamam de a sagacidade de seus chefes, tornaram possível através dos seus votos a

ascensão progressiva destes. Outros conhecedores do movimento operário inglês chegam até mesmo a qualificá-lo de “matadouro de boas reputações”.

É assim que encontramos nos Estados Unidos e na Inglaterra, como em qualquer parte, e talvez mais do que em qualquer parte, uma categoria particular de chefes operários de origem proletária. Fora alguns nobres exemplares, essa categoria está composta na sua grande maioria de pessoas com instrução pela metade, arrogantes e egoístas. Diríamos que Diderot tinha pensado nesse tipo abjeto e antipático quando disse a seu Lumpazius: “Eu serei como todos os indigentes vestidos: serei o mais insolente tratante de que se tem notícia”.

## CAPÍTULO VI

### OS PARTIDOS OPERÁRIOS E A QUESTÃO DITA DOS INTELLECTUAIS

No início do movimento operário seus membros burgueses e intelectuais gozavam, junto às massas, de uma estima muito grande. Mas já não foi assim nas suas fases mais avançadas. A estima não demorou para se transformar em hostilidade, a esta se justifica por razões extraídas de dois pontos de vista opostos e ambos igualmente errados.

É por isso que, enquanto uns classificam a maior parte dos intelectuais de reformistas ou socialistas de extrema-direita, outros, ao contrário, os consideram como ultra-revolucionários, como socialistas de extrema-esquerda, de tendências anarquistas.

Na Itália, os intelectuais do partido se viram presos, por volta de 1902, entre dois fogos. De um lado, os reformistas pretendiam representar a força sadia, proletária das organizações econômicas dos camponeses contra os *circoletti ambiziosetti*, composto sobretudo, afirmavam eles, de burgueses e de pequeno-burgueses. Por outro lado, os revolucionários da *Avanguardia Socialista* entraram na liça em nome da consciência proletária de classe dos operários industriais, contra os funcionários e os chefes burgueses.

Tanto para uns como para os outros, os intelectuais eram os bodes expiatórios, responsáveis por todos os erros e por todos os vícios que sofria o partido. Mas tanto uns como os outros estavam igualmente enganados. E, em princípio, não se compreende porque os desertores burgueses devem necessariamente aderir à extrema direita do partido. Existe sobretudo razões de ordem psicológica e histórica de natureza a tornar provável a tese oposta.

1.º – Começemos pelas razões psicológicas. Referindo-se a uma época em que “o socialismo estava estigmatizado pelo crime ou pela loucura, mesmo por pessoas cultas”, Kautsky (que se engana, aliás, ao pensar que essa época já acabou), faz esta observação judiciosa de que o burguês ingressante no socialismo precisa mais firmeza de caráter, mais paixão revolucionária, mais profundidade de convicção que o proletário.

As violentas lutas internas e externas, os dias cheios de amargura e as noites sem sono durante as quais morreu sua fé revolucionária, dão ao socialista oriundo da burguesia, e sobretudo das camadas superiores desta, um ardor e uma tenacidade que raramente se encontra no socialista de origem proletária. Ele rompeu completamente com o mundo burguês e se volta contra ele, doravante, como inimigo mortal, irreconciliável, *a priori*. Por isso o bom socialista intelectual dará facilmente preferência, nas lutas contra a burguesia, à ala mais revolucionária.

Mas existe ainda outra razão que leva o ex-burguês a juntar-se aos socialistas intransigentes: é sua cultura histórica e seu profundo conhecimento da natureza íntima da burguesia.

O proletário socialista nem sempre está em condições de perceber a força dos adversários e a natureza dos meios que eles dispõem com vistas à luta. Ele chega até mesmo a sentir uma ingênua admiração diante das tentativas benévolas de reforma social patrocinadas por certas esferas burguesas. E, diante das panacéias mais ou menos sérias ou mentirosas que lhe são oferecidas, ele se encontra, às vezes, na situação do camponês que escuta boquiaberto o charlatão de feira que lhe vende as virtudes milagrosas de seus remédios.

Por outro lado, aquele que sai da burguesia interpreta com mais precisão os esforços realizados por sua classe de origem para adormecer o movimento operário. Mais perito no assunto, ele descobrirá com mais facilidade os verdadeiros motivos das diferentes atitudes do adversário. O que pode parecer ao seu camarada proletário um ato cavalheiresco e uma prova de espírito de conciliação dos burgueses se revelará aos seus olhos como um ato de baixa bajulação, de ignóbil corrupção. O que um socialista proletário pode considerar como um grande passo à frente em direção ao objetivo, será julgado por ele como uma etapa insignificante na estrada infinitamente longa da luta de classes.

A diferença de nível intelectual que existe entre os representantes de uma mesma idéia, conforme provenham do meio burguês ou do meio proletário, deve, portanto, se manifestar necessariamente de forma que uns e outros concebam a realização dessa idéia na tática que seguem em relação a amigos e inimigos.

O processo psicológico que se opera entre os socialistas dessas duas categorias de origem social diversa, repousa sobre uma base lógica. O proletário que não ocupa uma situação oficial no partido, mas que nem por isso deixa de possuir sua carteira de membro, acompanha com atenção os múltiplos progressos que a "idéia" que lhe é simpática opera em todos os domínios; ele constata o crescimento do partido, observa e sente na própria pele, *in corpore vili*, as melhorias de salários que se conseguiu arrancar dos patrões; ele está filiado não apenas à seção local do partido, mas também ao sindicato da sua área industrial, e, em muitos casos, ele ainda é membro de uma cooperativa de consumo. As

impressões que ele guarda e as experiências que ele adquiriu nessas diferentes organizações lhe proporciona com frequência, uma satisfação muito grande. Ele vê a evolução social como um dia favorável e se mostra bastante otimista quando pensa no caminho que sua classe ainda deve percorrer para concretizar sua missão histórica. O progresso social termina por lhe parecer como um movimento contínuo e retilíneo.

Que o proletariado possa sofrer derrotas e prejuízos, isso lhe parece inacreditável, até mesmo completamente impossível; e quando isso acontece, ele não vê aí senão um fenômeno passageiro. Esse estado de espírito o torna generoso e cortês, até mesmo em relação aos seus adversários, e ele se mostra bem disposto em aceitar a idéia de paz e de colaboração de classes. É preciso acrescentar apenas que todas essas disposições encontram-se bem mais acentuadas entre os proletários que desfrutaram de uma situação oficial mais ou menos visada dentro do partido;

2.º – Todas essas observações estão plenamente confirmadas pela história.

Consideremos, na verdade e sobretudo, os revolucionários oriundos da aristocracia e da grande burguesia: o nobre Michel Bakounine, o Príncipe Pierre falange agrupada em torno do jornal *Der Sozialistische Student*, de Berlim,

Em regra geral (e nesse caso só pode ser uma questão cuja regra está limitada por várias exceções), o ex-burguês socialista dará, em todas as grandes questões, preferência às soluções mais radicais, mais intransigentes, mais estritamente condizentes aos princípios.

Também é verdade, por outro lado, que muitas correntes “reformistas” estavam fortemente impregnadas de elementos intelectuais. Não há dúvida, por exemplo, de que se o reformismo não foi criado na Alemanha pela pequena falange agrupada em torno do jornal *Der Sozialistische Student*, de Berlim, nem por isso ele deixou, desde o seu nascimento, de ser patrocinado fortemente e com ostentação por esse grupo. Mas olhando-os de perto, percebe-se facilmente que são chefes do movimento sindical, isto é, pessoas de origem proletária, que imprimiram maior impulso à ala reformista da democracia socialista alemã.

Aliás, os movimentos operários mais exclusivistas foram, em toda parte e sempre, os mais imbuídos de espírito reformista. Nós lembraremos a esse propósito o grupo francês da Associação Internacional dos Trabalhadores, reunidos perto de Fribourg e de Tolain; as *trades-unions* inglesas; os socialismo dito “integral”, que tinha como órgão a *Revista Socialista (Revue Socialiste)*, dirigida pelo simpático ex-jornalista Benoît Malon (o alarme contra esse socialismo foi dado inicialmente pelo estudante de medicina Paul Brousse, logo pelos marxistas intransigentes, liderados por Paul Lafargue que acabava de receber seu diploma de

médico na Inglaterra, e por esse literato intelectual que é Jules Guesde); lembremos ainda o *Independant Labour Party*, com seu *Labour Representation Committee*, o grupo de socialistas genoveses, liderado pelo envernizador Pietro Chiesa, e os camponeses de Reggio Emilia. (Nota: Região do Norte da Itália.)

Esse fenômeno aparece já desde os primeiros passos do movimento operário moderno. “Apesar das afirmações em contrário, diz com razão E. Bernstein, não há dúvida de que no movimento cartista inglês os intelectuais já se distinguiram pelo seu revolucionarismo acentuado.”

Nas divergências entre os cartistas, na realidade, revolucionário nem sempre era sinônimo de proletário, nem moderado sinônimo de burguês. Os representantes mais conhecidos da ala revolucionária eram burgueses, literatos e assim por diante; enquanto que entre os chefes de origem operária, muitos eram partidários de uma tática moderada.

Deixando de lado a questão de saber se o reformismo constitui para a classe operária um bem ou um mal, nós podemos dizer que os chefes operários oriundos do proletariado se mostraram dispostos, em regra geral, a orientar sua ação de classe para a direita. Basta citar os nomes de Anseele na Bélgica, de Legien na Alemanha, de Rigola na Itália. A expressão “possibilismo operário” não passa de uma invenção maliciosa.

Mas se os intelectuais fornecem um forte contingente de revolucionários intransigentes, não quer dizer que eles sejam sempre e preconcebidamente contrários a toda forma de oportunismo e de “acomodação”. Certamente, o caminho que conduz ao socialismo estava, no início do movimento, erigido de obstáculos e de dificuldades e só era possível se engajar nele ao preço de lutas violentas que exigiam uma fé inabalável no ideal e uma combatividade pouco comum. Mas pouco a pouco este caminho se tornou mais cômodo e mais liso. Por isso a intransigência, esse fermento criador de energia revolucionária, perdeu pouco a pouco sua razão de ser, e o burguês que adere atualmente ao socialismo se mostra menos exclusivo que antes na escolha dos meios de ação.

A história mais recente do socialismo nos mostra, na verdade, os intelectuais divididos em proporções praticamente iguais entre todas as alas que compõem o movimento operário moderno. Para falar apenas da Alemanha, foi um doutor em medicina, Raphaël Friedeberg, que inaugurou o anarco-socialismo; dele se aproxima o tolstói-kantiano Otto Buc, doutor em filosofia, Ernest Thesing, doutor em medicina e antigo capitão da cavalaria.

Se encontrarmos entre os reformistas o advogado Wolfgang Heine, o ex-estudante de teologia Richard Calwer, o ex-estudante de ciências políticas Max Schippel, o pastor Göhre, o antigo professor de liceu Edward David, o doutor em

filosofia Heinrich Braun e muitos outros intelectuais, não devemos nos esquecer que na ala contrária do partido combatem o doutor em filosofia Franz Mehring, o doutor Paul Lensch, a doutora Rosa Luxemburg, o doutor Israel Helphand (Parvus), o ex-estudante Max Grunwald, o ex-advogado Arthur Stadthagen, o advogado Karl Liebknecht e, finalmente, Karl Kautsky, (que não deve senão a um acidente o fato de não ter o título de doutor). É por isso que na Alemanha os intelectuais, no seu todo, não são nem exclusivamente revolucionários nem exclusivamente reformistas.

A luta contra os intelectuais no seio do partido socialista se deve a causas diversas. Se os operários autênticos não foram sempre os primeiros a dar um grito de alarme contra o intelectualismo, não é menos verdade que a classe operária sempre desconfiou dos seus membros oriundos de outras esferas sociais que não o proletariado.

“O desertor da classe burguesa, diz com razão Clara Zetkin, é na maioria das vezes o mais solitário e incompreendido entre seus camaradas. Ao mesmo tempo estrangeiro e cidadão na planície habitada por aqueles de quem assimila sua educação e seus hábitos, ele se sente igualmente estrangeiro e cidadão em relação aos altos objetivos do proletariado, dos quais se aproximam suas convicções.”

É precisamente sobre a pessoa instruída que a tradição tem um peso particularmente pesado. Por isso a acolhida sobretudo fria que o intelectual encontra no novo meio lhe parece duplamente dura: ingressado no partido por puro idealismo, ele se sente humilhado, decepcionado.

Além disso, as massas são pouco capazes de apreciar a gravidade dos sacrifícios que se submete um intelectual ao aderir ao partido socialista. Quando Paul Göhre contara, no Congresso de Dresde, de que modo, por amor à causa, ele renunciou à sua carreira e à sua fortuna, à situação social que ocupava e até mesmo à sua família, diversos jornais socialistas lhe responderam que tudo isso não passava, para servir-nos de uma expressão cortês, de sentimentalismo de operários que não têm mais o que fazer, e que se os intelectuais fazem sacrifícios, é porque estão pensando neles mesmos e não na causa operária. Enfim, os camaradas se mostraram totalmente insensíveis à grandeza da renúncia que Göhre fez por eles. O fato é que sobre este ponto os intelectuais e os proletários dificilmente chegarão a se entender e a se compreender.

Na Alemanha, como na França, na Itália e até em alguns países balcânicos, lançaram contra os intelectuais as acusações mais graves e mais terríveis.

Existiram, na história da democracia socialista alemã, períodos (basta lembrar o Congresso de Dresde, durante o qual toda a questão tão complexa da tática parecia ter se reduzido a uma “questão de intelectuais”), em que os membros

instruídos do partido eram consagrados ao desprezo universal. Ainda atualmente, aqueles que eram chamados de *akademiker* são, com freqüência, tratados como suspeitos.

Numerosos são ainda os intelectuais que acreditam ter que demonstrar às massas que, apesar da circunstância agravante da sua origem social e da sua instrução superior, eles são bons socialistas. E essa persistência de querer a qualquer preço, mesmo dissimulando ocasionalmente suas origens, colocar a mão sobre a mão calejada do operário não é precisamente, da parte dos intelectuais, uma prova de grande coragem.

Mas não nos deixemos enganar. Merlino acerta, quando nos previne ironicamente que esse estado de coisas só dura até o momento em que os intelectuais conseguem apoderar-se da direção do movimento operário. A partir desse momento, eles se sentem em segurança, pelo menos nas suas relações com as massas, e não têm mais necessidade de dissimular. E se eles continuam simulando mesmo assim atitudes humildes e demagógicas, eles o fazem por um vago temor de serem taxados de tiranos pelos partidos burgueses e a fim de escapar às críticas dos seus concorrentes de origem proletária.

É justo reconhecer que a desconfiança em relação aos intelectuais, embora seja em grande parte um produto artificial, tem seus lados bons. Por um lado, ela encoraja bastantes intelectuais excêntricos e extravagantes, que acreditam realizar um bom gesto aderindo ao partido, a orientar seu vôo para outras margens. Por outro lado, nada seria mais funesto para os operários do que tolerar uma hegemonia exclusiva de intelectuais.

Os estudos universitários não são somente acessíveis a indivíduos de elite que receberam dons excepcionais da natureza. Qualquer proletário de inteligência média poderia, se dispusesse dos meios necessários, adquirir um título universitário com a mesma facilidade com que o adquire um burguês de inteligência média.

Além disso, e sobretudo, se a desconfiança que os operários alimentam em relação aos desertores burgueses fosse cem vezes mais forte do que é atualmente, seria antes um bem do que um mal: este é, na verdade, para a classe operária, o melhor meio de poupar as decepções que provocaria uma confiança cega e ilimitada. O que não significa que eliminando totalmente os intelectuais, a classe operária evitaria todas as decepções possíveis.

Pelo que acabamos de dizer conclui-se que a luta dirigida contra os intelectuais no partido socialista, apesar de todas as razões que possam justificá-lo em certos casos particulares, não só é soberanamente injusta, como também completamente inoportuna e absurda.

O próprio movimento operário alemão, que alcançou um índice muito elevado de organização técnica, não saberia, entretanto, dispensar os intelectuais.

Apesar do seu caráter nitidamente proletário e apesar de ter à sua frente chefes de origem proletária da autoridade de um August Bebel, de um Ignar Auer, de um Johannes Timm, de um Martin Segitz, de um Adolph von Elm, de um Otto Hué e tantos outros, é permitido afirmar que a democracia socialista alemã perderia muito do seu prestígio se eliminasse os intelectuais.

Segundo Mehring, os intelectuais podem ser úteis ao proletariado como aliados capazes de auxiliá-lo na sua ação social, mas principalmente como teóricos capazes de esclarecer o seu caminho.

Ele diz: "Se os intelectuais querem desempenhar no movimento operário o papel de militantes práticos e não o de teóricos, eles se arriscam a ser relegados a um plano completamente secundário. Que importância poderia ter, na verdade, a adesão de algumas centenas de universitários, que não têm senão uma idéia aproximativa da prática operária, num movimento que compreende vários milhões de trabalhadores que, ao invés dessa prática, têm uma idéia muito nítida e exata?"

Os intelectuais podem prestar aos operários serviços preciosos, se desejarem apenas se contentar com a elaboração teórica da luta de classes. Longe deles de desmanchar os nós dos laços históricos que ligam o movimento operário à fenomenologia universal, de impedir os operários de perderem de vista a unidade orgânica que existe entre as diferentes correntes do seu movimento e o fim comum à realização do qual todos eles devem concorrer: a palingenesia social. A missão dos intelectuais consistiria, por conseguinte, em "manter presente e viva a grande finalidade do movimento operário e fazer nascer entre os operários, com o conhecimento das relações sociais, a certeza de sua pronta vitória" (F. Mehring).

Não assumiremos a defesa da inteligência do proletariado contra aqueles que só vêem na missão dos intelectuais uma necessidade histórica porque colocam em dúvida a capacidade política dos operários.

Qualquer um que tenha acompanhado com um pouco de atenção a história do movimento operário internacional, sabe que soma enorme de boa vontade e de aptidões pode ser encontrada junto a essa parte do proletariado que, imbuído da consciência de classe, encarregou-se de lutar pela sua emancipação com suas próprias forças; sabe igualmente a inteligência, o sentimento do dever, a energia de trabalho tranqüilo e incansável que demonstram os operários de todos os países.

Dirigente de uma cooperativa, empregado de um sindicato profissional, redator de um jornal socialista, o proletário aparece, do ponto de vista técnico, como um modelo cujos colegas burgueses, que exercem funções correspondentes, poderiam, com freqüência, se inspirar. E se, apesar disso, os partidos operários internacionais confiam em mais de uma ocasião a seus membros de origem

burguesa o cuidado de tratar e desenvolver as questões teóricas e dirigir a política prática cotidiana, esse fato não pode ser visto como um *testimonium paupertatis intellectualis* do proletariado militante, mas sobretudo como um efeito da organização econômica da produção moderna.

Essa organização, embora não possa impedir o trabalhador de desenvolver sua inteligência, se opõe, entretanto, monopolizado *ad usum Dephinorum* os bens supremos da civilização, a que o operário inteligente se torne um intelectual.

Certamente, a produção moderna precisa de trabalhadores inteligentes, os quais são fornecidos pelo proletariado. Mas ela precisa também de operários intelectuais, isto é, de operários cuja inteligência tenha recebido uma cultura apropriada. E como esses últimos são fornecidos pela classe patronal, burguesa, não é do interesse da indústria privada abrir muito ao proletariado as portas da instrução. Numerosos são, aliás, os proprietários fundiários que confessam cinicamente que o operário ignorante é, no seu modo de ver, o melhor.

Conclui-se daí que só o socialismo de origem burguesa possui o que ainda falta totalmente ao proletariado: o tempo e os meios para desenvolver sua educação política, a liberdade física de se transportar de um lugar para outro e a independência material sem a qual o exercício de uma atividade política no próprio e no verdadeiro sentido da palavra é inconcebível.

Nada admirável, nessas circunstâncias, se o proletário depende ainda hoje, de certa forma, dos desertores da burguesia.

Na comissão eleita em 1894, no Congresso socialista de Franckfurt, para o estudo da questão agrária, foram encontrados nada menos que nove intelectuais para quinze membros: desproporção patente, sobretudo se levarmos em conta o fato de que o elemento operário apresenta, no estado-maior da democracia socialista, uma grande superioridade numérica sobre os desertores burgueses. Mas essa desproporção se explica se pensarmos que uma questão científica só pode ser resolvida por pessoas que possuem uma cultura científica.

E o mesmo fato se produz todas as vezes que se trata de resolver tecnicamente uma questão jurídica, econômica, filosófica, enfim, uma questão que exige conhecimentos que só se adquire depois de longos e aprofundados estudos. Ora, o autodidata nem sempre possui uma competência suficiente.

É possível que a democratização crescente das instituições do Estado e a socialização progressiva da vida coletiva, assegurando aos operários melhores condições de trabalho, tornem o recurso aos intelectuais cada vez menos necessário sem, todavia, diminuir por isso a contribuição da burguesia ao movimento operário.

Mas estas são questões relacionadas a um futuro longínquo.

Se esperarem, os elementos burgueses que compõem os partidos operários terão um papel dos mais importantes a desempenhar. Um movimento operário político sem desertores burgueses é inconcebível, como também é inconcebível um proletariado desprovido de consciência de classe.

Isso é particularmente verdadeiro para o início do movimento operário e para a sua primeira juventude, mas também se aplica, em grande parte, pelo menos, a todas suas fases posteriores, a todas as que nós conhecemos até o presente momento.

QUINTA PARTE

ENSAIOS SOBRE LIMITAÇÃO DO PODER DOS CHEFES

## CAPÍTULO I

### O REFERENDUM

Do ponto de vista do direito público, a democracia atinge seu apogeu nesse conjunto de instituições que existe na Suíça onde o povo possui o direito do *referendum* e a iniciativa na proposição das leis.

Ora, de uma forma geral, no que concerne sua organização interna, os partidos democráticos, se eles não rejeitaram completamente o princípio da soberania popular direta, só o adotaram depois de longas hesitações e somente em casos excepcionais. Eles são, portanto, sob esse aspecto, inferiores a mais de um cantão da Suíça.

É por isso, por exemplo, que a democracia socialista alemã não subordina as deliberações dos seus congressos, isto é, das assembléias de delegados da massa socialista, na ratificação posterior feita pelo partido inteiro. E mesmo, ao contrário do que acontece na França e na Itália, onde o voto está baseado no número de partidários das seções locais representadas pelos delegados, as decisões tomadas nos congressos alemães só são tomadas com a maioria dos delegados presentes aos congressos. Nós temos aqui, portanto, o parlamentarismo em lugar da democracia.

Certamente, cada membro do partido socialista tem o direito de submeter no congresso anual a moção que julgar útil. Mas é um direito puramente nominal. As proposições individuais, enviadas por membros do partido, raramente são levadas em consideração pelos delegados. Em todo caso elas nunca são adotadas. Do mesmo modo, só alguns indivíduos excêntricos fazem uso desse direito.

Nos próprios congressos, uma proposição deve reunir dez assinaturas para poder ser discutida. O único instituto que se aproxima do direito de iniciativa nos partidos socialistas modernos é aquele em virtude do qual a direção do partido é obrigada a convocar um congresso extraordinário, quando um determinado número de membros o exige (quinze seções na Alemanha, um décimo dos filiados na Itália, duas federações municipais ou vinte seções locais na Bélgica).

O *referendum* foi praticado durante algum tempo pelo partido socialista italiano, notadamente nos casos que a ordem do dia comportava questões sobre

as quais o congresso predecessor não tinha tomado nenhuma decisão ou não se tinha pronunciado de uma forma suficientemente clara.

De 1904 a 1906, a direção recorreu a esse meio quatro vezes. No primeiro caso tratava-se de saber se, nas organizações locais, as minorias tinham o direito de se separar das maiorias para formar seções ditas autônomas: de 1.458 seções consultadas, só 778 fizeram prevalecer sua resposta (166 a favor e 612 contra).

No segundo caso era preciso consultar o partido sobre a compatibilidade da franco-maçonaria e do socialismo. O partido não teve senão uma participação insignificante nesse *referendum*; todavia, a maior parte das seções que enviaram sua resposta exprimiram sobre esse assunto uma opinião desfavorável.

Nos dois últimos casos, tratava-se de um assunto local em Milão, e de fixar a sede de um congresso; só foi feito na Itália, portanto, um uso muito moderado do *referendum*, e os resultados foram medíocres.

Na Inglaterra, muitos sindicatos operários, depois de terem praticado durante algum tempo o *referendum*, terminaram renunciando a ele, porque provocava uma falta de estabilidade tática, um prejuízo para as finanças e para a administração.

Na Alemanha, onde apesar das restrições da maioria, algumas circunscrições introduziram o *referendum* para a eleição de delegados aos congressos, não demorou muito para se perceber que eles sozinhos estavam em condições de obedecer em seus votos a razões puramente objetivas, pois graças à sua participação nas reuniões, estavam ao par das questões que deveriam ser discutidas e da atitude de cada candidato em relação a essas questões. Por isso começou a ser combatido o uso do *referendum* para a nomeação de delegados como uma medida inoportuna e perigosa para o partido, porque ela subtrai o ato eleitoral da soberania das assembleias.

Na Holanda, onde o *referendum* é obrigatório para a eleição da direção do partido socialista, a participação das massas na nomeação do *Partijbestuur* em 1909, foi tão pequena que compreendia apenas a metade dos membros com direito a voto.

A história do *referendum* no seio da democracia pode ser resumida assim: aplicação rara, resultados ruins.

O *referendum* está sujeito à crítica na mesma medida e pelas mesmas razões que qualquer outra forma de governo popular direto. O que podemos lhe objetar acima de tudo é a falta de competência das massas, assim como a sua falta de tempo. Bernstein diz com razão que mesmo que só as funções políticas e administrativas mais importantes fossem submetidas ao voto popular, o feliz

cidadão do futuro encontraria todos os domingos sobre a sua mesa tanta quantidade de questionários que logo perderia toda a simpatia pelo *referendum*.

Mas o *referendum* encontra-se sobretudo em oposição, nas questões que exigem uma rápida decisão, com o caráter político, militante do partido, do qual diminui a facilidade de mobilização.

Por outro lado, nos casos particularmente importantes, quando se quisesse, por exemplo (e essa proposta já foi feita), determinar através desse meio a atitude que o partido socialista deveria adotar em relação a uma guerra iminente, o *referendum* se chocaria com a oposição mais irresistível do Estado.

Acrescentemos, finalmente, a todos esses perigos e inconvenientes este, que é o mais grave de todos: colocando de uma forma mais ou menos hábil as questões e reservando-se a interpretação de respostas ambíguas, provocadas por essas questões ambíguas, os chefes podem facilmente induzir as massas ao erro e fazê-las dizer exatamente o contrário daquilo que elas teriam dito se estivessem absolutamente livres de se pronunciar.

Pelo seu caráter absoluto e isento de qualquer crítica, o *referendum* favorece à dominação de aventureiros hábeis. O poder do bonapartismo deriva, na realidade, do *referendum*. Essa instituição supõe, além disso, uma burocracia escrupulosamente consciente, pois a história desse sistema eleitoral nos ensina como é fácil fraudar os resultados de um plebiscito. E mesmo que as operações se desenrolassem com uma regularidade perfeita, o resultado do *referendum* não teria um valor demonstrativo absoluto, pois lhe faltaria sempre a força revigorante da discussão. E, para terminar, digamos que ele é absolutamente incapaz de exercer qualquer influência sobre o poder executivo.

## CAPÍTULO II

### O POSTULADO DA RENÚNCIA

A dissolução da consciência democrática entre os chefes pode sem dúvida ser retardada, senão interrompida, por fatores de ordem puramente intelectual ou ideológica. “Enquanto a direção e a representação do partido se encontrarem nas mãos de pessoas que envelheceram junto com a grande tradição do socialismo” (H. Ströbel). Em outras palavras, enquanto o partido continuar sendo dominado por uma forte “idéia” socialista, os chefes podem (mas “podem” apenas) conservar, com certas condições, seus sentimentos democráticos e se considerar como os simples servidores das massas.

Nós já falamos dos meios, dos quais alguns bastante enérgicos, que foram propostos com vistas a impedir o aburguesamento dos chefes de origem proletária. Mas esses meios não são suficientes, pois é preciso ainda obter a proletarização, por assim dizer, dos chefes de origem burguesa, afastar deles qualquer possibilidade de voltar ao seu antigo meio e obrigá-los a assimilar-se aos proletários, a abaixar-se ao nível daqueles que os consideram seus líderes.

A fim de impedir a formação (da qual nós já descrevemos o processo) no seio dos partidos democráticos de uma direção autoritária, imaginaram-se uma série de medidas materiais e ideais.

Falando dos estudantes italianos, Bakounine definiu assim o papel que os jovens desertores da burguesia devem, na sua opinião, desempenhar nas fileiras do proletariado: nem líderes, nem profetas, nem instrutores, nem doutores, nem criadores. Aos jovens intelectuais, convém ser os “parteiros do pensamento criado pela própria vida do povo”, e elevar as aspirações tanto inconscientes como poderosas do proletariado do estado de confusão ao estado de clareza.

Bakounine via que em certos países, tais como a Itália e a Rússia, o movimento operário não podia dispensar a cooperação de intelectuais burgueses, mas ele exigia que aqueles que, pelo próprio nascimento, deveriam ser os adversários do socialismo, fossem submetidos, quando aderissem a este, a regras muito severas. É lícito considerá-lo, sob esse aspecto, como um precursor de Tolstoi.

“A forma de viver domina o mundo das idéias e determina a vontade.” Foi através desse aforismo, tirado da concepção materialista da história, que Bakounine definiu sua atitude em relação a essa questão.

E ele continua: “Se o homem, nascido e criado num meio burguês, quer tornar-se um amigo leal e sincero dos operários, isto é, um socialista que busca a emancipação da classe daqueles que não possuem nada, ele só pode fazê-lo com uma única condição: é preciso que ele renuncie para sempre a todos os hábitos e a todas as vaidades da vida burguesa, que ele se aliste sem restrições do lado dos operários e consagre à burguesia uma hostilidade eterna. Se ele não se sente capaz disso, ele poderá muito bem, em tempo de paz relativa e impulsionado por razões de ordem moral, prestar um apoio à causa dos operários; mas a cada conflito um pouco mais grave, o seu antigo sentimento de solidariedade com a classe burguesa despertará com toda força. É por isso que depois de ter se enganado a si próprio, ele enganará por sua vez o partido operário”.

Portanto, era acima de tudo por razões de ordem psicológica que Bakounine exigia dos “socialistas burgueses”, dos “intelectuais”, um abandono absoluto de sua antiga maneira de viver. Ele acreditava, na verdade, que o mundo exterior exerce uma influência decisiva sobre o mundo da consciência.

Renúncia a si próprio, sacrifício, repúdio a todas as formas de existência burguesa, tais eram as condições que deviam satisfazer, durante a longa história da Revolução Russa, os líderes operários.

Conhecemos o primeiro parágrafo do famoso catecismo revolucionário de Netchaïeff (1871), no qual estava anunciado o princípio de que o verdadeiro revolucionário devia se considerar como um homem consagrado à causa. “Ele não tem nem interesses pessoais, nem sentimentos, nem afeições, nem propriedade, nem mesmo um nome. Tudo nele está absorvido por um único interesse, excludente de todos os outros, por uma única paixão, um único pensamento: a Revolução.” Era a aspiração ao esquecimento completo da vida burguesa anteriormente vivida.

Mais importante ainda do que essa ilusória morte interior era a morte exterior que uma tendência nascida posteriormente entre os socialistas russos colocou na base de sua atividade: é o que Bakounine definiu incidentemente “a prisão na vida do povo”.

A supressão dos instintos burgueses: esse foi o postulado que durante muito tempo dominou a história do socialismo russo; e os apóstolos intelectuais, que provinham, com freqüência, de famílias da mais alta nobreza, deviam obter essa supressão, misturando-se entretanto, conforme um costume estabelecido, “no meio do povo” e esforçando-se para confundir-se completamente com o proletariado.

Essa era a teoria dos *narodniki* (populistas), teoria cujas conseqüências práticas eram suportadas com o maior heroísmo.

Abandonando sua situação social, dizendo adeus a todas as vantagens culturais da cidade, renunciando à continuação dos estudos e da carreira burguesa, cientistas, professores, senhores de terra, estudantes judeus e moças da nobreza se retiram para as cidadezinhas mais distantes: trabalhando como operários agrícolas, carroceiros, serralheiros, ferralheiros, etc., eles procuravam adquirir um conhecimento tão profundo quanto possível do povo, ganhar sua confiança, e terminavam tornando-se, sempre em vista do seu grande propósito revolucionário, seus conselheiros nas circunstâncias mais variadas da vida.

Depois de 1870, um movimento análogo se manifestou, com menos força, é verdade, entre os socialistas intelectuais de outros países, mas particularmente entre os socialistas italianos, que, num sentimento de raiva injustificável, Karl Marx qualificou por esse motivo de “desclassificados”.

O sarcasmo dessa denominação, que equivale a um insulto, faz com que os socialistas italianos apareçam sob uma luz falsa. A doutrina de Bakounine concebia a “desclassificação” não como um fato histórico, mas como um postulado psicológico ao qual devia se conformar a ação socialista dos não-proletários.

O desclassificado não era, portanto, segundo essa concepção, um homem rejeitado pela sociedade, um falido ou um deficiente, enfim, um destronado involuntário: ele era, ao contrário, um destronado voluntário, um indivíduo que rompeu intencionalmente com sua sociedade, a fim de se adaptar a um meio estranho e hostil à sua classe de origem; um indivíduo que se desclassificou a si próprio e que, mesmo se fizermos abstração ao propósito que ele persegue, inspira respeito por causa de seu espírito de sacrifício e da inabalável firmeza de suas convicções.

É um fato histórico, cujas provas não nos cabe fornecer aqui, que os burgueses do primeiro movimento operário italiano eram “desclassificados”, mas quase unicamente no sentido bakounineano da palavra, e não naquele atribuído por Karl Marx. O chefe mais conhecido da seção italiana da Internacional, Carlo Cafiero, que descendia de uma nobre e muito rica família, colocou à disposição do partido toda a sua imensa fortuna, contentando-se em viver ele próprio como um pobre boêmio. Podemos considerá-lo, e com razão, como protótipo desses socialistas idealistas.

Semelhante idealismo decorria da convicção de que a homogeneidade social perfeita e absoluta de todas as facções que compõem o partido socialista revolucionário constitui o único meio preventivo praticamente seguro contra algumas das

tendências mais perigosas dos chefes. A identidade com o tipo de vida adquiria por causa desse fato o valor de um postulado moral. Ela era considerada como uma válvula de segurança, destinada a impedir, ou pelo menos a interromper o desenvolvimento das formas oligárquicas no seio dos partidos operários.

Atualmente, o postulado da renúncia não é mais defendido, a não ser com tímidas perífrases, senão por alguns romancistas isolados, pertencentes à corrente anárquica do socialismo. Mas ele continua em vigor, sob uma forma mais ou menos atenuada, em certos meios operários dos partidos socialistas francês e alemão.

Num congresso de guesdistas do Norte da França foi decretado que o dever dos deputados consiste em passarem suas vidas no meio de seus camaradas.

Na Alemanha, reencontramos traços da mesma ordem de idéias na proibição absoluta feita aos membros do partido de colaborarem com a imprensa burguesa e de fazerem parte de qualquer sociedade burguesa.

É evidente que essas tentativas, pouco eficazes e pouco práticas, que não tratam senão do lado ideológico do problema, têm praticamente o efeito de criar um fanatismo de partido. Elas são impotentes para estabelecer uma identidade perfeita, do ponto de vista da mentalidade e da ação, entre os chefes e as massas proletárias.

## CAPÍTULO III

### A AÇÃO PROFILÁTICA DO SINDICALISMO

O sindicalismo prega a necessidade de deslocar o centro de gravidade da ação revolucionária do proletariado, substituindo o partido político pelo sindicato profissional. Este último é concebido como um organismo politicamente neutro, isto é, não-filiado a nenhum partido, mas socialista pela doutrina na qual se inspira e pelo objetivo a que se propõe.

É um grande mérito dos sindicalistas terem compreendido o que teria de prejudicial uma prática sindicalista isolada, desprovida de qualquer teoria geral e vivendo do dia-a-dia; de terem preconizado, com muita energia, a união indissolúvel da classe operária, organizada nos sindicatos, e da "idéia socialista", concebida como *spiritus rector* e como fim.

Os sindicalistas querem (e nesse ponto eles estão, pela primeira vez, de acordo com os políticos do marxismo) propagar entre os operários sindicalizados a convicção de que o sindicato só poderá alcançar definitivamente seu fim eliminando o capitalismo, isto é, colocando um ponto no regime econômico atual.

Mas os sindicalistas querem também (e nesse ponto, eles são abertamente contrários a todas as outras correntes do socialismo contemporâneo), que o sindicato seja não só o refúgio da "idéia socialista", mas também o promotor da ação socialista; que ele pratique não só uma política sindical no sentido estrito da palavra, mas ainda e sobretudo uma política socialista.

É assim que o sindicalismo procura colocar um fim ao dualismo do movimento operário, substituindo o partido, que só exerce funções político-eleitorais, e as associações profissionais, estritamente econômicas, por um organismo mais completo que represente a síntese da função política e da função econômica.

Não se trata, portanto, segundo o sindicalismo, de dar ao movimento operário uma base que não seja a organização. Essa base é, ao contrário, reconhecida como indispensável.

O sindicalismo pensa, e com razão, que não é abolindo a organização que se suprimem os males e os perigos que dela decorrem, assim como também não é tirando o sangue do organismo humano que se previne a intoxicação do sangue ou outras doenças da circulação. Tanto um como outro seriam remédios de charlatões e teriam por consequência a morte: aqui, do organismo humano, lá, do organismo social e político.

O problema consiste sobretudo em encontrar um meio de reduzir ao mínimo o principal defeito inerente à organização, ou seja, a dominação da maioria pela minoria.

E eis que uma escola política, à qual pertencem muitos homens inteligentes, instruídos e generosos, afirma ter encontrado no sindicalismo o antídoto da democracia autoritária. Mas pode o antídoto da oligarquia consistir num método que também decorre do princípio da representação? Parece sobretudo que esse mesmo princípio se opõe de uma forma irredutível à quinta-essência democrática do sindicalismo. Em outras palavras, o próprio sindicalismo sofre, na nossa opinião, de uma antinomia flagrante.

O grande mérito do sindicalismo consiste na sua visão nítida e penetrante dos perigos da democracia burguesa. Ele arrancou, com um ceticismo verdadeiramente científico, os véus que cobriam o poder que a democracia exerce sobre o Estado, mostrando que esse poder nada mais é do que a hegemonia de uma minoria e que está em oposição aguda com as exigências da classe operária.

“A democracia pretende continuar a exploração das massas produtoras através de uma oligarquia de profissionais de inteligência” (G. Sorel).

Todas as lutas que o sindicalismo internacional empreendeu contra a democracia socialista alemã, contra os intelectuais italianos e franceses e contra os sindicatos profissionais constituídos sobre a forma burocrática, se reduzem, em última análise, a uma luta contra o demagogismo democrático.

Mas o sindicalismo se engana, quando atribui apenas à democracia parlamentar os inconvenientes que decorrem do princípio da delegação em geral.

Mantica diz, com razão, que os próprios sindicalistas não conseguiram se desembaraçar da bagagem mental da qual são encarregados todos aqueles que pertencem a um partido qualquer, eletivo ou não. Quer eles queiram quer não, o partido sindicalista nada mais é do que um partido socialista mais ou menos revisto e corrigido. Os sindicalistas gostariam de parar lá onde a lógica das coisas não permite mais parar. Tudo o que eles escreveram sobre os partidos políticos em geral e sobre seu irmão mais velho, o partido socialista, em particular, se aplica a eles e a toda organização, sem exceção, porquanto organização.

Analisando bem, podemos até mesmo dizer que quanto mais o sindicalismo procura deslocar o eixo da política operária para a ação sindical, mais ele se expõe ao perigo de se degenerar, ele próprio, numa oligarquia.

Mesmo nos grupos sindicais revolucionários, é fácil para os chefes surpreender a boa vontade de seus administrados. O tesoureiro de uma greve, o secretário de uma associação, até mesmo o cúmplice de um conjurado ou o camarada encarregado de assegurar a defesa de uma barricada podem trair seus mandatos mais facilmente e mais gravemente que um deputado ou um conselheiro municipal socialista.

Os sindicalistas franceses sempre insistiram, e até com uma certa violência, na ação dita direta, como sendo o único meio de fazer a classe operária agir como uma massa autônoma, não representada por terceiros, e de excluir, *a priori*, toda representação que não passa de “traição, desvio, aburguesamento”. Mas eles restringem arbitrariamente sua teoria unilateral ao partido socialista, como se as mesmas causas não devessem produzir os mesmos efeitos quando sua ação se manifesta no terreno do movimento sindical. Eles raciocinam como se estivessem imunizados contra a ação das leis sociológicas, quando essas leis possuem uma eficácia universal.

A estrutura orgânica dos sindicatos operários repousa sobre a base do partido operário político: a representação dos interesses das massas por indivíduos especialmente eleitos para esse fim. Nos momentos decisivos das lutas pelo aumento de salários, as massas não se representam a si próprias, mas são representadas. Sindicatos sem representantes, sem administração, seja de que forma forem, não existem e nem mesmo são concebíveis.

A direção de um sindicato profissional é por vezes um cargo de transição muito favorável à carreira política. Na Alemanha, 35 dirigentes de sindicatos ocupam um lugar no Parlamento, na Inglaterra 27. Na França, os dois primeiros secretários permanentes da federação metalúrgica se tornaram deputados.

A greve, a ação direta do proletariado, que os sindicalistas louvam como a panacéia contra todos os males que sofre o movimento operário, oferece aos homens que têm o gosto pela política excelentes oportunidades de trazer à baila sua faculdade de organização e sua aptidão para o comando.

O mesmo acontece com a greve política, com a greve geral. Para os chefes profissionais da classe operária, a greve econômica é, com frequência, aquilo que a guerra é para os militares profissionais. Tanto uma como a outra causam avanços rápidos e soberbos.

Muitos chefes operários chegaram aos mais altos cargos, honorários e lucrativos, por terem dirigido (em inglês: *managed*, gerenciado) uma grande greve,

o que atraiu sobre sua pessoa os olhares do povo e a atenção da opinião pública e do governo.

A situação política que John Burns ocupa atualmente na Inglaterra, ele a deve, em grande parte, à celebridade que lhe valeu sua grande habilidade estratégica quando se encontrava à frente do amplo movimento grevista dos trabalhadores das docas de Londres, em 1889. Ele deu, então, à sua futura popularidade uma base sólida e ganhou sobretudo junto às categorias mais importantes de operários organizados, essa confiança que iria conduzi-lo mais tarde do seu modesto atelier de construtor de máquinas ao palácio do Ministério do Rei.

Este é um exemplo, dentre tantos outros, para apoiar nossa afirmação de que em muitos casos a greve, em vez de ser um campo de ação para as massas unidas e compactas, facilita, ao contrário, o processo de diferenciação e favorece a formação de uma elite de chefes. O sindicalismo é, numa medida maior que o socialismo, um partido de combate. Por isso ele precisa, mais do que o partido socialista, de uma direção.

Os sindicalistas rejeitam o sistema da representação democrática e da burocracia. Eles gostariam de colocar no lugar a “tática mais combativa do exército revolucionário da liberdade, tática fundada na habilidade experimentada dos chefes”. O chefe operário moderno, dizem eles, não deve ser um burocrata. E eles acrescentam que os grandes chefes das greves, como antigamente os grandes chefes das revoluções, surgem no imprevisto da obscuridade.

Essa concepção reflete bem a verdade histórica, mas seu alcance seria muito maior se nos fosse possível produzir a prova de que esses dirigentes de greves, saídos da obscuridade e dos quais os próprios sindicalistas não colocam em dúvida a necessidade, sempre tiveram o desinteresse de “se eclipsar”, uma vez terminada a greve. Ora, nós sabemos que na maioria dos casos é o contrário que acontece: se beneficiando da situação que adquiriram, os chefes só pensam em uma coisa: assegurar-se um poder durável.

Já vimos indivíduos se tornarem poderosos e influentes, por terem se limitado a uma simples propaganda teórica em favor da greve e da ação direta. Eles só tiveram que se pendurar nos ombros da massa para colher os frutos maduros da árvore da vida.

Aristide Baiand, nascido em Nantes de uma modesta família de comerciantes, ingressa no partido socialista em Paris e não demora para se tornar popular junto às massas operárias pela sua defesa da doutrina da greve geral e da greve militar. Ele terminou adquirindo tanta celebridade e tanta autoridade que só foram precisos alguns anos para ele subir a escala de todos os cargos e chegar ao posto de presidente do Conselho dos Ministros do seu país.

O sindicalismo é hostil à democratização do partido socialista e dos sindicatos “autoritários”, porque essa democratização deforma, na sua opinião, o princípio fundamental do movimento operário até fazer dele uma caricatura. O terreno democrático, diz ele, só pode produzir frutos oligárquicos.

Nenhum movimento faz sobressair com tanto destaque o direito e a aptidão da massa para se governar a si própria do que o movimento sindicalista. Quando a direção superior do movimento se encontra em suas mãos, como é o caso na França, eles atribuem muita importância ao fato de que sua autoridade se limita a assegurar a execução das deliberações tomadas nas assembleias soberanas de seus camaradas.

Segundo eles, a Confederação Geral do Trabalho, com sede em Paris, é um órgão, não de direção, mas de coordenação e difusão da ação revolucionária da classe operária. Eles a pretendem igualmente estranha ao “centralismo” e ao “autoritarismo”. Toda impulsão, dizem eles, parte das massas; quanto a eles, limitam-se a transmiti-la.

Nas greves, o comitê confederal desempenha o papel, não de uma direção no sentido verdadeiro e próprio da palavra, mas de um intermediário que assegura a solidariedade operária, de um elemento de “sobre-atividade” e de “polarização”.

Eis a teoria. Quanto à prática, os mesmos sindicalistas franceses se queixam que em todas as questões decisivas a massa espera que a iniciativa venha de cima e, enquanto não a recebe, ela permanece de braços cruzados.

Como em todos os grupos caracterizados por uma ideologia ostensivamente democrática, a dominação dos chefes toma no sindicalismo, com frequência, formas encobertas.

Na França é proibido aos chefes de sindicatos, a fim de preservá-los de qualquer contato impuro, se elegerem deputados. Eles devem permanecer em constante comunhão com as massas e sua atividade deve se desenrolar em plena luz do sol. Por outro lado as exigências de suas funções os obrigam, com frequência, no próprio interesse dos sindicatos, a entrar em contato com os órgãos do Estado; de modo que sua atitude antiparlamentar consiste, na maioria das vezes, no fato de que em vez de tratar com o governo à luz do dia, do alto da tribuna parlamentar, de onde todo mundo poderia ouvi-los, eles negociam no mistério das ante-salas e dos corredores.

Mas a teoria das massas professada pelo sindicalismo tem um revés que é bom trazer à baila.

A organização sindical, tomada no seu todo, só envolve uma minoria de operários organizáveis: 11% na Itália, 23% na Inglaterra, 42,21% (a maior

proporção) na Suécia. Desses operários, os que têm uma participação ativa na vida sindical constituem, por sua vez, uma minoria.

Os sindicalistas se queixam e se regozijam ao mesmo tempo deste fato: o sindicalismo lhes inspira sentimentos que não é fácil conciliar, porque não têm ligação lógica. Eles se regozijam por estarem livres do peso morto dos indiferentes e daqueles que não estão suficientemente maduros para o sindicalismo. Essa maneira de ver se inspira sem dúvida na velha idéia blanquista, segundo a qual as massas muito grandes e intelectualmente heterogêneas paralisam, por sua falta de mobilidade, toda ação e só as minorias conscientes são belicosas e empreendedoras.

Se fossem lógicos, os membros dos sindicatos tirariam dessa ordem de idéias a conclusão de que o movimento da totalidade do proletariado moderno só pode ser obra de minorias esclarecidas. Mas as tendências democráticas da nossa época os impedem de formular tal conclusão ou, pelo menos, de confessá-la francamente. Se o fizessem, eles se colocariam em oposição com a democracia e se proclamariam, sem rodeios, partidários do sistema oligárquico.

E, entretanto, o caráter oligárquico do movimento sindicalista se manifesta no fato de que ele também exige das massas, embora por razões que não têm nada a ver com a democracia, a obediência absoluta às ordens da elite organizada. “Os indiferentes, pelo simples fato de terem negligenciado em formular sua vontade, não podem fazer outra coisa senão concordar com as decisões tomadas” (E. Pouget). A exemplo dos sindicatos reformistas da Alemanha e da Inglaterra, as organizações operárias francesas filiadas ao sindicalismo revolucionário mantêm, portanto, intacto o princípio segundo o qual os organizados teriam o direito de comandar os não-organizados.

Pode-se alegar que os órgãos supremos do movimento operário francês não possuem essa plenitude de poderes que dispõem os órgãos hierárquicos correspondentes em outros países, na Alemanha em particular. Esse fato é verdadeiro e se deve a várias causas: caráter do povo, franqueza da organização, etc.

Mas, mesmo na França, existe uma grande distância entre a teoria e a prática. E, em princípio, os chefes exercem uma forte influência sobre os camaradas organizados por intermédio dos jornais que, todos sabem, não são redigidos pelas massas.

Existe, além disso, toda uma hierarquia de subchefes, o número de sindicatos filiados à Confederação Geral do Trabalho é de aproximadamente 350.000, enquanto que o número dos assinantes de *A Voz do Povo* do Órgão Central, não passa de 7.000. Esses assinantes seriam “os mais ativos militantes, membros dos escritórios e dos conselhos sindicais... Por intermédio deles se difunde o pensamen-

to confederal”. Consentimento ingênuo de uma subordinação intelectual, em oposição com a idéia sindicalista.

A própria greve geral foi primitivamente concebida na França sob a forma de um procedimento hierárquico. Uma resolução votada no Congresso de Nantes (1894) especificava que a greve geral devia ser minuciosamente preparada por um comitê central de onze membros e por um grande número de subcomitês locais: de lá devia vir inicialmente a palavra de ordem e, conseqüentemente, a direção do movimento.

Hoje em dia os sindicalistas repudiam essa concepção por causa do seu caráter jacobino; mas isso não os impede, apesar da contradição teórica em que caem, de ter que concordar com sua ação prática. Para alguns teóricos do sindicalismo francês, que apresentam uma forte inclinação pelo esteticismo, e particularmente para Edouard Berth, as sementes jacobinas dessa teoria já atingiram seu pleno desenvolvimento.

Quanto mais o sindicalismo ganhar em força, mais se manifestarão nele todos esses efeitos que hoje caracterizam o sistema de representação. Nós já conhecemos chefes do sindicalismo francês que acolhem as críticas dos camaradas com uma susceptibilidade que só se iguala à de um chefe de *trade-union* inglês. É que o jovem sindicalismo, embora tenha nascido da oposição contra o autoritarismo dos velhos, não pode se subtrair às tendências oligárquicas que surgem no seio de toda organização.

Conservar o poder torna-se, mesmo para os sindicalistas, a lei suprema; a tal ponto que, abandonando a velha tática que consistia em se beneficiar dos processos movidos contra eles pelo governo, para pronunciar discursos de propaganda e falar a linguagem do herói e do profeta, eles, ao contrário, adotaram o princípio de não agir mais nessas ocasiões senão com uma prudência e uma reserva diplomática. O próprio Georges Sorel encontrou esta expressão: “Degenerescência progressiva do sindicalismo”. E ele escreveu com suas palavras: “A Confederação Geral do Trabalho toma cada vez mais a forma de um governo operário”.

## CAPÍTULO IV

### A AÇÃO PROFILÁTICA DO ANARQUISMO

Aos anarquistas cabe o mérito de terem sido os primeiros a insistir com energia sobre as conseqüências hierárquicas e oligárquicas das organizações de partido.

Mais do que os socialistas e até mesmo do que os sindicalistas, os anarquistas têm uma visão clara dos defeitos da organização. Eles combatem a autoridade como a fonte, senão de todos os males do mundo, pelo menos de toda servidão e de toda escravidão. Qualquer limitação é para eles “sinônimo de prisão e polícia”.

Eles sabem até que ponto o individualismo dos chefes coloca em cheque e paralisa o socialismo dos gregários. Para não correr esse risco os anarquistas, a despeito dos inconvenientes que tal conduta implica na prática, renunciaram em constituir um partido, pelo menos no sentido estrito da palavra. Seus membros não estão organizados sob uma forma estável. Nenhuma disciplina os une. Eles não conhecem nem obrigações, nem deveres, tais como eleições, contribuições pecuniárias, assembléias estatutárias, etc.

Segundo essa característica, o tipo do chefe anarquista deve diferir sensivelmente do chefe socialista, tal como se formou durante esses últimos vinte e cinco anos. O anarquismo não dispõe de uma organização de partido suscetível de oferecer fundos, e o atalho que segue não conduz às honras do parlamentarismo. A ambição pessoal encontra nele, portanto, para se desenvolver, um campo menos vasto, tentações menores e chances de contágio menos numerosas. Por isso deve-se esperar, e esta é uma conseqüência que decorre logicamente da teoria do meio, que o idealismo seja, de uma forma geral, mais acentuado no chefe anarquista do que no chefe socialista.

Estranho ao exercício da política; com todas as suas paixões, todos os seus apetites e todos os seus incentivos, ele é necessariamente mais objetivo nos seus julgamentos sobre os homens e as coisas, mais contemplativo, mais fechado em si mesmo, mas também mais sonhador, mais estranho à realidade. Encontramos entre os chefes da anarquia muitos sábios, cultos e modestos, que não perderam o sentido da verdadeira amizade e sentem um prazer em cultivá-la e conservá-la:

homens sinceros e grandes almas, esses Pierre Kropotkine, Elisée Reclus, Christian Cornelissen, Enrico Malatesta e tantos outros menos conhecidos.

Mas o fato dos chefes anarquistas serem, em geral, moralmente superiores aos chefes dos partidos organizados e lutarem no terreno político não impede que reencontremos neles algumas das qualidades e pretensões próprias dos chefes como tais, independentes do partido ao qual pertencem. A análise psicológica do caráter de cada um deles forneceria facilmente a prova. A luta teórica contra toda autoridade, contra toda limitação, luta pela qual muitos anarquistas entre os mais eminentes, sacrificaram vários anos de sua vida, não foi suficiente para abafar neles a natural ambição pelo poder.

Tudo o que podemos dizer é que os instrumentos de dominação dos quais se utiliza o chefe anarquista pertencem a uma época que os partidos políticos já ultrapassaram. São meios de apóstolo e de orador: a força fulgurante do pensamento, a grandeza dos sacrifícios, a profundidade das convicções. Sua dominação se exerce não sobre a organização, mas sobre as almas. Ela decorre não da sua indispensabilidade técnica, mas da sua ascendência intelectual, da sua superioridade moral.

Apesar de não quererem formar um partido político, os anarquistas não se declaram menos partidários do princípio da organização no domínio econômico.

Alguns reconhecem explicitamente a necessidade de uma direção técnica das massas, e outros se declaram ainda persuadidos de que basta reduzir rigorosamente a obra dos chefes a simples funções administrativas para eliminar de uma vez por todas essas dissidências, tão perigosas para a organização, que comprometem as relações entre os chefes e a massa. Como se a superioridade técnica e administrativa dos chefes não bastasse para estabelecer também sua supremacia sobre as massas sob todos os demais aspectos!

O próprio Bakounine não chegou a excluir o princípio da organização e da disciplina: ele só queria que em vez de serem automáticos, ambos fossem voluntários.

Ele concebia o regime anarquista como uma federação de barricadas permanentes e preconizava a instituição de um conselho da comunidade revolucionária composto de dois delegados por barricada ou de um delegado por rua ou por quarteirão, estando esses delegados investidos de um mandato imperativo. O conselho comunitário assim composto escolheria em seu seio os comitês executivos especiais para todos os ramos da administração revolucionária da comunidade. A capital, insurgida e erguida em comunidade, declararia em seguida aos outros municípios do país que ela não pretende de modo nenhum exercer sobre eles qualquer supremacia. Mas ela os convidaria a se darem, eles

também, uma organização revolucionária e enviar a um local de reunião combinado pelos delegados, a fim de estabelecer a federação das associações, comunidades e municípios insurgidos e de fundar, assim, um poder revolucionário suficientemente forte para se opor a qualquer possível reação.

Marx fez observar com razão que, para executar o que quer que seja, os comitês executivos deveriam estar munidos de poderes e apoiados pela força pública. O Parlamento federal não teria nenhuma razão de ser se não fosse encarregado de organizar essa força pública. Além disso, esse Parlamento poderia, assim como o conselho comunitário, delegar o poder executivo a um ou a vários comitês; estes se sentiriam por esse fato investidos de um caráter autoritário que as necessidades provocadas pela luta não deixariam de acentuar cada vez mais. Em suma, todo o projeto bakouniano estaria marcado, segundo Marx, por um autoritarismo exagerado.

A exemplo dos sindicalistas, os anarquistas louvaram a “ação direta”, à qual eles atribuem o valor de um “princípio moral”: “Contrariamente à tática das negociações, dos compromissos recíprocos, da via hierárquica e do sistema da delegação, a ação direta permite buscar uma melhor sorte para os trabalhadores e, por conseguinte, emancipar o proletariado do capitalismo e da centralização política através da obra pessoal e imediata dos próprios operários” (Mühsam).

Não obstante, o anarquismo, que é um movimento libertador fundado no direito inalienável do homem sobre sua própria pessoa, sucumbe, na mesma medida que o partido socialista, à lei do autoritarismo, desde que abandona o campo do pensamento puro e desde que seus prosélitos se reúnem em associações que têm por fim o exercício de uma atividade política qualquer.

F. Domela Nieuwenhuis, esse velho campeão do socialismo anarquista de tendências nitidamente individualistas, mostrou que tinha uma percepção aguda dos perigos que representa para o anarquismo qualquer contato com a práxis: foi quando, depois da fundação da nova Internacional anarquista, no Congresso de Amsterdã de 1907, ele se opôs paternalmente aos argumentos do italiano Enrico Malatesta, anarquista da escola de Bakounine.

Após ter mostrado o poder da sociedade burguesa, Malatesta fez observar que seria facilitar o triunfo definitivo dessa sociedade, deixá-la na presença das forças desorganizadas dos operários, e concluía pela necessidade de opor à organização forte dos ricos uma organização ainda mais forte dos pobres.

“Se este é o teu pensamento, caro amigo, exclamou Nieuwenhuis dirigindo-se a Malatesta, você pode ir tranquilamente para o lado dos socialistas. Eles não dizem outra coisa.”

Já, durante esse primeiro congresso anarquista se manifestaram, segundo o anarquista holandês, os sintomas dessa mentalidade diplomática que caracteriza todos os chefes dos partidos autoritários.

Ostrogorski propôs substituir a organização do partido, que resultava sempre em formas antidemocráticas, por um sistema de associações temporárias que só seriam formadas em vista da realização de um fim determinado e se dissolveriam uma vez atingido esse fim (*league system*). Ele vê na adoção desse sistema um meio de dar às lutas políticas essa honestidade, essa sinceridade e essa clareza que lhes falta hoje em dia.

Ora, a análise dos partidos políticos à qual nos temos submetido até aqui autoriza-nos a duvidar da eficácia desse meio. Sua adoção não constituiria um progresso sensível, mesmo que fosse possível suprimir através de um simples decreto os organismos que fizeram nascer a evolução histórica e a necessidade. Se o anarquismo, que constitui a visão mais abstrata e mais idealista do futuro, prometeu ao mundo uma ordem onde toda concentração do poder seria excluída, ele não soube fornecer na sua teoria os elementos lógicos dessa ordem.

SEXTA PARTE

SÍNTESE:

AS TENDÊNCIAS OLIGÁRQUICAS DA ORGANIZAÇÃO

## CAPÍTULO I

### A BASE CONSERVADORA DA ORGANIZAÇÃO

Ao atingir este ponto de nossa demonstração, vemos surgir à nossa frente duas perguntas decisivas.

A primeira pode ser formulada assim: a doença oligárquica dos partidos democráticos é incurável? Ocuparemos-nos dessa pergunta no capítulo seguinte.

É impossível que um partido democrático siga uma política democrática, um partido revolucionário uma política revolucionária? Devemos considerar como uma utopia não só o socialismo como tal, mas ainda a simples política socialista? Esta é a outra pergunta, e esta comporta uma resposta breve.

Em certos limites, muito estreitos é verdade, o partido democrático poderá sem dúvida, mesmo que esteja submetido a uma direção oligárquica, agir sobre o Estado no sentido democrático. A velha casta política da sociedade, e especialmente o próprio "Estado", se vêem obrigados a proceder a uma certa revisão de um grande número de valores: a importância que é atribuída às massas aumenta, mesmo que elas sejam guiadas por demagogos; os órgãos da legislação e da administração se habituariam a ceder, não mais apenas às pretensões vindas de cima, mas também às exigências vindas de baixo.

Isso pode resultar, na prática, em grandes inconvenientes que nós conhecemos segundo a história mais recente de todos os Estados de regime parlamentar; teoricamente, essa nova ordem de coisas significa um progresso incalculável do ponto de vista do direito público, que se torna, assim, mais concorde com os princípios de justiça social.

Mas essa evolução sofrerá uma interrupção, quando as classes dirigentes tiverem conseguido lançar na órbita governamental, para fazer deles seus colaboradores, os inimigos de extrema-esquerda. A organização política conduz ao poder. Mas o poder é conservador o tempo todo. Em todo caso, a influência exercida sobre a máquina do Estado por um partido de oposição enérgica não passará de lenta, freqüentemente interrompida, e encontrará seus limites nos próprios limites que a natureza da oligarquia lhe irá opor.

Mas essa constatação não exaure a nossa tarefa que consiste em pesquisar ainda se a organização apresenta manifestações oligárquicas, até mesmo na sua política externa.

Que a política interna das organizações de partido seja hoje absolutamente conservadora, ou na iminência de sê-lo, este é um fato que sobressai nitidamente da análise à qual acabamos de nos submeter. Mas poderia se argumentar que a política externa desses organismos conservadores foi uma política ousada e revolucionária; poderia se argumentar que a centralização antidemocrática do poder nas mãos de alguns chefes não passou de um meio tático adotado com o objetivo de derrubar com muito mais facilidade o adversário no momento desejado; poderia se argumentar que as oligarquias só foram encarregadas da missão provisória de educar as massas com vistas à revolução, e que a organização não passou, por conseguinte, de um meio colocado a serviço de uma concepção exagerada do blanquismo.

Mas tais suposições estão em contradição com a própria natureza do partido, que procura, ao contrário, organizar-se na mais vasta escala que se possa imaginar.

Ora, à medida que a organização cresce, a luta pelos grandes princípios se torna impossível.

É um fato notório que, nos partidos democráticos atuais, os vastos conflitos de opiniões se desenrolam cada vez menos sobre o terreno das idéias e com as armas puras da teoria e se degeneram rapidamente em diatribes e ataques pessoais. Os esforços tentados para estender um piedoso véu sobre as discórdias que dividem o partido, constituem a inevitável conseqüência da organização dirigida segundo princípios burocráticos: seu principal objetivo consistindo em arregimentar no partido o maior número possível de membros, ela deve necessariamente considerar qualquer luta pelas idéias que surgem no seu partido como um obstáculo à realização dos seus fins, isto é, como um obstáculo que deve ser evitado por todos os meios possíveis.

Essa tendência está reforçada pelo caráter parlamentar do partido; pois se todo partido aspira a ter o maior número possível de membros, o parlamentarismo aspira a ter o maior número possível de votos.

Ora, o principal campo de ação do partido consiste na agitação que tende a alistar novos membros. O que é, na verdade, o partido político moderno? Uma organização metódica das massas eleitorais. O partido socialista, como agregado político que procura alistar ao mesmo tempo membros e eleitores, tem um interesse vital em ganhar sempre novos votos e novas adesões.

Toda perda de membros ou de sufrágios, até mesmo toda perda de mandatos, enfraquece seu prestígio político. Por isso deve-se ter grandes atenções tanto para

com os novos partidários como para com os que são somente susceptíveis de se filiar e que são chamados na Alemanha *mitläufer*, na Itália *simpatizanti*, na Holanda *geestverwanten*. Para não assustar essas pessoas que ainda estão afastadas do mundo ideal do socialismo ou da democracia, evita-se de praticar uma política de princípios, sem antes perguntar se o aumento quantitativo da organização não é de natureza a trazer prejuízo para a sua qualidade.

O último anel da longa cadeia de fenômenos que conferem um caráter profundamente conservador à essência íntima do partido político, mesmo que ele se enfeite com o título de revolucionário, consiste nas suas relações com o Estado.

Nascido para derrubar o poder centralizador deste, partindo da concepção de que, para triunfar sobre a organização do Estado, a classe operária só precisa de uma organização suficientemente vasta e sólida, o próprio partido operário terminou se dando uma forte centralização, que repousa sobre os mesmos fundamentos do Estado: autoridade e disciplina. Ele tornou-se, assim, um partido de governo, ou seja, organizado como um governo em miniatura, ele espera poder assumir um dia o governo verdadeiro.

O partido político revolucionário é um Estado dentro do Estado: ele persegue o fim declarado de arruinar e demolir o Estado atual para colocar em seu lugar um Estado totalmente diferente. E para atingir esse fim que tem, todavia, um caráter essencialmente "estadista", o partido se utiliza em teoria da organização socialista, cuja única justificação consiste precisamente no fato de que ele prepara de uma forma paciente, mas sistemática, a destruição da organização do Estado na sua forma atual.

O partido subversivo organiza nos seus quadros a revolução social. Daí seus esforços cotidianos para consolidar suas posições, estender seu mecanismo burocrático, acumular capitais. Todo funcionário novo, todo secretário novo engajado no partido é teoricamente um novo agente da revolução; como toda seção nova é um batalhão novo e todo novo milhar de francos fornecidos pelas cotas dos membros ou pelas receitas da imprensa, ou oferecidos generosamente por um benfeitor simpático, é um novo tesouro de guerra para a luta contra o adversário.

Mas os diretores desse corpo revolucionário, existente no seio do Estado, apoiados pelos mesmos meios e inspirados pelo mesmo espírito de disciplina que eles não podem, a longo prazo, deixar de perceber o seguinte fato: a saber, que sua organização, apesar dos progressos que ainda possa realizar no futuro, não passará nunca, se for comparada com a organização oficial do Estado, de uma fraca e minúscula cópia daquela.

Conclui-se daí que, na medida em que for humanamente possível de prever, todas as tentativas de medir suas forças com as do antagonista serão, salvo por acontecimentos extraordinários, condenadas a um xeque fatal.

A conseqüência lógica dessa constatação se encontra, desse modo, em oposição direta com as esperanças que tinham concebido os fundadores do partido, quando ainda o tinham nas fontes do batismo. Em vez de ganhar em energia revolucionária, à medida que aumentam suas forças e a solidez da sua estrutura, o partido viu produzir-se no seu seio um fenômeno diametralmente oposto: nos referimos às relações íntimas que são constatadas entre o crescimento do partido e a timidez e prudência cada vez maiores, nas quais sua política se inspira.

O partido, ameaçado continuamente pelo Estado e do qual depende a sua existência, se empenha conscienciosamente para evitar tudo que possa irritar o mesmo. A própria teoria, assim como a ciência do partido, sofre na ocasião atenuações, deformações, se o interesse da organização externa o exige. A organização torna-se o único nervo vital do partido.

Nos primeiros anos da sua existência, este não deixaria transparecer seu caráter revolucionário, não somente pelo fim que buscava, mas também pelos meios que sabia escolher na ocasião, sem nunca ter por eles uma predileção de princípio.

Mas quando velho ou, se preferirmos, politicamente maduro, ele não hesitou em modificar sua primeira profissão de fé, declarando-se revolucionário apenas “no melhor sentido da palavra”, isto é, não mais pelos meios que só interessam ao programa, mas unicamente na teoria e no papel.

Esse mesmo partido, que não temeu proclamar um dia em voz alta, diante dos fuzis ainda fumegantes dos triunfantes em Paris, sua solidariedade entusiasta com os partidários das comunidades, anuncia hoje ao mundo inteiro seu repúdio pela propaganda antimilitarista em todas as formas suscetíveis de colocar um dos seus membros em conflito com o Código Penal, não querendo, acrescenta ele, assumir nenhuma responsabilidade pelas conseqüências que possam daí resultar.

O sentimento da responsabilidade começa a despertar subitamente no partido socialista. Por isso ele reage usando toda a autoridade que dispõe, contra as correntes revolucionárias que existem no seu seio e que ele tinha visto até aqui com olhos indulgentes. Em nome da grave responsabilidade que lhe incumbe e da qual sente agora todo o peso, ele reprova o antimilitarismo, repudia a greve geral e renega todas as ousadias lógicas do seu passado.

É evidente, e a história do movimento operário internacional fornece inúmeros exemplos ao apoio de nossa tese, que dessa forma o partido se mobiliza tanto mais quanto se estende e se fortalece a sua organização; o que significa dizer que ele perde seu entusiasmo revolucionário, torna-se inerte e pesado, preguiçoso não somente na ação, mas também no pensamento.

Ele se agarra com uma tenacidade cada vez maior ao que chama de “a velha e gloriosa tática”, isto é, à tática que lhe permitiu aumentar seus quadros. E é assim que se torna cada vez mais invencível sua aversão por qualquer ação agressiva.

O medo à reação, que persegue o partido socialista, paralisa qualquer ação no seu seio, isto é, qualquer manifestação de força, e lhe tira toda a energia para a luta cotidiana. E para justificar seu misoneísmo ele dá este pretexto falacioso de que quer guardar a energia que dispõe para as lutas futuras. Em outras palavras: as tendências conservadoras inerentes a todas as formas de posse se manifestam igualmente no socialismo.

Os homens do partido trabalharam durante meio século à custa do suor do *front* para criar uma organização modelo. E hoje que a organização engloba três milhões de trabalhadores, mais do que ele ousava contar, mais ainda do que se julgava necessário para alcançar sobre o inimigo uma vitória completa, o partido dotou-se de uma burocracia, que pela consciência dos seus deveres, pelo seu zelo e sua submissão à hierarquia, rivaliza com a do próprio Estado; as caixas estão cheias, uma rede complexa de interesses financeiros e morais estendeu-se sobre todo o país.

Uma tática enérgica, empreendedora, seria de natureza a comprometer tudo: o trabalho de várias dezenas de anos, a existência social de vários milhares de chefes e subchefes, enfim, o “partido” inteiro.

Por isso a idéia de uma nova tática desse gênero é cada vez mais abandonada. Ela vai de encontro, na mesma medida, contra um sentimentalismo injustificado e contra um egoísmo justificado: o amor sentimental do artista pela obra que ele criou e que deseja preservar intacta, o interesse pessoal de milhares de honestos pais de família cuja vida econômica está indissolavelmente ligada à existência do partido e que tremem com a idéia de perder seu emprego e com as conseqüências que teriam que suportar se o governo procedesse à dissolução do partido, o que poderia facilmente ocorrer em caso de guerra.

A organização deixa assim, de ser um meio, para tornar-se um fim. Às instituições e às qualidades que no início eram destinadas simplesmente a assegurar o funcionamento da máquina do partido – subordinação, cooperação harmoniosa dos membros individuais, relações hierárquicas, discricção, correção – acaba-se atribuindo mais importância que ao grau de rendimento da máquina.

A única preocupação consiste doravante em afastar tudo que seja suscetível de introduzir-se nas rodas da sua engrenagem, ameaçando assim, senão o próprio organismo, então sua forma externa representada pela organização.

Mesmo que seja atacado e obrigado a se defender, o partido preferirá, se for o caso, abandonar posições preciosas anteriormente conquistadas a renunciar a

antigos direitos, em vez de responder a ofensivas dos adversários por meios que poderiam “comprometer” o partido.

À medida que aumenta sua necessidade de tranqüilidade, suas garras revolucionárias se atrofiam e ele se torna um partido bravamente conservador que continua (o efeito sobrevivente à causa) se servindo da sua terminologia revolucionária, mas na prática não exercerá outra função senão a de um partido de oposição constitucional.

Certamente, tudo isso não estava no pensamento de Karl Marx. Tudo isso não tem mais nada de marxismo. Marx, se estivesse vivo ainda, iria se revoltar contra tal degenerescência. Seria, todavia, possível que, seduzido pelo espetáculo de um exército de três milhões de homens invocando sua presença, e até jurando fidelidade *in verba magistri* nas ocasiões solenes, ele não encontrasse, por sua vez, nada para dizer diante de uma falta tão grave aos princípios por ele enunciados. Em todo caso, existem antecedentes na vida de Marx que não excluem a possibilidade de tal hipótese. Foi assim que ele soube fechar os olhos pelo menos diante do grande público, às faltas graves cometidas pela democracia socialista alemã em 1876.

O período atual, que poderia ser chamado de o período dos epígonos de Marx, o caráter do partido, que não passa de uma organização consagrada inteiramente à aquisição de novos membros, de um partido de maioria absoluta, e sua inferioridade em relação ao Estado fazem com que o objetivo primitivamente perseguido e que consistia na supressão do Estado atual, ceda pouco a pouco lugar a um novo objetivo que é a penetração no Estado pelos homens e as idéias do partido.

A luta que os socialistas travam contra os partidos das classes dominantes não é mais concebida como uma luta de princípios, mas como uma luta de concorrência. O partido revolucionário rivaliza com os partidos burgueses pela conquista do poder. Por isso ele abre seus quadros a todos os indivíduos que possam lhe ser úteis sob esse aspecto ou sejam simplesmente suscetíveis de reformar e aumentar seus batalhões na luta em que está engajado.

Seu ódio é dirigido, primeiramente, não contra o adversário de sua “concepção”, mas contra os rivais temidos, contra aqueles que aspiram ao mesmo fim que ele: o poder. Fazendo isso, o partido não perde apenas sua virgindade política, como consequência das relações de toda espécie que contrai com os elementos mais diversos e que acarretam para ele consequências graves e duráveis: ele corre ainda o risco de perder seu caráter de partido (pois um partido supõe o acordo de todos aqueles que o compõem sobre a direção a seguir para atingir fins objetivos e práticos comuns) e de ser reduzido, por conseguinte, à organização pura e simples.

## CAPÍTULO II

### A DEMOCRACIA E A LEI DE BRONZE DA OLIGARQUIA

Ainda que a maior parte das escolas socialistas acreditem que será possível, num futuro mais ou menos distante, realizar uma verdadeira democracia e que a maior parte dos que professam em política idéias aristocráticas estimem que a democracia, apesar dos perigos que apresenta para a sociedade, não seja por isso menos realizável, existe, por outro lado, no mundo da ciência, uma corrente conservadora que nega resolutamente e para sempre uma possibilidade desse gênero.

Nós já dissemos que essa corrente conta com uma benevolência particularmente grande na Itália onde está representada por um homem de grande valor, Gaetano Mosca: ele proclama que uma ordem social não é possível sem uma "classe política", isto é, sem uma classe politicamente dominante, uma classe de minoria.

Os que não acreditam no Deus da democracia não deixam de qualificá-la de conto infantil e de afirmar que todas as expressões da linguagem que implicam noções tais como dominação das massas, Estado, direitos do cidadão, representação popular, nação, enunciam somente um princípio legal, e não um estado de fato real.

Eles defendem a teoria segundo a qual as eternas lutas entre aristocratas e democratas, que a história nos mostra, nunca passaram de lutas entre uma velha minoria que defendia sua predominância e uma nova minoria ambiciosa que procurava por sua vez, conquistar o poder, quer se juntando à primeira, quer tomando seu lugar.

Segundo essa teoria, essas lutas não consistiam senão numa sucessão pura e simples de minorias no poder. As classes sociais que se submetem, aos nossos olhos, a batalhas tão gigantescas sobre a cena da história, batalhas que têm nos antagonismos econômicos sua causa mais distante, poderiam, por conseguinte, ser comparadas a dois grupos de dançarinos executando um *chassé-croisé* (Nota: passo de dança).

A democracia se satisfaz em dar às questões importantes uma solução autoritária. Ela é ao mesmo tempo ávida em esplendor e em poder. Quando os cidadãos tiverem conquistado a liberdade, eles dirigirão toda a sua ambição para possuir uma aristocracia.

Gladstone disse um dia que o amor à liberdade só se iguala, entre o povo, ao seu amor pela nobreza. Por isso podemos dizer que o maior orgulho dos socialistas consiste na aptidão de manter uma disciplina que, embora sendo até certo ponto voluntária, não deixa de significar a submissão da maioria, senão às ordens da minoria, pelo menos aos regulamentos editados por esta na execução das ordens daquela.

Vilfredo Pareto recomendou até mesmo o socialismo como um meio favorável à criação, no seio da classe operária, de uma nova elite, e ele vê na coragem vitoriosa com a qual os chefes do socialismo enfrentam perseguições e ódios um indício do seu vigor e a primeira condição que deve satisfazer uma nova “classe política”.

É preciso dizer, todavia, que a “teoria da circulação das elites”, formulada por M. Pareto, só pode ser aceita com restrições, no sentido de que se trata com muito menos freqüência de uma sucessão pura e simples das elites do que de uma mistura incessante, com os antigos elementos atraindo, absorvendo e assimilando continuamente os novos.

A necessidade de um grupo social dominante é reconhecida, sem dúvida, há muito mais tempo do que imaginamos.

Gaetano Mosca que é atualmente, junto com Vilfredo Pareto, o intérprete mais eminente e ao mesmo tempo o mais hábil e mais autorizado nessa concepção, Mosca, dizíamos nós, embora disputando com M. Pareto a prioridade científica dessa teoria, não deixa de reconhecer em Hippolyte Taine e em Ludwig Grumplowicz seus precursores.

Mas, fato menos conhecido, embora não menos interessante, a teoria de Mosca e de Pareto tem seus primeiros e mais consideráveis antepassados intelectuais na mesma escola contra a qual ela dirige de preferência suas flechas, ou seja, entre os pensadores socialistas e particularmente nas antigas teorias socialistas francesas: são nessas teorias, na verdade, que podem ser descobertas as sementes da doutrina que Mosca e Pareto iriam elevar mais tarde à dignidade de um sistema sociológico.

Apesar de estimar que o conceito de classe será um dia despojado de todo atributo econômico, a escola de Saint-Simon não imaginava um futuro sem classes.

Ela sonhava com a criação de uma nova hierarquia, fundada não em privilégios de nascença, mas em privilégios adquiridos: os homens que possuem esses privilégios sendo “os mais amorosos, os mais inteligentes e os mais fortes, personificação viva do triplo progresso da sociedade” e “capazes de conduzir esta para horizontes mais amplos”.

À frente de seu Estado socialista, os seguidores de Saint-Simon queriam colocar aqueles que eles chamavam de os “homens generosos”, que teriam a faculdade de assinalar a cada pessoa seu *quantum* de trabalho social; e para saber as aptidões especiais de cada um, era preciso submeter-se ao julgamento discricionário desses super-homens.

Um dos discípulos mais convencidos de Saint-Simon, partidário entusiasta da “nova dinastia”, obrigado a defender-se da acusação de querer através de sua doutrina preparar o terreno para o despotismo, não hesitou em afirmar que a maioria dos homens deve obedecer às ordens dos mais capazes: eles devem, dizia ele, tanto por amor à divindade, como por egoísmo pessoal, e pela razão ainda de que o homem, mesmo que pudesse viver isolado, precisaria sempre de um poder social sobre o qual ele pudesse se apoiar.

A necessidade do comando, de um lado, e a obediência, do outro, são justificadas por razões metafísicas. A autoridade não passaria de uma “transformação política do amor que une todos os homens a Deus. E poderia você preferir esta triste independência que hoje isola os sentimentos, os esforços e que, sob um nome pomposo, não há outra coisa senão o egoísmo acompanhado de todos os males que ele cria?”

O sistema dos seguidores de Saint-Simon é de um extremo ao outro, autoritário e hierárquico. Os discípulos de Saint-Simon ficaram tão pouco chocados com o cesarismo de Napoleão III que a maior parte deles aderiu a ele com alegria, acreditando encontrar nele a realização dos princípios de socialização econômica.

A escola de Fourier foi ainda mais longe. Com uma minúcia que chegava ao pedantismo e que tinha mais de um traço grotesco, Fourier tinha imaginado todo um sistema vasto e complexo e construiu, sob a forma de quadros apropriados, uma hierarquia esférica “de mil graus”, compreendendo todas as formas possíveis de governo, desde a “anarquia” até a “oniarquia”, cada uma com suas “altas dignidades” e suas “altas funções” especiais.

Sorel restabeleceu com razão o laço estreito que reata o socialismo anterior a Louis-Philippe à era do grande Napoleão e mostrou que as utopias de Saint-Simon e de Fourier só podiam nascer e prosperar sobre o terreno da idéia de autoridade à qual o grande Corso conseguira dar um novo esplendor. E segundo Berth, todo o sistema de Fourier, para poder funcionar, exigiria a ubiquidade invisível, mas real

e indispensável do próprio Fourier que sozinho seria capaz, tal como o Napoleão do socialismo, de colocar em ação e em harmonia as diversas paixões humanas.

Os socialistas do período seguinte, e antes de mais nada os socialistas revolucionários, sem negar, para um futuro distante, a possibilidade de um governo democrático de maioria, contestavam absolutamente sua possibilidade no presente.

Bakounine era contrário a qualquer participação da classe operária nas eleições. Ele estava, na verdade, convencido de que numa sociedade em que o povo é dominado, do ponto de vista econômico, por uma maioria possuidora, o mais livre dos sistemas eleitorais só pode ser uma vã ilusão. "Quem diz poder, diz dominação, e toda dominação presume a existência de uma massa dominada."

A democracia é até mesmo reputada como o pior de todos os regimes burgueses.

A República, que nos é apresentada como a forma mais elevada da democracia burguesa, possui, no mais alto grau, segundo Proudhon, esse "zelo governamental", fanático e mesquinho que acredita tudo poder e ousar impunemente, porque está sempre pronta para justificar seus atos de despotismo pelo cômodo pretexto do bem da República e do interesse geral. A própria revolução política não é outra coisa senão "deslocamento da autoridade".

A única doutrina científica que pode se louvar de ter uma resposta séria para todas as teorias, velhas ou novas, que afirmam a necessidade imanente de uma "classe política", é a doutrina marxista.

Ela identifica (e Bakounine, discípulo de Marx, tirou dessa identificação as extremas conseqüências) o Estado com a classe dominante. Este não é senão o Comitê executivo daquela; ou, para servir-nos da expressão de um neomarxista moderno, o Estado não é senão um "sindicato formado para defender os interesses do poder existente", opinião que a teoria conservadora de Gaetano Mosca censura bastante.

Gaetano Mosca retirou, na verdade, dos mesmos dados diagnósticos o mesmo prognóstico, ao mesmo tempo que se abstinha de lamentações e recriminações a respeito de um fato que ele considera, de acordo com sua doutrina, não somente como inevitável, mas até mesmo como vantajoso para a sociedade.

Um socialista francês que, observamos de passagem, soube encontrar o caminho que conduz ao governo, levou a noção marxista do Estado até os seus extremos limites: ele aconselhou notadamente os operários a abandonarem as

lutas econômicas isoladas e locais, as greves parciais, para investir de um só golpe contra o Estado, através da greve geral, pois, dizia ele, para impressionar a burguesia é preciso destruir o Estado (Briand).

A teoria marxista do Estado, acrescentada à fé na energia revolucionária das massas e nos efeitos democráticos da socialização dos meios de produção, leva logicamente à concepção de uma nova ordem social que a escola de Mosca deve achar utópica.

Segundo os marxistas, o mundo capitalista de produção transforma a grande maioria da população em proletários e prepara, por conseguinte, suas próprias covas. Uma vez adulto e maduro e proletário não tardará, na verdade, a se apoderar do poder político e proclamar a transformação da propriedade privada em propriedade do Estado. Mas com essa atitude ele elimina a si mesmo, pois suprime assim todas as diferenças sociais e, conseqüentemente, todos os antagonismos de classes.

Em outras palavras, o proletário anula o Estado naquilo que o caracteriza como Estado. A sociedade capitalista, dividida em classes, precisava do Estado para a organização da classe dominante a fim de assegurar para esta a manutenção do sistema de produção fundado na exploração do proletariado, conforme as suas necessidades e seus interesses. O fim do Estado significa, portanto, simplesmente o fim da existência da classe dominante.

Mas a nova sociedade coletiva, a sociedade sem classes, que se edificará sobre as ruínas do antigo Estado, precisará, ela também, de representantes eleitos.

Dir-nos-ão que, graças à observação das regras preventivas formuladas por Rousseau no *Contrato Social* e retomadas mais tarde pela *Declaração dos Direitos do Homem*, graças principalmente à aplicação rigorosa do princípio de revogabilidade constante de todos os cargos, a atividade desses representantes poderá ser mantida em limites muito estreitos. Mas a única alternativa é a de que a riqueza social só poderá ser administrada de forma satisfatória por intermédio de uma burocracia ampla.

Ora, aqui surgem objeções que levam, se raciocinarmos logicamente, a negar pura e simplesmente a possibilidade de um Estado sem classes.

A administração de uma enorme fortuna, sobretudo quando se trata de uma fortuna que pertence à coletividade, confere àquele que a administra uma dose de poder pelo menos igual à que detém o possuidor de uma fortuna, de uma propriedade privada. Por isso os críticos antecipados do regime social marxista se perguntam se não é possível que o instinto que empurra os proprietários, atualmente, a deixarem de herança a seus filhos as riquezas acumuladas, incita

igualmente os administradores da fortuna e dos bens públicos no Estado socialista a se beneficiarem do seu imenso poder para assegurar a seus filhos a sucessão nos cargos que ocupam.

A formação de uma nova minoria dominante será ainda grandemente favorecida pela forma especial como, segundo a concepção marxista da revolução, se operará a transformação social.

Marx pretende que entre a destruição da sociedade capitalista e o estabelecimento da sociedade comunista haverá um período de transição revolucionária, período econômico, ao qual corresponderá um período de transição política e “durante o qual o Estado não poderá ser outra coisa a não ser a ditadura revolucionária do proletariado”; ou, para utilizar uma expressão menos eufêmica, assistiremos, nesse caso, à ditadura dos chefes que tiveram a astúcia e a força para arrancar das mãos da sociedade burguesa agonizante, em nome do socialismo, o espectro da dominação.

A ditadura revolucionária foi igualmente prevista no programa inicial do partido republicano de Giuseppe Mazzini. Esse ponto provocou até mesmo a ruptura entre a Jovem Itália e os elementos socialistas dos *carbonari*.

O amigo e biólogo de Gracchus Babeuf, o florentino Filippo Buonarrotti, se opunha com todas as suas forças ao projeto de concentrar o poder dos *carbonari* nas mãos de um só. Durante algum tempo, quando teve uma participação heróica na Revolução Francesa, ele teve a oportunidade de ver de perto os revolucionários vitoriosos procurando manter a inigualdade e formar uma nova aristocracia. A razão principal pela qual ele justificava sua conduta era de que a ditadura individual não passava de um degrau para chegar à monarquia.

Ele objetava a Mazzini e seus amigos que todas as mudanças políticas que eles sonhavam eram de natureza puramente formal e visavam somente à satisfação de suas necessidades pessoais e, sobretudo, à aquisição e ao exercício de uma autoridade ilimitada.

Foi por isso que Buonarrotti se opôs ao levantamento armado organizado por Mazzini no Piêmont, em 1833, através de um decreto no qual ele proibia seus camaradas *carbonari* de dar assistência aos insurgidos, cujo triunfo eventual só poderia, segundo ele, dar nascimento a uma nova aristocracia ambiciosa. “A república ideal de Mazzini, escreveu ele ainda, só diferia da monarquia no que ela comportava uma dignidade a menos e um cargo eletivo a mais.”

Por seus efeitos, a ditadura de um indivíduo não se distingue essencialmente da de um grupo de oligarcas. Ora, é evidente que o conceito de ditadura está no extremo oposto da democracia. Querer colocar aquela a serviço desta é como

querer servir-se da guerra como o meio mais eficaz para defender a paz ou do álcool para lutar contra o alcoolismo.

É muito provável que um grupo social, de posse dos instrumentos do poder coletivo, fará todo o possível para conservá-los. Théophraste já tinha notado que o mais forte desejo dos homens que se encontram no topo de um Estado popular, consiste muito menos em adquirir riquezas do que em fundar pouco a pouco, às custas da soberania popular, sua própria soberania.

Espera-se, na verdade, que a revolução social não substitua a classe dominante visível e tangível que existe atualmente e que age abertamente, por uma oligarquia demagógica clandestina operando sob a falsa máscara da igualdade.

Devemos reconhecer que os marxistas possuem uma doutrina econômica e uma filosofia da história suscetível de exercer, sobre aqueles que pensam, uma grande atração. Mas tanto uma como a outra se tornam insuficientes a partir do momento que eles se engajam no domínio do direito público e administrativo, sem falar do domínio psicológico.

Todas as vezes que a teoria socialista quis cobrir de garantias a liberdade pessoal, ela encontrou a nebulosidade do anarquismo individualista ou proposições que, ao contrário das boas intenções de seus autores, só podiam fazer do indivíduo um escravo da massa.

Citemos um exemplo: para assegurar à sociedade socialista uma literatura moralmente elevada e para eliminar, *a priori*, qualquer produção literária leviana, August Bebel propõe nomear uma comissão competente, que decidiria o que deve ser impresso e o que não deve.

Mas para prevenir qualquer risco de injustiça e proteger a livre manifestação do pensamento, Bebel acrescenta a essa proposição uma outra, a saber, que cada escritor tenha o direito de submeter sua obra à coletividade. É inútil dizer que tal procedimento apresentaria para a sociedade uma impossibilidade técnica e intelectual, porque ela exige que os maiores volumes sejam imprimidos em milhões de exemplares e distribuídos ao público, a fim de que este possa julgar se a obra é ou não digna de ser publicada.

O problema do socialismo não é somente um problema econômico. Dito de forma diferente, o socialismo não procura somente resolver a questão de saber se é possível e até que ponto realizar uma distribuição equitativa e economicamente produtiva de riquezas. Ele implica ainda um problema de administração, um problema de democracia, tanto no sentido técnico e administrativo como no sentido psicológico.

É na questão individualista que jaz o núcleo mais resistente de todo esse conjunto de questões que o socialismo resolveu solucionar.

O socialismo naufragará por não ter percebido a importância que representa para nossa espécie o problema da liberdade; da mesma maneira como naufragaram todas as concepções anteriores ao socialismo que, deslumbradas pelo esplendor do espetáculo que o efeito total oferecia aos seus olhos, esqueceram de analisar todas as numerosas fontes de iluminação que concorreram para produzir esse efeito.

O jovem partido operário alemão só se afastou, ao preço de ásperas lutas, da democracia burguesa que até então o tinha arrastado consigo, sobretudo porque um de seus mais sinceros amigos o alertou contra os perigos que ele corria.

Na sua carta aberta no comitê da Associação Alemã de Leipzig, Rodbertus escrevia isto: "Vocês se separam de um partido político porque este, como vocês pensam e com razão, não representa suficientemente seus interesses sociais. Ora, vocês têm a intenção de fundar por sua vez um novo partido político. Muito bem. Mas quem lhes garante que os adversários da sua classe (*die antisozialen Elemente*) não terminarão um dia se infiltrando e se apoderando do partido que vocês fundarem?"

Essa observação de Rodbertus resume a própria essência do partido político. Para ver até que ponto ele estava certo, convém examinar os elementos que entram na composição de um partido.

Um partido não é nem uma unidade social, nem uma unidade econômica. Sua base está formada pelo seu programa. Este pode muito bem ser a expressão teórica dos interesses de uma determinada classe. Mas, na prática, cada um pode aderir a um partido, independentemente de seus interesses privados coincidirem ou não com os princípios enunciados no programa.

É por isso, por exemplo, que o partido socialista é o representante ideológico do proletariado. Mas ele não é por causa disso um organismo de classe: ele é sobretudo, do ponto de vista social, uma mistura de classes, composto que está de elementos que não desempenham a mesma função no processo econômico. Mas o programa, sendo este de uma classe, exige, contudo, uma aparente unidade social.

Todos os socialistas como tais, qualquer que seja sua situação econômica na vida privada, admitem em teoria a absoluta preeminência de uma grande classe: a do proletariado. Mesmo os elementos não-proletários, ou não puramente proletários, que estão filiados ao partido adotam o ângulo visual da classe operária e reconhecem esta como uma classe preponderante.

Está, portanto, tacitamente reconhecido que os membros do partido que não pertencem à classe que esse partido representa, renunciarão a seu interesse pessoal todas as vezes que ele estiver em conflito com o interesse dessa classe. Os

elementos heterogêneos se submetem em princípio à "idéia" de uma classe que lhes é estranha.

Essa é a teoria. Na prática, a aceitação do programa não é suficiente para fazer desaparecer o profundo conflito de interesses que existe entre o capital e o trabalho.

Ora, entre os membros das camadas sociais superiores que aderiram à organização política dos operários, encontrar-se-ão alguns que, na ocasião, saberão se sacrificar, isto é, se "desclassificar". Mas a maior parte continuará, apesar da comunhão externa de idéias com o proletariado, tendo suas raízes econômicas em interesses opostos.

O que determina os interesses é sua força respectiva, isto é, as relações que eles apresentam com as principais necessidades da vida. De sorte que nada se oponha, *a priori*, a que nasça entre os membros burgueses e os membros proletários do partido um conflito econômico e que este, ampliando-se, termine em dissensões políticas. O antagonismo econômico abafa a superestrutura ideológica. O programa torna-se, então, letra morta e, sob a bandeira "socialista", desenrola-se, no seio do partido, uma verdadeira luta de classes.

A experiência nos ensina que na sua conduta com pessoas que estão ao seu serviço, os burgueses-socialistas nem sempre subordinam seus interesses particulares aos da sua classe adotiva. Apesar de toda a sua boa vontade pessoal e apesar da pressão que o partido exerce sobre eles, os socialistas patrões e industriais se comportam em relação a seus empregados e operários da mesma forma como se comportam em relação a seus colegas cujas convicções estão de acordo com sua função econômica, isto é, que pensam não como socialistas, mas como "burgueses".

Mas existe ainda outro perigo: a direção do partido socialista pode cair nas mãos de homens cujas tendências práticas estão em oposição com o programa operário. Resultará daí que o movimento operário será colocado a serviço de interesses diametralmente opostos aos do proletário. Esse perigo é particularmente grande nos países em que o partido operário não pode dispensar a ajuda (e a direção) de capitalistas que não dependem dele economicamente; é mínimo nos países em que o partido não precisa desses elementos ou está, pelo menos, em condições de mantê-los afastados da direção de seus assuntos.

Quando os chefes, sejam eles de origem burguesa ou operária, estão, na qualidade de empregados, ligados ao próprio organismo do partido, seu interesse econômico coincide geralmente com o interesse deste. Mas com isso só está eliminado um aspecto do perigo. O outro aspecto, mais grave, porque geral e inevitável, reside na oposição declarada entre a massa dos partidários e o grupo dos chefes, na medida que o partido cresce.

O partido, como formação externa, mecanismo, máquina, não se identifica necessariamente com a totalidade dos membros inscritos, e menos ainda com a classe. Tornando-se um fim em si mesmo, dando-se propósitos e interesses próprios, ele se separa pouco a pouco da classe que representa.

Num partido, os interesses das massas organizadas que o compõem estão longe de coincidirem com os da burocracia que o personifica.

O interesse, sempre conservador, do corpo dos empregados pode exigir em determinadas situações políticas uma política defensiva e até regressiva, ainda que os interesses da classe operária exigissem uma política audaciosa e agressiva. Em outros casos, bastante raros é verdade, é o inverso que pode ocorrer.

Ora, é uma lei social inelutável que qualquer órgão da coletividade, nascido da divisão do trabalho, cria para si, logo que estiver consolidado, um interesse especial, um interesse que existe dentro de si e para si. Mas interesses especiais não podem existir no seio do organismo coletivo sem estarem imediatamente em oposição com o interesse geral. Mais do que isso: camadas sociais desempenhando funções diferentes tendem a se isolar, a se outorgar órgãos aptos a defender seus interesses particulares e a se transformar finalmente em classes distintas.

Os fenômenos sociológicos, dos quais nós esboçamos aqui e nos capítulos precedentes os traços gerais, oferecem, portanto, aos ataques dos adversários da democracia vários pontos vulneráveis.

Eles parecem demonstrar com evidência que a sociedade não pode subsistir sem uma classe "dominante", que esta é a condição necessária para aquela e que a classe dirigente, embora sujeita na sua composição a uma freqüente renovação partidária, não deixa de constituir o único fator onde a ação se manifesta suficientemente durável na história do desenvolvimento humano.

De acordo com essa concepção o governo ou, se preferirmos, o Estado não saberia ser outra coisa a não ser a organização de uma minoria. E essa minoria impõe ao resto da sociedade a "ordem jurídica", a qual aparece como uma justificação, uma legalização da exploração à qual ela submete a massa dos hilotas, em vez de ser a emancipação da representação da maioria.

Esta última se encontraria sempre na impossibilidade e talvez até na incapacidade de se governar a si própria.

Mesmo que as multidões descontentes conseguissem despojar os burgueses do seu poder, trataria-se aí, segundo Mosca, apenas de uma aparência: sempre surge necessariamente no seio das massas, uma nova minoria organizada que se eleva à posição de uma classe dirigente. Eternamente menor, a maioria dos

homens se veria, assim, obrigada e até predestinada pela triste fatalidade da história, a sofrer a dominação de uma pequena minoria oriunda de seus flancos e a servir de pedestal para a grandeza de uma oligarquia.

O princípio segundo o qual uma classe dominante se substitui fatalmente por uma outra, e a lei que deduzimos dele, a saber que a oligarquia é como a forma preestabelecida da vida em comum dos grandes agregados sociais; esse princípio e essa lei, longe de enfraquecer a concepção materialista da história ou de substituí-la, a completam e a reforçam.

Não existe nenhuma contradição essencial entre a doutrina segundo a qual a história não passaria de uma contínua luta de classes, e esta outra segundo a qual as lutas de classes resultariam sempre na criação de novas oligarquias unidas às antigas.

A existência de uma classe política não é um fato que vai ao encontro do marxismo considerado como uma filosofia da história: em cada caso particular, esse fato não é, na verdade, senão que a resultante das relações existentes entre as diferentes forças sociais que disputam a supremacia; forças essas consideradas, naturalmente, não do ponto de vista quantitativo mas do ponto de vista dinâmico.

O socialista russo Alexandre Herzen, cujas obras apresentam um grande interesse psicológico, pretendia que a partir do dia em que o homem se tornou um acessório da propriedade e sua vida uma luta contínua pelo dinheiro, os grupos políticos do mundo burguês se dividiram em dois campos: os proprietários que se agarram com tenacidade a seus milhões, e os cidadãos que não possuem nada, que gostariam muito de expropriar os primeiros, mas não dispõem para isso da força necessária. Daí, de um lado os avarentos, do outro os invejosos.

A evolução histórica não passaria de uma sucessão ininterrupta de oposições, no sentido quase parlamentar da palavra, que “alcançariam uma atrás da outra à posse do poder, passando rapidamente, por conseguinte, da inveja para a avareza”.

É por isso que a revolução social não acarretará nenhuma modificação na estrutura interna da massa. A vitória dos socialistas não será a do socialismo, que perecerá no mesmo momento em que triunfarem seus partidários.

Há uma certa tentação para qualificar esse processo de tragicomédia, haja visto que as massas, depois de terem realizado esforços titânicos, se contentam em substituir um patrão por outro. Só resta aos operários a honra de “participarem do recrutamento governamental”. Resultado bastante modesto se levarmos em conta o fenômeno psicológico de que mesmo o mais puro dos idealistas é impotente para se subtrair, durante os poucos anos da sua carreira de chefe, à corrupção do poder.

Existe nos meios operários franceses o provérbio: *Homme élu, homme foutu*. A revolução social se reduziria, como a revolução política, numa operação que consiste, como diz o provérbio italiano, em trocar de pároco, sem trocar a música.

Fourier definiu a sociedade moderna como um mecanismo onde reina a licenciosidade individual mais desenfreada e que não oferece nenhuma garantia, nem ao indivíduo contra as usurpações das massas, nem às massas contra as usurpações do indivíduo.

A história parece nos ensinar que não existe nenhum movimento popular, por enérgico e vigoroso que seja, capaz de provocar no organismo social do mundo civilizado transformações profundas e permanentes. É que os elementos preponderantes do movimento, a saber os homens que o dirigem e o alimentam, terminam por se afastarem pouco a pouco das massas e por serem atraídos pela órbita da “classe política” dominante. Eles trazem talvez poucas “idéias novas” a esta, mas em contrapartida muito mais força criativa e inteligência prática e lhe insuflam, assim, uma nova juventude.

A “classe política”, para servir-nos ainda da expressão de Mosca, possui incontestavelmente um sentimento muito aguçado das suas possibilidades e dos seus meios de defesa. Ela emprega uma força de atração e uma capacidade de absorção poderosas que raramente permanecem sem efeito, mesmo sobre seus adversários mais ferozes e mais intransigentes. Do ponto de vista histórico, os anti-românticos estão completamente certos quando resumem seu ceticismo nesta cáustica sátira: “O que é uma revolução? Pessoas que se dão tiros de fuzil na rua: isso quebra muitos vidros; os únicos que lucram com isso são os vidreiros. O vento leva a fumaça. Os que ficam em cima colocam os outros embaixo... É uma pena ter que remover tantos paralelepípedos honestos que já não resistiam mais”. (T. Gautier.)

BRASIL  
BIBLIOTECA NACIONAL  
1971

## CAPÍTULO III

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prendre le terme dans la rigueur de l'acception, il n'a jamais existé de véritable démocratie, et il n'en existera jamais. Il est contre l'ordre naturel que le plus grand nombre gouverne et que le petit soit gouverné. (J. - J. Rousseau, *Contrat Social*.)

A existência de chefes é um fenômeno inerente a todas as formas da vida social. A ciência, portanto, não tem por que investigar se esse fenômeno é um bem ou um mal ou um mais do que o outro. Mas existe, em contrapartida, um grande interesse científico em estabelecer que todo sistema de chefes é incompatível com os postulados mais essenciais da democracia.

Nós sabemos agora que a lei da necessidade histórica da oligarquia funda-se em primeiro lugar numa série de fatos fornecidos pela experiência. Como todas as outras leis científicas, as da sociologia decorrem da observação empírica. Mas para tirar do nosso axioma seu caráter essencialmente descritivo e dar-lhe essa virtude de explicação analítica que por si transforma uma fórmula em lei, não basta reestabelecer sob um ponto de vista unitário os fenômenos que podem ser constatados empiricamente: é preciso ainda investigar as causas determinantes. Este é precisamente o objetivo da nossa pesquisa.

Ora, abstraindo a tendência dos chefes em se organizarem e em se coligarem, abstraindo também seu reconhecimento às massas imóveis e passivas, nós podemos dizer nesta conclusão que a principal causa dos fenômenos oligárquicos que se manifestam no seio dos partidos democráticos consiste no fato de que os chefes são tecnicamente indispensáveis.

O processo, que começou graças à diferenciação das funções do partido, foi concluído com a ajuda de um conjunto de qualidades que os chefes adquiriram pelo fato de terem se separado da massa. Os chefes que, no início, surgem "espontaneamente" e só exercem as funções de chefe a título "acessório" e gratuito tornam-se chefes profissionais. Esse primeiro passo logo vem seguido de um segundo, não tardando os chefes profissionais em tornarem-se chefes "estáveis e inamovíveis".

O fenômeno oligárquico que se produz desse modo encontra em parte, portanto, uma explicação psicológica, isto é, que decorre das transformações psíquicas que as diferentes personalidades do partido sofrem ao longo de sua vida. Mas ele se explica também, e até mesmo em primeiro lugar, pelo que poderíamos chamar de “a psicologia da própria organização”, isto é, pelas necessidades de ordem tática e técnica que decorrem da consolidação de qualquer agregado político disciplinado.

Reduzida à sua mais breve expressão, a lei sociológica fundamental que rege inelutavelmente os partidos políticos (dando à palavra “políticos” seu sentido mais abrangente) pode ser formulada assim: a organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que os delegam. Quem diz organização, diz oligarquia.

Toda organização de partido representa uma potência oligárquica repousada sobre uma base democrática. Encontramos em toda parte eleitores e eleitos. Mas também encontramos em toda parte um poder quase ilimitado dos eleitos sobre as massas que elegem. A estrutura oligárquica do edifício abafa o princípio democrático fundamental. O que é oprimido, o que deveria ser. Para as massas, essa diferença essencial entre a realidade e o ideal é ainda um mistério.

Os socialistas muitas vezes acreditam, e com toda sinceridade, que uma nova elite de homens políticos cumpriria suas promessas melhor que a precedente. A idéia da representação dos interesses do povo, idéia à qual a grande maioria dos democratas, e especialmente as grandes massas operárias dos países de língua alemã, se agarram com tanta tenacidade e com sincera confiança, é uma ilusão provocada por um falso efeito de luz, por um efeito de miragem.

Numa das mais deliciosas páginas da sua análise do moderno “dom-*quixotismo*”, Alphonse Daudet nos mostra o “bravo comando” Bravida, que nunca saiu de Tarascon, persuadir-se pouco a pouco, sob a ação do ardente sol do meio-dia, de que esteve em Shangai e lá teve todo tipo de aventuras heróicas. Esse é praticamente, o caso do proletariado moderno: sob a influência incessante de indivíduos intelectualmente superiores e hábeis falantes, ele termina persuadido de que basta-lhe recorrer às urnas e confiar sua causa econômica e social a um delegado para assegurar imediatamente uma participação direta no poder.

A constituição de oligarquias no seio das múltiplas formas de democracia é um fenômeno orgânico e por conseqüência uma tendência à qual sucumbe fatalmente toda organização, seja socialista ou mesmo anarquista. Haller já tinha observado que, sob toda forma de convivência social, a natureza cria por si mesma relações de dominação e de dependência. A supremacia dos chefes nos partidos democráticos e revolucionários é um fato que deve ser levado em conta em qualquer situação histórica presente ou futura, mesmo que só alguns espíritos de elite tenham consciência clara e precisa disso.

A massa nunca será soberana a não ser de uma forma abstrata. Por isso a pergunta que se faz não é a de saber de que maneira é possível realizar uma democracia ideal. Deve-se, sobretudo, perguntar até que ponto e em que medida a democracia é desejável, possível e realizável num momento determinado.

Fazemos notar a esse respeito que a questão da desejabilidade faz parte do domínio da política e da *Weltanschauung* geral e ultrapassa por essa razão os limites desta obra. Mas colocando as questões da possibilidade e da realizabilidade em condições determinadas, toca-se no problema fundamental da política considerada como ciência.

Quem não a entende é, para servir-nos de uma expressão de Sombart, ou excessivamente cego e fanático para não ver que a corrente democrática faz, todos os dias, progressos incontestáveis, ou demasiadamente desprovido de experiência e discernimento para não reconhecer que qualquer regime e qualquer civilização trazem necessariamente uma marca aristocrática.

O grande erro dos socialistas, erro que decorre de seus conhecimentos psicológicos insuficientes, consiste em dar prova, ao mesmo tempo que de um pessimismo por vezes excessivo em relação ao presente, de um otimismo muito ingênuo e de uma confiança muito ilimitada em relação ao futuro.

A concepção realista das condições mentais das massas nos mostra com evidência que, mesmo admitindo a possibilidade de uma melhoria moral dos homens, os materiais humanos, dos quais os políticos e os filósofos não podem fazer abstração em seus projetos de reconstrução social, não estão em condições de justificar um otimismo excessivo. Nos limites de tempo acessíveis às previsões humanas, este continuará o apanágio exclusivo dos utopistas.

Os partidos socialistas são, como os sindicatos operários, corpos vivos da vida social. Como tais, eles reagem com a maior energia contra qualquer tentativa de analisar sua estrutura e sua natureza, como se se tratasse de submetê-las à *visseccão*. Quando a ciência alcança resultados contrários à sua ideologia, *a priori*, eles se revoltam contra ela com todas as suas forças. Mas sua defesa é de uma fragilidade excessiva.

Os representantes dessas organizações cuja seriedade científica e cuja lealdade pessoal impedem negar absolutamente as tendências oligárquicas das democracias procuram explicá-las por uma espécie de hereditariedade da qual as massas não teriam ainda conseguido se livrar.

As massas, dizem eles, estariam ainda contaminadas pelo vírus oligárquico, pois foram oprimidas durante longos séculos de escravidão e nunca gozaram de uma existência autônoma. O regime socialista terá que agir rapidamente para lhes

proporcionar a saúde e todas as aptidões de que elas precisam para se governar a si mesmas.

Nada mais anticientífico que a suposição de que, quando os socialistas tiverem conquistado os poderes públicos, bastará que as massas exerçam um ligeiro controle para fazer coincidir os interesses dos chefes com os da coletividade. Só podemos compará-la com esta outra suposição, tão anticientífica quanto antimarxista, de Jules Guesde (o qual se diz, entretanto, marxista), a saber que, do mesmo modo como o cristianismo fez de Deus um homem, o socialismo fará do homem um Deus.

A imaturidade objetiva das massas não é somente um fenômeno transitório que desaparecerá com o progresso da democratização, após o socialismo. Ela é, ao contrário, da própria natureza da massa, enquanto massa, que, mesmo organizada, está afligida por uma incompetência incurável de resolver todos os vários problemas que se apresentam, e isso porque a massa é em si amorfa e precisa de divisão do trabalho, de especialização e de direção. "A espécie humana quer ser governada, ela o será. Eu me envergonho da minha espécie", escreveu Proudhon da sua prisão em 1830. O homem individual está pela própria natureza consagrado a ser guiado, e quanto mais as funções da vida se dividem e se subdividem mais ele o será. E isso é ainda mais verdadeiro no grupo social.

Mas seria cometer um grande erro tirar de todas essas constatações e convicções científicas a conclusão de que é preciso renunciar a toda investigação sobre os limites das potências oligárquicas (Estado, classe dominante, partido, etc...) que se sobrepõem ao indivíduo. E seria cometer um erro maior, concluir que é preciso renunciar ao empreendimento desesperado para encontrar uma ordem social que torne possível a realização completa do conceito de soberania popular.

Ao escrever este livro, nós não tínhamos de modo algum a intenção (e nós o dissemos desde o começo) de indicar novos caminhos.

Somente nos pareceu necessário ressaltar a solução pessimista que a história nos oferece desse problema; e nós quisemos investigar se, e em que limites, a democracia é um ideal que nunca terá para a história humana outro valor senão o de um critério moral que permite apreciar nas suas oscilações e nuances mais ligeiras o grau de oligarquia imanente a todo regime social; em outras palavras, se, em que medida, a democracia é um ideal que nós não podemos ver traduzido em realidade.

Nossa intenção era também demolir algumas das fáceis e superficiais ilusões democráticas que confundem a ciência e induzem as massas ao erro. E nós quisemos, enfim, trazer à baila algumas tendências sociológicas que se opõem ao reino da democracia e, numa medida ainda maior, ao do socialismo.

Nós não pretendemos negar, todavia, que todo movimento operário revolucionário, animado de um sincero espírito democrático, não esteja em condições de contribuir para o enfraquecimento das tendências oligárquicas. O camponês da fábula confia aos seus filhos, sobre seu leito de morte, que um tesouro está enterrado em sua terra; morto o velho, os filhos começam a remover ferozmente a terra. Nenhum tesouro, é claro. Mas eles conseguem, à custa de trabalho incansável, adquirir um certo bem-estar.

O tesouro da fábula pode muito bem simbolizar a democracia.

A democracia é, ela também, um tesouro que ninguém nunca poderá trazer à luz. Mas continuando as investigações e pesquisando incessantemente para encontrar o desconhecido, não deixaremos de realizar um trabalho útil e fecundo pela democracia.

Nós vimos, é verdade, no seio do partido democrático operário nascer as tendências que ele era chamado a combater.

Nós vimos também, graças à diversidade e ao inigualável valor dos elementos que compõem esse partido, as tendências em questão resultarem, com freqüência, em manifestações evidentes de tirania.

E nós pudemos constatar que opondo ao legitimismo tradicional das autoridades no poder um bonapartismo brutalmente plebiscitário de novos-ricos, essas tendências não adquirem nenhuma superioridade moral nem estética.

Quanto aos meios imaginados para prevenir a oligarquia, a história demonstrou amplamente sua impotência e sua ineficácia. Todas as vezes que se quer resistir, através das leis, à dominação dos chefes, não são os chefes, mas as leis, que terminam por sucumbir e ceder.

Mas o princípio da democracia não encerraria ele próprio, senão o remédio, o paliativo da doença oligárquica? Quando Victor Considérant formulou seu socialismo "democrático-pacifista", ele declarou que esse socialismo significava não a dominação da sociedade pelas classes inferiores do povo, mas o governo e a organização da sociedade, no interesse de todos, por meio de um grupo de cidadãos; "mas a importância numérica desse grupo, acrescentava ele, deve aumentar com o grau de desenvolvimento social".

Essa última observação coloca em relevo um ponto de importância capital. A característica própria da democracia em geral, e do movimento operário em particular, é, na verdade, fortalecer e incentivar no indivíduo a aptidão intelectual à crítica e ao controle.

Nós já sabemos a que ponto a burocratização progressiva dos organismos democráticos neutraliza os efeitos benéficos dessa aptidão. Mas mais do que isso e

até mesmo em virtude dos postulados teóricos que ele proclama e defende, o movimento operário suscita, com frequência, contra seus chefes, um certo número de homens livres que, quer por princípio, quer por instinto, desejam revisar a base sobre a qual se apóia a autoridade. Levados pelas suas convicções ou pelo seu temperamento, eles nunca deixam de repetir a eterna pergunta do porquê final de todas as instituições humanas.

Ora, essa predisposição à livre pesquisa, que é um dos mais preciosos fatores de civilização, aumentará à medida que melhorarem e se tornarem mais seguras as condições econômicas das massas, e que estas forem admitidas a desfrutar, numa medida maior, dos benefícios da civilização.

Uma instrução mais ampla implica uma capacidade de controle maior.

Não constatamos, mesmo atualmente, que entre os ricos a autoridade do chefe sobre seus camaradas, embora seja às vezes muito grande, nunca é tão ilimitada como nas classes pobres?

Reunidos em massa, os pobres se encontram completamente impotentes e desarmados frente ao seu chefe, e sua inferioridade intelectual não lhes permite terem uma idéia exata da direção que ele segue, nem julgar de antemão o alcance de suas ações.

Portanto, cabe à pedagogia social a grande missão de elevar o nível das massas, a fim de colocá-las em condições de se oporem, na medida do possível, às tendências oligárquicas que as ameaçam.

Baseando-nos na incompetência fundiária das massas, nós somos, portanto, obrigados a reconhecer a existência de duas leis reguladoras:

1.<sup>a</sup> – A tendência ideológica da democracia à crítica e ao controle;

2.<sup>a</sup> – A contratendência efetiva da democracia à criação de partidos cada vez mais complexos e diferenciados, isto é, de partidos cada vez mais fundados na competência de uma minoria.

Qualquer análise mais ou menos aprofundada das formas sob as quais se apresenta atualmente a democracia é, para o idealista, uma fonte de amargas decepções e de triste desencorajamento.

Só esses talvez estão em condições de pronunciar sobre a democracia um julgamento justo que, sem cair num sentimentalismo de diletantismo, reconheça o que há de relativo em todo ideal científico e humano. Se quisermos julgar a democracia, só precisamos medir seu valor ideal segundo um *tertium comparationis*: a aristocracia pura.

Os defeitos inerentes à democracia são infelizmente incontestáveis. Não é menos verdade que, considerada como uma forma de vida social, ela constitui ainda dos males o menor. O ideal absoluto seria uma aristocracia de homens moralmente bons e tecnicamente capazes. Mas onde encontrar essa aristocracia? Será encontrada, às vezes, muito raramente, como o produto de uma seleção; mas nunca onde reina o princípio da hereditariedade. Por isso a monarquia pura deve ser considerada como a imperfeição encarnada, como o mais incurável dos males; do ponto de vista moral, ela é inferior à ditadura demagógica, mesmo a mais revoltante, cujo organismo corrompido abriga pelo menos um princípio que permite esperar sua cura.

Podemos, portanto, dizer que quanto mais a humanidade estiver consciente das vantagens que uma democracia, mesmo imperfeita, apresenta sobre uma aristocracia, mesmo funcionando relativamente bem, menos provável será que o reconhecimento dos defeitos da democracia provoque um retorno à aristocracia.

Certamente, a aristocracia possui qualidades que só se adquirem pela educação e que a democracia teria culpa em negligenciar, violar, deformar ou levar ao paradoxo. Mas abstraindo essas qualidades requintadas de *savoir-faire* e de *savoir-vivre*, podemos dizer que a democracia sofre precisamente pela sua impotência em se desfazer das suas escórias aristocráticas. É daí que decorrem todos esses perigos dos quais nós falamos e que só um exame corajoso e imparcial poderá, senão suprimir completamente, pelo menos diminuir numa certa medida.

As correntes democráticas que constatamos na história assemelham-se às ondas. Elas se desfazem todas contra o mesmo escolho. E a todo instante se produzem outras novas. É um espetáculo ao mesmo tempo reconfortante e entristecedor.

A partir do momento em que atingem um certo grau de desenvolvimento e de poder, as democracias começam a se transformar pouco a pouco, adotando o espírito e muitas vezes também as formas da aristocracia que elas tinham amargamente combatido no passado. Mas contra a traição se dirigem incessantemente novos acusadores que, após uma era de combates gloriosos e de poder sem honra, terminam por misturar-se à velha classe dominante, cedendo o lugar a oponentes novos que, por sua vez, os atacam em nome da democracia. E esse jogo cruel provavelmente nunca terá fim.

A Coleção Pensamento político inclui, entre outros, os seguintes títulos:

27. *O Ópio dos Intelectuais*  
Raymond Aron
28. *As Classes e seus Conflitos na Sociedade Industrial*  
Ralf Dahrendorf
29. *Teorias da Revolução*  
A.S. Cohan
30. *A Constituição Britânica*  
Sir Ivor Jennings
31. *Aristóteles*  
John B. Morrall
32. *A Idade da Ideologia*  
Frederick M. Watkins e Isaac Kramnick
33. *O Processo de Decisão Política*  
Charles E. Lindblom
34. *A Prática da Política*  
K. W. Watkins
35. *Teoria Política Moderna*  
L. J. Macfarlane
36. *A Política*  
Giovanni Sartori
37. *Ideologias Políticas*  
Anthony de Crespigny e Jeremy Cronin
38. *Da Guerra*  
Carl Clausewitz
39. *Quatro Ensaios sobre a Liberdade*  
Isaiah Berlin
40. *A Decadência do Ocidente*  
Oswald Spengler
41. *Em Defesa da Política*  
Bernard Crick
42. *Linguagem e Poder*  
Paolo Semama
43. *Partidos e Sistemas Partidários*  
Giovanni Sartori
44. *A Revolução Inglesa*  
George McCaulay
45. *O Senso Comum e a Crise*  
Thomas Paine
46. *O Poder em Cena*  
Georges Balandier
47. *Os Partidos Políticos*  
Jean Charlot
48. *Os Laranjais do Lago Balaton*  
Maurice Duverger
49. *Vico & Herder*  
Isaiah Berlin
50. *Uma Teoria da Justiça*  
John Rawls
51. *Reflexões sobre a Revolução em França*  
Edmund Burke
52. *Pensadores Políticos Comparados*  
Ross Fitzgerald